

ISSN 0102-8030

TERRA
LIVRE

22

agb

70 anos
Trajetórias e Contribuições

associação
dos geógrafos
brasileiros



Terra Livre

AGB 70 anos: trajetórias e contribuições



**ASSOCIAÇÃO DOS
GEÓGRAFOS BRASILEIROS**

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional (Gestão 2002/2004)

Presidente

Bernardo Maçano Fernandes
(Presidente Prudente/SP)

Vice-Presidente

Carlos Augusto Amorim Cardoso
(João Pessoa/PB)

Primeiro Secretário

Fábio Marcos Rodrigues
(São Paulo/SP)

Segundo Secretário

Júlio César de Brito Rudgeri
(Goiânia/GO)

Primeiro Tesoureiro

Rafael Straforini
(Campinas/SP)

Segundo Tesoureiro

João Roque da Silva Neto
(João Pessoa/PB)

Coordenador de Publicações

Titular: Eliseu Savério Sposito
(Presidente Prudente/SP)
Suplente: Denise Elias
(Fortaleza/CE)

Representação no sistema CONFEA/CREAs

Titular: Renato Emerson Nascimento dos Santos
(Rio de Janeiro/RJ)
Suplente: Hugo José Scheuer Werle
(Cuiabá/MT)

Comissão de Relações Internacionais

Titular: Ana Luíza Coelho Neto (Rio de Janeiro/RJ)
Suplente: Roberto Verdum (Porto Alegre/RS)

Mestre de Edição do sítio da AGB

Hindenburg Francisco Pires
(Rio de Janeiro/RJ)

Representante na Conferência das Cidades

Jan Bitoun
(Recife/PE)

Correio eletrônico: agbnacional@yahoo.com.br
Na internet: <http://www.cibergeo.org/agbnacional>

ISSN 0102-8030

Terra Livre

*Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros*

ANO 20 - Vol. 1
NÚMERO 22

TERRA LIVRE

Conselho Editorial

Álvaro Heidrich – André Martin – Antonio Carlos Vitte
Antonio Cezar Leal – Antonio Nivaldo Hespanhol – Antonio Thomaz Junior
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Beatriz Soares Pontes
Bernardo Mançano Fernandes – Blanca Ramírez – Carlos Walter Porto Gonçalves
Dirce Maria Suertegaray – Eliseu Savério Sposito – Everaldo Santos Melazzo
Georgina Calderón – Heinz Dieter Heidemann – Horiestes Gomes
Jayro Gonçalves Melo – José Antonio Segrelles – José Borzachiello da Silva
Manuel Correia de Andrade – Marcos Alegre Messias Modesto dos Passos
Michel Rochefort – Nelson Rego – Nídia Pontuschka
Raul Borges Guimarães – Rosalina Braga – Ruy Moreira – Sandra Lencioni
Sérgio Braz Magaldi Tomoko Iyda Paganelli

Editor responsável e editoração: Eliseu Savério Sposito

Capa: Caio Beltrão Sposito

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica e Editora Impress

Av. Joaquim Constantino, 1880 - Fone: (18) 231-3444 / 231-8134

e-mail: impress@pluri.g12.br

Endereço para correspondência:

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN)

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Edifício Geografia e História – Cidade Universitária

CEP 05508-900 – São Paulo//SP – Brasil – Tel. (0xx11) 3091.3758

ou Caixa Postal 64.525 - 05402-970 - São Paulo/SP

FICHA CATALOGRÁFICA

Terra Livre, ano 1, n. 1, São Paulo, 1986. São Paulo, 1986 – v. ilustr. Histórico	
1986 – ano 1, v. 1 1987 – n. 2 1988 – n. 3, n. 4, n. 5 1989 – n. 6 1990 – n. 7 10. Geografia – Periódicos 10. AGB. Diretoria Nacional 1991 – n. 8, n. 9 Revista Indexada em Geodados – www.geodados.uem.br ISSN 0102-8030	1992 – n. 10 1992/93 – n. 11/12 (editada em 1996) 1994/95/96 – interrompida 1997 – n. 13 1998 – interrompida 1999 – n. 14 2000 – n. 15 2001 – n. 16, n. 17 2002 – Ano 18, v. 1, n. 18; v. 2, n. 19 2003 – Ano 19, v. 1, n. 20; v. 2, n. 21 2004 – Ano 20, v. 1, n. 22 CDU – 91(05)

Solicita-se permuta / Se solicita intercambio / We ask for exchange

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7-8
<i>Fac-símile da Ata de Fundação da AGB</i>	9-10
INTRODUÇÃO	
Os primeiros anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros - 1934-1945 <i>Manoel SEABRA</i>	13-68
ARTIGOS	
O papel das comunidades científicas: a AGB Nacional e a Seção Local de Presidente Prudente/SP <i>Alexandre Bergamin VIEIRA, Nelson Rodrigo PEDON</i>	71-83
AGB - Seção Dourados: memória e história de um processo de construção coletiva. <i>Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Dourados</i>	85-97
AGB - Salvador, quase 50 anos de Geografia. <i>Mário Rubem Costa SANTANA, Itamar Gomes de AMORIM, Denize Santos GOMESs</i>	99-112
Os 30 anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre <i>Luiz Fernando Mazzini FONTOURA, Viviane Saad DUTRA</i>	113-123
AGB: Desejos de transformações <i>Zeno Soares CROCETTI</i>	125-132
Inserção, crítica e intervenção na realidade: a AGB e a Geografia em Catalão - Goiás <i>Manoel Rodrigues CHAVES, Helena Angélica de MESQUITA Marcelo Rodrigues MENDONÇA</i>	133-143
AGB-RIO: 68 anos de história <i>Paulo Roberto R. ALENTEJANO</i>	145-152
A história da AGB - Uberaba (MG) e a perspectiva de construção de um pólo do pensamento geográfico no Triângulo Mineiro <i>Valter Machado da FONSECA</i>	153-160
Trajatória histórica e perspectivas da AGB - Seção Local Cuiabá <i>Sônia Regina ROMANCINI Magno SILVESTRI</i>	161-168
Associação dos Geógrafos Brasileiros (Seção Goiânia) <i>Horieste GOMES</i>	169-176
AGB-NITERÓI: notas de um começo de história <i>Charles da França ANTUNES</i>	177-189
O trabalho técnico-político-pedagógico da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local Bauru - AGB/Bauru <i>Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Bauru</i>	189-195

DEPOIMENTOS	
Contribuição da AGB na construção da Geografia brasileira. Uma outra Geografia sempre é possível <i>Arlete Moysés RODRIGUES</i>	199-209
A AGB - 1961/62 - Um depoimento <i>Manuel Correia de ANDRADE</i>	211-112
Os setenta anos da AGB 1934 - 2004 <i>Marcos ALEGRE</i>	213-230
A permanente busca do horizonte: a história da AGB-BH <i>William Rosa ALVES</i>	231-255
Estudos de Impacto Ambiental e o perfil do geógrafo <i>Renata Medeiros de Araújo RODRIGUES</i>	237-248
PRESIDENTES DA AGB	
Compêndio dos números anteriores	249-260
Terra Livre - normas para publicação	261-267
Terra Livre - normas para publicação	269-270
Sumario - Summary	271-272
Ficha de assinatura	273

Apresentação

Em 2004, a AGB completa setenta anos de existência. Fundada em 17 de setembro de 1934 por Pierre Deffontaines e Caio Prado Júnior, entre outros geógrafos, em São Paulo, ela foi crescendo, pouco a pouco, inserindo-se na atmosfera acadêmica do Rio de Janeiro, em primeiro lugar, para depois ganhar outros territórios por todo o Brasil. Neste momento, é preciso homenagear nossa entidade.

Este número da Terra Livre é um tributo à AGB, entidade que dirigimos por dois anos. Neste momento, achamos que vale a pena comentar algumas questões para pensar o futuro da nossa Associação. Ao completar setenta anos, nossa entidade vive uma situação de extrema precariedade, não tem uma sede própria e tampouco infra-estrutura para garantir seu funcionamento de modo a atender as demandas de uma entidade nacional. Ainda não temos projetos políticos que expressem propostas de mudanças. A AGB vive da anuidade de seus sócios, condição insuficiente para o seu funcionamento. Todavia, os profissionais que a compõem têm condições de elaborar e desenvolver projetos de políticas públicas que possibilitariam uma entrada de recursos para qualificar os trabalhos científicos e as políticas da AGB.

Outra questão é a diversidade de segmentos de sócios. São sócios da AGB, predominantemente, os estudantes de graduação, os professores de Ensino Básico, os alunos de pós-graduação, os professores de Ensino Superior e os denominados geógrafos profissionais. Todavia, a AGB não tem conseguido representar bem nenhum desses segmentos. Nosso desafio para os próximos anos é qualificar essas representações ou corremos o risco da fragmentação com o surgimento de entidades geográficas especializadas.

Dois pontos positivos de nossa Associação são a sua organização em escala nacional e a história digna, com que tem fomentado e representado a Ciência Geográfica, sendo um dos principais espaços de debate da pesquisa, do ensino e da extensão. Evidente que, também nesses aspectos, enfrentamos problemas, mas ainda não existem outros fóruns com a amplitude da AGB.

Os nossos eventos são espaços importantes para o debate a respeito da produção geográfica em todos os níveis e modalidades. No entanto, ainda, não conseguimos superar a escala nacional. Nossas relações com a América Latina são modestas e com outras partes do mundo são extremamente escassas. Na nossa gestão não conseguimos superar esses limites, apesar de todos os esforços, embora tenhamos conseguido criar condições que possibilitarão ampliar nossas relações com geógrafos de outras partes do mundo.

Um dos frutos mais importantes de nossa gestão foi a Revista Terra Livre. Publicamos cinco números em dois anos, como pode ser observado na ficha catalográfica. Este número, em particular, é muito especial. Os artigos possuem diversas qualidades: são referências para a história do pensamento geográfico no Brasil e suscitam a pesquisa da história da Geografia brasileira, construída por dentro da AGB.

Os artigos e os depoimentos demonstram as diferentes leituras que se faz, atualmente, da entidade. Embora em todas as matérias possam se encontrar os fatos e as referências a eventos que consolidam a história da entidade, as diferenças entre elas demonstram as diferentes visões da história da AGB e do Brasil.

A contribuição de Presidente Prudente, por exemplo, redigida por Alexandre Bergamin VIEIRA e Nelson Rodrigo PEDON, procura entendê-la a partir da concepção do que é uma associação, partindo do conceito de comunidade científica. As contribuições de Cuiabá (assinada por Sônia Regina ROMANCINI e Magno SILVESTRI), Catalão (de Manoel Rodrigues CHAVES, Helena Angélica de MESQUITA e Marcelo Rodrigues MENDONÇA) e Uberaba (de Valter Machado da FONSECA), enfatizam o papel dos atores das universidades locais no andamento da AGB. O texto do Rio de Janeiro, assinado por Paulo ALENTEJANO, é uma leitura crítica da entidade, partindo das principais transformações nas suas características, baseando-se em geógrafos do Rio de Janeiro e apontando os problemas atuais da entidade. A leitura que Zeno CROCETTI faz, pela AGB-Curitiba, baseando-se na história da entidade em sua escala nacional, enfatiza o papel de sua seção, mostrando a importância das publicações, as crises e os problemas.

No texto da Seção Porto Alegre, assinado por Luiz Fernando Mazzini FONTOURA e Viviane

Saad DUTRA, salienta-se o papel das publicações, dos Encontros Estaduais de Geografia e das discussões sobre o ensino de Geografia na educação básica e nos cursos de Graduação. Pela Seção Salvador, Itamar Gomes de AMORIM e Denise Santos GOMES relatam a preocupação de sua seção local manter coesão interna até a interrupção das atividades na década de noventa.

Outras contribuições, tão importantes quanto essas, são: da Seção Dourados (escrita pela diretoria, sem especificação de qualquer associado ou diretor), na qual se citam as principais atividades realizadas, o processo de integração em nível nacional e se destaca a publicação da Revista de Geografia; na história da Seção Goiânia, assinada por Horieste GOMES, é salientada importância científica, cultural e política para os professores e estudantes de Geografia, técnicos-geógrafos e profissionais de áreas afins, valorizando-se o ensino, a pesquisa e o planejamento regional, além dos eventos realizados; pela Seção Niterói (assinada por Charles de França ANTUNES), salienta-se o papel cultural, científico e profissional da AGB organizado no cotidiano institucional, considerando-se as diferenças dentro da seção e a importância do movimento estudantil.

O texto da Seção Bauru foi elaborado pela sua diretoria e apresenta as principais realizações da entidade, em seus 10 anos de existência, salientando-se as atividades de divulgação, a relação com os diferentes profissionais da Geografia, as parcerias, os intercâmbios internacionais e a publicação da Revista Ciência Geográfica.

Dois critérios foram adotados para a organização do índice e, portanto, para estruturar este número da Terra Livre. O primeiro deles foi dar voz às seções locais, em primeiro lugar, depois da introdução, escrita pelo Prof. Manuel Gonçalves Seabra, que resgata os primeiros anos da AGB, baseando-se em documentos do acervo de Caio Prado Junior, um dos fundadores da associação, hoje organizados no IEB (Instituto de Estudos Brasileiros), da USP, sob a coordenação do Prof. Heinz Dieter Heidemann. Depois das seções locais, foram incluídos os depoimentos de três ex-presidentes (Arlete Moysés Rodrigues, Manuel Correia de Andrade e Marcos Alegre) e de William Rosa Alves, da Seção Belo Horizonte.

Outro critério foi organizar as matérias das seções locais, no índice, de acordo com a ordem de chegada. Como não havia qualquer preferência de ordem, considerando-se que todas as seções locais têm as mesmas prerrogativas e importância, optamos por utilizar o critério da ordem de chegada para montar o índice. Esta explicação, acreditamos, pode dirimir qualquer dúvida a respeito da estruturação deste número da revista

Desde que a Terra Livre se semestralizou, a AGB tem conseguido (mesmo com sua escassez financeira, característica histórica que ainda não se inverteu), aos poucos, tramitar os textos entre os pareceristas, formatar o volume e apresentá-lo aos sócios. E isso não seria possível, em primeiro lugar, se não houvesse a confiança dos autores que buscam a revista como meio de divulgação de suas reflexões e, em segundo lugar, por causa de um plano de gestão, traçado como item de programa de trabalho apresentado, em 2002 – na assembléia final do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em João Pessoa – e cumprido, para que a publicação da revista não tenha retrocessos.

Enfim, foram as diferentes visões de Geografia e de entidade, convivendo há setenta anos na AGB, que contribuíram para a sua construção, sua consolidação e sua sobrevivência, o que demonstra a riqueza e a multiplicidade teórica e ideológica na produção dos geógrafos. E essa riqueza, acreditamos, é uma das heranças que mantêm forte a Geografia, com todas as suas cores, nomes, trajetórias e contribuições.

Que este número seja, como os anteriores, importante fonte para consulta e matéria prima para os debates essenciais para a reflexão da existência da AGB e para construção do pensamento geográfico.

Nossos agradecimentos ao CNPq e a Mútua pelo apoio financeiro que garantiu a semestralidade da Revista, bem como a todos os assinantes que acreditaram e contribuíram para o sucesso deste trabalho.

Bernardo Mançano Fernandes, presidente da AGB
Eliseu Savério Sposito, Editor da Terra Livre

O PAPEL DAS COMUNIDADES CIENTÍFICAS: A AGB NACIONAL E A SEÇÃO LOCAL DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

El papel de las comunidades científicas: la AGB Nacional y la sección locale de Presidente Prudente/SP

The scientific communities role: National AGB and President Prudente/SP local section

Alexandre Bergamin VIEIRA

Nelson Rodrigo PEDON

Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP - Universidade Estadual Paulista
Campus de Presidente Prudente-SP

Resumo: Procuramos, neste artigo, contribuir para o debate acerca do conceito de comunidade científica e o papel por elas exercido na construção teórica e política nas diferentes disciplinas do conhecimento, enfocando a Geografia brasileira e sua respectiva entidade representativa, ou seja, a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), tratando de forma mais específica da seção local de Presidente Prudente/SP. Entendemos que o conceito de comunidade científica (ou, no caso da AGB, associação) traz, em seu interior, um rol de contradições que tornam qualquer tentativa de apresentá-las como entidades homogêneas expressão da preguiça intelectual que cega os mais pragmáticos, dificultando a compreensão de sua verdadeira representatividade.

Palavras chave: Comunidade científica, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Presidente Prudente, Pensamento Geográfico.

Resumen: Buscamos en este artículo para contribuir para el discusión referente al concepto de la comunidad científica y el papel para ellos ejerció en la construcción y la política teóricas en los diversos usted disciplina del conocimiento, la geografía brasileña que se enfocaba y su entidad representativa respectiva, o cualquiera, el AGB (asociación brasileña del Geógrafos), tratando a una forma más específica de la sección local de presidente Prudente/SP. Entendemos que el concepto de la comunidad científica (en el caja del AGB, de asociación) al revés, en su interior, un rodillo de las contradicciones que se convierten en cualquier tentativa de presentarlas como expresión homogénea de las entidades de la holgazanería intelectual que cieguen la más pragmático, haciendo le difícil la comprensión de su verdadera representatividad.

Palabras clave: La comunidad científica, la Asociación de los Geógrafos Brasileños, la Sección local Presidente Prudente, Pensamiento Geográfico.

Abstract: We looked for in this article to contribute for the discussion referring to the concept of the scientific community and the paper for them exerted in the theoretical construction and the policy in diverse you discipline of the knowledge, the Brazilian geography that focused and its respective representative organization, or anyone, the AGB' (Brazilian association of the Geographers), treating to once a more specific form of the local section of President Prudente/SP. We the other way around understand that the concept of the scientific community (or, in the box of the AGB', of association), in its interior, a roller of the contradictions that become any attempt to present/display them like homogenous expression of the organizations of laziness intellectual which they blind most pragmatic, making him difficult the understanding of their true representation

Key-words: Scientific Community, Association of the Brazilian Geographers, Local Section Presidente Prudente, Geographical Thought.

Terra Livre	São Paulo	Ano 20, v.1, n. 22	p. 71-83	Jan-Jul/2004
-------------	-----------	--------------------	----------	--------------

Introdução

Neste texto, procuramos discutir o relevante papel da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na construção do pensamento geográfico brasileiro.

Partiremos do conceito de comunidade científica discutida por vários autores inserindo a AGB no campo dessa discussão. Como foco central de nossa exposição está a AGB Seção Local de Presidente Prudente/SP. É a partir de suas origens e de sua atuação frente às questões de natureza teórica e política como órgão representante dos profissionais em Geografia no âmbito local e frente aos debates surgidos em âmbito nacional que pretendemos compreender até que ponto a AGB se constitui enquanto comunidade científica.

Nossa intenção é a de traçar um quadro que nos permita compreender a relevância da AGB (seção de Presidente Prudente e sua relação com a AGB nacional) no que confere ao seu papel enquanto órgão representativo dos Geógrafos brasileiros, no que diz respeito aos problemas teórico e políticos colocados pela sociedade brasileira.

Pretendemos enfatizar em que medida o conceito de comunidade científica (ou associação, como a AGB) traz, em seu interior, um rol de contradições que tornam qualquer tentativa de apresentá-las como entidades homogêneas expressão da preguiça intelectual que cega os mais pragmáticos.

O papel das comunidades científicas na construção do conhecimento científico

Existem diferentes pontos de partida para se abordar questões referentes aos problemas encontrados no campo do conhecimento científico. Questões de lógica, epistemologia, de caráter axiológico e sociológico, tomam as mais diferentes formas nos estudos a cerca dos problemas das condições sobre as quais algo pode qualificar-se de conhecimento, os problemas de justificativa, validade, racionalidade, cientificismo e modernidade, entre outros. Alguns destes elementos pertencem ao campo propriamente filosófico da teoria do conhecimento, no qual a origem e o caráter social do conhecimento. Se tem alguma relevância, é secundária, pois outros pertencem à seara das preocupações referentes à sociologia do conhecimento.

É nesta segunda abordagem que qualquer trabalho que objetive compreender o papel das comunidades científicas em geral ou de algum setor específico, como é o caso da Associação dos Geógrafos Brasileiros, deve concentrar suas atenções.

As bases sociais da objetividade, segundo Karl Popper, baseiam-se nas instituições sociais. A linguagem, por exemplo, é uma instituição social sem a qual o progresso científico é inconcebível, pois sem ela não pode haver nem ciência, nem uma tradição crescente e progressiva. Escrever é uma instituição social, e também o são as organizações de imprensa e publicação e todas os outros instrumentos institucionais do método científico (POPPER, 1957).

Karl Popper dá importante definição da natureza e papel da comunidade científica diferentemente de Kant, que afirmava que as condições da possibilidade da objetividade residem na unidade transcendental da percepção e dos espíritos regulativos objetivos. Para Popper, a objetividade não se baseia em nenhuma instância alheia ao mundo da ação dos homens, mas sim nos objetos desse mesmo universo do acontecer.

Para este autor, o que chamamos objetividade científica não é produto da imparcialidade do homem de ciência individual, mas sim do caráter social ou público do método científico. O que se entende por objetividade, portanto, é algo que encontra sua condição de possibilidade na existência efetiva de certas instâncias sociais que garantem e permitem o exame público das idéias.

Ao analisar a formação do espírito científico, o filósofo Gaston Bachelard dá importantes contribuições para a compreensão da natureza social do conhecimento científico ao buscar reunir os elementos gerais de uma doutrina do conhecimento do objeto iniciando com o seguinte postulado: "...a *marcha para o objeto não é inicialmente objetiva*". Ao longo de suas críticas, Bachelard procura demonstrar que as tendências normais do conhecimento sensível, repletas de pragmatismo e de realismo imediato, só determinam um falso ponto de partida.

Em seus estudos gnosiológicos, imbuídos de ideal racionalista, este autor trata a subjetividade como uma forma de *embriaguez*. Para se ter certeza de que o controle objetivo é

uma reforma em vez de um eco, é preciso chegar ao *controle social*¹. A partir de então propõe que a objetividade seja fundada no comportamento do outro, pois, de acordo com as idéias defendidas por Bachelard, pretendemos escolher o olho do outro para ver a forma de fenômeno objetivo.

Dessa forma, descolar um objeto em um milímetro sobre a mesa, exige o trabalho complexo de músculos e provoca muito cansaço. Tal façanha é conseguida depois de alguns fracassos e tentativas, mas esse deslocamento de um milímetro do objeto sobre a mesa ainda não é uma operação científica.

Assim, nosso autor conclui:

[...] para deslocar um objeto de um décimo de milímetro, é preciso um aparelho; logo, um corpo de técnicos. Se prosseguirmos até as decimais seguintes, se procurarmos, por exemplo, saber a largura de uma franja de interferência e determinar, pelas mensurações conexas, o comprimento de onda de uma radiação, então precisamos não apenas de aparelhos e dos conjuntos técnicos, mais ainda de uma teoria e, por conseguinte, de uma Academia de Ciências[...]. A precisão discursiva e social destrói as insuficiências intuitivas e pessoais. Quanto mais apurada é medida, mais indireta ela é. (BACHELARD: 1996, p. 297).

Um importante autor que toma a visão sociológica para entender o desenvolvimento do conhecimento geográfico é Horácio Capel. Para Capel (1999), o desenvolvimento da sociologia da ciência, a partir de 1940, tem posto em evidência a importância dos foros comunitários e os aspectos institucionais nos processos de socialização acadêmica e na seleção e adaptação de conceitos. Capel argumenta que:

A existência de uma comunidade científica especializada modela o pensamento de seus integrantes e, com o tempo, origina o que tem denominado *estilos de pensamento*, que determinam a eleição de problemas científicos, as perguntas que são feitas, guiam as observações, estabelecem as regras para se trabalhar e ainda predeterminam o vocabulário que se há de utilizar. O que em muitas disciplinas científicas se denominou de *ponto de vista*, talvez não seja mais que uma aplicação do estilo próprio de pensar da comunidade. (CAPEL: 1999, p.21)

Entendemos que os estilos de pensamento, sem empobrecer o pensamento do autor, nada mais são do que metodologias de pesquisa que são estabelecidas e que vão predeterminar as regras e ainda predizer o vocabulário a ser utilizado. Desta forma, o autor volta sua atenção para os aspectos institucionais nos processos de socialização acadêmica e na seleção e adaptação de metodologias e conceitos científicos, compreendendo assim a ação social sobre o desenvolvimento do pensamento científico.

Todos os autores citados até o momento têm em comum uma visão que vai ao encontro da idéia de uma ciência ahistórica. Para Gerard Fourez (1995), tais análises não "denigrem" a ciência. Na verdade, nada mais fazem do que situá-la em meio a outras importantes realizações humanas, assim como a arte ou as técnicas, por exemplo.

Situar-se diante de um conceito abstrato de racionalidade científica tendo práticas concretas como suporte de elaboração teórica pode abalar aqueles que investem na ciência uma dimensão absoluta, compreender o conhecimento científico tendo como premissa seu caráter processual, ou seja, sem ter de antemão um juízo sobre o que ela seria por natureza ou por essência, representam a contribuição desses críticos do cientificismo bitulado.

Nesse ensaio, que pretende demonstrar como a comunidade científica possui importante papel na constituição e institucionalização de saberes específicos ou de como chamou Capel, de *estilos de pensamento*, nossa atenção se voltará para o papel representado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), primeiramente e de forma mais sintética, nossa atenção se volta à constituição da AGB, e, portanto, de sua formação e trajetória em âmbito nacional, e, posteriormente, e com maior detalhamento no que se refere às origens e atuação da AGB Seção Local de Presidente Prudente.

¹O termo *controle social* é usado aqui para reforçar o sentido inter-subjetivo da construção do conhecimento científico.

Dessa forma, problemas como a imagem de comunidade, a organização interna, os conflitos, sua interdependência em relação a outras instituições, a tendência à burocratização e, por vezes, a valorização das grandes idéias abstratas, são questões que devem ser levadas em consideração na busca pela compreensão do papel das instituições nos mais diversos campos disciplinares.

Com o objetivo de estender essa discussão para o campo do pensamento geográfico brasileiro, buscaremos compreender como a AGB, sua formação e os conflitos existentes em seu interior (destacados por importantes geógrafos que fizeram e fazem parte da associação), influenciou e movimentou a Geografia brasileira por mais de meio século de história². Em seguida trataremos estas discussões para o contexto daquilo que consideramos resultado da evolução da Geografia brasileira e da tentativa de organização desta, a saber; as seções locais, mais especificamente a seção de Presidente Prudente.

As origens da AGB

A Associação dos Geógrafos Brasileiros foi fundada em 7 de setembro de 1934, tendo como fundador o francês Pierre Deffontaines, que veio ao Brasil auxiliar na criação do curso de Geografia da Universidade de São Paulo. Logo em seguida, a AGB contou com as importantes contribuições de Pierre Monbeig e Francis Ruellan (SPOSITO, 2000).

A presença marcante dos franceses vai influenciar, como veremos mais adiante, na demarcação do perfil que durante-muito tempo delimita e parametriza a realização das pesquisas em geografia no Brasil. Caracteriza-se assim, durante algum tempo, o estilo de pensamento fundante da geografia brasileira. Importante prova dessa afirmação é a permanência de uma certa leitura negativa das obras geográficas alemãs, onde o caráter imperialista e bélico dos trabalhos de Ratzel, ilustrado exemplarmente no conceito de *espaço vital*, foi associado a uma pretenciosa politização do conhecimento científico, tradicionalmente visto com ressalvas pela escola francesa.

A estruturação da AGB seguiu as características das associações francesas, a configuração interna, os problemas e a forma como estes problemas eram tratados foram todos importados da geografia francesa. Esse fato pode ter influenciado no distanciamento que a geografia brasileira manteve, pelo menos em seu início, de temas tais como geopolítica, o papel do Estado, entre outros. Não seria muita pretensão nossa se afirmássemos que a temática valorizada e trabalhada no início da Geografia acadêmica brasileira tivesse relação direta com o fato de ser geógrafos franceses os precursores da Geografia brasileira.

Para Zusman (2001), a criação da USP e da AGB resultaria da conjunção de esforços de uma elite paulista que vê na educação um passo importante para a modernização e, portanto, para a diferenciação de sua posição em âmbito nacional.

Grandes nomes da sociedade paulista compõem a lista dos primeiros associados da AGB, tais como Júlio de Mesquita Filho, Alfredo Ellis Júnior, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Rubens Borba, todos possuidores de um elevado nível intelectual e também herdeiros de prestígio social e econômico.

Zusman afirma que a perspectiva regionalista e a preocupação com a estruturação do espaço, presentes nos estudos desse período, vão culminar nas importantes obras de Pierre Monbeig, principalmente *Pioneiros e Fazendeiros do estado de São Paulo*, que trata da expansão pioneira às áreas pouco exploradas do estado de São Paulo. O bandeirismo é uma temática bastante presente nos estudos, acompanhados de detalhadas descrições dos aspectos físicos do sertão paulista.

Monbeig torna-se representante de um projeto acadêmico para as disciplinas que têm suas bases na geografia regional, nos conceitos de paisagem e do complexo geográfico e do trabalho de campo. Esta geografia ocupar-se-ia da repartição dos fenômenos físicos, biológicos e humanos pela superfície do globo, de suas causas e das suas relações. O excepcionalismo e o indutivismo são características que vão marcar os diversos estudos de caso realizados nesse período.

² Buscaremos ser sintéticos no que tange à abordagem referente à AGB nacional, uma vez que nosso foco central de discussão é a seção local de Presidente Prudente, mesmo assim, quando formos nos debruçar sobre a origem e atuação desta última, faremos referência a eventos e fatos desdobrados mais diretamente da Associação em âmbito nacional.

As afirmações de Zusman nos mostram como o *controle social* está presente desde a estruturação das comunidades até a eleição de metodologias e problemáticas a serem trabalhadas, especificamente no caso da AGB. O que esta autora faz é ressaltar as características da sociedade paulistana e seu projeto social fundado no ensino, numa espécie de revivimento do ideal iluminista do século XIX.

Sobre o importante papel atribuído a Monbeig na institucionalização da geografia brasileira, sobretudo no que diz respeito à legitimação da AGB como órgão representante dos profissionais em geografia, é salutar lembrar o que foi ressaltado por Capel (1999) ao analisar os elementos essenciais fundantes de uma disciplina. A saber: *"...nas fases iniciais do desenvolvimento da disciplina, as contribuições individuais podem ser mais significativas – ainda que sempre vinculadas à difusão social dos conhecimentos"*.(CAPEL, 1999:22, grifo nosso).

Com tal afirmativa, Capel ajuda-nos a entender como que na fase de consolidação de um determinado campo do saber, indivíduos reconhecidos em outras áreas disciplinares ou outras regiões ou países têm relativa importância na medida que estes são considerados como "guardas da racionalidade" disciplinadora, e que passam a determinar, ou ao menos condicionar, os critérios e problemas relevantes para a disciplina.

Ainda no que concerne à relevância de Monbeig na criação de um *estilo de pensamento*, assim como na organização e legitimação da disciplina e de seu órgão representativo (AGB), podemos fazer referência aos textos que trazem, não só Monbeig, mas também outros franceses como Deffontaines, Francis Ruellan, ou ao clássico texto de Nice Lecoq Müller, de 1961, que narra importantes momentos da geografia brasileira chamada por Sposito (2000) de fase "heróica". Neste texto, a autora conclui: *"...num gesto de orgulho por ter sido atuante na AGB ao participar das assembléias que 'ninguém poderá roubar à AGB a honra de ter sido a pioneira na renovação do espírito e da estrutura dos congressos científicos no Brasil..."* (SPOSITO, 2000, p.166).

É importante essa passagem em que o autor faz menção ao texto de Müller num momento em que o pensamento geográfico brasileiro se encontra em fase de consolidação e a busca pela legitimação aparece nos textos, ora trazendo os grandes nomes e seus feitos, ora ressaltando um importante momento e importantes atividades como os trabalhos de campo realizados durante a Assembléia de Lorena, evento onde pela primeira vez representantes da geografia do Rio de Janeiro e de São Paulo se reúnem dando caráter nacional a esse evento (MONTEIRO, 1980).

Nesse momento cabe outra importante citação de Capel (1999) que ajuda a entender como a valorização dessas passagens da história da entidade, mesmo que uma história curta para aquele momento, serve de reforço na constituição da identidade da disciplina³:

Mitos heróicos e utopias gerais, ou disciplinas específicas proporcionam ao novato ideais que lhe permitem se afirmar como um cientista esforçado no avanço do conhecimento e como especialista numa área do conhecimento concreto. (CAPEL: 1999, p.24)

Assim, Capel insere a questão das justificativas ideológicas na constituição das disciplinas, e continua:

[...] as histórias das disciplinas possuem um papel essencial pois proporcionam aos cientistas uma imagem de si mesmos, da comunidade a quem pertencem e do sentido de seu trabalho. Através da história da disciplina científica, se constróem e se difundem os mitos e as ideologias que proporcionam coesão e autoconfiança na comunidade científica: quais são seus progenitores e suas figuras mais ilustres, sua dignidade como cientista, os objetivos e a relevância social do seu trabalho, bem como as relações de cooperação ou conflito com outras disciplinas ou subdisciplinas. (CAPEL: 1999, p.25).

Outra importante questão ressaltada nos textos que fazem referência à AGB e seu papel na constituição da geografia brasileira diz respeito a uma problemática levantada por Fourez (1995), a saber os conflitos no interior das comunidades científicas. Gerard Fourez argumenta que

³ O próprio texto que ora apresentamos teria esse caráter, segundo o ponto de vista de Capel aqui apresentado.

o termo "comunidade científica" possui caráter ambíguo, uma vez que se pratica na comunidade científica uma divisão do trabalho, onde existem inclusive conflitos de interesse. Esse autor afirma que existe uma falsa imagem de comunidade, pois que há uma acentuada hierarquização interna resultante de interesses divergentes em seu interior. Três autores dissertaram bem sobre esta questão e a AGB: Mamigonian (1991), Fernandes (1995) e Sposito (2000).

Nos três textos aparece a predominante divergência entre os associados de primeira linha e os associados de segunda categoria, entre estes últimos uma forte presença dos estudantes. Quem trata dessa problemática mais diretamente é Fernandes (1995) que disserta sobre a democratização no interior da AGB, processo marcante nas décadas de sessenta e setenta. Para Fernandes, após a década de 50, aumenta significativamente o número de associados. Tal fato, para o autor, é reflexo da consolidação da geografia brasileira e da expansão de cursos de geografia em algumas cidades do interior. Nos dizeres do autor:

Até a década de cinquenta para se tornar sócio efetivo da AGB era necessário ser reconhecido como geógrafo, ou seja, a AGB funcionava como *corporação de ofício*. A "abertura" aconteceu em 1962 quando foi criada a figura do sócio cooperador. Dessa forma deixa de existir a figura do sócio efetivo e passaram a existir dois tipos de associados: o cooperador e o titular. (FERNANDES: 1995, p. 33).

As sucessivas reformas estatutárias são reflexos dos embates. Exemplos importantes são as reformas de 1970 em São Paulo e a de 1979, também em São Paulo, resultado das propostas realizadas no III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado em Fortaleza em 1978. Fernandes lembra das mudanças na estrutura de funcionamento da AGB como, por exemplo, a criação das seções locais, em base municipal, e todos os sócios passando a possuir os mesmos direitos e deveres diferentes, com os estudantes passando a desfrutar de 50% de desconto nas anuidades a partir da década de 70, que também reflete esses embates⁴.

Fernandes critica as posturas de Mamigonian (1991) e Andrade (1992) que atribuem caráter populista às novas práticas criadas no seio das discussões. De acordo com Andrade, a direção da AGB foi pressionada por grupos que se apossaram do poder fazendo as reformulações com o fim de dar maior poder aos jovens. Para Fernandes, esses autores desconsideram as contribuições dos estudantes, e aponta que o trabalho conjunto de professores e estudantes nas diretorias das seções locais ou nas comissões possui importante papel pedagógico na formação dos estudantes. As atividades e debates desenvolvidos nesses espaços fomentam a qualidade dos trabalhos realizados, quer na pesquisa ou no ensino. Em entrevista concedida, Fernandes diz que atualmente a participação dos estudantes nas direções, ocupando cargos como nas secretarias, é o que ocorre na seção local de Presidente Prudente.

Sposito (2000) argumenta a importância de se dar atenção ao perfil assumido nas Assembléias, Congressos e Encontros, assim como nas publicações, tais como o Boletim Paulista de Geografia e Caderno Prudentino de Geografia, entre outros. Os temas e problemas por eles tratados refletem o contexto social vivido no momento, tanto interna como externamente⁵. Sposito cita, por exemplo, a politização dos temas tratados a partir de 1977, nos periódicos e nos congressos, já que este é um momento de inserção do pensamento marxista nas teorizações e práticas no cerne da geografia brasileira, levando as questões teóricas ao encontro das questões políticas. Desfechando essa discussão, trazemos uma citação de Sposito que reforça o que foi dito anteriormente:

⁴ Um exemplo desses embates foi apontado pelo Prof. Marcos Alegre, que em 1978, durante o III ENG, como então presidente da AGB nacional, levou a cabo o debate sobre a regulamentação da profissão de geógrafo que vinha sendo discutida no Congresso Nacional e que viria a ser promulgada no ano seguinte. Ressaltamos que esse debate perdura até hoje no interior da associação.

⁵ A título de exemplo, podemos citar o número 10 do CPG de 1987 que foi inteiramente dedicado a problematizar a elaboração da Nova Constituição Brasileira, e quais as possíveis contribuições do Geógrafo.

[...] é preciso dizer que nos eventos científicos da AGB, os debates que ocorrem, e mesas redondas, apresentação de comunicações, cursos e mesmo nos bastidores, são fundamentais para produção científica que vai se delineando, cada vez mais intensa, complexa e com diferentes tendências que, como elementos contraditórios, fazem o movimento do pensamento geográfico. Ora com maior ênfase nos aspectos políticos da ciência, ora com preocupações mais voltadas para a epistemologia da produção científica, os debates vão construindo, reconstruindo e expressando as bases da Geografia e, por conseguinte, o papel dos geógrafos. (SPOSITO: 2000, p.167)

A Seção Local Presidente Prudente

Para a elaboração das considerações que se segue, foram realizadas duas atividades visando a reconstrução das origens da AGB seção de Presidente Prudente e de sua atuação enquanto entidade representante dos profissionais e estudantes em Geografia de Presidente Prudente.

Primeiramente, foi realizada uma revisão das publicações da AGB local, mais precisamente dos Cadernos Prudentino de Geografia⁶ (CPG), das atas de reuniões e textos que versam sobre a atuação da entidade, assim como publicações de eventos que tiveram a AGB local como principal organizador ou como parte das comissões organizadoras, como as diversas Semanas de Geografia, por exemplo, realizados junto ao Departamento de Geografia da FCT/UNESP, assim como eventos de caráter nacional, a exemplo dos ENG de 1972 e 1992 e as edições do Encontro Nacional de Ensino de Geografia (Fala Professor) em 1995 e 2003 e dos antigos encontros locais e regionais de Geografia.

Num segundo momento foram realizadas entrevistas com alguns geógrafos que atuaram na direção ou fizeram parte da organização da AGB local desde a sua formação⁷.

Em poucas palavras, o que pretendemos nesse momento, é, dentre as diversas seções locais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, num total de aproximadamente 45, ressaltarmos as características e fatos que dão à seção local da AGB de Presidente Prudente um conjunto de especificidades e consolidam uma identidade.

No que se refere à apresentação do texto, não nos preocupamos em estabelecer uma ordem cronológica dos fatos e eventos uma vez que tal formatação, sobre nosso ponto de vista, empobreceria a discussão das problemáticas diluídas no texto.

A cidade de Presidente Prudente, localizada no Pontal do Paranapanema, a 560 km da Capital do Estado de São Paulo, possui relativa distância dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo. Mesmo assim, podemos considerar de grande relevância a participação da Geografia e da AGB – Seção Local Presidente Prudente no contexto geográfico nacional.

Fundada em 17 de maio 1975, basicamente por professores do Curso de Geografia da então em formação Universidade Estadual Paulista (UNESP), ainda como núcleo local, que perduraria até 1980, quando se transformaria em seção local, a AGB – Presidente Prudente. Na primeira diretoria, ainda como núcleo local, figurava a presença de Fernando Salgado.

A fundação do núcleo local efetivou-se pouco antes do início da transformação dos institutos isolados de ensino superior de terceiro grau na terceira universidade do estado de São Paulo, a UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), e o cerimonial de sua fundação contou com a presença de uma comitiva presidida pelo Prof. José Ribeiro de Araújo Filho, da USP.

Para seus fundadores, a história da seção local inicia-se antes de sua fundação, com a realização, na cidade de Presidente Prudente, do I Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), em 1972, que a partir deste ano passaram a substituir as Assembléias Anuais da AGB, como aponta Fernandes (1995). Toda a mobilização requerida para a organização do I ENG e a visibilidade que o evento deu ao curso consolidou sua imagem frente aos demais.

⁶ A AGB – Seção Local Presidente Prudente procura contribuir para o debate e discussão da ciência geográfica a partir da publicação do seu periódico “Caderno Prudentino de Geografia”, editado desde 1981 e que se encontra no número 24 e em fase de reformulação visando a sua semestralização.

⁷ No final do texto apresentamos a relação dos entrevistados.

Segundo relato do Prof. Marcos Alegre, este evento trouxe um conjunto de atividades que deram visibilidade à Geografia que se fazia nas instituições localizadas no interior do País. A realização do I ENG em Presidente Prudente, em 1972, e, pouco depois a implantação dos núcleos locais, mesmo que subordinados às regionais, consolida de vez a Geografia e a atuação da AGB além das grandes capitais.

Seria, no entanto, a partir de 1978 que a seção local de Presidente Prudente, bem como a Geografia por ela produzida, tomaria maior visibilidade, devido ao processo de democratização da entidade e também ao crescimento do Departamento de Geografia da FCT/UNESP, como ressaltou em entrevista o Prof. Marcos Alegre, e como também nos aponta o Prof. Eliseu Sposito, segundo o qual a maior parte das AGBs locais se fortalecem e se sustentam em parcerias com os respectivos Departamentos de Geografia.

Antes da formação do núcleo local, os alunos e professores do curso de Geografia de Presidente Prudente reunidos formavam o Centro de Estudo em Geografia "Pierre Deffontaines", vinculado ao Diretório Acadêmico, e atuava organizando visitas de professores importantes para palestrar, tais como Michel Coquery, em 1976, Milton Santos em 1978, Jean Louis Boudou e eventos culturais como apresentações de filmes, por exemplo, como bem salienta o Prof. Eliseu Sposito, aluno do curso de Geografia na época.

O ENG de 1972, ocorrido em Presidente Prudente, marca o início das mudanças de paradigmas da Geografia Brasileira, com o centro do debate se dando entre a Geografia Quantitativa e a Geografia Crítica, de viés marxista, assim como se discutiram as questões que estavam, naquele momento, ocupando espaços nos meios de comunicação e nas Universidades, como por exemplo os grandes projetos de desenvolvimento tais como a construção da Transamazônica e os projetos de colonização na região norte do Brasil.

O Prof. Sérgio Braz Magaldi, que dirigiu a seção local da AGB durante os anos de 1988 e 1989 menciona a importância que teve a UPEGE, União Paulista dos Estudantes de Geografia, que em seus encontros introduzia os alunos nas complexas tarefas de organização de eventos e publicações e nas discussões dos problemas da atualidade para o momento.

A participação nas comissões organizadoras de eventos e a participação nas associações, como a UPEGE e a própria AGB, davam e, em alguns casos, continuavam dando, uma grande oportunidade para o aprendizado de questões burocráticas e das diferentes concepções sobre problemas teóricos e políticos referentes ao fazer ciência que residem no interior das Universidades.

O Prof. Cláudio Benito O. Ferraz, que dirigiu a AGB de Presidente Prudente por duas ocasiões, nos quatro anos finais da década de 1990, concorda com esse caráter pedagógico da AGB, uma vez que, segundo ele, a importância da atuação na organização de uma AGB local reside no fato de ter lhe proporcionado acesso a informações importantes, a participação na organização de eventos em caráter nacional, a troca de experiências e possibilidades de dinamizar e aprofundar as discussões referentes ao conhecimento geográfico, assim como proporciona entrarmos em contato com as dificuldades das direções dessas associações, tais como a falta de recursos, a centralização do poder decisório, a ausência de diretrizes mais profissionais e politicamente definidas, entre outros aspectos.

Em 1980 o núcleo local foi transformado em seção local, com sua primeira diretoria fundada nos nomes dos professores Armando Pereira Antonio e Olímpio Beleza Martins. O primeiro Caderno Prudentino de Geografia (CPG), que veio a substituir os antigos Boletins do Departamento de Geografia, foi lançado em junho de 1981.

No III Encontro Nacional Geógrafos, em 1978, na cidade de Fortaleza, dá-se o marco definitivo da ascensão da Geografia Crítica no centro do debate da ciência geográfica, com a presidência da AGB - Nacional sendo ocupada por um membro de Presidente Prudente, o Prof. Marcos Alegre, que assumira o cargo, provisoriamente, com o compromisso de modificar o estatuto.

Neste evento aprova-se o novo estatuto da entidade, com a participação da categoria sócio-estudante, com 50% de desconto na anuidade e a criação das seções locais substituindo as seções regionais e os núcleos locais. Tem-se aí um importante momento daquilo que se convencionou chamar de democratização da AGB, resultante de um longo período de debates referentes à organização da AGB que, segundo muitos críticos, ainda permanecia com um caráter elitista por não permitir o acesso mais amplo de estudantes.

Todo esse movimento de democratização da AGB culmina no IV Encontro Nacional de Geógrafos do Rio de Janeiro em 1980, marcado pela maciça presença dos estudantes e a emergência da nova liderança de Ruy Moreira. Cabe destacar que, em 1979 foi regulamentada a profissão de geógrafo, coroando uma luta assumida pela AGB desde a década de 1950.

Todo o movimento de democratização da AGB resulta de um conjunto de contradições que residiam em seu interior, e que, uma vez resolvidas geram novas contradições. É salutar mencionarmos as palavras de Eliseu Savério Sposito que afirma que a democratização da AGB na verdade produziu novas figuras e que acabavam por personificar a associação. Assim a diretoria da associação passa a se identificar com o presidente, ou seja, a primeira perde força e o segundo ganha força. Segundo Sposito, "na medida que ela se abre, ela se fecha na figura do presidente"⁸.

Daf concluirmos que esta contradição, expressa na forma da organização da associação, implica numa crise de representação da associação, ou como diz Bernardo Mançano Fernandes, "uma certa agonia", conferida no problema da falta de assiduidade no pagamento das anuidades por parte dos sócios por exemplo. Na seção de Presidente Prudente nota-se, claramente, que a mobilização efetuada somente por ocasião da organização de eventos e da reunião de recursos para a elaboração dos Cadernos Prudentinos de Geografia (CPG) é que dá um certo caráter difuso às ações da associação, que somente toma corpo em momentos esporádicos, como os já citados, e sempre fundados na ação de um grupo pequeno⁹.

Sobre tal problema, Cláudio Ferraz, ressalta um certo caráter "encontrista" da AGB, fruto da estrutura amadora e que realmente só toma corpo nas semanas que antecedem aos eventos. Sposito chega a dizer que a existência de algumas seções se resume nos livros de ata.

Tal contradição, escondida sobre o rótulo de associação, mostra o quanto Capel tem razão quando afirma que as ações individuais, não raras vezes, constituem fator determinante para a sobrevivência das associações. Exemplo claro foi o problema gerado pela desistência da seção de Ijuí na organização do V ENEGE, que foi rapidamente assumida pela direção da seção de Presidente Prudente, mobilizando um grupo pequeno, mas que posteriormente revelou-se de grande eficiência. Prova dessa afirmativa foram os bons resultados do evento, expressos, por exemplo, no número de trabalhos inscritos e no número de participantes, bem como pelas deliberações e tomadas de posição da AGB frente a temas atuais e polêmicos, como o Exame Nacional de Cursos (Provão).

Reforçando a idéia lançada sobre uma certa fragilidade no que concerne a representação da AGB frente à categoria, é a dependência que associação teve e continua tendo em relação à Universidade, tanto na mobilização de recursos quanto para a organização dos eventos e publicações. Sposito lembra das dificuldades na organização e publicação dos CPG, sobretudo na década de 1980, quando as edições eram copiadas por meio do uso de mimeógrafos e feitos com recursos retirados do bolso dos próprios professores e do Departamento de Geografia.

Ainda com relação ao forte laço entre a associação e a Universidade, uma possível causa desse laço pode se dar pela pouca representatividade dos professores do ensino fundamental e médio nos quadros de associados das seções locais, bem como sua participação como membros da diretoria (voltaremos a esse assunto mais adiante). Entendemos isso como algo que deve ser revisto pela associação como possibilidade para sua expansão e legitimidade perante a sociedade como um todo e não apenas pela academia, o é que feito com algumas exceções, nas seções locais da AGB - Porto Alegre e AGB - Bauru.

Reforçando a dependência da AGB em relação à Universidade, podemos citar a recente doação de um pequeno espaço pela direção da FCT/UNESP para a construção da sede da AGB local de Presidente Prudente.

Fato importante e que ilustra um pouco mais essa relação, AGB - Departamento de Geografia, foi a publicação do CPG n. 4, de dezembro de 1982. Esta edição expressa a relação

⁸ Veja o rol de entrevistados e informações a respeito destes no final do texto.

⁹ Com relação ao esforço esporádico entendemos ser interessante ressaltar o empenho da atual diretoria na construção da primeira sede própria da AGB no Brasil.

entre a AGB e do departamento de Geografia do IPEAPP com a comunidade científica estrangeira, no caso a Université de Paris I – Sorbonne-Panthéon, representado pelo Prof. Michel Rochefort, diretor do Laboratoire de Géographie Humaine de l'Institut de Géographie em Paris.

Essa edição especial, que resulta dos esforços da AGB local junto ao Departamento, traz textos de Rochefort versando sobre várias temáticas, a saber: organização do espaço regional no contexto global, problemas organização do espaço urbano, aspectos da pesquisa sobre serviços de saúde e instrução em Campina Grande e Londrina.

No ano de 1982, realizou-se em Presidente Prudente, o I Encontro Regional de Geógrafos, com iniciativa a organização da seção local e a participação das seções locais de Rio Claro, São Paulo, Londrina, Maringá e Campo Grande, cujo objetivo eram as discussões de temas propostos para a composição do temário do V Encontro Nacional de Geógrafos. Os debates e os relatos das mesas do encontro resultam na publicação do terceiro número do CPG.

Outro evento promovido pela seção local em que alguns textos acabam sendo reproduzidos na forma de artigos no CPG, foi a discussão em uma mesa redonda (A AGB e a Contituinte) em maio de 1987 acerca do papel dos geógrafos em relação à nova Constituição que se encontrava em fase de laboração. Assim, o CPG número 10 constitui-se em um número especial sobre a nova Constituição brasileira que se encontrava em discussão, apresentando os textos resultantes de mesa redonda e ainda com colaborações de textos elaborados por outras seções locais (Brasília, Londrina e Porto Alegre) e o documento final das discussões do VI ENG.

A seção local de Presidente Prudente viria, ainda, a realizar nos anos de 1990 três grandes eventos de âmbito nacional promovidos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. Em 1992, tem-se a realização do IX Encontro Nacional de Geógrafos, marcado por intensos debates e discussões e a aprovação, na plenária final do evento, de algumas mudanças no estatuto da entidade, vigente até os dias atuais.

No ano de 1995, a AGB – Presidente Prudente juntamente com a DEN (Diretoria Executiva Nacional) realiza, mais uma vez em Presidente Prudente, um evento nacional, desta vez o III ENEGE (Encontro Nacional de Ensino de Geografia), comumente denominado "FALA PROFESSOR!", no qual procurou-se discutir o ensino de Geografia nos âmbitos da educação básica e superior, como também o papel do professor de geografia frente às políticas educacionais e seu papel na formação de alunos e estudantes cidadãos.

A organização do III ENEGE em Presidente Prudente resultou das tentativas que a direção desse período, fundada nas figuras dos Professores Bernardo Mançano Fernandes e Raul Guimarães Borges, realizou objetivando dar maior visibilidade da AGB junto aos professores da Rede Pública de Ensino.

Segundo os Professores Sérgio Magaldi e Bernardo Mançano Fernandes, o início dos anos 90 foi marcado pelas tentativas de aproximação da AGB local com a escola pública, principalmente por meio da organização de cursos de formação de professores, fundamentados no ideal da formação continuada. Um dos resultados dessas ações foi o fato da direção da AGB ter sido assumida pela professora Maura, em 1992.

Essas medidas são lembradas por Cláudio B. Ferraz como tentativas de superar um certo ranço intelectualista e academicista construído historicamente na AGB. Ferraz lembra os vários comentários críticos que a eleição para a direção da AGB Nacional dos professores Ruy Moreira e Zeno S. Crocetti, que na época não possuíam o título de doutor, receberam.

Ainda, segundo Ferraz, durante sua direção foi organizado o VIII Seminário de Ensino de Geografia. Este evento foi organizado por alunos e serviu de prévia para a preparação do Encontro Nacional de Vitória da Conquista.

Essa relação da AGB local de Presidente Prudente com os professores da rede pública de ensino pode ser constatada pouco antes desse período, como quando da publicação, no CPG, de textos elaborados por professores da rede pública. No n. 09, de março de 1987, por exemplo, que contém o texto da professora Denise Helena Carollo sobre o conteúdo ideológico do ensino de Geografia e de história no Brasil, num esforço de dar visibilidade ao pensamento do professorado da rede pública.

Expressão da tentativa de aproximar a Geografia da academia com a Geografia escolar, tem-se a publicação, no CPG n. 13, de um artigo sobre o papel dos trabalhos de campo, muito desenvolvido na academia, mas pouco realizado com os alunos do ensino fundamental e médio.

Ainda com relação à preocupação da seção local com o ensino de Geografia, ressaltamos a publicação em julho de 1995 o CPG n. 17 que, numa espécie de Dossiê (Geografia e Ensino), contém apenas artigos discutindo temas do ensino de Geografia e suas reflexões teóricas, como aponta o editorial do periódico:

Geografia e Ensino traz textos instigantes e contempla temas cujos horizontes epistemológicos e teóricos assentam-se no emparedamento de questões "cristalizadas" na discussão e na reflexão geográfica no cotidiano, dentro e fora da sala de aula, ou estejamos nós onde for, como o enumerário de dicotomias Sociedade x Natureza, Geografia física x Geografia humana, etc. Como também a imprecisão teórico-conceitual presente no "nosso" discurso e mais recentemente, as dificuldades por "nós" manifesta de entendermos o novo mapa do mundo, as novas estratégias de dominação do capital (Globalização, etc) e o que ensinamos como sendo Geografia, e que Geografia é essa! E daí a questão: qual o ordenamento e "leitura" dos fenômenos sociais que intencionamos nos "nossos" discursos em nome desse ou daquele conteúdo (geográfico)? (EDITORIAL, 1987)

Percebe-se que, a partir desse número, vários outros artigos sobre o ensino de Geografia foram sendo publicados nas edições posteriores.

Recentemente foi realizado e organizado, entre os dias 20 a 24 de Julho de 2003, do V ENEGE "Fala Professor!", após a desistência da Seção Local Porto Alegre, que havia sido definida como organizadora desse evento, que seria realizado na cidade de Ijuí-RS. O atual Presidente da AGB, Professor Bernardo Mançano Fernandes relatou em entrevista que o fato de a AGB local de Presidente Prudente (atualmente sob direção do doutorando Prof. Ms. José Augusto da Silva, aluno do Programa de Pós-graduação da FCT/UNESP), ter assumido a organização de um evento de dimensão nacional, com um curto período para realizar todas as tarefas organizacionais, foi uma verdadeira demonstração da capacidade de atuação desta seção e de seu compromisso com a AGB nacional e com a Geografia brasileira.

Ainda na década de 1990, tem-se em Presidente Prudente a realização do 6º SIMPURB (Simpósio Nacional de Geografia Urbana), cuja promoção se dá, mais uma vez, com a participação da seção local, em conjunto com os departamentos de Geografia e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, evento no qual se discutiram os conceitos e os paradigmas da Geografia Urbana Brasileira.

No ano de 2003, além da realização em Presidente Prudente do V ENEGE, outro evento resultado da mobilização e do esforço da seção local de Presidente Prudente, juntamente com o Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, foi a realização entre os dias 03 a 05 de dezembro do I Simpósio Nacional de Geografia da Saúde, que contou com a presença de profissionais de várias áreas do conhecimento, demonstrando ser um evento inter/pluridisciplinar, como também a importância da ciência geográfica no que tange aos problemas relacionados ao campo das políticas de saúde pública¹⁰.

Outro destaque que podemos observar durante a década de 1990 é a presidência da AGB – Nacional por mais um membro da seção local de Presidente Prudente, o Prof. Antonio Thomaz Jr., entre os anos de 1996 e 1998, que apesar de muitas discussões e divergências, conseguiu convencer a entidade a realizar seu XI ENG numa cidade do interior do país, como ocorreu em Presidente Prudente, que foi o caso de Vitória da Conquista – BA em 1998.

Por último, destacamos a importante contribuição que os alunos do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP vêm dando à seção local da AGB.

O Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP foi implantado em 1988. A participação de seus alunos na AGB local tem início como membros da organização de eventos e na publicação de seus trabalhos de pesquisa em forma de artigos nos CPG. Nas gestões de 1998 à atual, as chapas concorrentes e as direções eleitas foram compostas basicamente por alunos pós-graduados ou pós-graduandos.

¹⁰ Resultados das mesas redondas do I Simpósio Nacional de Geografia da Saúde podem ser encontrados na edição de número 25 do CPG, que traz, em especial, 08 artigos elaborados pelos conferencistas do evento.

A presença predominante dos alunos pós-graduandos nas últimas direções da AGB local reflete, em parte, a perda de importância da entidade para os olhos dos professores universitários que, numa postura tarefaira e submetidos às pressões de uma realidade que cobra dos profissionais da academia posturas cada vez mais pragmáticas e carreiristas, acabam por visar somente auxiliar na realização de encontros, revistas e/ou atender às necessidades departamentais. Nos dizeres do Professor Ferraz, "os conflitos antes implícitos foram subsumidos à lógica produtivista e ao marasmo político presente no trabalho acadêmico". O que dá a algumas seções locais apenas o caráter de uma instância alternativa de exercício de poder institucional, ou então uma "espécie de morto vivo que insiste em caminhar sobre a terra apenas pela inércia das forças em jogo"¹¹.

Concluindo...

...de forma geral, buscamos neste ensaio discutir os principais problemas que surgem quanto, numa tentativa de compreensão, ressaltamos as contradições que dão movimento e, portanto, firmam a identidade das comunidades científicas.

Mais especificamente, objetivamos ressaltar como se dá esse movimento na institucionalização da Associação dos Geógrafos Brasileiros, a AGB, num primeiro momento em âmbito nacional e, num segundo, momento em relação à seção local de Presidente Prudente/SP.

Nossos referenciais para a compreender o universo submerso em contradições das comunidades científicas são as idéias de autores como Capel (1999), Bachelard (1996), Popper (1957) e Fourez (1995), todos tendo em comum a preocupação em qualificar o conhecimento científico como uma produção social, que como tal, reflete as contradições e conflitos da sociedade do momento. Nosso principal objetivo foi o de ressaltar as particularidades de uma comunidade específica, a dos geógrafos, no que se refere a sua constituição e organização, compreendendo que, sob o título de associação, muitas vezes passasse despercebido o complexo campo de conflitos que da forma a AGB.

Seus paradoxos e contradições dão à AGB uma heterogeneidade que resulta de num jogo de relações que se desenvolvem nas escalas nacionais e locais. Por meio da reconstituição da história dessa associação, buscamos subsídios para conceituar a AGB nacional e a seção local de Presidente Prudente enquanto comunidades científicas, com a ressalva de desenvolver um sentido mais amplo ao termo.

A seção local de Presidente Prudente mesmo com todas as dificuldades participou maciçamente nos eventos nacionais promovidos pela entidade, sendo, na maioria das vezes, uma das seções locais que mais apresenta trabalhos e contribuições, seja em mesas redondas ou em outras formas de apresentação, demonstrando, assim, grande interesse no debate acerca da ciência geográfica.

Finalizando, diagnosticamos que sob um "passado heróico", a AGB vive e convive com uma série de problemas que geram uma espécie de crise de representação, agoniza, pra usar um termo do Professor Bernardo M. Fernandes e atual presidente. A AGB deve construir uma identidade que lhe confira um caráter mais propositivo, onde figurem projetos politicamente mais amplos, reunindo os resultados dos debates fomentados em várias escalas e das pesquisas em Geografia.

Toda essa problemática passa pela forma de organização de sua estrutura e pelo comprometimento político que cada uma assume no interior do discurso geográfico e de sua práxis enquanto intelectual.

Bibliografia

ANDRADE, M. C. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, n.72, 1994, p.63-82.

ANDRADE, M. C. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB/Marco Zero, n.09, 1992, p.143-152.

ANDRADE, M. C. A institucionalização da geografia brasileira. In: ANDRADE, M. C. *Geografia: ciência da sociedade*. São Paulo: ATLAS, 1987, p.81-93.

- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CAPEL, Horácio. *O nascimento da ciência moderna e a América: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território*. Maringá: EDUEM, 1999.
- CAPONI, Gustavo Andrés. De Viena a Edimburgo: Karl Popper e os dois programas da sociologia do conhecimento. *Revista Reflexão*. Campinas/PUCAMP, n.64/65, p. 77-106, janeiro-agosto, 1996.
- FERNANDES, Bernardo. M. O ensino e a pesquisa na Geografia e o papel da AGB. *Revista Geografia*. Campo Grande: UFMS, n. 01, set/dez, 1995, p.31-35.
- FOUREZ, Gérard. O método científico: a comunidade científica. In: FOUREZ, Gerard. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética da ciência*. São Paulo: Editora Unesp, 1995, p.91-102.
- MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. *Terra Livre*. São Paulo: AGB/Marco Zero, n.08, 1991, p.157-162.
- MONTEIRO, Carlos A. de F. *A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia - USP, 1980.
- SPOSITO, Eliseu S. *Contribuição à metodologia de ensino do pensamento geográfico*. (Tese de Livre Docência). Pres. Prudente: FCT/UNESP, 2000. 210 p.
- SPOSITO, Eliseu S. Breve histórico da AGB. *Caderno Prudentino de Geografia*. Pres. Prudente, n. 05, 1984, p.97-100.
- ZUSMAM, Perla Brígida. Na procura das origens da AGB. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB n.78, 2001, p. 07-32.

Além das obras acima relacionadas, foram consultados todos os números do Caderno Prudentino de Geografia (nº 01 ao nº 24).

Pessoas entrevistadas e datas das entrevistas

Prof. Bernardo Mançano Fernandes (28/10/03) – Atual Presidente da AGB Nacional e diretor da AGB – Seção Local de Presidente Prudente gestão 1990-1992.

Prof. Cláudio Benito O. Ferraz (24/10/03) – diretor da AGB – Seção Local de Presidente Prudente nas gestões 1996-1998 e 1998-2000.

Prof. Eliseu Savério Sposito (31/10/03) – Professor há mais de vinte anos na FCT/UNESP, atual Editor da Revista Terra Livre foi presidente da Seção Local de Presidente Prudente na gestão 1982/1984.

Prof. Marcos Alegre (15/10/03) – Presidente da AGB- Nacional em 1978 e fundador da AGB – Seção Local de Presidente.

Prof. Sérgio Braz Magaldi (23/10/03) – diretor da AGB – Seção Local de Presidente Prudente na gestão 1988 -1990

AGB – SEÇÃO DOURADOS: MEMÓRIA E HISTÓRIA DE UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

AGB – Seção Dourados: Memory and history on the process of collective construction

AGB – Seção Dourados: Memoria y historia del proceso de la construcción colectiva

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Dourados

Correio eletrônico: *agb.dou@ceud.ufms.br*

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar o processo de construção da Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção Dourados, criada em 1994. O texto elenca as principais atividades realizadas, o processo de integração em nível nacional e destaca a participação da seção na publicação da Revista de Geografia.
Palavras-chave: Dourados, geógrafos, eventos, militância, Revista de Geografia.

Abstract: This text has as a purpose to present the construction process of the Association of the Brazilian Geographers – Dourados section, founded in 1994. The text shows the main activities already achieved, the process of the national integration and it focuses the participation of the section in the publication of the Geography Magazine.

Key words: Dourados, geographers, events, militancy, geography magazine.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar el proceso de la construcción de la Asociación dos Geógrafos Brasileiros – Seção Dourados, creada em 1994. El artículo lista las principales actividades realizadas, el proceso de integración en nivel nacional y destaca la participación de la sección en la publicación de la Revista de Geografia.

Palabras clave: Dourados, geógrafos, eventos, enganchamiento, Revista de Geografia.

Introdução

A construção e manutenção da AGB - Seção Dourados foi e continua sendo uma construção coletiva da qual participaram e participam, além das pessoas nominalmente citadas neste texto, todos aqueles que estiveram presentes às assembléias gerais, aqueles que acreditam que uma classe se faz forte quando organizada e por isso tornaram-se sócios contribuindo regularmente com sua anuidade, aqueles que enviaram seus textos para publicação na Revista de Geografia e aqueles colaboradores anônimos cujo tempo foi roubado dos afazeres profissionais e pessoais cotidianos, aqueles que, independente das circunstâncias, se fizeram presentes quando foi necessário.

No dia 13 de abril de 1994 o Jornal “O Progresso”, editado no município de Dourados, publicava a seguinte manchete “Professores e acadêmicos criam Comissão pró-AGB”. Trazia como subtítulo: “A profissão do geógrafo se expande além das atividades docentes”. Era o início oficial da AGB – Seção Dourados. Os primeiros parágrafos da reportagem registravam:

Terra Livre	São Paulo	Ano 20, v.1, n. 22	p. 85-97	Jan-Jul/2004
-------------	-----------	--------------------	----------	--------------

Reunidos na última sexta-feira no Centro Universitário de Dourados (CEUD/UFMS), professores e alunos do curso de Geografia criaram a Comissão Pró-AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros). Os membros desta comissão percorrerão as escolas das redes estadual, municipal e particular de ensino, com a finalidade de filiar sócios, divulgar e esclarecer sobre a importância da associação. Serão filiados professores de geografia e acadêmicos do curso com o propósito de manter um veículo de divulgação do conhecimento geográfico, através de artigos, resenhas e notas, que futuramente pode culminar num Caderno Douradense de Geografia e, também, facilitar aos sócios a participação de encontros regionais e congressos da AGB em nível nacional. (Jornal O Progresso, 13/4/2003, p. 4).

De 1994 para 2003 foram muitas transformações. O Centro Universitário de Dourados (CEUD) passou de Centro Universitário para Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e vive a discussão do projeto para implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O Caderno Douradense de Geografia materializou-se na Revista de Geografia, que publicou em 2003 seu número 17, com tiragens semestrais.

A história da Seção Dourados sempre esteve ligada ao curso de Geografia da UFMS – Campus de Dourados. A reunião para formação da Comissão Pró-AGB foi realizada dia 8 de abril de 1994 nas dependências do Laboratório de Geologia e contou com a presença de José Laerte Cecílio Tetila (Professor de geografia na UFMS e Prefeito do Município de Dourados na gestão 2001/2004); Lisandra Pereira Lamoso, Maria José Martinelli Silva Calixto, Márcia Yukari Mizusaki, Mário Cezar Tompes da Silva, Pedro Alcântara de Lima, Adáuto de Oliveira Souza, Silvana de Abreu e Mário Geraldini (professores no curso de geografia da UFMS), José Carlos Batista (professor de geografia na rede estadual do município de Dourados), o professor substituto Valmir Gabriel Ortega e os alunos do curso: George Maia Mistral, Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros, Gilmar Trindade Braga, Gilson Kleber Lomba. A Comissão Pró-AGB, constituída entre os presentes, ficou assim composta: José Carlos, Valmir, Lisandra, Gilson e Silvana.

As primeiras atividades estiveram ligadas às inscrições para participação no V Congresso Nacional de Geógrafos, realizado em Curitiba-PR. Desde então, os anos dos Encontros Nacionais representam movimentação financeira extra para os caixas da seção. Neste ano, a AGB participou, junto com a Coordenação de Curso, na organização e no tema da III Semana de Geografia do CEUD: “O ensino e a pesquisa na Geografia e o papel da AGB”, de 4 a 8 de julho de 1994. Nessa ocasião, esteve em Dourados proferindo palestra de abertura do evento, o Prof. Bernardo Mançano Fernandes, da UNESP de Presidente Prudente, com o tema “O ensino e a pesquisa na Geografia e o papel da AGB”¹.

Em 1995, por ocasião das comemorações do Dia do Geógrafo, a seção, junto com o Colegiado de Curso e o Centro Acadêmico de Geografia, organizou a IV Semana de Geografia com o tema: “Mercosul, Territorialização e Tecnologia: o papel do geógrafo. Nesses eventos costumava-se contar com palestrantes convidados de outras Universidades e foi estreita a colaboração dos professores da Unesp de Presidente Prudente, menos do que pela localização geográfica próxima e mais pela relação de admiração intelectual e laços de amizade, pois parte dos professores do curso de Geografia da UFMS haviam se formado nesta Instituição. Em 1996 foi a vez do Prof. João Lima Santana Neto discorrer sobre “O papel do geógrafo e sua participação no mercado de trabalho”.

Além dos eventos de caráter acadêmico, foram pensadas formas de maior congregação entre os sócios e uma das formas postas em prática foi o I Torneio de Futebol Suíço do Geógrafo, nas dependências da sede da ADUFEMS (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atual ADourados), na gestão 1997/1998. Eventos desse tipo, além do espírito de confraternização tinham a importante função de arrecadar fundos para manutenção da seção, dadas as dificuldades financeiras de qualquer associação com pouco número de sócios.

¹ O tema da palestra foi publicado na revista número 1 da Revista de Geografia.

Politicamente, a primeira participação relevante em nível municipal em 1995 foi a publicação de um artigo no Jornal "O Progresso" demonstrando o posicionamento da seção com relação à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Vereadores do município de Dourados, para investigar indícios de corrupção e desvio de verbas dos cofres públicos.

Com recursos próprios e com o dinheiro da venda de espaço publicitário, foi publicado em junho de 1995 o primeiro Boletim Informativo da seção². Neste primeiro boletim foi publicada a seção "Agendão", divulgando os eventos previstos para o ano e os seguintes artigos: "A regulamentação da profissão do geógrafo", de Lisandra Pereira Lamoso, "As feiras-livres: a atuação do geógrafo no planejamento municipal", de Walter Guedes da Silva; "Breve estudo sobre a questão rural" de Elizeu Bastos de Oliveira; "Suicídio Guarani", de Maurício Souza Vilalba; "Distrito Industrial de Dourados: algumas reflexões", de Adáuto de Oliveira Souza; "Para pensar o professor de Geografia e/ou para o professor de Geografia pensar", de Silvana de Abreu. O expediente registrava a primeira diretoria da seção: Lisandra Pereira Lamoso (Diretora), Adáuto de Oliveira Souza (Vice-diretor), Maria José Martinelli Silva Calixto (Primeira Tesoureira), Gilmar Trindade Braga (Segundo Tesoureiro), Silvana de Abreu (Primeira Secretária), Márcia Yukari Mizusaki (Segunda Secretária) Valmir Gabriel Ortega (Coordenador de Publicações), Mário Cezar Tompes da Silva (Coordenador de Intercâmbio), Ataulfo Alves Stein Neto e George Maia Mistral (Coordenadores de Divulgação).

O segundo número do Boletim saiu no terceiro trimestre de 1995. Anunciava o processo de formação das comissões de ensino e de assuntos urbanos. Publicava notas sobre atualidades e dois artigos "(Re)pensando a cidade", de Maria José Martinelli Silva e "Plano Diretor: uma discussão necessária", de Valmir Gabriel Ortega. A capa anunciava e convidava para o coquetel de lançamento da Revista de Geografia no Sindicato dos Bancários, dia 6 de outubro de 1995.

Em fevereiro de 1996, a Seção Dourados foi convidada pela Secretaria Municipal de Planejamento para conhecer o cronograma de trabalho do processo de revisão do Plano Diretor para a cidade de Dourados. Mais que um simples convite, o contato com a AGB demonstrava a procura de um interlocutor qualificado para a discussão sobre o planejamento urbano municipal. A elaboração do Plano Diretor teve sua metodologia questionada por alguns sócios e foi indicado o nome do sócio Mário Cezar Tompes da Silva para representar a seção nessa discussão.

Ainda no ano de 1996, como tornou-se tradição, a AGB participou da organização da V Semana de Geografia do CEUD: "Mundialização e Novas Territorialidades". Nas duas conferências organizadas, contamos com a colaboração da Profa. Maria Encarnação Beltrão Sposito (com o tema "Novas territorialidades urbanas") e do Prof. Eliseu Savério Sposito ("Mundialização e sistemas produtivos").

Em 1999, organizar o X Encontro Sul-mato-grossense de Geografia³ foi um marco entre as realizações da Seção Dourados, já em sua terceira gestão (1999/2000). Os cursos de Geografia da UFMS organizavam cada um sua Semana de Geografia, deixando há tempos de se pensar em um evento de abrangência estadual. Assim, a iniciativa da seção, em conjunto com o curso de Geografia de Dourados atendeu a demanda regional.

Nesse evento contamos com a participação de vários colegas de outros Estados. A conferência de abertura foi proferida pelo Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves, então presidente da AGB Nacional. Mesas redondas contaram com a qualidade das discussões dos colegas Francisco Mendonça, Arlete Moisés Rodrigues, Nuria Hanglei Cacete e Ana Maria Camargo Marques Marangoni. Todos os mini-cursos tiveram suas vagas preenchidas e solicitações de ampliação. Foram quase 400 participantes oficialmente inscritos, entre acadêmicos de geografia de vários municípios do Estado, professores universitários, professores das redes pública e privada do município de Dourados e região e, também, a participação de professores do país vizinho - Paraguai.

² Na consulta aos sócios para decidir o nome, foram sugeridos: AGB Participa, Volante, Geornal, Terra Nossa, Órbita, Cheiro de Terra, Espaço Geográfico, Território, Terra, Guavira, Fronteira, Geopapo, Nosso Espaço, O Trabuço, Edugeo e Pangeo.

³ Ocorreu no período de 29 de setembro a 2 de outubro/1999.

Eventos desse porte somente são possíveis para a nossa realidade econômica a partir da conjugação de esforços. Participaram da organização a Coordenação do Curso de Geografia, o Departamento de Ciências Humanas, o Centro Acadêmico de Geografia, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação, a Secretaria Municipal de Educação (viabilizando a participação dos professores da rede pública municipal), a Secretaria do Estado do Meio Ambiente, entre outros.

Além da experiência que a seção acumulava com a realização de eventos de escala regional, uma das políticas adotadas foi intensificar a participação nas Reuniões de Gestão Coletiva (RGCs). O limite a essas participações nunca foi a falta de delegados ou desinteresse político, mas o obstáculo econômico colocado para as seções de “pequeno porte”, dadas as despesas principalmente com os custos de transporte. Quando a presença física não se fez possível, não houve RGC para a qual não tivéssemos utilizado todo procedimento legal como: envio das alíquotas para a Diretoria Executiva Nacional (DEN), relatório de atividades e propostas por escrito (quando foi o caso). Muito embora, também sempre se teve a consciência de que a presença do delegado era fundamental para defender propostas, acompanhar a discussão e participar efetivamente do que chamamos de “gestão coletiva”.

A participação nas RGCs colocou a AGB Seção Dourados ao lado de outras seções, em nível nacional, que participam e organizam encontros de escala nacional. Assim foi, no caso do IV Fala Professor, em julho de 1999, em Curitiba-PR, através da participação direta das sócias Claudete Padilha e Silvana de Abreu na organização do evento.

Em 2001, foi realizada a I EXPOGEO – Exposição da Produção Acadêmica do Curso de Geografia da UFMS, aberto com palestra do geógrafo e Prefeito Municipal, José Laerte Cecílio Tetila, com o tema: “Dourados no Contexto Regional: desafios e perspectivas”. O evento, além da exposição dos trabalhos e publicações, abriu espaço para que os professores recém-doutores apresentassem o resultado de suas teses. Para esse momento, foram programadas as apresentações de “O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS (Maria José Martinelli Silva Calixto), “Os rumos da política habitacional e o processo de urbanização da cidade” (Mário César Tompes da Silva) e “Pantanal: paraíso visível e real oculto – espaço local e global” (Edvaldo Cesar Moretti).

Em julho de 2002, no contexto da discussão sobre planejamento das ações do poder público, visto o estreitamento das relações entre o curso de geografia e a administração municipal, a Associação promoveu a palestra “Estado, planejamento e governabilidade” pelo Prof. Everaldo Melazzo da Unesp de Presidente Prudente, convidado para socializar sua experiência como ex-secretário de Planejamento da Prefeitura de Presidente Prudente.

Neste mesmo ano, o fato de vários cargos de confiança da Prefeitura Municipal de Dourados estarem ocupados por geógrafos, sócios ou ex-sócios da seção local, não inibiu o embate com relação à necessidade de abertura de concurso para o cargo de geógrafo e sua regulamentação no plano de cargos e salários da Prefeitura. Estiveram diretamente envolvidos a Diretora da seção, Maria José Martinelli Silva Calixto, o vice-diretor, Mario César Tompes da Silva (e também, na época, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo e, atualmente, Diretor-presidente do Instituto de Planejamento e Meio Ambiente), a coordenadora de publicação, Márcia Yukari Mizusaki, o coordenador de divulgação Ataulfo Alves Stein Neto e os sócios, Silvana de Abreu, Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros (Superintendente de Transportes), Enio Ribeiro (Superintendente do Sistema Elétrico) e Walter Guedes da Silva (na época, Superintendente de Geoprocessamento no Instituto de Planejamento e Meio Ambiente). Em 2003 a Diretoria retomou a questão através de ofício endereçado ao Prefeito Municipal sobre a questão da vaga para o cargo geógrafo, que acabou não sendo incluída no concurso realizado em 2003.

A AGB tem participado também do Conselho Municipal do Meio Ambiente em Dourados, através dos representantes Edvaldo César Moretti, Ataulfo Alves Stein Neto e Adroaldo Jerônimo Ranzi. Dentre os vários embates travados, conseguimos garantir a participação da AGB de entre tantas entidades representativas.

Durante o curto período de existência, a seção foi mantida, principalmente em termos de composição da Diretoria, pela participação voluntária dos professores do curso de Geografia da UFMS/Campus de Dourados, que conciliaram suas atividades didático-pedagógicas com a organização da seção local. É necessário registrar que os contatos feitos pelos professores na qualidade de alunos dos programas de Mestrado e Doutorado (Unesp de Presidente Prudente e

Rio Claro e Universidade de São Paulo) refletiram diretamente nas organizações das atividades da AGB em Dourados.

Em 2000 a seção participou efetivamente na organização do XII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Florianópolis: "Os Outros 500 na Formação do Território Brasileiro". Sugestões de temas e eixos foram tiradas em assembleias gerais. A diretora Silvana e primeira-secretária Lisandra se fizeram presentes antes da abertura para ultimar os preparativos. A medida em que era acentuada a participação da seção houve maior envolvimento e frequência dos alunos aos eventos de caráter nacional. Professores e alunos viajaram com recursos próprios para participar do evento e apresentar seus trabalhos de pesquisa, formando uma caravana de 42 pessoas organizada pelo Prof. Adáuto de Oliveira Souza.

Nessa trajetória de uma década, pequenas conquistas materiais foram comemoradas como grandes realizações. Foi assim com a aquisição de computador e impressora e de todo material de consumo necessário para o bom funcionamento das atividades, o que ocorreu em 2001. Até então, todo suporte material (coisas banais como sulfite e envelopes) era bancado, invariavelmente pelo primeiro secretário e pelo diretor da seção. O computador próprio exigiu também um local mais apropriado e, na impossibilidade financeira de contar com uma sede própria, passou a dividir (junto com o espaçoso armário da seção), a sala da Coordenação do Curso de Geografia, pois conforme cresce o número de sócios e a movimentação nas semanas que antecedem os Encontros Nacionais, o espaço da sala dos professores tornou-se pequeno. As instalações onde funciona a Unidade I da UFMS em Dourados não apresentam possibilidades de ampliação do espaço físico, pois a proposta é a transferência das atividades ali realizadas para a Unidade II – fazendo parte do projeto da Cidade Universitária. Mesmo assim, a seção chegou a discutir a possibilidade de construção de espaço físico com recursos próprios, projeto ainda não concretizado.

As questões burocráticas ajudaram a AGB Dourados a sair da "infância". Atas de posse das diretorias são legalmente registradas em cartório, temos CNPJ, declaração de imposto de renda, conta bancária, talão de cheques, carimbo - necessidades simbólicas para uma existência reconhecida legalmente.

A participação dos sócios-estudantes na diretoria tornou-se mais efetiva na medida em que o curso passou a contar com mais alunos bolsistas, pelo fato destes disporem de mais tempo e maior convivência no espaço da Universidade. Por demanda dos próprios alunos, em sua quinta gestão (2002/2004), a seção elaborou um folheto apresentando a regulamentação da profissão de geógrafo e suas competências de atuação, para ser distribuído entre os alunos ingressantes no curso de Geografia da UFMS, Campus de Dourados. O folheto foi organizado pelo sócio Matias Chagas Neto, acadêmico do quarto ano do curso de Geografia.

Nesse mesmo ano, cumprimos a missão de divulgar o "Fala Professor" realizado em Presidente Prudente e organizar a participação de alunos e professores. Assim como foi feito durante o X Encontro Sul-Mato-Grossense, a diretoria procurou a Secretaria Municipal de Educação para a realização de uma parceria que resultou em significativa participação dos professores de geografia da rede municipal de ensino do município de Dourados no evento e, inclusive, na filiação de boa parte deles. A Secretaria da Educação viabilizou um ônibus para transportar professores e acadêmicos para o evento. Além disso, através do primeiro secretário e professor das Faculdades Integradas de Naviraí (FINAV) Walter Guedes, a seção organizou um grupo de acadêmicos da FINAV, ampliando a integração e filiação de novos sócios.

A participação da Seção na elaboração do plano diretor no município de Dourados foi um momento importante da quinta gestão. Como convidada (na qualidade de entidade da sociedade civil), para participar da discussão do Plano Diretor de Dourados, a seção elaborou críticas e propôs sugestões e encaminhamentos para um processo que entendíamos tinha iniciado de forma equivocada, sem a participação da sociedade e cujas audiências públicas estariam sendo chamadas apenas para ratificar um plano diretor de gabinete. Da discussão realizada em assembleia geral extraordinária, foi retirada a decisão unânime de que a associação não se proporia apenas a ser espectadora e foi elaborado um documento que, através da diretora em exercício, Silvana de Abreu, explicitava publicamente e por escrito os problemas de encaminhamento, os equívocos do texto e sugeriu que o Instituto de Planejamento (IPLAN) - órgão da prefeitura responsável pelo processo - , constituísse uma comissão de sistematização para que as sugestões e os debates das audiências públicas fossem garantidos.

Além da sugestão de formação dessa comissão de sistematização, a alteração da regionalização também foi um ponto que os geógrafos discutiram. Para participar dessa comissão a seção encaminhou os nomes das sócias Márcia Aparecida de Brito e Maria José Martinelli Silva Calixto. Há de se considerar o empenho dos sócios José Laerte Cecílio Tetila (Prefeito Municipal) e Mario Cezar Tompes da Silva (ex-secretário da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo – SEICTUR e atual diretor do IPLAN-Dourados) que assumiram os embates políticos necessários, permitindo as alterações propostas pelas entidades que participaram da comissão e que originaram a Lei de Implantação do Plano Diretor de Dourados que está tramitando na câmara de vereadores.

No momento da discussão do Estatuto das Cidades, a AGB também foi chamada a participar, tendo indicado os nomes dos sócios Alcir Ivam da Silva e Maria José Martinelli Silva Calixto como representantes, mas estrategicamente envolveu outros nomes como os das sócias Márcia Aparecida de Brito, que se colocou a disposição da SEICTUR e Silvana de Abreu, representando a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Foi uma decisão estratégica, discutida em assembléia com o objetivo de ampliar (para marcar) a posição da AGB, com o objetivo de “cacifar” a entidade para conquistar uma vaga nas conferências estadual e nacional. A estratégia revelou-se positiva e alcançou seu objetivo no sentido de pautar as discussões acumuladas pela AGB, em nível local e nacional. Contudo não conseguimos vencer o *lobby* dos engenheiros, arquitetos e agrônomos que se fecharam e ficaram com a vaga. Apesar disso, a Conferência de Dourados tem certamente uma contribuição significativa da AGB – Seção Dourados. Nesse sentido, ajudamos a construir a entidade, que soa conhecida e cumpre com seu papel social.

A Revista de Geografia

A Revista de Geografia é uma das maiores contribuições da Seção para a Geografia, pois se torna um veículo de divulgação de textos sobre a realidade regional, discute questões de caráter mais abrangente e amplia o intercâmbio na comunidade geográfica.

Em 6 de outubro de 1995 o primeiro número foi lançado. Esse número pioneiro teve a formatação e editoração elaboradas pelo Coordenador de Publicação, Valmir Gabriel Ortega. O lançamento contou com a presença de professores, acadêmicos e inclusive a imprensa, que prestigiou e divulgou em cadeia regional o número 1 da Revista de Geografia – Seção Dourados (set/out/nov/dez), que tinha a pretensão de ser uma publicação quadrimestral.

A qualidade gráfica não fazia justiça à qualidade dos artigos nela publicados. Os exemplares foram impressos com recursos próprios. O Conselho Editorial foi inicialmente composto pelos professores do curso de geografia *do campus* de Dourados. Neste número foram publicados os seguintes artigos: “A Geografia e a questão ambiental” – Arlete Moisés Rodrigues, “A indústria de frangos no contexto da produção flexível” – Márcia Yukari Mizusaki, “O método e a abordagem dialética em Geografia” – Mário Cezar Tompes da Silva, “A dinâmica de (re)estruturação das áreas adjacentes ao projeto Parque do Povo em Presidente Prudente-SP e a política econômica: algumas considerações” – Maria José Martinelli Silva, “Planejamento urbano e participação popular: algumas reflexões” – Valmir Gabriel Ortega e “O ensino e a pesquisa na geografia e o papel da AGB” – Bernardo Mançano Fernandes.

Nesse início de publicação, além do esforço local, a revista contou com a presença preciosa de colegas “mais conhecidos” no meio geográfico, como foi o caso da Arlete e do Bernardo e no número 2 e no número 3 de Eliseu Savério Sposito. No número 2, Eliseu publicou a resenha “Industrie et espace géographique” (livro de André Fisher, publicado em Paris em 1994). Por intermédio de Eliseu conseguimos que no número 3 fosse publicado o artigo “A propósito da evolução da Geografia Industrial na França”, do mesmo professor André Fischer que na ocasião estava participando de atividades no programa de pós-graduação em Geografia da Unesp de Presidente Prudente. A Revista ainda guardava expressiva participação dos professores do curso de Geografia e paulatinamente agregava contribuições externas. O número 4, publicado em 1996 contou com os textos de Lucivânio Jatobá, Messias Modesto dos Passos e Miguel Angel Luengo Ugidos, Eliseu Savério Sposito e Maria Encarnação Beltrão Sposito, além dos resumos da V Semana de Geografia.

Além das contribuições externas, os números iniciais mantiveram a periodicidade regular por contar com os textos de produção local, resultados de pesquisas dos professores e produção científica de alunos do curso de geografia.

Para garantir a continuidade da publicação os sócios discutiram e concordaram que a AGB-Seção Dourados procurasse a UFMS para uma parceria no processo de elaboração da Revista de Geografia, que passaria a ser semestral. Isso aconteceu a partir do número 5, em 1995. Foi uma decisão eminentemente política e um passo importante para a Seção, pois significava que a publicação passaria a ser da UFMS. Assim, poderíamos melhorar a qualidade editorial e de impressão do periódico. Nesse sentido, a solução negociada com a editora foi que, face ao compromisso de manutenção dos contatos, divulgação, recebimento e encaminhamento dos textos para pareceristas, a revista sairia com o selo da AGB-Seção Dourados e da UFMS. A partir desse momento foi ampliada a composição da Câmara Editorial e iniciado o processo de indexação.

O número 9 teve a singularidade de reunir artigos da temática "Turismo e Sustentabilidade", escritos por componentes do Grupo Temático de Turismo da UFMS⁴ encaminhados para a Revista pelo sócio Edvaldo Cesar Moretti. Ao longo dos números, pode-se constatar a ampliação da participação de artigos de autores de outras instituições e de instituições de outros países.

O número 13, publicado em 2001 recebeu o ISSN 1519-4817, premiando essa construção coletiva. Dando continuidade ao processo de divulgação e consolidação da Revista, em 2001, durante os trabalhos da Coordenadora de Publicação da seção e também membro do Conselho Editorial da Editora UFMS, Márcia Yukari Mizusaki, na gestão 2000/2002, foi alcançado o processo de indexação. Foram enviados os exemplares número 11 e 12 para o comitê consultor da GeoDados⁵. Após avaliação, a Revista de Geografia recebeu parecer favorável pela comissão e desde então se encontra indexada.

Atualmente, a Revista é utilizada no intercâmbio com outras várias publicações, que contribuem para ampliar e diversificar o acervo de periódicos da biblioteca da UFMS (acervo esse que serve não apenas a comunidade acadêmica do campus, mas que também é consultado pelos mais variados interesses).

A Revista de Geografia, que se prepara para novas exigências como a classificação Qualis e outras indexações, guarda na sua história a importante contribuição dos colegas que enviaram seus textos e acreditaram no trabalho da AGB Dourados e o espaço dedicado à memória da AGB não poderia deixar de fazer esse importante registro.

Pensar na participação da AGB - Seção Dourados no processo de construção da geografia brasileira, em princípio, poderia ser uma pretensão, assim como foi uma pretensão a criação da comissão Pró-AGB Dourados, ou mesmo a Revista de Geografia, nº 1. É também de pretensões que se constrói a história. Nesse sentido buscamos nosso espaço na história da AGB e da geografia brasileira.

Certamente as grandes contribuições da geografia brasileira não foram gestadas no interior da AGB - Seção Dourados, mas em seu interior temos primado pela valorização da pluralidade das idéias, o que tem permitido o crescimento pela diversidade, baseado na cooperação que não exclui o conflito. Isso se reflete na Revista de Geografia, por exemplo, que permite divulgar a produção geográfica oriunda de investigações que tratam da realidade sul-mato-grossense, mas também de outras realidades sócio-espaciais.

Quando a Revista nº 1 foi concebida e publicada, o século XXI parecia longínquo e representava um futuro distante. Hoje, com dezessete números publicados, vivendo já o terceiro ano desse novo milênio, o futuro virou presente.

A geografia brasileira se constrói a partir dos grandes nomes do passado e do presente, mas também daqueles anônimos pesquisadores, professores, agbeanos, encontristas, listeiros, que pensam e fazem a geografia no cotidiano, em cada canto desse país, construindo debates e enfrentamentos e apresentando propostas, promovendo eventos científicos e divulgando a pesquisa geográfica - aspectos de uma realidade que, em geral, passa despercebida, até mesmo por nós, protagonistas dessa construção que é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, mas sobretudo agbeana.

⁴ Trabalhos apresentados no Seminário sobre Turismo da UFMS, em Campo Grande, em 1999.

⁵ Na Coordenação do Prof. Dr. Jorge Guerra Villalobos, da Universidade Estadual de Maringá. Consultar em <http://www.geodados.uem.br>

ANEXOS

1. Composições da Diretoria da AGB – Seção Dourados (1995- 2003)

Primeira Diretoria 1995/1996	Diretor	Lisandra Pereira Lamoso
	Vice-Diretor	Adáuto de Oliveira Souza
	Primeiro-secretário	Silvana de Abreu
	Segundo-secretário	Márcia Yukari Mizusaki
	Primeiro-tesoureiro	Maria José Martinelli Silva
	Segundo-tesoureiro	Gilmar Braga
	Coordenador de Publicação	Valmir Gabriel Ortega
	Coordenadores de Divulgação	Ataulfo Alves Stein Neto e George Maia Mistral
	Coordenador de Intercâmbio	Mário Cezar Tompes Silva
Segunda Diretoria 1997/1998	Diretor	Adáuto de Oliveira Souza
	Vice-Diretor	Lisandra Pereira Lamoso
	Primeiro-secretário	Walter Guedes da Silva
	Segundo-secretário	Márcia Yukari Mizusaki
	Primeiro-tesoureiro	Silvana de Abreu
	Segundo-tesoureiro	Maria José Martinelli Silva
	Coordenador de Publicação	Valmir Gabriel Ortega
Terceira Diretoria 1999/2000	Diretor	Silvana de Abreu
	Vice-Diretor	Pedro Alcântara de Lima
	Primeiro-secretário	Lisandra Pereira Lamoso
	Segundo-secretário	Claudete de Fátima Padilha de Souza
	Primeiro-tesoureiro	Adáuto de Oliveira Souza
	Segundo-tesoureiro	Maria Aparecida Teste Parra
	Coordenador de Divulgação	Maria José Martinelli Silva
Quarta Diretoria 2000/2002	Diretor	Maria José Martinelli Silva Calixto
	Vice-Diretor	Mário Cezar Tompes da Silva
	Primeiro-secretário	Maria Aparecida Parra Rodrigues
	Segundo-secretário	Adroaldo Jerônimo Ranzi
	Primeiro-tesoureiro	Pedro Alcântara de Lima
	Segundo-tesoureiro	Márcia Aparecida de Brito
	Coordenadores de Publicação e Divulgação	Márcia Yukari Mizusaki; Ataulfo Alves Stein Neto
Quinta Diretoria 2002/2004	Diretor	Lisandra Pereira Lamoso
	Vice-Diretor	Silvana de Abreu
	Primeiro-secretário	Walter Guedes da Silva
	Segundo-secretário	Adriano Cosme Cabreira (substituindo Osmar Dantas)
	Primeiro-tesoureiro	Adáuto de Oliveira Souza
	Segundo-tesoureiro	Silvana Lucato Moretti
	Coordenador de Publicação	Maria José Martinelli Silva Calixto

Organizado por Lisandra Lamoso com dados do arquivo da AGB - Seção Dourados.

2. Artigos publicados na Revista de Geografia

Número 1 (set/out/nov/dez – 1995)

ARLETE MOISÉS RODRIGUES – A geografia e a questão ambiental

MÁRCIA YUKARI MIZUSAKI – A indústria de frangos no contexto da produção flexível

MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO – A dinâmica de (re)estruturação das áreas adjacentes ao projeto Parque do Povo em Presidente Prudente-SP e a política econômica: algumas considerações

MÁRIO CEZAR TOMPES DA SILVA – O método e a abordagem dialética em Geografia

VALMIR GABRIEL ORTEGA – Planejamento urbano e participação popular: algumas reflexões

BERNARDO MANÇANO FERNANDES – O ensino e a pesquisa na geografia e o papel da AGB

Número 2 (jan/fev/mar/abr – 1996)

ADÁUTO DE OLIVEIRA SOUZA – Distrito industrial e (re)organização espacial urbana: o caso de Dourados-MS

SILVANA DE ABREU – Formação, discurso e prática: uma análise do professor de Geografia

PAULO ROBERTO CIMÓ QUEIROZ – Mato Grosso do Sul e a Bacia Platina: contatos e conflitos na pré-história do Mercosul

LISANDRA PEREIRA LAMOSO; ALICE FERREIRA; ADRIANA ROSO CORONEL; TATIANA DENISE STRAUB – A expansão da suinocultura na porção meridional do Estado de Mato Grosso do Sul

JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES STACCIARINI – Geografia Crítica: que caminhos seguir no

terceiro milênio?

WALTER GUEDES DA SILVA – O abastecimento de produtos hortifrutícolas no município de Dourados-MS

Resenhas:

ELISEU SAVÉRIO SPOSITO – “Industrie et espace géographique”

LISANDRA PEREIRA LAMOSO – “A aventura da Universidade”

Número 3 (mai/jun/jul/ago – 1996)

ADILSON RODRIGUES CAMACHO – Dos mascates e quitadeiras ao comércio ambulante de ponto fixo – as localizações históricas da atividade

ANDRÉ FISHER – A propósito da evolução da Geografia Industrial na França

EDVALDO CESAR MORETTI – O ideário da sociedade ocidental sobre a Natureza e o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”

MÁRIO CEZAR TOMPES DA SILVA – Dourados: trajetória e perspectivas do processo de desenvolvimento regional

OSMAR DANTAS; MÁRIO GERALDINI – Veranico: estudo preliminar na região de Dourados

PATRÍCIA HELENA MIRANDOLA – Cáceres (MT) – passado histórico, presentes transformações. E o futuro?

Resenha:

ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA – “A questão agrária no Brasil”

Número 4 (set/out/nov/dez – 1996)

LUCIVÂNIO JATOBA – Considerações sobre a climatologia do trópico semi-árido brasileiro

MESSIAS MODESTO DOS PASSOS; MIGUEL ANGEL LUENGO UGIDOS – Estudo biogeográfico da vegetação – as pirâmides Sudoeste do Mato Grosso

ELISEU SAVÉRIO SPÓSITO – Dinâmica econômica, descontinuidade e territorialização

MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO - Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas

Resumos da V Semana de Geografia do Centro Universitário de Dourados – UFMS

Número 5 (jan/jun – 1997)

ADÁUTO DE OLIVEIRA SOUZA – Distrito Industrial de Dourados (MS): intenções, resultados e perspectivas

BENÍCIA COUTO DE OLIVEIRA; VALDEIR JUSTINO – O projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontro e desencontros na malha fundiária

CLAUDETE DE FÁTIMA PADILHA DE SOUZA – Impactos das atividades humanas no clima da terra

ADÁUTO DE OLIVEIRA SOUZA; VICENTINA SOCORRO ANUNCIACÃO – Natureza e ideário ambiental dos acadêmicos do CEUD/UFMS: o caso do curso de Geografia

LISANDRA PEREIRA LAMOSO – Ciclos Longos e Mundialização

SILVANA DE ABREU – Geografia: uma disciplina do currículo escolar que trata das questões do homem e da natureza

ROSIMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA – Algumas considerações sobre a agricultura cubana

CLÁUDIO FREIRE – Surgimento e evolução da luta pela terra em Mato Grosso do Sul – Brasil

Número 6 (jul/dez – 1997)

ADÁUTO DE OLIVEIRA SOUZA; MARIA FERREIRA DOS SANTOS; MAURÍCIO SOUZA VILALBA; PAULO DOS SANTOS – O processo de (re)organização espacial indígena Pai Tavyretã na Reserva de Dourados-MS

ARLETE MOISÉS RODRIGUES – A utopia da sociedade sustentável

ELISÂNGELA DÁRIO PELLE; LISANDRA PEREIRA LAMOSO – As transformações sócio-econômico-espaciais do município de Glória de Dourados-MS: diversificação e integração

JORGE EREMITES DE OLIVEIRA – A teoria dos refúgios e a ocupação indígena das áreas inundáveis do Pantanal

LISANDRA PEREIRA LAMOSO; WALTER GUEDES DA SILVA – O complexo agroindustrial da

suinocultura no município de Dourados-MS

OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI – Universidade pública e produção do conhecimento geográfico no Brasil: elementos para uma reflexão

SALVADORA CACERES ALCÂNTARA DE LIMA – Prosanear no município de Dourados: o caso da Vila Cachoeirinha

Resumos da VI Semana de Geografia do Centro Universitário de Dourados – UFMS

Número 7 (jan/jun – 1998)

ADÁUTO DE OLIVEIRA SOUZA – Intervenção estatal, pólos e distritos industriais: o caso de Mato Grosso do Sul

CLEONICE GARDIN – A atuação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no Mato Grosso

ADILSON RODRIGUES CAMACHO; IÓLE ILÍADA LOPES – A “Cidade dos Endereços” ou de como, na prática, o espaço total passa a ser vivido pontualmente

MÁRIO CEZAR TOMPES DA SILVA – O colapso do Sistema Financeiro da Habitação – SFH e as novas tendências da política habitacional brasileira nos anos 90

PATRÍCIA HELENA MIRANDOLA – Transformações das cidades: novas formas de produção, novos fluxos e nova territorialidade urbana

PEDRO ALCÂNTARA DE LIMA – Cidade e meio ambiente

SILVANA DE ABREU – “Gerenciamento Espacial”: o projeto de integração da Região Centro-Oeste

Número 8 (jul/dez – 1998)

ANALINA FERREIRA – A usina Filinto Muller

ATAULFO ALVES STEIN NETO; ROMILDO GONÇALVES DOS SANTOS – A intervenção do poder público local no processo de (re)produção do espaço urbano – A Vila São Braz no município de Dourados-MS

PEDRO ALCÂNTARA DE LIMA; EDVALDO ATÍLIO MACHADO, RAEL DA SILVA; SELISMAR HONÓRIO DE OLIVEIRA – O serviço de moto-táxi na cidade de Dourados-MS

MÁRCIA YUKARI MIZUSAKI; DELMIRA ALVES DOS SANTOS; EDNA FERREIRA DA SILVA; IZAURA FERREIRA LUNA – A Aldeia Panambizinho no município de Dourados-MS e a reprodução da existência Kaiowá

PAULO ROBERTO CIMÓ QUEIROZ – Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970-1985

RODOLFO COELHO PRATES – Dispersão industrial da Região Metropolitana de São Paulo: uma revisão teórica e conceitual

SILVANA DE ABREU – O mapa e sua importância: notas de um debate

DIRETORIA EXECUTIVA DA AGB/SEÇÃO DOURADOS – Notas para um debate: Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior de Geografia

Número 9 (jan/jun – 1999)

WILLIAM ROSA ALVES – Encruzilhada para a Geografia como conhecimento escolar

ANTÔNIO THOMAZ JÚNIOR – A campanha salarial: o ponto alto da alienação do trabalho

PAULO CÉSAR BOGGIANI E JUAREZ CLEMENTE – A questão do licenciamento ambiental de empreendimentos turísticos no Planalto da Bodoquena – Mato Grosso do Sul

ICLÉIA ALBUQUERQUE DE VARGAS – Ecoturismo e educação ambiental em Bonito-MS

EDVALDO CESAR MORETTI – Atividade turística no Pantanal e as transformações no trabalho

ARLETE MOISÉS RODRIGUES – Turismo e sustentabilidade

ÁLVARO BANDUCCI JÚNIOR – Os catadores de iscas da Baías do Lontra

PAULO ROBSON DE SOUZA – Aspectos inusitados do Pantanal ou uma tentativa de descrever um painel fotográfico.

Número 10 (jul/dez – 1999)

BERNARDO MANÇANO FERNANDES – Brasil: 500 anos de luta pela Terra

CESAR EUGÊNIO GOMES DA SILVA – Os métodos de investigação científica e a análise

geográfica

JONES DARI GOETTERT – Expansão e territorialização do Capital Monopolista no Mato Grosso

LISANDRA PEREIRA LAMOSO – Transformações recentes no território sul-mato-grossense

ELIANA LAMBERTI – A pequena indústria em Campo Grande-MS

ESTELA SCHREINER – O setor industrial em Campo Grande-MS e o contexto econômico do país

MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA – Indústria de Campo Grande (MS): fatores internos

MARIA APARECIDA PARRA RODRIGUES – Capacitação sistemática em Cartografia: trabalhos práticos de coordenadas geográficas

Número 11 (jan/jun – 2000)

DIÂNICE ORIANE SILVA – A organização espacial da cidade de Londrina: a especulação imobiliária e mobilidade urbana no Jardim Novo Sabará

GESSILDA DA SILVA VIANA – O mundo contemporâneo face à Globalização

VICENTINA SOCORRO DA ANUNCIAÇÃO – As transformações político-econômicas do capitalismo no final do século XX e implicações na exclusão social

LUCY RIBEIRO; ANDRÉ LUIZ PINTO – Condições de saneamento básico domiciliar na cidade de Anastácio-MS.

MARIA CELMA BORGES – Tendências teórico-metodológicas da ciência moderna e contemporânea: algumas reflexões

MÁRCIA YUKARI MIZUSAKI – Questão nacional, nacionalidades e Geografia: algumas reflexões.

MARIA APARECIDA PARRA – Estudos climáticos no Estado de Mato Grosso do Sul: as médias e a dinâmica atmosférica

MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO – A política habitacional em Dourados-MS: entre a realidade e o discurso

Número 12 (jul/dez – 2000)

ADÁUTO DE OLIVEIRA SOUZA; NEUCY APARECIDA PEREIRA – O Projeto “Vila dos Ofícios” em Dourados-MS: os propósitos de sua implantação e o perfil sócio-econômico dos contemplados.

SILVANA DE ABREU; AGUINALDO FLORENCIANO; PAULO ROGÉRIO SOTONALI – O ensino de Geografia em questão: noções de “Globalização” presentes na relação ensino-aprendizagem.

GILSON KEBLER LOMBA; EDVALDO CESAR MORETTI – Políticas públicas e recursos hídricos: produção do espaço na Bacia Hidrográfica do Rio Dourados.

MESSIAS MODESTO DOS PASSOS – Meio ambiente e desenvolvimento humano

MAGNA LIMA MAGALHÃES – A participação dos Payagúia nas oscilações político-econômicas entre Assunção e Cuiabá

AFRANIO JOSÉ S. SORIANO – Unidades de Conservação e proteção da biodiversidade

MARIA CLARICE SILVA PATRIARCA; DAVID G. FRANCIS – Política agrícola brasileira: o caso do PRONAF

LISANDRA PEREIRA LAMOSO; ELAINE DOS SANTOS FARIA; GERALDO MAGELA MASSOCA; JOZENILDO JOSÉ DE SOUZA – A atividade da piscicultura como alternativa de diversificação econômica no município de Dourados-MS

MÁRCIA YUKARI MIZUSAKI – Dinâmica territorial em Mato Grosso do Sul: o caso da COOAGRI

Número 13 (jan/jun – 2001)

SILVANA APARECIDA LUCATO MORETTI; ANGELA MARIA ZANON – Atividade turística e planejamento ambiental nos municípios de Jardim e Bonito (MS)

ANGELA MARIA PLOTSKI – A discussão das questões ambientais no Brasil nas décadas de 1960-1980

HORACIO BOZZANO – Territórios reais, Territórios pensados, Territórios posibles

ODILAR ANTÔNIO CESCUN; MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO – Verticalização e

(re)estruturação do espaço urbano em Dourados-MS; o papel da ENCOL
SALVADORA CÁCERES ALCÂNTARA DE LIMA – A questão dos transportes nos livros didáticos em Geografia
ATAULFO ALVES STEIN NETO; ROMILDO GONÇALVES DOS SANTOS: O espaço e seus elementos: um estudo de caso
IVANETE OLIVEIRA DA MOTA; MARIA CELESTE RODRIGUES DA SILVA; MÁRCIA YUKARI MIZUSAKI – A reprodução camponesa em Fátima do Sul: estudo de caso.
VICÊNCIA DEUSDETE GOMES DOS SANTOS – A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul Meridional

Número 14 (jul/dez – 2001)

JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA – Indagações sobre a educação de migrantes na fronteira Brasil-Paraguai
ANA MARIA MARSIGLIO; LILIANA RACCA; VÍCTOR HUGO VALLEJOS – El paisaje rural pampeano en transformación
VICENTINA SOCORRO DA ANUNCIAÇÃO – Campo Grande-MS: trajetória histórica de uma capital centenária
NANCI DE SANTIS GUIMARÃES GARCIA; MARIA REGINA ANTUNES RIBEIRO; LILIAN MADRUGA GIMENES; PAULO ROBERTO JÓIA – Produção e destino do lixo hospitalar de Aquidauana-MS
CARLOS JOSÉ ESPÍNDOLA – O Real, a indústria e as estratégias empresariais
ELINEIDE VIEIRA SATELIS; JOSÉ ROBERTO MARENGO CORRÊA; SÔNIA MARI ADA SILVA; MARIA APARECIDA PARRA – Conseqüências da geada de 1975 para a cafeicultura sul-mato-grossense
TÂNIA REGINA BRAGA TORREÃO SÁ; MARCELO TORREÃO SÁ – Considerações sobre os discursos como categoria de análise do espaço geográfico
ANTÔNIO FIRMINO DE OLIVEIRA NETO – A rua, o fetiche da mercadoria e a produção da cidade

Número 15 (jan/jun – 2002)

PEDRO ALCÂNTARA DE LIMA – Problemas ambientais na cidade de Dourados
DIRCE NEI TEIXEIRA DE FREITAS – Escola pública e demandas das classes médias
MARIA JOSÉ MATINELLI SILVA CALIXTO – As repercussões da política habitacional e o processo de (re)definição socioespacial na cidade de Dourados-MS
JORGE EREMITES DE OLIVEIRA; SOLANGE BEZERRA CALDARELLI – Levantamento arqueológico na área diretamente afetada pela Usina Termelétrica de Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil
DENISE MARIA SETTE – O clima das cidades e o planejamento
CLAUDETE DE FÁTIMA PADILHA DE SOUZA; JOSÉ TADEU GARCIA TOMMASELLI – Queimadas e incêndios florestais em Mato Grosso do Sul e políticas públicas implantadas recentemente
AMÉLIA GELA, DEOCLECIANO BITTENCOURT ROSA, PASCOAL LOPES DOS SANTOS; MARCOS ANTONIO CAMARGO FERREIRA; CLEOMAR JOSÉ DA COSTA – Considerações acerca da área de proteção ambiental nos municípios de Dom Aquino e Poxoréu – Estado de Mato Grosso – Brasil
CLEONICE GARDIN – O planejamento territorial da Bacia do Paraná nas décadas de 1950 e 1960

Número 16 (jul/dez – 2002)

MARIA APARECIDA TESTE PARRA – Regiões bioclimáticas do Estado de Mato Grosso do Sul
PAULO ROBERTO JÓIA; EDMILSON GOMES DA SILVA – Abastecimento de produtos hortícolas nas cidades de Anastácio e Aquidauana
ALZIRA SALETE MENEGAT – A reordenação do espaço rural brasileiro: um breve olhar
LISANDRA PEREIRA LAMOSO – Globalização e cotidiano
DEOCLECIANO BITTENCOURT ROSA; CORNÉLIO SILVANO VILARINHO NETO; AMÉLIA GELA; ELESBÃO MORENO DA FONSECA – Um diagnóstico do confronto entre a Savana Arbórea Densa e a Floresta Pantaneira do município de Nossa Senhora do Livramento – Estado de Mato

Grosso

JOSÉ OSCAR NOVELINO; ROSANA DA SILVA MARQUES; MEIRE MARIA BARBOSA; CLEBER DIAS – Aspectos gerais dos solos e suas aptidões agrícolas na Bacia do Rio Iguatemi, em Mato Grosso do Sul

BEATRIZ VERONEZE STIGLIANO E PEDRO ALCÂNTARA BITTENCOURT CÉSAR – Análise de um espaço com a inserção do turismo e do lazer: estudo das relações geradas pela “Festa Italiana” de Quirim

Número 17 (jul/dez – 2002)

ROBERTO BRAGA; CARLOS DA SILVA PATEIS – Criação de municípios: uma análise da legislação vigente no Estado de São Paulo

ANTÔNIO THOMAZ JÚNIOR – O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil

WILLIAN ROSA ALVES – Encruzilhadas para a Geografia como conhecimento superior

MÁRIO CEZAR TOMPEZ DA SILVA – A construção de uma nova política de desenvolvimento para Dourados-MS

SALVADORA CÁCERES ALCÂNTARA DE LIMA – As transformações na sociedade capitalista e suas implicações para o mundo do trabalho

SILMARA RIBEIRO MARTINS – Urbanização de Mato Grosso do Sul pós década de 1970

EDIR PAIVA BUENO – Desenvolvimento e ambiente: aspectos recentes de suas abordagens

ADRIANO LOPES SARAIVA; JOSUÉ DA COSTA SILVA – A espacialidade das festas religiosas em comunidades ribeirinhas de Porto Velho – Rondônia

ALOYSIO MARTINS DE ARAÚJO JÚNIOR – Indústria de bens de capital: recursos ociosos e modernização industrial brasileira.

AGB - Salvador, casi 50 años de Geografía

AGB - Salvador, almost 50 years of Geography

Mário Rubem Costa SANTANA

Geógrafo, Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana
Endereço eletrônico: *mrcsantana@ig.com.br*

Itamar Gomes de AMORIM

Estudante do Curso de Geografia – UFBA
Endereço eletrônico: *itamargomesamorim@yahoo.com.br*

Denize Santos GOMES

Estudante do Curso de Geografia – UFBA
Endereço eletrônico: *persefoneufba@yahoo.com.br*

Resumo: A Associação dos Geógrafos Brasileiros como entidade com diretoria específica na Bahia surge em 1955 e se legaliza em 1960 quando registra seu estatuto. Durante anos a AGB teve um caráter acadêmico mudando após o Encontro Nacional de Geógrafos em 1978 com uma fase de atuação política mais intensa. Durante anos a AGB – Salvador mantém coesão até interromper suas atividades na década de noventa. Hoje existem propostas de retomar as atividades.

Palavras-chave: Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Resumen: La Asociación dos Geógrafos Brasileiros como entidad con dirección específica en Bahia aparece en 1955 y se legaliza en 1960 cuando registra su estatuto. Durante años AGB tenía un carácter académico que mueve después del Encontro Nacional de Geógrafos en 1978 con una fase de más intensa actuación política. Durante años AGB - Salvador mantiene cohesión hasta interrumpir sus actividades por la década de noventa. Hoy ellos existen propuesto de volver a tomar las actividades.

Palabras claves: Geografía, Asociación de los Geógrafos brasileños.

Summary: The Associação dos Geógrafos Brasileiros as entity with specific management in Bahia appears in 1955 and it is legalized in 1960 when it registers its statute. During years AGB had an academic character moving after the Encontro Nacional de Geógrafos in 1978 with a phase of more intense political performance. During years AGB - Salvador maintains cohesion until interrupting its activities in the decade of ninety. Today they exist proposed of retaking the activities.

Key words: Geography, Association of the Brazilian Geographers.

Para começar

É difícil escrever sobre uma entidade como a AGB sem isenção, se é que isso é possível, pior quando se tem uma história dentro da entidade, nosso posicionamento político e nossa interpretação dos fatos pode levar a distorções. A dificuldade em reunir todas as informações baseadas em fontes primárias e secundárias e a nossa própria leitura destes, as entrevistas e os relatos escritos contribuem para que não sejamos exatos e que acabemos por incorrer em algum tipo de injustiça.

O período de tempo em que ele foi escrito, é outro fator que influencia na qualidade do resultado, instados a escrever sobre a história da AGB – Salvador, apesar do prazo definido pela AGB nacional ter sido bem mais amplo, somente em dois meses antes do prazo final pudemos

nos dedicar de maneira mais intensa ao trabalho mesmo assim fazendo-o entre muitas outras atividades.

A dispersão dos documentos ou a inexistência destes, a recuperação das informações dadas por documentos oficiais (atas), a impossibilidade de contrapor ou colocar esses documentos em paralelo com a história oral. A dificuldade em agendar entrevistas com colegas fundadores e até os mais recentes indicam a necessidade de um estudo mais aprofundado da história da AGB – Salvador visto que, a mesma, esta prestes a completar 50 anos de fundada.

As dificuldades de recuperação de documentação e história estão relacionadas ao período da fundação até 1970 e, por incrível que pareça de 1987 até hoje. Felizmente pudemos participar da história da AGB – Salvador nesse último período antes da sua descontinuidade mas, isso acaba por tornar a narrativa muito mais parcial.

Um outro problema diz respeito a opção por uma história linear baseada em eventos que se seguem, por gestões que se sucedem ou por áreas de atuação. Optamos por um misto mas, inicialmente não damos crédito aos colegas pelos atos. Consideramos que muitos fizeram a AGB na Bahia e todos eles representavam a entidade e não foi o indivíduo que na sua solitude construiu a entidade, ainda que algumas vezes isso quase aconteceu, mas várias pessoas que no conjunto construíram a AGB, no mais também devido a dificuldade no levantamento das informações optamos por isso para não correr o risco de maximizar, ou o contrário, a participação de um ou outro colega.

Os nomes não surgirão com referência aos fatos, exceto em relação à sua fundação, serão colocados ao final do texto na forma das diretorias e dos colegas que as compuseram ou tiveram participação nas ações da entidade. Devido a falta de informações claras corremos o risco de minimizar a participação contextualizada dos colegas e poderíamos estar sendo injustos

A fundação

A AGB na Bahia enquanto instituição com diretoria e sede em Salvador surge em 20 de janeiro de 1955. Ela é fundada como Núcleo Baiano da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Secção do Rio de Janeiro). Em seu estatuto, derivado do estatuto nacional, ela se propõe a "*pesquisar e divulgar assuntos geográficos*", promover o conhecimento e o intercâmbio de idéias entre seus associados, através de reuniões periódicas e de outros meios ao seu alcance; realizará e auxiliará pesquisas geográficas; manterá publicações periódicas; proporá medidas para o aperfeiçoamento do ensino da geografia em todos os seus graus; e procurará por si ou em cooperação com organizações similares, estender suas atividades a todo o território do Estado da Bahia¹

A AGB acompanhava a proposta nacional de ser uma entidade voltada para a pesquisa, em especial do trabalho de campo, cujo resultado, quase sempre assumia a forma dos estudos regionais e das monografias urbanas. A AGB antes de ser uma entidade política era, na prática, uma entidade acadêmica.

O Núcleo Baiano da AGB surge em um momento de grande efervescência dos estudos regionais e das Assembléias Gerais onde os geógrafos se reuniam com o intuito de apresentar seus trabalhos mas, não só isso, ele próprios se propunham executar a pesquisa na região em que a Assembléia ocorria.

Seguindo esse formato O Núcleo Baiano da AGB estatutariamente afirmava que a mesma não poderia "*tomar parte em manifestações políticas ou religiosas...*". De certa forma essa é uma norma que vai permanecer até que o processo democrático no país é efetivamente retomado a partir do final da década de setenta. O próprio Boletim Baiano de Geografia é um exemplo disso visto que não haviam artigos que questionassem de maneira mais taxativa a situação social da população brasileira. É óbvio a garantia desse artigo no Estatuto indicava um posicionamento necessário para sobreviver entre 1964 e 1975 período de maior atuação da ditadura militar.

Os sócios eram separados em categorias: cooperadores, honorários, beneméritos, correspondentes. Os sócios cooperadores eram aqueles que mantinham o Núcleo funcionando

¹. Artigo 2º do Estatuto do Núcleo Baiano da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Secção do Rio de Janeiro).

e contribuía mensalmente com uma taxa determinada e para perder o título de sócio era necessário que ocorresse uma falta de quitação por doze meses consecutivos, ou seja, seria bastante difícil que isso ocorresse. As outras categorias dependiam da relevância dos trabalhos prestados por alguém ao Núcleo Baiano ou à Geografia (honorários) e/ou contribuição de uma certa soma em dinheiro (beneméritos). Os sócios correspondentes contribuía com trabalhos ou pesquisas e normalmente não moravam na sede do Núcleo.

Estruturalmente o Núcleo Baiano contava com um Conselho Diretor composto por um diretor, secretário e tesoureiro eleitos. Além destes contava-se também com o Conselho Consultivo formado por três membros que também eram eleitos junto com a diretoria. No entanto devido a ligação do Núcleo Baiano à Secção Regional do Rio de Janeiro o cargo de diretor, de acordo com o regimento desta, só poderia ser ocupado por um sócio dessa secção.

Com a proposta de ser uma entidade de pesquisa o Núcleo Baiano não poderia deixar de produzir um boletim, estatutariamente define-se que haverá uma publicação periódica, o Boletim Baiano de Geografia que será produzido até 1979 quando sofre solução de continuidade. O Boletim contava com um diretor que deveria ser auxiliado por três membros designados pela comissão diretora. Apesar de existir como norma, nem sempre foi possível atender ao que o estatuto colocava em relação ao Boletim. Sua periodicidade deveria ser de três meses, no entanto, na prática isso ocorreu apenas no ano de 1960 quando sai o primeiro número. O Boletim Baiano de Geografia constitui-se em um bom indicador histórico para o entendimento dos estudos produzidos no âmbito da AGB e como ele evolui com o tempo. Essa proposta acadêmica da AGB contribuiu bastante para a formação dos novos geógrafos uma vez que muitas palestras e cursos eram realizados por colegas diretores ou professores convidados, brasileiros e estrangeiros.

Esse alinhamento acadêmico do Núcleo Baiano se confunde um pouco com a própria história do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia. Os fundadores do Núcleo também compõem os quadros do Laboratório. Essa relação significou um certo atrelamento do Núcleo com a Universidade da Bahia (hoje Universidade Federal da Bahia) que vai se estender até 1979, mesmo depois que o Laboratório de Geomorfologia é incorporado ao Departamento de Geografia da UFBA.

Em 1963 durante a XVIII Assembléia Geral Ordinária realizada na cidade de Jequié, na Bahia, o Núcleo Municipal de Salvador² ganha *status* de Secção Regional da Bahia passando a englobar o Núcleo Municipal de Aracaju. Aqui é necessário colocar a influência do presidente da AGB nacional à época, o Prof. Milton Santos, Chefe da Casa Civil no governo de Jânio Quadros e posteriormente Na Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia no Governo Lomanto Júnior, no apoio da Prefeitura Municipal de Jequié e do Governo do Estado. Não bastasse isso, as Assembléias da AGB eram verdadeiras contribuições para o reconhecimento regional e considerando que, na maioria dos casos, os municípios não teriam condições de bancar tal estudo, a contribuição era sempre bem vinda.

A década de 70

A década de setenta é um período de grande atividade da AGB. Muitas palestras e cursos são realizados, professores, em especial franceses, comparecem freqüentemente a atividades realizadas pela AGB. Aqui continua a grande ligação da AGB com o Departamento de Geografia da UFBA, apesar de alguns colegas agbeanos trabalharem em órgãos do governo ou na Universidade Católica a predominância era de professores daquele Departamento.

Apesar da forte influência, na geografia desse período, dos estudos da chamada geografia quantitativa a AGB em Salvador continua fiel aos estudos tradicionais, ainda que alguns colegas tenham aderido a onda do planejamento regional e da participação ativa nos estudos quantitativos

². Essa denominação aparece no volume XV dos Anais da AGB, diferindo daquela do Estatuto registrado em Salvador com a denominação de Núcleo Baiano da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Secção Regional do Rio de Janeiro, não conseguimos identificar se houve erro ou alguma modificação no estatuto local ou nacional.

isso não tem um rebatimento muito forte na AGB. Os estudos publicados no último número do Boletim Baiano de Geografia dão conta disso, dentre os dez trabalhos apresentados pelo menos nove apresentam uma característica analítico descritivo ou puramente descritivo. A AGB em Salvador vai atravessar o período da geografia quantitativa sem ter se dado conta da sua existência em termos oficiais. Estranhamente, se isso não se manifesta nos documentos encontrados, se manifesta na participação de alguns poucos colegas que não pertenciam aos quadros da UFBA nos órgãos de planejamento do Estado. O domínio dos estudos analítico descritivos de forte predominância, ainda, da geografia francesa eram freqüentes no Departamento de Geografia da UFBA, com algumas ilhas onde os estudos de geografia pragmática se faziam mais fortes. Em função da forte ligação da AGB com esse departamento foi gerada significativa influência dessa geografia nos rumos da AGB Seção Regional Bahia

A participação estudantil continua limitada, não existe uma categoria de sócio para estudantes e sua participação é quase sempre acessória, somente a partir de 1979 a AGB passa a discutir de maneira mais efetiva a presença dos estudantes, inclusive na Diretoria da entidade.

Apesar das dificuldades financeiras os representantes da AGB seção local no Conselho Diretor sempre que possível estavam presentes nas atividades realizadas pela AGB nacional, fossem as reuniões do próprio conselho ou os Encontros Nacionais de Geógrafos. A questão financeira e de apoio logístico se fazia sentir também na periodicidade do Boletim Baiano de Geografia, abalado nesse período por dificuldades de condução e de impressão do material bem como do auxílio de colegas, mesmo assim com grande esforço a publicação do número dezoito ainda foi feita no mês de agosto 1979.

O início da década de setenta marca também o esgotamento do modelo das Assembléias da AGB baseadas nos trabalhos monográficos de intenso e exaustivo levantamento de informações através do trabalho de campo em uma determinada área vindo a adotar o modelo mais próximo do que ocorre hoje com a apresentação dos resultados de pesquisas. Localmente, a AGB continua realizando as interessantes reuniões culturais, eventos que foram simplificados posteriormente nas palestras realizadas por professores convidados.

A AGB Seção Regional Bahia se manteve sempre preocupada com as questões relativas ao ensino de geografia nos níveis médio e fundamental, principalmente em relação à qualidade e estrutura deste. As questões profissionais também, por várias vezes, esteve presente nas reuniões e ações desse período as discussões acumuladas serão aprofundadas no final da década de setenta e posteriormente resultarão em uma Lei que será aprovada pelo legislativo na década de oitenta.

Em agosto de 1979 após apresentar os resultados da Assembléia Geral para mudança do estatuto da AGB, realizada no período de 26 a 29 de julho a diretora da AGB Seção Regional da Bahia, por considerar coerente com a mesma decisão tomada em nível nacional quando da renúncia do presidente Marcos Alegre da direção nacional, resolve deixar a direção, tendo sido acompanhada pelos demais membros da diretoria executiva da Seção Regional. Essa atitude tanto em nível nacional, quanto local correspondia a uma ruptura necessária para a abertura de caminho que facilitaria a construção e aplicação do novo estatuto. O período de transição até a eleição de uma nova diretoria foi ocupado por uma Comissão Executiva Provisória que contribuiu para essa mudança de rumo na AGB que não era mais Seção Regional, mas Seção Local.

Mudança de rumo

A partir de 1979 a AGB-Salvador acompanhando as mudanças na geografia nacional também sofre transformações estruturais. Passa a utilizar uma nova sede nas imediações do centro da cidade do Salvador no prédio onde funcionava a Associação dos Engenheiros Agrônomos da Bahia - AEABA, consideravam os colegas da diretoria empossada à época que essa localização facilitaria o acesso dos associados, principalmente à noite da terça-feira, horário em que eram realizadas as reuniões.

O redirecionamento político da entidade exigia o seu afastamento do local anterior, seja para ampliar uma certa independência em relação à geografia que se fazia na AGB até então, seja para ampliar a participação de colegas de outras instituições.

Essa nova postura da nova diretoria ao mesmo tempo em que atraiu novos associados para

uma participação mais efetiva afastou outros que se viram aliados do processo, seja por perda dos referenciais políticos, seja pela perda dos referenciais acadêmicos que, até então moviam a AGB-Salvador. Essa postura estava alinhada com a AGB nacional, uma vez que se abriam novas possibilidades organizacionais e, conseqüentemente, novas frentes de batalha com a possibilidade de participação dos estudantes na entidade. Proposta polêmica que, apesar de ter se mostrado prática, no sentido de manter viva a associação, mesmo porque muitas das seções locais não teriam condições de funcionamento sem a participação dos estudantes, mostrou-se complicada no âmbito da sua aceitação como entidade representativa dos profissionais da geografia. Em razão disso, tanto localmente quanto nacionalmente ocorreram rupturas, as quais, posteriormente vão levar a criação de Associações Profissionais por colegas que não se viam contemplados pela ação da AGB e mais, surgiam problemas legais frente aos órgãos de fiscalização profissional (CREA), que exigiriam uma maior interação com este Conselho, e um eterno conflito entre licenciados, bacharéis e estudantes.

A mudança para a nova sede também significou uma ampliação das relações com as associações que dividiam o espaço da AEABA como o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos – CADH e o Grupo de Recomposição ambiental – GERMEN. Como o referencial político da AGB se modificou, o seu grau de participação política também mudou. A AGB passou a ser mais atuante na discussão das questões profissionais, ampliando a sua participação no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/BA e engajando-se de forma mais ativa nas lutas sociais. Essa era, sem dúvida, uma grande influência do que nacionalmente se chamava de Geografia Crítica onde a atuação política e social da geografia se direcionava para uma análise da sociedade, inicialmente, baseada na influência do materialismo histórico dialético e das teses de Marx. No entanto, apesar desse domínio dos marxistas, não poderíamos ser reducionistas a ponto de afirmar que essa era a única influência mas, de certo, era a mais importante.

A direção eleita a partir de 1981 poderia ser vista como afinada com a gestão nacional eleita no importante Encontro Nacional de Geógrafos que ocorreu em Fortaleza. As modificações em curso na geografia encontravam seu momento de convergência. A difícil transição para a democracia burguesa brasileira vinda de um longo período de ditadura militar perpetrada a partir do golpe militar de março de 1964 animava a esquerda e ampliava a participação com a retomada das atividades políticas em várias frentes. A União Nacional dos Estudantes retoma suas atividades fora da clandestinidade também em 1979 com o Congresso em Salvador, sob a hospedagem do Governo da Bahia que cedeu o recém construído Centro de Convenções para a realização do evento. Os estudantes de Geografia realizam o Encontro Nacional de Estudantes de Geografia – ENEG e a história vai sendo feita. Essa efervescência favoreceu, significativamente, participação ativa da AGB-Salvador nos eventos políticos que se seguiram e, em especial, aqueles que envolviam a comunidade geográfica em Salvador.

Durante mais de dez anos após 1979 a AGB-Salvador vai ter forte presença nos eventos locais e nacionais. No caso daqueles de caráter organizacional, a AGB-Salvador estava quase sempre presente nas Gestões Coletivas promovidos pela entidade. Essa participação teve alguns pontos referenciais como a liderança no processo de regulamentação da profissão com propostas aprovadas em Gestão Coletiva realizada em Salvador no ano de 1981 por ocasião da Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.

A AGB-Salvador após uma análise da situação de trabalho de vários profissionais da geografia que, já há algum tempo, exerciam, em órgãos variados, atividades como geógrafos, além do próprio direcionamento dado na formação universitária desses profissionais, emvidou esforços para a aprovação de regulamentação que permitisse a emissão de registro dos licenciados no sistema CONFE/CREA. No entanto a proposta da AGB-Salvador não foi aprovada na íntegra e apenas os licenciados formados até 1974 puderam obter o registro no sistema. Como decorrência da Lei que regulamenta a profissão continuamos com o profissional licenciado em geografia que seria o professor e o bacharel em geografia que seria o Geógrafo. A AGB em nível nacional optou por chamar ao profissional de geografia, independente de ser ele licenciado ou bacharel, de geógrafo. Isso, obviamente, não acabou com os problemas de registro mas tem contribuído para um posicionamento político e de busca de coesão entre os profissionais da geografia já cisalhada pela velha querela da geografia física e humana.

Ainda como decorrência desse processo a Lei que regulamenta a profissão sofreu algumas outras alterações em especial no que trata da ampliação do espectro da formação para atingir o grau de geógrafo e obter registro junto ao Sistema CONFEA/CREA. Apesar de bastante controverso, profissionais com mestrado e doutorado em geografia, assim como licenciados em Geografia e em Geografia e História, diplomados em estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, com contrato de trabalho como Geógrafo em órgão da administração direta ou indireta ou em entidade privada ou exercendo a docência universitária passam a poder obter o título de geógrafo e por consequência ser capazes de atuar profissionalmente com registro, isto é o que diz a Lei 7.399 de 04 de novembro de 1985 que altera a Lei n.º 6.664 de 26 de junho de 1979³, ou seja a Lei que disciplina a profissão de geógrafo.

Durante a década de oitenta a luta pela aplicação do salário mínimo profissional iniciada pelo CREA/BA contou com participação efetiva da AGB-Salvador que junto com as outras entidades registradas no conselho reivindicaram junto à Prefeitura e ao governo do Estado o cumprimento da Lei. Dessa forma as entidades em questão participaram de audiências com o prefeito da Cidade do Salvador e com o Governador do Estado, além de entidades diversas e empresas públicas e privadas.

A AGB-Salvador dos anos oitenta mantinha uma estreita relação com o CREA/BA. Isso se constituía em um facilitador para as demandas da AGB junto ao conselho; no entanto, isso não se conquistou apenas por bondade do CREA/BA mas, especialmente, pela efetiva participação da AGB-Salvador junto ao conselho, inclusive no processo de eleição direta para este, cujo formato era, até então, inédito em todo o país, demonstrando o caminho para a democratização da entidade e do sistema como um todo.

Como resultado dessa intensa participação junto ao CREA/BA a AGB-Salvador foi convidada a indicar um representante para o conselho, que inicialmente não teria direito a voto. Todos os representantes da AGB no CREA/BA tiveram significativa participação nos processos internos inclusive no processo eleitoral como membro da Comissão Eleitoral para o período 1985 - 1987. Esse reconhecimento se fez, inclusive nacionalmente, com a participação de um dos membros da AGB-Salvador na suplência da representação da AGB Nacional junto ao sistema CONFEA já no final da década de oitenta.

Foram muitas as lutas empreendidas pela AGB-Salvador na década de oitenta, além daquelas destacadas anteriormente, feitas junto com o CREA e dentro do CREA, destacamos a participação efetiva da AGB-Salvador na ampliação do debate sobre as propostas de desmembrar o território do Estado da Bahia. Longe de parecer com uma defesa ufanista da integridade territorial do Estado, a AGB-Salvador propôs um conjunto de debates com profissionais de variadas áreas para além da própria geografia, inclusive com o convite de colegas geógrafos de outros estados, estava em discussão a criação do Estado de Santa Cruz entre outros que na época em questão acabaram surgindo na trilha deste. Posteriormente a AGB-Salvador envolve-se na discussão acerca do trem de superfície, proposta parecida com a do atual metrô, onde os colegas geógrafos envidam esforços em estudos técnicos da sua competência para gerar um estudo de impacto que vai contribuir para a revisão do projeto.

A inexistência de um claro posicionamento político ideológico das diretorias da AGB-Salvador nunca serviu como impedimento para que ela mantivesse uma excelente aproximação em relação as diretorias nacionais da entidade, a participação nas reuniões de Gestão Coletiva e presença constante dos diretores da AGB Nacional em palestras e discussões realizadas pela seção local sempre contribuíram para o estreitamento das relações que não se davam mais exclusivamente por possíveis vínculos políticos mas também por laços de amizade. Obviamente isso se tornava um problema, pois as necessárias críticas acabavam, por vezes, minimizadas. Essa falta de posicionamento se colocava como resultado da composição interna das direções locais que apesar de ter um posicionamento em defesa uma sociedade mais justa e igualitária o caminho para isso nem sempre era algo fechado entre os colegas.

3. Para detalhamento sugerimos consulta às resoluções do sistema CONFEA/CREA e à Lei publicada no D.O.U. de 11 DEZ 1984 - Seção II - Pág. 18.402. LEI N.º 7.399, de 4 NOV 1985. Altera a redação da Lei n.º 6.664, de 26 JUN 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo publicada no D.O.U. de 05 NOV 1985 - Seção II - Pág. 16.113.

Os maiores problemas entre a AGB-Salvador e a AGB Nacional ocorrem em função de uma mudança estrutural da AGB - Salvador para um sistema de coordenações e por ocasião da preparação do Encontro Nacional de Geógrafos que foi realizado na cidade do Salvador em julho de 1990.

A mudança estrutural do sistema de diretoria definida estatutariamente não foi seguida pela AGB - Salvador na gestão a partir de 1985. Nesse caso, havia dois componentes importantes, um de caráter ideológico e outro de caráter organizacional. A AGB já estava entrando em uma crise que iria culminar seis anos depois com a interrupção das suas atividades. A pseudo-impossibilidade de ocupar todos os cargos serviu como pretexto para a adoção do sistema de coordenações, a AGB - Salvador deixava de ter um diretor, teria agora coordenadores e todos poderiam responder pela instituição, isso acabou criando dificuldades frente as outras entidades que não sabiam a quem se reportar. Ideologicamente alguns colegas sofreram influência durante a graduação de movimentos anarquistas ou de orientação aproximada que acabaram por influenciar na diluição do poder dentro da entidade. Esse sistema funcionou precariamente mas, mesmo assim ainda foi responsável pela realização, no período de 22 a 25 de maio de 1986 na cidade do Salvador, do III Encontro Baiano de Geografia. Depois dessa gestão a AGB - Salvador passa mais dois anos sem conseguir realizar outra eleição até que ao grupo de colegas que tentavam manter as atividades mínimas da entidade juntam-se outros do Projeto RADAMBRASIL que vão ter influência na composição da nova chapa e terão papel importante na realização do VIII ENG.

Um outro embate tem na crise que começava a envolver a seção local o seu princípio pois esta indicava a impossibilidade de continuar com a proposta de realização do VIII Encontro Nacional de Geógrafos em Salvador. Não haviam pessoas localmente envolvidas em número suficiente na construção de evento. A diretoria da seção local então, em uma reunião bastante longa, avaliou a proposta de participação de uma empresa de suporte a eventos. A proposta era controversa visto que não tínhamos conhecimento de outro momento em que a AGB tenha necessitado da contratação de uma empresa para tal fim e apesar da relutância em aceitar acabamos por aprovar a proposta e nos propusemos a defende-la frente a Gestão Coletiva que se realizaria na cidade de São Paulo no prédio da Geografia e História da USP. Não há pior situação que aquela na qual nós devemos defender algo em que não acreditamos. A necessidade, no entanto, colocou uma determinação e a AGB-Salvador leva para a Gestão Coletiva não uma proposta, mas uma ameaça, não realizaríamos o evento sem o apoio da empresa. Dada a proximidade e a impossibilidade de outra seção local assumir o evento, acudados e sem uma solução, os colegas da Gestão Coletiva foram obrigados a aceitar a proposta.

Se a organização local do VIII ENG fluiu com a empresa, a forma adotada pela AGB baseada na participação dos seus membros na construção coletiva do ENG, sob nosso ponto de vista, poderia ter prescindido desta empresa durante a realização do evento. A seção local não fez uma clara avaliação da participação da empresa durante o evento mas hoje fica um pouco mais difícil dizer o que era correto, apesar de, por uma questão ética, termos defendido a proposta da participação da empresa, percebemos que a AGB ensinou bastante a ela, alias deveríamos ter cobrado a experiência.

A falta de motivação posterior ao Encontro Nacional de Geógrafos apenas emerge de um processo que já vinha ocorrendo antes do evento, o risco em assumir um evento por uma diretoria já em processo de desconstrução, só fez aumentar o esfacelamento da AGB-Salvador. A redução da participação dos colegas impedia que as proposta e os trabalhos pudessem ter continuidade a seção Salvador entrava em um processo de imobilização que resultaria um ano depois em desestruturção, dissolução da diretoria e por fim, o fechamento das portas. Por um tempo um armário com objetos de escritório, atas e escritos ficaram guardados no prédio da AEABA até que após sua degradação foi transferido para pequenas caixas que estão sob a guarda de estudantes e professores do Departamento de Geografia da UFBa e que deverão passar para a comissão que tenta retomar as atividades.

Grande parte dos registros da década de oitenta e início de noventa foram perdidos e, até que sejam encontrados, contamos apenas com a história oral o que, sem dúvida, constitui-se em um trabalho de grande monta sujeito às interpretações dos seus portadores.

Um longo tempo de inatividade

Após o VIII Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Salvador, a Seção Local entrou em declínio, as reuniões eram realizadas com duas, às vezes três pessoas, a diretoria se esfacelou. Depois de várias reuniões sem *quorum* tomamos a decisão de fechar as portas até que as condições para a reestruturação surgissem.

Somente no início do ano 2000 alguns colegas tentaram, sem sucesso, retomar as atividades, pelo menos mais duas tentativas foram feitas e que, parecia, resultariam infrutíferas não fosse o fato de que em todas elas alguns abnegados se manteriam tentando enquanto outros se juntariam, aos poucos, ao grupo em formação. Todavia ainda faltava um acontecimento que servisse para alavancar as atividades que se colocavam em potência, esse fato foi colocado na plenária final do Encontro Baiano de Geografia quando ficou definido que o colegiado que realiza o EBG deveria forçar a retomada dos trabalhos pensando a AGB em um novo formato que pudesse abarcar uma área maior que a cidade do Salvador, necessariamente isso significaria uma mudança na forma como a AGB se regionaliza e um confronto direto com o estatuto da entidade, no entanto, enquanto este texto é construído, essa proposta ainda está em discussão.

No primeiro semestre de 2003 durante a primeira reunião para organização do VII Encontro Baiano de Geografia foi firmado, entre os presentes, o compromisso de retomar as atividades da AGB formando, a partir de então um grupo que vem se reunindo desde então, tentando resgatar a memória da AGB – Salvador além de reorganizar a entidade em termos legais. Esse resgate da memória se traduz na busca de informações sobre a história da entidade e o importante papel dos colegas que contribuíram para a construção da mesma.

O papel do Fórum Baiano de Geografia e a organização do Encontro Baiano de Geografia.

Em 1994 os colegas do curso de geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, já em um percurso que os levaria a formação de uma Seção local (Vitória da Conquista) da AGB e a realização do Encontro Nacional de Geógrafos, propõem a formação de um colegiado para realização do III Encontro Baiano de Geografia, que nas suas duas primeiras edições foi realizado pela AGB – Salvador.

Essa proposta demonstrou a efetiva capacidade de organização da geografia na Bahia uma vez que o colegiado formado contava com a participação de representantes de IES públicas e privadas do estado⁴, indicados por seus respectivos setores representativos: departamentos e diretórios acadêmicos. Essa organização exigia uma logística um pouco complicada em função das distâncias entre as cidades no Estado da Bahia. As reuniões eram realizadas nos diversos campus onde houvesse curso de geografia e toda a organização ficaria por conta da IES que sediaria a reunião enquanto que cada uma das IES distintamente se responsabilizaria pelos custos de deslocamento e estadia do seu representante. Essa forma perdura até o momento, numa demonstração de capacidade organizacional para o EBG.

O III Encontro Baiano de Geografia na UESB na cidade de Vitória da Conquista foi um evento de grande sucesso com a participação de profissionais da geografia e estudantes de todo o Estado. A fórmula escolhida demonstrou, então, ser adequada, a IES sede do evento se responsabilizaria pela hospedagem dos participantes convidados e administraria as inscrições, todas deveriam contribuir com uma passagem aérea e em todas as mesas redondas deveria haver pelo menos uma pessoa indicada por uma das IES, a confecção do material para o evento como pastas, certificados, brindes e cadernetas, é distribuído e/ou conseguido através de patrocínios e colaboradores. Assim foi feito, com algumas pequenas modificações, no IV, V e VI EBG.

⁴ Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Universidade do Estado da Bahia (Campus Jacobina, Caetité, Santo Antônio de Jesus) - UNEB, Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Católica do Salvador - UCSal. Para a realização do VII EBG temos a participação da Faculdade Jorge Amado além de ter sido contatada Faculdades Salvador (UNIFACS).

O maior problema para a realização deste evento estava na situação financeira das IES envolvidas, em um primeiro momento da Universidade Federal da Bahia, causada por anos de descaso do governo federal com a universidade pública o que levou a única ruptura na organização entre as IES. Como a UFBA não poderia arcar com a parte que lhe caberia na construção do IV EBG a comissão organizadora resolveu que a mesma não seria listada como uma das organizadoras do evento, no entanto, seus professores poderiam ser convidados para participar das mesas redondas ou como palestrantes, como foi feito. A intolerância e falta de visão em relação a proposta do evento, a falta de informação ou a manipulação desta gerou certo desconforto político e uma pequena participação dos colegas da geografia da UFBA, certamente reduzindo o brilho do evento. Acreditamos, no entanto, que essa situação serviu para mostrar o surgimento de novas forças no cenário geográfico da Bahia, em especial nas universidades estaduais.

Algum tempo depois serão as estaduais que sofrerão com o aprofundamento dos problemas financeiros o que levou a transferência do VI EBG que seria realizado no campus V da UNEB para Salvador e ter a sua data transferida, o evento teve que ser reduzido em sua proposta estrutural para que pudesse ser realizado mas, novamente, o empenho dos colegas das IES tornou possível a realização de mais esse EBG. A questão financeira ao mesmo tempo em que era contornada pela forma organizacional do EBG ao mesmo tempo era uma ameaça constante, o Governo do Estado da Bahia nos últimos anos tem tido papel de destaque no desmanche das universidades estaduais com o envio de poucas verbas para manutenção e salários baixos dos professores o que tem gerado constantes movimentos de reivindicação por parte de professores, alunos e funcionários. Essa conjuntura tem afetado significativamente o EBG, mas sua flexibilidade e capacidade de adaptação estrutural têm ajudado a contornar esses problemas.

Um dos desdobramentos do III EBG foi a retomada das atividades do Fórum Baiano de Geografia, criado alguns anos antes por iniciativa dos colegas da UNEB e que seria formado por representantes dos departamentos e colegiados de geografia, as reuniões não tinham uma periodicidade definida e eram realizadas no mesmo formato daquelas para organização do EBG. O Fórum Baiano de Geografia tinha como foco principal a discussão de questões acadêmicas relativas à geografia e o contexto em que a mesma funciona está conformado pelas mudanças no sistema educacional no Brasil com a discussão das diretrizes curriculares para os cursos de nível superior e dos parâmetros curriculares nacionais para os cursos de ensino médio e fundamental, assim como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

As reuniões discutem, principalmente, questões curriculares e de formação do profissional da geografia na Bahia. As ações do Fórum têm destaque em dois momentos bastante significativos, na participação do seu coordenador em uma mesa redonda no Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Vitória da Conquista e por ocasião da proposta de formação das comissões do MEC para criação das diretrizes curriculares. O fato de entre os indicados para a comissão estar um profissional sem formação básica ou de pós-graduação em geografia foi o estopim de uma revolta geral na geografia brasileira que convergiu para a única instituição formada para discussão interuniversitária da geografia na Bahia que era o Fórum.

Em nível nacional a Associação dos Geógrafos Brasileiros fazia gestões junto ao MEC para reverter a indicação enquanto localmente o Fórum discutia a situação. Havia vários problemas a serem pensados: a indicação em si; a forma como foi feita a indicação; a falta de uma participação mais democrática na indicação, visto que o MEC desconsiderou a importância das estaduais para a Geografia na Bahia; a falta de clareza interna denunciada pelos próprios colegas da UFBA; o fato do indicado não ter formação em geografia. Essa situação culminou com a realização de uma reunião com a presença de um grande número de profissionais da geografia das mais diferentes instituições da Bahia na Universidade Católica do Salvador. Ao tempo em que a reunião ocorria foi comunicada a desistência do professor indicado, no entanto os presentes decidiram, mesmo assim, por enviar um documento de protesto pela indicação ao MEC e ao Departamento de Geografia da UFBA.

O Fórum após a realização do ENG em Vitória da Conquista sofreu solução de continuidade, a aparente falta de uma forte motivação e os custos logísticos de sua manutenção fizeram com que suas atividades se reduzissem ao ponto de não mais existirem. No entanto seu caráter

estadual indicou uma possibilidade organizacional para a Associação dos Geógrafos Brasileiros na Bahia na evidência da impossibilidade de criar seções locais sempre há a possibilidade de fazê-la com um caráter mais regional, essa é uma discussão que está apenas iniciando.

A perspectiva de estruturar uma AGB – Bahia redirecionaria nossa discussão em parte para a forma organizacional dos primórdios da AGB, isso teria desdobramentos de caráter político, relacionado as representatividades locais e à localização da coordenação, por outro lado já existe uma seção local em Vitória da Conquista o que significaria uma revisão do seu caráter estrutural e da sua participação política no conjunto do Estado talvez não muito adequado aos desejos dos geógrafos que compõem atualmente a direção da seção. Por outro lado existe um grande contingente de profissionais da geografia no Estado da Bahia que poderiam estar inseridos no movimento político organizado pela AGB, fortalecendo a entidade e contribuindo para uma análise mais realística da situação da geografia na Bahia e para os possíveis movimentos de reivindicação ou de propostas de intervenção. Conseguir abarcar todos esses profissionais é utópico mas, por isso mesmo, é necessário repensar o formato da AGB ou criar uma instituição como o Fórum Baiano de Geografia que pudesse dar conta de questões que extrapolem o nível local e pudesse atender aquelas áreas onde a capacidade organizacional local impedisse a construção de uma seção local da AGB mesmo porque entre o local e o global existem muitas escalas a serem estudadas..

Esperando não concluir

Ao final espera-se, quase sempre um balanço. A AGB na Bahia transitou de uma organização regional para local de acordo com a mudança dos estatutos e da conjuntura política da entidade. As primeiras gestões até 1979 contribuíram com os estudos e as reuniões culturais, a partir de 80 a participação política é a tônica principal.

O debate sobre educação e formação profissional permeou a maioria das gestões, em especial a partir da década de setenta e início de oitenta quando a discussão sobre a legislação profissional se aprofunda. A formação do profissional da geografia também foi uma discussão constante, presente na pauta da maioria das reuniões e observado nos convites para as reuniões culturais ou para palestras. Da mesma forma os eventos como as Semanas de Geografia ou Encontro Baiano de Geografia sempre tratavam destas questões.

Recentemente mais uma tentativa de reerguer a seção Salvador está em curso. Alguns passos importantes já foram dados, no entanto, os velhos problemas relacionados à disponibilidade para trabalhar na entidade continuam a rondar os colegas.

A falta de uma entidade como a AGB – Salvador gera uma lacuna que o Fórum Baiano de Geografia ou a organização para o EBG não podem ocupar. A AGB deve ter papel articulador em várias áreas através das suas comissões, em especial aquela seja na discussão da questão profissional, seja na discussão sobre intervenções no espaço geográfico.

Se as gestões iniciais se pautaram em um estudo mais interno e, de certa forma um pouco afastadas da questão política nacional (é bom lembrar que os colegas estiveram, na maior parte do tempo, sob os braços da ditadura militar que limitava a participação e atuação das entidades) as últimas se preocuparam em fazer uma AGB que estivesse presente nas lutas sociais e tivesse um papel analítico acerca das intervenções no espaço geográfico. Se a participação política aumentou na década de oitenta a utilização das reuniões culturais desapareceu, desapareceu também o Boletim Baiano de Geografia.

Esperamos todavia que a AGB – Salvador possa encontrar um caminho onde possam caminhar integradamente participação política e saber geográfico e onde o segundo seja um instrumento determinante na consolidação do primeiro, na defesa de uma sociedade mais justa e plural.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer aos colegas Renato Leone Miranda Léda, Lirandina Gomes Sobrinho, Neyde dos Santos Gonçalves, Tereza Cardoso da Silva, Silvio Bandeira de Melo e Silva, Maria Lúcia Simões, Maria Auxiliadora da Silva, Zelita Santana, Maria Elvira Passos Costa, Sônia Marise Pereira Tomasoni, Maria da Conceição Oliveira Cunha, que contribuíram nas entrevistas ou cederam textos sobre a AGB ou que continham informações relacionadas.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *Jequiê – estudo de geografia urbana*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1970
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Estatuto do Núcleo Baiano da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Secção Rio de Janeiro. Salvador, 1960. *fotocópia*.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Núcleo Baiano da Secção Rio de Janeiro, Ano I, n.º 1, junho de 1960.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Núcleo Baiano da Secção Rio de Janeiro, Ano I, n.º 2, setembro de 1960.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Núcleo Baiano da Secção Rio de Janeiro, Ano I, n.º 3, dezembro de 1960.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Núcleo Baiano da Secção Rio de Janeiro, Ano I, n.º 4, março de 1961.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Núcleo Baiano da Secção Rio de Janeiro, Ano III, n.º 7 e 8, dezembro de 1960 – março de 1962.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, Ano VII e VIII, vol. 9, n.º 12, 13, 14, julho de 1967.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Seção Regional Bahia, Ano IX – X – XI, Vol. 10, n.º 15, 16, 17, julho de 1970.
- BOLETIM BAIANO DE GEOGRAFIA, Salvador: AGB, Seção Regional Bahia, Ano XII, Vol. 11, n.º 18, agosto de 1979.
- SILVA, Maria Auxiliadora da. Milton Santos – alguns aspectos de sua vida e obra. *RA'E GA, O espaço geográfico em análise*. Curitiba, n.º 6, p. 221-234, 2002

Diretorias da AGB – Salvador

Fundação - Assinam o estatuto registrado:

Anna Carvalho
Waldir Freitas Oliveira
Milton Santos
Nilda Guerra de Macêdo
Tereza Cardoso da Silva
Norma Ramos de Freitas
Aurélio Américo de Freitas
José Augusto Guimarães
Antônia Déa Erdens
Yolanda Maria dos Santos

1960

Diretora – Anna Carvalho
Secretário – Waldir Freitas Oliveira
Tesoureiro – Milton Santos
Conselho Consultivo – Nilda Guerra Macedo, Teresa Cardoso da Silva, Norma Freitas

1961 – 1962

Diretora - Nilda Macêdo
Secretária – Anna Carvalho
Tesoureira – Norma Freitas
Conselho Consultivo – Milton Santos, Waldir Freitas Oliveira

1963 – 1968 – sem informações, no entanto alguns relatos dão conta de que havia um revezamento na direção entre os colegas do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais.

1969 - 1970

Diretora - Neyde Maria Santos Gonçalves

Secretaria – Sônia de Oliveira Leão

Tesoureira – Célia Peixoto Motti

Conselho consultivo – Ana Maria Souto, Thelma V. Pitágoras Freitas

1970 – 1972

Diretora – Neyde Maria Santos Gonçalves

Tesoureiro – Célia Peixoto Motti

Secretaria – Sônia de Oliveira Leão

Coordenador de Publicações – Pascal Motti

Rep. Conselho Diretor – Tereza Cardoso da Silva

Suplente – Antônia Déa Erdens

1972 – 1974

Diretor – Douracy Soares

Vice-diretor – Sylvio Bandeira de Melo e Silva

Tesoureiro – Margarete Prates

Secretaria – Ana Maria Leite

Coordenador de Publicações – Florisvaldo Henrique Falk

Rep. Conselho Diretor – Tereza Cardoso da Silva

Suplente – Neyde Maria Santos Gonçalves

1974 – 1976

Diretor – Florisvaldo Henrique Falk

Vice-diretor – Laerte Correia Lima

Tesoureiro – Irlene Maria Peixoto Magnavita

Secretaria – Lúcia Maria Tenório

Coordenador de Publicações – Sylvio Bandeira de Melo e Silva

Rep. Conselho Diretor – Neyde Maria Santos Gonçalves

Suplente – Douracy Soares

1977 – 1978

Diretora – Regina Celeste de Almeida Souza

Vice-diretora – Antônia Déa Erdens

Tesoureiro – Yolanda Maria dos Santos Penalber

Secretaria – Benedita Pereira Andrade

Diretor de Publicações – Douracy Soares (subst. por Antônia Déa Erdens em 14/03/1978)

Rep. Conselho Diretor – Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva

1978 – 1980 (diretoria renuncia para reestruturação a partir da reforma do estatuto)

Diretora – Neyde Maria Santos Gonçalves
Vice-diretora – Maria Auxiliadora da Silva
secretaria – Olívia Clementina Azevedo Vergne (subst. por Benedita Pereira Andrade em
17/01/1979)

Tesoureira – Benedita Pereira Andrade
Coordenadora de Publicações – Zelita Azevedo Santana Fernandes
Rep. Conselho diretor – Yolanda Maria dos Santos Penalber

1979 - 1981

Comissão Provisória e subcomissões

documentação e divulgação

Jandira de Souza Silveira
Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva
Marilene dos Santos Aouad
Jorge Conceição
Moema M. Vilar Filgueiras

Documentação e divulgação

Maria Lúcia Simões
Renato Gomes Carneiro
Walmart D'Alexandria Batista
Wilson Moreira Nascimento
José Cosme Gomes dos Santos

Levantamento das condições jurídicas e financeiras

Jeanne Maiffre Baraúna
Solange Messias Cidreira
Reinaldo Gonçalves Correia
Albênia Maria de A. Fonseca
Neuz Fiorentini

Outros nomes indicados na ATA de formação da comissão

Yolanda Penalber
Marilene dos Santos Aouad
Míriam Rebelo Martins
Verilda Duarte Batista
Sandra Maria Matos de Araújo

1981 – 1982

Diretora – Maria da Conceição Oliveira Cunha
Vice-diretora – Maria Lúcia Simões
1ª secretária – Jeanne Maiffre Baraúna
2ª secretária – Tânia Regina Pinheiro dos Santos
1º tesoureiro – Lúcia Maria Tenório
2º tesoureiro – Geraldo César Costa Pinto
Suplentes – Regina Celeste de Almeida Souza; Marilene dos Santos Aouad

1982 – 1984 (eleita durante o I EBG)

Diretora – Jeanne Maiffre Baraúna (renuncia em 1983)

Vice-diretora – Maria Lúcia Simões

1ª secretária – Nádia Regina do Nascimento

2ª secretária – Lúcia Amódio

1º tesoureiro – Lúcia Maria Tenório de Carvalho

2º tesoureiro – Maria da Conceição Oliveira Cunha

Suplentes – Débora Vieira de Carvalho; Crispiniana de Souza Amaral

Comissão de apoio UFBA – Lirandina Gomes Sobrinho, Rafael Sânzio, Renato Miranda

Léda

Comissão de apoio UCSal – Claudemiro Ferreira da Cruz Neto, Sérgio Teixeira Filho, Ralph Davico e Vasconcelos

Representantes no CREA/BA – Renato Gomes Carneiro Filho, Maria da Conceição Oliveira Cunha (suplente) (representantes eleitos em 1983)

1985 – 1987 (?) (Sistema de coordenações)

Coordenação de eventos e promoções – Rafael Sânzio Araújo dos Anjos, Francisco Jorge Costa Nogueira

Coordenação de finanças – Lourival Cardoso Júnior

Coordenação de publicações – Renato Leone Miranda Léda

Coordenação de Assuntos Profissionais – Renato Gomes Carneiro, Claudemiro Ferreira da Cruz Neto

1987 – 1989 – Suspensão das atividades, dissolução da coordenação. Criação de uma comissão para encaminhar o processo eleitoral:

Lirandina Gomes Sobrinho

Mário Rubem Costa Santana

Maxivalda Araújo

Henrique Dortas

1989 – 1991

Diretora - Lirandina Gomes Sobrinho

Vice-Diretor - Luiz Carlos Soares Gatto,

1º Secretário - Francisco Jorge Costa Nogueira

2º Secretário - Mário Rubem Costa Santana

1º Tesoureiro – Neuza Aquino

2º Tesoureiro – Claudemiro Ferreira da Cruz Neto

OS 30 ANOS DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – SECÇÃO
PORTO ALEGRE

Los 30 años de la Asociación de Geógrafos Brasileños – Sección Porto
Alegre

The 30th years of the Association of Brazilian Geographers – Porto
Alegre Section

Luiz Fernando Mazzini FONTOURA

Diretor AGB - Porto Alegre
tchenando@aol.com

Viviane Saad DUTRA

Vice- Diretora da AGB – Porto Alegre
vivisaad@yahoo.com

Resumo: O texto que segue dedica-se a mostrar a história da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre - que nos seus trinta anos de existência procurou diminuir a distância entre a Geografia Brasileira e os geógrafos gaúchos. Caracterizada pelo grande empenho em propiciar as condições de aprimoramento aos nossos profissionais através de suas publicações como o Boletim Gaúcho de Geografia (BGG), Encontros Estaduais de Geografia e estar presente nas discussões sobre o ensino de Geografia na educação básica como nos cursos de Graduação.

Palavras-chave: geografia, associação dos geógrafos brasileiros, boletim gaúcho de geografia, encontro estadual de geografia, diretorias, seção local.

Resumen: El texto siguiente revisa la historia de la Asociación de Los Geografos brasileños – Sección Porto Alegre – que en sus treinta años de existencia ha procurado disminuir la distancia entre la Geografía Brasileña e los geógrafos gauchos (de la Provincia de Rio Grande do Sul). Empeñada en proporcionar las condiciones de perfeccionar nuestros profesionales mediante suyas publicaciones, así como el Boletim Gaucho de Geografia, más allá, hallarse en discusiones con respecto a enseñanza general básica así como los cursos de graduación.

Palabras clave: geografia, asociación de geógrafos brasileños, boletín gauchó de geografía, encuentro estadual de geografía, director, sección local

Abstract: The following text has the intent to show a little of history of the Association of Brazilian Geographers – Porto Alegre Section, which in its thirty years of existence has always tried to reduce the distances between Brazilian Geography and native of Rio Grande do Sul State. The Association of Brazilian Geographers is then featured by a remarkable effort in supplying the conditions for our local professionals' improvement, through its local publications such as the Rio Grande do Sul Geography Bulletin (BGG), the State Geography Meetings, and through constant presence in the discussions related to Geography Schooling in the Basic Education System as in the Graduation Courses.

Keywords: Geography, Association of Brazilian Geographers, RGS Geography Bulletin, State Geography Meeting, Directories, and Local Section.

Introdução

Em comemoração aos 70 anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros temos oportunidade de compartilhar aqui um pouco da história de uma de suas locais, que completa neste ano seu trigésimo aniversário, colaborando na construção desta história.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção Porto Alegre, sempre demonstrou preocupação com os registros históricos da entidade. De modo que ao longo desses trinta anos de existência garantiu a periodicidade do Boletim Gaúcho de Geografia, uma publicação que além de funcionar como meio de divulgação da produção geográfica do Estado, foi também utilizada como forma de apresentação dos objetivos, finalidades e da história da AGB – PA. Basta observarmos as seções especiais que sistematicamente acompanham nossos artigos científicos, proporcionando ao nosso associado a compreensão dos processos que se desenrolaram no decorrer de sua caminhada como entidade. Entre todos os materiais publicados as entrevistas com os antigos diretores e sócios fundadores são os mais importantes registros quando queremos conhecer a nossa história.

O texto que apresentamos aqui foi construído a partir destes materiais, testemunhos vivos que encontramos nas páginas de nosso boletim, o que não restringiu nossa pesquisa, pois ainda contamos com a colaboração de inúmeros sócios que ajudaram a montar este quebra-cabeça que é AGB – PA nos seus trinta anos de atuação pelos pagos do Rio Grande do Sul.

A partir do Boletim Gaúcho de Geografia de número 26, do ano 2000, encontramos no final o seguinte:

O QUE É A AGB – PORTO ALEGRE

A Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre é uma entidade de utilidade pública criada em 19 de novembro de 1973 como um núcleo da Seção Regional da AGB - São Paulo. Surgiu por iniciativa de professores do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e reuniu, desde sua origem, associados de diferentes pontos do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1976, tornou-se a seção regional do Rio Grande do Sul e, em 1980, com a mudança dos estatutos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, recebeu a atual denominação.

Objetivos da entidade

- Desenvolvimento do conhecimento geográfico
- Aprimoramento científico e cultural
- Discussão e encaminhamentos das questões profissionais e das de interesse da sociedade, nas quais a contribuição do profissional em Geografia é pertinente.

Atividades da AGB – Porto Alegre

- Programação de eventos científicos: seminários, jornadas, cursos etc;
- Promoção dos Encontros Estaduais de Geografia. Esses encontros que tiveram início em 1980, em Caxias do Sul, se realizam anualmente de forma itinerante pelas cidades do Estado;
- Publicação do Boletim Gaúcho de Geografia. O BGG é um periódico que reúne artigos de associados, selecionados por Comissão Editorial;
- Edição de obras de Geografia;
- Organização do informativo Notícias, que representa o veículo de comunicação entre a diretoria e os associados;
- Participação em debates, projetos, estudos e campanhas promovidos por entidades preocupadas com questões de relevância para a sociedade;
- Integração dos profissionais e acadêmicos de Geografia.

Quem participa

A entidade congrega estudantes e profissionais de Geografia e de áreas afins. A diretoria é eleita pelo quadro de associados, a cada dois anos, e desenvolve seu trabalho de forma voluntária.

Por que se associar à AGB – Porto Alegre?

A associação possibilita aos profissionais e acadêmicos da Geografia um contato direto com os colegas, a produção científica da Geografia, as novidades quanto a concursos, oportunidades de trabalho e atualização dos debates quanto ao campo de atuação tanto do bacharel quanto do licenciado em Geografia.

O nascimento da AGB-PA

O processo de organização da história da AGB-PA contou com o resgate dos depoimentos registrados por seus sócios fundadores e membros de antigas diretorias, publicados em BGGs anteriores, nos quais podemos observar como ocorreu e foi maturado o nascimento da AGB-PA, da mesma forma como vem desenvolvendo-se em seus diferentes estágios até hoje.

Raphael Copstein em seu artigo "Origem e evolução da AGB no Rio Grande do Sul", publicado no BGG nº 12, do ano de 1984, após um relato das escolas que influenciaram o pensamento geográfico brasileiro, escreve que a Geografia no Rio Grande do Sul tem seu início na década de 40 com a criação dos cursos de Geografia e História na Faculdade Católica de Filosofia (1942) e na então Universidade de Porto Alegre em (1943). No entanto, não há registros de aproximação entre a Associação dos Geógrafos Brasileiros com a geografia do Sul do Brasil. Até uma assembléia da AGB realizada na cidade de Santa Maria em 1959, com baixa participação no plenário.

Foi só a partir da criação, no fim da década de 50, do Centro de Estudantes de Geografia do Curso de Geografia da Universidade do Rio Grande do Sul que realizou um Congresso Nacional de Estudantes e preparou lideranças que posteriormente concretizaram a criação do primeiro núcleo agebeano rio-grandense. Outro fato citado como importante é a contratação do Professor Aziz Ab'Saber para os cursos de Geografia e Geologia da Universidade do Rio Grande do Sul nos anos de 1960 e 61. Durante sua estada reuniu geógrafos visando a criação de um núcleo agebeano filiado a Seção São Paulo que acabou não se concretizando.

Uma década mais tarde "na cinzena tarde do sábado, de 19 de agosto de 1972, na sala nº 11 do Instituto de Geociências da UFRGS abrigou uma trintena de pessoas a tomar as providências iniciais para concretizar a fundação de um núcleo agebeano porto-alegrense". Tomados de muita animação, reuniram-se professores, alunos, e ex-alunos, deliberando uma comissão para estabelecer contatos, informações e documentos necessários para a fundação do núcleo. A comissão provisória ficou assim estabelecida nas palavras de Copstein: "A coordenação coube a Casemiro Medeiros Jacobs que se caracteriza pela pertinácia, paciência e diplomacia diante do objetivo a ser alcançado. À secretaria tocou ao caráter criador de Gervásio Rodrigo Neves. À proverbial organização de Gisela Copstein ficou a responsabilidade da tesouraria. Segundo testemunhos, animava o trio um imenso entusiasmo pela tarefa – dar a classe, em menor tempo possível, um núcleo porto-alegrense de sua atividade". Em outubro acusava o recebimento da papelada o secretário da Regional de São Paulo e encaminhava para a Presidência da AGB. Em novembro de 1972 a presidente Livia Bernardes visita Porto Alegre trazendo o incentivo à pretensão dos geógrafos locais. Em abril de 1973 é solicitada à Direção da Seção Regional paulista à participação oficial da iniciativa gaúcha e providenciar os demais documentos. Em 19 de novembro de 1973, na mesma sala do Instituto de Geociências era instalado o núcleo local da Associação dos Geógrafos Brasileiros pelo representante da Seção Regional de São Paulo. Procedida a eleição, por unanimidade a chapa inscrita foi eleita, empossada, e reuniram-se para passar estabelecer o valor da primeira anuidade, planejar um curso sobre metodologia e didática da geografia e o lançamento do Boletim Gaúcho de Geografia.

O primeiro curso do núcleo porto-alegrense foi ministrado pela Professora Livia de Oliveira de Rio Claro, com 40 horas de duração. Isto já em dezembro de 1973.

Em entrevista no BGG nº 19 do ano de 1994, um dos sócios fundadores da AGB – Porto Alegre e seu primeiro Diretor, o Professor Casemiro Medeiros Jacobs, relatou que o processo de maturação da idéia de organizar um núcleo da AGB em Porto Alegre surgiu de sua experiência vivenciada no Encontro Nacional de Geógrafos, em Presidente Prudente, em julho de 1972, e depois no Curso para preparação de Professores de Geografia do Ensino Superior, promovido pela Fundação IBGE, em janeiro de 1973. Nessas oportunidades, o Professor Casemiro teve

contato com colegas que conheciam profundamente a estrutura da AGB, fornecendo informações de cunho administrativo para concretizar da idéia.

A criação de uma representação da AGB em nível de núcleo e não de uma seção regional só ocorreu porque não havia um número de sócios suficientes, condição fundamental para a estruturação da AGB gaúcha, apesar de para a época a produção geográfica ser significativa e dentro dos padrões epistemológicos do país. Assim, através do apoio dos colegas da Seção Regional de São Paulo, com a colaboração e participação da chefe e da maioria dos professores do Departamento de Geografia da UFRGS, fundou-se o núcleo. A primeira Diretoria tomou posse em 19 de novembro assim constituída: Diretor Casemiro Jacobs; primeiro secretário Gilberto Lazare da Rocha; segunda secretária Olga Maria Schild Becker; tesoureira Gisela Copstein; comissão consultiva: Gervásio Neves, Jayme Chaves Barlem e José Alberto Moreno. A sede funcionou no Departamento de Geografia na Rua Gal. Vitorino, número 255, bairro Centro em Porto Alegre.

O objetivo primeiro desta diretoria era alcançar a condição de seção regional. Por isso vários programas foram construídos e implementados visando o aperfeiçoamento dos profissionais e professores de geografia em diferentes níveis, ampliação do quadro de sócios colaboradores e titulares, bem como a maior participação dos sócios nos encontros e congressos da AGB nacional. Naquele momento, a diretoria procurou realizar vários cursos e seminários com os principais representantes da Geografia neopositivista brasileira, considerada a mais relevante perspectiva epistemológica da época, tanto na geografia como nas demais ciências humanas. Em 01 de julho de 1976 teve início a AGB Regional do Rio Grande do Sul com o Professor Casemiro Jacobs como diretor, Gervásio Neves vice-diretor, Gisela Copstein tesoureira, Lia Luz Livi secretária. A posse contou com a presença do então Presidente da AGB nacional David Márcio Santos Rodrigues. A partir daí seguiu-se o processo de fortalecimento através da participação nos encontros promovidos, intercâmbio intenso de publicações e dos relatórios de atividades com a AGB nacional.

Ressalta o Professor Casemiro, que apesar dos esforços e seriedade dos pesquisadores do Boletim Gaúcho de Geografia, o ciclo neopositivista não amadureceu de modo expressivo, ficando aquém do rigor e da profundidade daquele paradigma, não conseguindo transformar radicalmente a estrutura conceitual da geografia, expressa nos livros didáticos. Também salienta a conferência proferida pelo Professor Milton Santos, no auditório da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1979, que tinha como temática a idéia da "Geografia Nova", que questionava e dialetizava o neopositivismo por meio do materialismo histórico e da lógica dialética, chamando a atenção para a reconstrução do conhecimento geográfico para atender à realidade social e ao cotidiano de cada indivíduo. Casemiro enfatiza que este acontecimento constituiu-se no referencial mais fértil, desencadeando um processo crítico que vem proporcionando mudanças nas construções geográficas atuais, consolidando um bom nível de pesquisas e influências na produção de textos educativos. Salienta ainda, que é somente a reflexão crítica sobre os paradigmas existentes que vai provocar as mudanças e inovações, não importando qual o paradigma. Como contribuição para a geografia do Rio Grande do Sul, pensa que a AGB - PA tem contribuído para o aperfeiçoamento, atualização e elevação das competências profissionais voltados para a área de trabalho da Geografia e da educação geográfica, bem como na elevação dos padrões de pesquisa e intervenções de cunho técnico em variadas organizações tanto público quanto privado. O Professor Casemiro Jacobs esteve à frente da diretoria da AGB - PA desde sua fundação até 1980.

De 1980 a 1984 presidiu a AGB - PA as geógrafas Carmen Marília Franco e Anelisa Damiani, que em entrevista publicada no BGG nº22 do ano de 1997, contam de suas participações, no que podemos considerar uma segunda fase que compõe o formato atual de nossa entidade. Ambas enfatizam que, dentro das principais atividades da gestão, está o processo de interiorização das ações da AGB, ampliando o quadro de associados, trabalhos junto ao CREA - RS, início da publicação do Notícias - este como um canal direto entre a diretoria e seus associados - , participação efetiva nas Reuniões de Gestão Coletiva, auxiliando a consolidar a nova prática administrativa da AGB. Atuação em conjunto com a Associação Nacional dos Professores Universitários de História, que resultou na luta contra a criação dos cursos de Licenciatura Plena em Estudos Sociais e a extinção das Licenciaturas curtas de História e Geografia. Também foram realizadas ações em conjunto com o Centro de Professores do Rio Grande do Sul - CPERS - e

a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ADURGS – na defesa dos professores, em movimentos em defesa do meio ambiente e na Campanha Diretas Já. Para Anelisa Damiani, foi graças à atuação da AGB – PA que o CREA – RS foi o primeiro Conselho a fornecer o registro de geógrafos e a possibilitar a participação de um representante da entidade nas reuniões da Câmara de Engenharia Civil. Dos debates promovidos sobre a legislação profissional no âmbito do sistema CONFEA – CREA resultou na decisão, por membros da AGB-PA, de reativar a Associação dos Geógrafos Profissionais (AGP). Esta entidade fundada em 1967 atuou até a criação da seção da AGB-PA quando naquele momento se unificaram junto à entidade nascente, doando inclusive seus ativos: Após a regulamentação da profissão de bacharel em geografia e a emissão do registro profissional pelo CREA, os geógrafos tinham representante junto à Câmara de Engenharia Civil com direito a voz, mas sem direito a voto. Nesta ocasião, toma-se a decisão dentro da AGB-PA de reativar a AGP com o objetivo de garantir o direito a voto na Câmara de Engenharia Civil.

Na busca da realização de um evento de porte na Região Sul, a diretoria e uma delegação estiveram presentes no IV ENG, na cidade do Rio de Janeiro, trazendo a realização do V ENG para Porto Alegre, onde através de mesas-redondas, conferências, cursos e debates, realizou-se o evento que contou com o apoio da UFRGS, através da Pró-Reitoria de Extensão, que cedeu os prédios da Faculdade de Engenharia e da Reitoria. Estiveram presentes nomes como Milton Santos e Manuel Correa de Andrade entre outros representativos da época. O V ENG foi realizado em julho de 1982 e contou com mais de mil participantes, cuja discussão foi norteadada por temas como o Estado Nacional e a Nova Ordem Internacional, movimentos sociais urbanos, desemprego, uso dos recursos naturais e a problemática agrária. Também temas relacionados ao ensino da geografia e à questão profissional foram debatidos.

Com o objetivo de congregar os profissionais ligados ao ensino da geografia para troca de experiências foram realizados: durante a gestão 1980-84, o I Encontro Regional de Professores de Geografia em 1980, em Caxias do Sul; em 1981 o I Encontro de Professores de Geografia de 1º e 2º Grau, em Porto Alegre. A partir de 1982 os dois eventos passaram a ser unificados e interiorizados por solicitação dos associados de fora da capital para dar oportunidade a um maior número de professores e alunos. Por esta razão até os dias de hoje os encontros migram em cidades do interior que se candidatam a sediar o evento, escolhida na plenária ao final de cada encontro. Com certeza, o espírito de equipe ressaltado por Carmem Franco e Anelisa Damiani faz-se notar ainda hoje nas organizações da AGB – PA.

Nesta gestão, houve a mudança da sede para uma sala no prédio do Instituto de Arquitetos Brasileiros (IAB), como ressalta Carmem Franco, fruto das relações e parcerias estabelecidas no decorrer das atividades da AGB-PA. Nesse período, a associação contou com o apoio da arquiteta Enilda Ribeiro, pelo empréstimo do espaço no IAB em caráter emergencial. Logo depois, a sede da AGB-PA foi para a Praça Otávio Rocha, em sala alugada onde se localizava a ORPLAN, onde ficou até 1984.

A partir de 1984 assume a Direção Neiva Schäffer que, em função de suas ligações com o CPERS, transfere a sede da AGB-PA para o prédio do sindicato. Aproveitando que esse tem, na época, como uma de suas políticas dar apoio às entidades de classe que representam os professores. Naquele momento, outras entidades coabitam com a sede da AGB-PA, são elas: Associação dos Professores de Educação Física, dirigida pelo prof. Paulo Egon (que anos mais tarde também presidiu o CPERS) e a Associação dos Professores de Técnicas Agrícolas do Estado, AGPTEA. Ao longo dos anos a adaptação da política do CPERS com as entidades representativas resultou em um contrato de aluguel de uma sala para a AGB-PA, contrato este que ainda vigora. Atualmente o CPERS procura disponibilizar várias salas para reuniões, encontros, sendo que apenas a AGB-PA tem sede no prédio, resultado da trajetória e parceria entre as duas entidades ao longo destes vinte anos.

A AGB-PA que nasce ligada ao Departamento de Geografia da UFRGS, portanto com caráter mais acadêmico, passa na década de oitenta a ter uma participação efetiva de professores do ensino básico em todas as suas atividades. Fato este que se percebe desde a constituição de suas diretorias, nas suas publicações e com a consolidação do Encontro Estadual de Professores de Geografia, que mais adiante passa a chamar-se Encontro Estadual de Geografia, mas que ainda tem como grande característica a forte participação de professores e acadêmicos de

Geografia. Fato este marcante na AGB-PA até hoje, o que pode ser comprovado através da composição de suas diretorias ao longo da sua existência.

DIRETORES DA AGB – PORTO ALEGRE

1973

1ª DIRETORIA EXECUTIVA

- Casemiro Medeiros Jacobs (diretor)
- Gilberto Lazare da Rocha (1º secretário)
- Olga Maria Schild Becker (2º secretário)
- Gisela Copstein (tesoureiro)

COMISSÃO CONSULTIVA

- Jayme Chaves Barlém
- José Alberto Moreno
- Gervásio Rodrigo Neves

1974 – 1976

IDEM

1976 – 1978

- Casemiro Medeiros Jacobs (diretor)
- Gervásio Rodrigo Neves (vice-diretor)
- Gisela Copstein (tesoureiro)
- Lia Luz Livi (coordenadora de cursos)
- Raphael Copstein (redator)

1978 – 1980

- Casemiro Medeiros Jacobs (diretor)
- Gervásio Rodrigo Neves (vice-diretor)
- Lia Luz Livi (secretária)
- Gisela Copstein (tesouriero)

1980 – 1982

- Carmen Franco Sant'anna (diretora)
- Zeferino Monteiro da Cunha (vice-diretor)
- Anelisa Damiani (secretária)
- Marlene D'Avila (secretária)
- José Torres Roma (tesoureiro)
- Jaime Bruxel (2º tesoureiro)
- José Celso Silveira (coordenador técnico)
- Rosita Fernandes (coordenadora de ensino)
- Terezinha Neves (coordenadora de cursos)
- Rosane Consenza (publicações)
- Volmério Coelho (representante discente)

1982 – 1984

IDEM

1984 – 1986

- Neiva Otero Schäffer (**Diretora**)
- Antonio Carlos Castrogiovanni (vice)
- Sandra Cleofe Faccio (tesoureira)

- Volmério Severo Coelho (2º tesoureiro)
- Reislá Leja Unis (coord. cursos)

1986 – 1988

- Esperidina Alves dos Santos
- Reislá Leja Unis
- Stela Maria Wazlowsky (secretária)
- Terezinha Soares (2ª secretária)
- José Augusto Newmann (tesoureiro)
- Ana Clara Fernandes (2ª tesoureira)
- Marco Antônio Pinto (coordenação de cursos)
- Dirce Maria Suertegaray (coordenação de publicações)
- Helena Mello (coodenação técnica)

1988 – 1990

- Dirce Maria Suertegaray
- Helena Melo
- Terezinha Soares (secretária)
- Volmério Coelho (2º secretário)
- Reislá Unis (tesoureira)
- Marcos Pinto (2º tesoureiro)
- Roberto Verdum (coodenação de cursos)
- Marisa Polenz (coordenadora de ensino)
- Nina Simone Moura (coordenadora técnico)
- Rosa Medeiros (coordenação de publicações)
- João Osvaldo Nunes (representação discente)

1990 – 1994

- Antônio Carlos Rizzo Neis (diretor)
- Davis Grubrer Sanrolo (vice)
- Isabel Cristina Vianna (secretária)
- Carmen Regina Nogueira (2ª secretária)
- Oscar Petrillo (tesoureiro)
- Isabel Cristina Moruback (2º tesoureiro)
- Álvaro Luiz Heidrich (coord. publicações)
- João Carlos Machado (coord. cursos)
- César Augusto Ávila Martins (coord. ensino)
- Rogério Leandro da Silveira (coord. técnica)
- Ricardo Menegotto (coord. discente)

1994

- Rosa Maria Medeiros (diretora, término da gestão)

1994 – 1996

- Neiva Otero Schäffer (diretor)
- Volmério Severo Coelho (vice-diretor)
- Suzana Beatriz de Oliveira (1ª secretária)
- Márcia Fernandes (2ª secretária)
- Ana Elisa S. da Fontoura (1ª tesoureira)
- Ana Maria de Aveline Bertê (2ª tesoureira)
- Érika Collischönn (coord. de publicações)
- Guilherme Reichwald Jr. (coord. de ensino)
- Terezinha Soares (coord. de cursos)
- Anelise Damiani e Helena Melo (coord. Técnica)
- Adriana Dês Essarts Trinidad (cood. Discente)

1996- 1998

- Volmério Severo Coelho (diretor)
- Nestor André Kaercher (vice-diretor)
- Érika Coliischonn (secretária)
- Gisele Laitano (2ª secretária)
- Suzana Oliveira (tesoureira)
- Márcia Silveira (2ª tesoureira)
- Neiva Schäffer (coordenação de publicações)
- Tânia Strohaecker (coord. de publicações)
- Guilherme Reichwald Jr. (coordenação de cursos)
- Anelise Damiani (coordenação técnica)
- Antônio Paulo Cargnin (coord. Técnica)
- Luis Fabiano Gomes (representação discente)

98 – 2000

- Nestor Kaercher (diretor)
- Volmério Coelho (vice)
- Sandra Faccio (secretária)
- Manolo Cachafeiro (2º secretária)
- Neiva Schäffer (tesoureira)
- Anelisa Damiani (2ª tesoureira)
- Eduardo Brandelli (coordenação de cursos)
- Heitor Serpa e Cláudio Schmitz (coordenação discente)
- Roberto Verdum e Tânia Strohaecker (coordenação de publicações)
- Ulisses Franz Bremer (coordenação técnica)

2000 – 2002

- Ricardo Menegotto (diretor)
- Viviane Saad Dutra (vice)
- Sandra Faccio (secretária)
- Anelisa Damiani (tesoureira)
- Jones Muradas (2º tesouriero)
- Álvaro Heidrich e Rosa Medeiros (coordenação de publicações)
- Isabel Vianna (coordenação de cursos)
- Lígia Goulart e Sérgio Meimes (coord. de ensino)
- Jorge Luís Santos de Souza (cood. técnica)
- Diego Pautasso e Vilmar Kuck Jr. (coord. discente)

2002 – 2004

- Luiz Fernando Mazzini Fontoura (diretor)
- Viviane Saad Dutra (vice)
- Maíra Suertegaray Rossato (secretária)
- Sandra Cleofe Faccio (2ª secretária)
- Jones Muradas (tesoureiro)
- Vilmar Kuck Jr. (2º tesoureiro)
- Álvaro Heidrich e Rosa Medeiros (coord. Publicações)
- Lígia Goulart e Ivaine Tonini (coord. Ensino)
- Fabiana Centeno e Jaime Fogaça (coord. de cursos)
- Ricardo Menegoto e Sérgio Meimes (coord, técnica)
- Tiago Nicoloso (coordenação discente)

Os Encontros Estaduais de Geografia

Os Encontros Estaduais são uma grande conquista da AGB – PA ao longo destes vinte e três anos. Como já foi argumentado anteriormente, trata-se de um evento que tem como objetivo principal levar o debate geográfico de qualidade para toda a comunidade geográfica

do estado do Rio Grande do Sul. Deste Encontro participam sempre nomes expressivos da produção geográfica nacional, regional e com efetiva participação do público a cada ano, contando inclusive com a participação de colegas do Mercosul.

Do seu início até o formato atual, poucas foram as mudanças, basicamente o número de mesas e de oportunidades de apresentação de trabalho. O Encontro tem a duração de quatro dias, de quarta-feira até sábado, tendo a manhã do primeiro dia reservado ao credenciamento, o que possibilita o deslocamento desde a madrugada até a cidade sede do Encontro. Pela tarde se dá a abertura dos trabalhos com representantes locais e da AGB – PA. Em seguida a conferência de abertura com nome de reconhecida produção intelectual ligada ao tema do encontro. Após a conferência tem-se o espaço destinado a lançamento de livros e painéis. Fechando a noite do primeiro dia a primeira mesa redonda.

Os dias seguintes, quarta e quinta-feira, destinam-se aos cursos, oficinas e espaços de diálogo, preferencialmente pela manhã e tarde, e à noite mesas redondas. Neste período podem ocorrer saídas técnicas, alguma visitação, mostra de arte, confraternização ou qualquer atividade que se relacione ao tema do encontro ou seja pertinente ao aprimoramento dos trabalhos. Mesmo porque, a organização é de responsabilidade da AGB – PA, mas é inteiramente idealizado com a participação da comissão local que é sede do Encontro, no sentido de atender a demanda e a temática locais, razão da participação e identificação com o evento.

Na manhã de sábado uma palestra de encerramento tem dado lugar a uma mesa de temática específica do ensino da geografia com nomes expressivos na área. No Encontro de Canoas realizou-se simultaneamente uma mesa de caráter técnico, onde os colegas representantes da Associação dos Geógrafos Profissionais fizeram parte da organização da mesa. Esta configuração deve se repetir no próximo Encontro na cidade de Santa Cruz do Sul, local do Encontro de 2004.

A Plenária Final e a localização do próximo evento encerram as atividades, sendo que pelo sábado à tarde são oferecidos trabalhos de campo onde são acompanhadas as problemáticas locais e / ou regionais.

No balanço do último Encontro foram contabilizados em torno de 500 participantes, 7 cursos, 6 oficinas, 73 trabalhos apresentados em espaço e diálogo e 17 painéis. Foi constatado em Rio Grande, que os Encontros realizados na Região Metropolitana e no Planalto reúnem mais pessoas, provavelmente pela diferença de densidade demográfica entre estas regiões e a Campanha gaúcha, onde a média de participantes fica em torno de 250 – 300 pessoas.

Uma mostra do itinerário dos Encontros pode ser observada no quadro abaixo:

ENCONTROS ESTADUAIS DE GEOGRAFIA PROMOVIDOS PELA AGB-PA NO RIO GRANDE DO SUL

Título do Encontro	Local	Ano
I Encontro Regional de Professores Universitários de Geografia e I Seminário de Pesquisa nas Universidades	Caxias do Sul	1980
II Encontro Regional de Professores Universitários de Geografia	Santa Maria	1981
I Encontro de Professores de Geografia de Ensino de I e II Graus.	Porto Alegre	1981
III Encontro Regional de Professores Universitários de Geografia e II Encontro de Professores de Geografia de I e II Graus	Ijuí	1982
IV Encontro Regional de Professores Universitários de Geografia de I e II Graus	Passo Fundo	1983
IV Encontro Regional de Professores de Geografia de I e II Graus e V Encontro Regional de Professores de Geografia do III Grau	Porto Alegre	1984
V Encontro Regional de Professores de Geografia	Rio Grande	1985
VI Encontro Estadual de Professores de Geografia	Bagé	1986
VII Encontro Estadual de Professores de Geografia	Frederico Westphalen	1987
VIII Encontro Estadual de Professores de Geografia	São Gabriel	1988

IX	Encontro Estadual de Professores de Geografia	Osório	1989
X	Encontro Estadual de Professores de Geografia	Santo Ângelo	1990
XI	Encontro Estadual de Professores de Geografia	Santa Maria	1991
XII	Encontro Estadual de Professores de Geografia	Bento Gonçalves	1992
XIII	Encontro Estadual de Professores de Geografia	Pelotas	1993
XIV	Encontro Estadual de Professores de Geografia	Santa Cruz do Sul	1994
XV	Encontro Estadual de Professores de Geografia	Porto Alegre	1995
XVI	Encontro Estadual de Professores de Geografia	Passo Fundo	1996
XVII	Encontro Estadual de Professores de Geografia	Ijuí	1997
XVIII	Encontro Estadual de Geografia	Livramento	1998
XIX	Encontro Estadual de Geografia	Santo Ângelo	1999
XX	Encontro Estadual de Geografia	Capão da Canoa	2000
XXI	Encontro Estadual de Geografia	Caxias do Sul	2001
XXII	Encontro Estadual de Geografia	Rio Grande	2002
XXIII	Encontro Estadual de Geografia	Canoas	2003

As Jornadas Pedagógicas: Nossas Práticas, Nossos Desafios, constituem-se em outra modalidade de encontros, neste caso de curta duração que se iniciaram em 1997, numa parceria AGB – PA, NIUE/UFRGS (Núcleo de Integração Universidade Escola). Essa atividade tem como objetivo reunir os professores do ensino básico no sentido de compartilhar as propostas e experiências que estão sendo desenvolvidas na sala de aula.

Ao longo desses sete anos a Jornada tem sido uma oportunidade significativa de apropriação e reflexão das novas tendências no ensino de Geografia.

As Jornadas se caracterizam por uma estrutura fixa. Na abertura acontece uma palestra de um professor de Geografia ligado ao ensino e, posteriormente, há apresentação e discussão das experiências dos professores do ensino básico e/ou estudantes ligados ao ensino da Geografia.

Ocorrendo sempre no mês de outubro em Porto Alegre, com exceção da IV Jornada, referente ao ano de 2000 que aconteceu em Capão da Canoa tendo como objetivo mobilizar os professores da região para o Encontro Estadual de Geografia, que naquele ano ocorreu na cidade.

Outras inovações e parcerias já foram feitas ao longo da existência das Jornadas, no ano de 2001, tivemos a presença da Profa. Dra. Tomoko Iyda Paganelli, graças a uma ação realizada com a Secretaria de Educação de Porto Alegre, o que fez do evento naquele ano uma manhã de formação para os professores de Geografia da rede municipal de ensino. Também é comum a parceria com escolas ou universidades, fazendo com que mesmo ocorrendo sempre na mesma cidade ela possua um caráter itinerante, possibilitando o trânsito por diferentes espaços e realidades onde se constrói o conhecimento geográfico.

Estabelecer parcerias, propor a troca, a reflexão e o conhecimento de novas propostas são alguns dos pontos que a cada ano fortalecem a realização das Jornadas.

O Boletim Gaúcho de Geografia

A publicação de trabalhos de geografia e a sua divulgação para a comunidade geográfica do estado eram elementos motivadores da criação de uma seção local da Associação dos Geógrafos Brasileiros, e que, passados trinta anos de sua criação, pode-se dizer que foi atingido plenamente. Ao longo de todos estes anos, o BGG vem aumentando e qualificando a proposta inicial em todos os aspectos, da quantidade e qualidade de trabalhos e do corpo editorial, no sentido de divulgar os trabalhos da geografia local e regional.

As primeiras publicações a partir de 1973 eram divididas em três séries: didática, metodológica e geografia. A influência do pensamento de cunho neo-positivista, hegemônica na época, é evidente como no primeiro texto da série didática: "Aplicação da teoria dos sistemas na prática do ensino de geografia". Os primeiros textos com uma média de dez a quinze páginas demonstram o objetivo inicial que era o de estimular a produção e a divulgação de trabalhos.

Nas demais séries o referencial teórico se mantém, sendo destaque a publicação da série geografia, nº 3, do ano de 1975, "A designação do Guaíba" de Carlos Alfredo Oliveira, professor no Departamento de Geografia da UFRGS. Neste artigo o autor se propõe a resolver a polêmica

criada pelo antigo jornal porto-alegrense *Correio do Povo*, que em uma série de reportagens publicadas entre setembro e dezembro de 1958 discutiram a denominação correta para o Guaíba. Estas reportagens foram publicadas em 1960 em um livro intitulado "O rio que não é rio". Já em julho de 1958, durante a XIII Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizada em Santa Maria, Hans Augusto Thofehn propôs o estudo do problema. Depois de um exaustivo trabalho conceitual, Oliveira é taxativo em sua conclusão:

"Pelas considerações apresentadas conclui-se que o Guaíba foi um estuário no passado, é um lago no presente e será, num futuro remoto, um rio, pelo simples fato de que o destino dos lagos é o assoreamento de sua bacia. Este assoreamento já se iniciou e a existência do delta é a prova disso. Trata-se de uma evolução natural provada pela observação em outras partes da superfície da terra que a geologia e a geografia comprovam".

Ao final da década de 70 o *Boletim Gaúcho de Geografia* passa a reunir todas as publicações eliminando as séries.

Nos anos 80, fruto das discussões e transformações na AGB e no pensamento geográfico, começam a aparecer os textos com a abordagem crítica em relação às escolas anteriores de geografia, em especial a Nova Geografia, contendo estudos sobre a contribuição do marxismo à análise geográfica. Pode-se dizer que durante esta década várias escolas e abordagens de geografia vão conviver sem necessariamente discutir entre si. Mas o número de trabalhos publicados vai aumentando bem como a participação de associados de cidades do interior do estado.

Dada a consolidação dos Encontros Estaduais e a efetiva participação da comunidade geográfica, se faz necessária à publicação dos anais destes encontros, o que começa a ser feito com a parceria de prefeituras, secretarias municipais ou universidades dos municípios que sediavam os encontros. Com as dificuldades financeiras para publicação alguns BGGs vão conter os anais dos Encontros nos meados dos anos 90.

A partir de 1998, do Encontro em Livramento os Anais começam a ser publicados em volume próprio e a partir do Encontro de Caxias do Sul até os mais recentes, toma a forma de um livro, merecendo cuidados que incluem a capa, organização entre outras coisas.

A partir de 2001 o BGG passa a ser uma publicação semestral visando a indexação, dentro de uma série de medidas que buscam uma melhor qualificação para se adequar aos novos parâmetros quantitativos que têm vigorado nestes últimos tempos. Entre estas medidas podemos destacar a ampliação do Conselho Editorial que conta atualmente com a colaboração de diversos nomes da geografia contemporânea inclusive de caráter internacional.

Enfim, no decorrer da existência da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Porto Alegre podemos acompanhar o desenvolvimento da ciência no Estado que é reconhecida atualmente nos circuitos tanto nacionais como internacionais da produção acadêmica, fato que decorre do trabalho de todas as suas diretorias. Sendo ainda importante lembrar o esforço que a associação faz em agir nas mais diversas instâncias onde se realiza a geografia, de modo a integrar professores, bacharéis e acadêmicos.

Bibliografia:

Entrevista com o Professor Casemiro Medeiros Jacobs, sócio fundador e primeiro diretor. In: *Boletim Gaúcho de Geografia – Seção Porto Alegre*. Vol. 19 (1994) – Porto Alegre:AGB, 1973

Entrevista com as Geógrafas Carmem Franco e Anelisa Damiani. In: *Boletim Gaúcho de Geografia – Seção Porto Alegre*. Vol. 22 (1997) – Porto Alegre:AGB, 1973 - .

Entrevista com a Professora Dirce Maria A. Suertegaray. In: *Boletim Gaúcho de Geografia – Seção Porto Alegre*. Vol. 24 (1998) – Porto Alegre:AGB, 1973 - .

O que é a AGB-Porto Alegre. In: *Boletim Gaúcho de Geografia – Seção Porto Alegre*. Vol. 26 (2000) – Porto Alegre:AGB, 1973 - .

COPSTEIN, Raphael. Origem e Evolução da AGB no Rio Grande do Sul. In: *Boletim Gaúcho de Geografia – Seção Porto Alegre*. Vol. 12 (1984) – Porto Alegre:AGB, 1973 - .

AGB: DESEJOS DE TRANSFORMAÇÕES

AGB: Desires of transformations

AGB: los Deseos de transformaciones

Zeno Soares CROCETTI

AGB Curitiba

Professor de Epistemologia da Geografia na UNIBEM

Presidente da AGB na gestão 1992-94.

"Toma meus desejos por realidade, porque eu creio na realidade dos meus desejos."
(Grafite do maio francês em 1968)

Resumo: Nossa proposta nesse breve resgate da história da AGB no Paraná propõe apresentar uma historicidade sucinta da AGB, uma vez que o tempo foi muito exíguo para fazer uma pesquisa mais detalhada e com um caráter mais técnico científico, não sendo possível usaremos esse momento, como pretexto para estabelecer um diálogo amplo e franco sobre o papel na associação, sua função social e política. A Associação dos Geógrafos Seção Curitiba constitui-se numa das mais importantes instituições de geógrafos no Brasil. Nela convivem múltiplas correntes e tendências que representam a geografia brasileira. Organizada desde 1938, a Seção Curitiba tinha objetivos bem diferentes dos atuais. Ela originou-se de intelectuais da elite paranaense dos anos 30 a 50. Nesse projeto de ação citamos José Loureiro Fernandes, João José Bigarella e Reinhard Maack, pela excepcional contribuição.

Palavras chaves: Geografia, história, trajetórias, diálogo, transformações.

Abstract: Our proposal in that abbreviation rescues of the history of AGB in Paraná she intends to present a brief historic of AGB, once the time went very small to do a more detailed research and with a scientific more technical character, not being possible will use that moment, as excuse to establish a wide and frank dialogue on the paper in the association, your social and political function. Geographers Seção Curitiba Association constitutes one of the most important institutions of geographers in Brazil. In her multiple currents and tendencies that represent the Brazilian geography live together. Organized since 1936, the Seção Curitiba had objectives very different from the current ones. She originated from intellectuals of the elite paranaense of the years 30 to 50. In that action project we mentioned José Loureiro Fernandes, João José Bigarella and Reinhard Maack, for your exceptional contribution.

Key words: Geography, history, paths, dialogue and transformations.

Resumen: Nuestra propuesta en esa abreviación rescata de la historia de AGB en Paraná que ella piensa presentar un informe histórico de AGB, una vez el tiempo fue muy pequeño para hacer una investigación más detallada y con un carácter más técnico científico, no siendo posible usarán ese momento, como la excusa establecer un diálogo ancho y franco en el papel en la asociación, su función social y política.

La Associação de Geógrafos Brasileiros, Seção Curitiba constituye hoy una de las Instituciones geográficas de Brasil. En ella conviven las múltiples tendencias que representan la geografia brasileña. Organizada en 1936, la Associação de Geógrafos Brasileiro, Seção Curitiba tenía objetivos fundacionales diferenciados de los actuales. Dicha asociación aparece altamente imbricada en el proyecto político territorial de la élite ilustrada paranaense de los años 30 a 50. En ese proyecto la acción de José Loureiro Fernández, João José Bigarella e Reinhard Maack y, en especial, su concepción del proceso de "Geografía Física do Paraná".

Palabras clave: La geografía, historia, caminos, diálogo y transformaciones.

Terra Livre	São Paulo	Ano 20, v.1, n. 22	p. 125-132	Jan-Jul/2004
-------------	-----------	--------------------	------------	--------------

Introdução

Vendo, ouvindo e lendo as falas sobre a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) nesses últimos 20 anos, e nesse contexto de turbulências mundiais, a sensação de insegurança diante dos desafios que nos são colocados permanentemente, está cada vez mais mesclada às contradições de sermos geógrafos (e, com orgulho, professores de Geografia).

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) constitui hoje a principal instituição científica e de categoria em nível nacional, com maior número de membros e com representação em quase todos os estados brasileiros. Nela convivem as múltiplas tendências que representam a geografia brasileira. Seus associados são geógrafos, professores universitários, de ensino médio e fundamental, pesquisadores, estudantes de geografia, especialistas em ciências afins e estudiosos em geral.

Desde a sua fundação, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, AGB, há setenta anos atrás, é parte indissolúvel do processo de produção e formação da Geografia brasileira. Apesar da denominação, durante muitos anos foi uma instituição paulista, uma vez que só promovia suas reuniões em São Paulo, e mantinha um caráter centralizador, sem a participação plena de seus sócios, embora tivesse sócios espalhados por todos os cantos do território brasileiro, talvez por esse histórico, até os dias de hoje muitos sócios, inclusive seções locais acabam sendo envolvidos pela hegemonia paulistana, como fica explícito na pesquisa de Andrade (145:1991).

(... Os intelectuais pesquisadores paulistas anteriores a AGB não foram absorvidos pelo grupo agebeano, pois eles tinham uma maior preocupação política e centravam os seus ensaios na direção de uma redivisão territorial do Brasil, profundamente radical, a fim de destruir os chamados sentimentos regionais, que contrariavam o núcleo de intelectuais profundamente comprometidos com suas origens. Eles defendiam uma centralização política que fatalmente conduziria a uma ditadura de direita: eram muito influenciados também pelas teorias deterministas de Ratzel, enquanto o Brasil, que importara professores franceses para fundar os seus cursos de Geografia – Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Francis Ruellan, entre outros –, orientou-se, a partir daí, para o ambientalismo e para a geografia regional de Vidal de la Blache.)

Em entrevista a AGB no 9º ENG, em Presidente Prudente-SP, Orlando Valverde relatou como a geografia brasileira avançou e como é importante uma entidade como a AGB. Ele disse ter participado do IX Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela Sociedade Brasileira de Geografia, na cidade de Florianópolis em 1940. Relata Valverde que

... A 2ª Guerra Mundial estava deflagrada. A França já havia caído. A propaganda nazista laurava no Sul do Brasil. Na exposição de mapas, anexo ao Congresso, organizado pelo conselho Nacional de geografia (CNG), o cônsul alemão depositou um grande caixote, com livros de propaganda nazista, para serem distribuídos à tarde. No horário de almoço, com o recinto da exposição fechado, furtivei o caixote, auxiliado por alguns colegas, e o joguei no mar."

Através desse depoimento e de vários outros é possível ter uma idéia de como era organizada a corporações de geógrafos antes da AGB, que orientações e que ações eram levadas aos encontros, esse talvez tenha sido um dos motivos do rompimento dos novos geógrafos e os antigos intelectuais.

Mas, apesar desse caráter hegemônico, nossa AGB tornou-se verdadeiramente nacional, depois de 1944, quando a partir da Assembléia Geral de Lorena, começou uma cooperação de trabalho entre os vários geógrafos sócios da entidade, embora com um perfil aristocrático, uma vez que foram criadas duas categorias de sócios; os efetivos, com direitos plenos, e os cooperadores, constituídos pelos demais sócios sem direito de intervir e participar das decisões da entidade, ou seja, o centralismo de alguns membros durante muito tempo impediu o crescimento da Entidade, uma vez que através desse processo de centralização afastava os demais sócios das discussões e dos rumos da Associação, gerando uma crise, como interpreta (Mamigonian, 1991, p. 160-161.).

A pobreza política de algumas correntes estudantis liberadas por geógrafos "iluminados" criou na AGB um clima de relativização absoluta do indivíduo e sua inserção forçada a "comunhão coletiva" dos "filhos da história", visando apagar diferenças de opiniões à custa da supressão dos "inimigos", à custa da verdade revelada de um "marxismo" de terceira classe. Felizmente a vida não pára e há todo um trabalho de reconstrução cultural em andamento na geografia, que começa a dar seus primeiros frutos. Qual, o clima moral, ideológico e intelectual dentro do qual atuam a AGB e os Departamentos de Geografia das universidades?

Ao paternalismo conservador dos primeiros tempos, seguiu-se um paternalismo populista e pós o AI-5, que rompeu a unanimidade na geografia brasileira, foi se abrindo uma fase de ruptura das corporações de ofício, tanto nos Departamentos de Geografia como na AGB, provocando um certo grau de concorrência capitalista. As características éticas existentes anteriormente (honra, amizade, fidelidade, etc.) foram perdendo importância na medida em que a concorrência aumentava.

O processo de ruptura desse modelo, ou por outras palavras, a democratização da AGB, teve início da década de setenta, em pleno regime militar, quando os sócios efetivos não puderam conter a pressão das bases (os estudantes) e dos novos geógrafos, desejosos de transformações e de participarem da direção da entidade. A partir desse momento, as Assembléias Gerais foram substituídas por Encontros Nacionais, que passaram a agrupar centenas de geógrafos e a se realizar em grandes cidades que pudessem atender à demanda dos participantes. Nessa época o IBGE, a UNESP campos de Rio Claro e a UFRJ, se afastaram da AGB, e passaram a desenvolver estudos e pesquisas fora da AGB, e publicaram numerosos trabalhos baseados na quantificação. As divergências se acentuaram, pois nessa fase era o auge da ditadura, a luta entre os quantitativos e os militantes orgânicos nacionalistas se exacerbou do ponto de vista político. O choque definitivo se deu no ENG de Fortaleza em 1978, quando a comunidade se dividiu e os estudantes apoiados por novos geógrafos, passaram a controlar o processo decisório na AGB.

A partir dessas questões e de outras, vimos compartilhar a feliz responsabilidade de não sermos uma geração perdida porque oferecemos algo novo às gerações com as quais convivemos!

Seção Paraná

Fruto desse processo, sempre houve muita desigualdade entre as várias seções da AGB, que se constituíram depois dessas rupturas, isso ocorreu muitas vezes devido seus vícios de origem, pois algumas Seções surgiram de rachas dentro dos departamentos universitários de geografia, desse modo umas são de origem acadêmica, outras como dissemos de origem estudantil, ou de grupos de professores do ensino básico e médio e alguns geógrafos de instituições públicas como o IBGE. Essa sociodiversidade foi construída deformada na origem, resultando nessa falta de unidade atual, do ponto de vista da linguagem e da ação, daí essa diversidade de AGB's, umas mais independentes, com vida própria, e outras totalmente apáticas e dependentes da nacional. Pois desde seu início (inspiração/motivação) e seu fim (objetivo político, finalidade e papel da Entidade), não se encontram claros isso fica evidente, pois nos últimos encontros a AGB só tem se encontrado, mas não se articula minimamente para discutir um projeto, e deixando as discussões em torno de proposições para o futuro da entidade e sua sucessão, ou seja, articulação de uma diretoria fica sempre para a plenária final, onde vários grupos, com entendimentos diferentes sobre a entidade acabam se digladiando entre si, muitas vezes para marcar posições, não necessariamente preocupadas com o sucesso e futuro da AGB. O que muitos sócios têm reconhecido, e sua capacidade em organizar encontros acadêmicos com uma boa qualidade, com isso, ela só conseguiu foi reforçar e gerar uma visão de Entidade promotora de "encontros".

A gênese

A origem da AGB Curitiba teve início com a criação do Núcleo Municipal de Curitiba, em sua primeira versão de 23 de agosto de 1936, por iniciativa do antropólogo José Loureiro Fernandes e seu amigo Francisco Beltrão, que freqüentavam as reuniões da AGB em São Paulo,

e criaram o Núcleo de Curitiba da AGB. No início funcionava como se fosse uma espécie de extensão da AGB Paulistana, mas não como uma seção corporativa de geógrafos, funcionava mesmo como um fórum científico de reuniões acadêmicas livres, ou seja, não se discutiam somente a ciência geográfica, mas faziam-se seções para discutir saúde pública, questões de direito, edificações populares, saneamento, etc., já que os perfis de seus sócios eram diversos, médicos, engenheiros, advogados, filósofos, e não existiam profissionais de geografia, uma vez que o curso de geografia em Curitiba ainda não havia sido criado, fato que só ocorreu em 26 de fevereiro de 1938, na recém fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, com o nome de Geografia e História com faculdades livres, mantidas pelos Irmãos Maristas.

Em entrevista, o professor Bigarella relatou suas experiências nas seções noturnas da AGB Curitiba; elas se realizavam à noite, no auditório do Ciclo de Estudos Bandeirantes e no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Curitiba, nos porões da casa do professor José Loureiro, que ficava abaixo do nível da rua, logo apelidado de "catacumbas", sempre às quintas-feiras, e aconteciam disciplinadas, palestras, debates, mediante sorteio prévio de temas, por meio do qual um membro encarregava-se do procedimento. Aos poucos, as seções foram se fortalecendo a ponto de surgir idéias de organizar por conta de cada palestrante seminários, cursos, tais como de etnografia, geografia humanística, geografia econômica, filosofia, antropologia, geologia etc.

Em 1954, depois das reformulações estatutárias da AGB, ocorridas no primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em Ribeirão Preto em julho de 1954, o núcleo de Curitiba se transformou na Seção Regional Paraná por iniciativa de vários geógrafos, geólogos e historiadores, com destaque especial do professor Reinhard Maack, primeiro diretor e seus colegas João José Bigarella, Riad Salamuni, Cecília Westenphalen, Altiva Pilatti Balhana, Artur Barthelmess e Igor Chmyz, entre outros. Essa segunda fase foi quando realmente se estruturou a AGB Curitiba, e passa ter em seu quadro efetivamente geógrafos, já formados em Curitiba, e que freqüentavam as reuniões da AGB, e que trouxeram essa experiência para Curitiba, fazendo excursões, trabalhos de campo, pesquisa, reuniões científicas, debates versando sobre questões do conteúdo geográfico. Foi nesse período que entrou em circulação a mais importante publicação da Seção; o Boletim Paranaense de Geografia, cujo número 01 foi publicado em junho de 1960.

"O eminente professor José Loureiro Fernandes organizou o primeiro Congresso Paranaense de Geografia e História, realizado em Paranaguá no dia 26 de julho de 1948, nessa época José Loureiro era secretário da Educação e Cultura do Paraná. O acontecimento foi um dos mais importantes. Foi realizado no salão nobre do célebre Club Litterario, que abrigou os participantes em número expressivos cerca de 200 professores e intelectuais paranaenses, o tema versou sobre as Bandeiras e a História do Paraná. Também versaram sobre os Planaltos paranaenses e a excepcional corrida ao "ouro verde" no norte do estado, era o auge da produção de café. Loureiro Fernandes, ainda foi responsável pela realização do 2º e 3º Congresso Paranaense de Geografia e História na cidade de Curitiba." (Hoerner Jr., 2003, p. 61-62.)

Sua sucessora AGB Seção Curitiba, depois do Encontro Nacional de Geógrafos de Fortaleza 1978, e da reunião especial de São Paulo 1979, que renovou a geografia agebeana, e instituiu uma mudança estatutária e estrutural na entidade, extinguiu as seções Regionais, entre elas a Paraná, instituindo a estrutura atual, com seções locais, deixou um vácuo na Entidade de 1979 até início de 1981, ou seja, os sócios da Seção Paraná se alinhavam mais aos moldes aristocráticos da velha AGB, assim fecharam a Seção, não dando mais satisfação a AGB nacional, e se alinhando ao quantitativismo de Rio Claro, sendo seu satélite para divulgar suas pesquisas através do Boletim de Geografia Teórica, essa ligação foi tão estreita que os primeiros pós-graduados do Departamento de Geografia da UFPR saíram todos de Rio Claro, mestres e doutores. Logo após esse hiato um grupo de geógrafos liderados por Paulo Cesar Rizzo Cerdeira e seus colegas Dayse Cristina Senna Lorusso, Tânia Mara Costa, Naldy Emerson Canali, Jônia Mara Urban Loenert e Everton Passos, entre outros, refundaram a AGB Seção Curitiba em 29 de junho de 1981.

Nessa terceira fase a AGB Curitiba vem se reestruturando para atender os anseios de seus sócios, agora através de gestões democráticas onde todos os sócios independentes de seu status participam de igual para igual das decisões da Entidade, votando e sendo votado, sem nenhuma restrição de cunho elitista, as condições para plena cidadania na AGB Curitiba é preencher uma ficha de filiação, ser aprovado em assembléia e quitar sua anuidade, portanto só critérios técnicos administrativos.

Nossa Seção, bem como as duas nacionais (paulista e carioca), nasceram com as mesmas preocupações, ou seja, constituir uma entidade de caráter técnico científico independente, para fazer pesquisas puras, bem como fazer Seções para debater seus resultados, bem como publicar esses resultados, isso fica evidente nos registros das atas da entidade, onde aparecem registros de seções noturnas, de aperfeiçoamento do estudo da geografia, ou seja, com o objetivo de instrumentalizar a fraca formação acadêmica dos anos 40 e 50, essas discussões a título de suplementação, regularmente uma vez por semana, além de seções de relatos de expedições e pesquisas de campo, logo essas atividades geraram um grande acervo técnico, o que resultou em vários tipos de publicações.

Publicações

Durante essa longa trajetória da AGB Curitiba, muitas foram às publicações, algumas vingaram, outras fizeram história, outras desapareceram e finalmente outras fazem história hoje, dizem que uma das formas fundamentais do exercício da dominação é roubar de um sujeito seu direito à palavra, o direito de pensar em voz alta. Quando se rouba de alguém o direito à palavra, esse roubo de um grupo ou classe social não é casual, ele é um exercício de poder por isso é muito importante que se fale, essa é uma tarefa política muito importante.

Pois como sabemos nos "anos dourados", Andy Warhol, um dos gurus do movimento Pop Art, anunciou que "no futuro, todo mundo vai ser famoso por quinze minutos". Parece que já vivemos isso: o efêmero, o simulacro, a simulação virtual e o fugaz dão as cartas e ao mesmo tempo em que jamais tantas pessoas tiveram acesso a tal volume de informações e de conhecimentos (internet e outras infovias), jamais essas mesmas informações e esses conhecimentos estiveram de tal forma condicionada pelas modernas máquinas censurantes (os controladores da mídia, CNN, ABC etc.), uma ordem econômica mediada por uma ordem do discurso que exclui, pasteuriza e rarefaz o que pode ser dito. Além de deixar para trás um rastro odioso de desemprego estrutural sem fim. Por outro lado, o maior exercício da democracia é o acesso à informação, conscientes dessa responsabilidade, apresentamos uma feliz trincheira de resistência e democracia ao longo dessa gloriosa história agebeana.

• **Boletim Paranaense de Geografia**, editado pelo geógrafo/geólogo João José Bigarella, lançado em 1960 em seu número 01 que chegou até o número 24, atualmente com o nome de Boletim de Geociências é editado pelo departamento de geologia, chegou em 2001 ao número 46, estando ainda em circulação. No período em que esteve sob a responsabilidade da AGB Paraná, foram editados mais de 130 artigos, além de 78 notas, 39 transcrições de textos diversos, 19 comentários e relatos de viagens de campo e diversos comentários bibliográficos. Dentro do projeto editorial da AGB Curitiba, serão num futuro próximo, reeditado vários textos clássicos e inúmeras metodologias de trabalho de campo.

- **Caderno Paranaense de Geografia**: 17 artigos em 2 volumes de 1983 a 1984;
- **Boletim Informativo da AGB Curitiba**: textos informativos, 13 números de 1984 até 1988;
- **AGB Informa**, depois de 1990, com mais 20 números impressos, ainda em circulação;
- **Anais** de Encontros da AGB Curitiba; a partir de 1985, com 10 volumes publicados, o último 2003, com os anais do 1º Encontro Sulbrasileiro de Geografia.
- **Jornal O Tingüi**, com dois números publicados, constituiu-se num marco pois, publicado no calor da Guerra do Golfo, foi um porta voz dissonante da mídia caseira.
- **Revista Paranaense de Geografia**: tem início sua publicação em 1996, conta com 7 números publicados até o momento, com cerca de 70 artigos, 7 resenhas, 5 textos históricos e 6 notas. Passa por reformulações de formato, editorial, e estrutural, deverá circular com o novo formato a partir de 2004.

• **Revista Paranaense de Geografia em CD-ROM**, em meio eletrônica, é a primeira revista do Brasil especializada em geografia, encontra-se atualmente com 8 números editadas, chegando ao número 9 agora em 2004.

• **Coleção Municípios Paranaenses** (Livros): Edição de textos e pesquisa nos municípios paranaenses, teve início em 2002 com o município de Três Barras do Paraná.

As crises

No Paraná, atualmente, temos cinco Seções Locais, Curitiba, Londrina, Maringá, Francisco Beltrão e Cândido Rondon, chegamos a organizar outras 4, Ponta Grossa, Cornélio Procopio, Jacarezinho e União da Vitória, que tiveram vida curta, pois foram criadas com a preocupação científica, depois acadêmica e profissional (MEC e CREA/CONFEA), mas se transformaram em palco para disputas de interesses pessoais, e políticas locais, regional e nacional. Mamigonian (1991, p. 162) captou desta maneira essas crises dentro da AGB:

(...)“O clima acima descrito não poderia deixar de ter reflexos na AGB. Hoje as assembleias nacionais da entidade (por exemplo, João Pessoa - 2002) destinam-se, principalmente, aos iniciantes, em decorrência da aliança morna entre os professores mais novos e os movimentos estudantis, num novo tipo de populismo dos pobres (paternalismo de esquerda). Mas nem sempre aos iniciantes que devem ser considerados futuros mestres, que aprimorando duramente seus conhecimentos alcançarão a maturidade intelectual. No lugar disto, freqüentemente se propõe a coexistência passiva de um lado, dos mestres “iluminados” (que substituem os antigos medalhões, os antigos mandarins, etc.), que cultivam ciúmeiras mortais entre si, e de outro lado à massa ignara que precisa ser reeducada e transformada em massa de manobra de eventos políticos minúsculos.

Na verdade, a geografia perdeu espaços diante de outras áreas de conhecimento (economia, engenharia, geologia, etc.), mas felizmente a quebra da unanimidade pelo AI-5 foi permitindo clarear a existência de esquerda, direita, centro, etc. na geografia brasileira. Por outro lado, à medida que a hierarquia e os modelos entraram em crise foi possível iniciar caminhos menos limitados, bem como foram estimuladas as tentativas teóricas e empíricas diferenciadas.”

Sempre e salutar dizer, que disputas de espaços; de projetos políticos, de entendimento do que seja a entidade, ou qual o modelo que queremos, disputas essas feitas no campo político e democrático é de lei, ou seja, são eticamente válidas, e necessárias para o fortalecimento e renovação da entidade, portanto se faz necessário esclarecer essas disputas por espaço, não é guerra sem sentido, é a possibilidade da diferença, é ter uma leitura diferente, e querer ser ouvido, é querer ter suas idéias e propostas debatida, em fim, avaliada e submetida ao coletivo da AGB. Precisamos entender que na AGB, com crise, ou sem a crise, que não somos super (homem, mulher), portanto não conseguimos resolver tudo sozinhos, por isso a importância de partilhar experiências, democratizar “o fazer a AGB”, penso que para sair desse modelo distorcido, precisamos de unidade, não de padronização de comportamentos! Ou seja, para o bem da democracia e da AGB, temos que investir no debate, no diálogo, isto é, procurar a unidade de propósitos, dentro da pluralidade de opiniões. Essas questões que atormentam as Seções Locais do Paraná, também se refletem nos embates nacionais e de outras Locais.

Problemas

Muitos companheiros já publicaram muitos textos sobre a AGB, fazendo reflexões à cerca desses problemas levantados, e outros, querendo e sugerindo novos caminhos para a AGB, tais como:

Há 20 anos os geógrafos (bacharéis) e pesquisadores de entidades públicas e privadas vem se afastando da entidade, isso vem fragmentando a associação, através de encontros paralelos, (Agrária, Urbana, Meio Ambiente, Geomorfologia, Física etc.).

A produção da AGB nacional, revistas, boletins, e jornais, deveriam ter um caráter

realmente nacional, e científico, pois o que se percebem e que em muitas vezes as publicações sobre a responsabilidade da DEN, não cumprem o papel para qual foram pensadas, uma vez que seus dirigentes fazem uma gestão, muitas vezes privada de caráter pessoal, não lembrando que eles dispõem de um cargo representativo, para tanto deveriam propor um plano ou projeto editorial na qual deveriam ser referendados em RGC, pelas locais, dispendo nesse sentido de uma representação legitimada no debate e na participação dos associados, essas questões levantadas acabam sendo o mesmo problema das comissões temáticas.

Quanto aos eventos, encontros e congresso, muitos sócios pedem mudanças qualitativas nos encontros, quanto ao caráter científico, com teses, e aulas de campo, prática, com debates de questões teóricas para se chegar à solução de problemas práticos, não derivar de situações hipotéticas, mas práticas.

Alternativas

De muitos agebeanos que conheço, já ouvi inúmeras vezes a seguinte constatação sobre a práxis de vários militantes atuantes dentro da AGB: procura-se um Brasil para pesquisar, encontra-se uma AGB para construir e se envolver.

Para muitos colegas, a sua ação é básica; entender, opinar, e ensinar, com conhecimento de causa, essas seriam as nossas tarefas como geógrafos perante a sociedade, mas nosso projeto não se esgotaria nisso, como se fosse pouco? Qual seria nossa proposta efetiva, o que temos produzido e feito para alcançar a sociedade?

Será sempre necessário dizer que nossa sociedade científica se difere das demais. Primeiro, por seu caráter nacional, depois por sua forma organizacional, depois por sua estrutura precária e, principalmente, pela coisa mais importante, a autonomia total, não sendo governamental, não estando sujeito ao aparelho do Estado, ou seja, não recebendo nenhuma subvenção do governo, sua diretoria não se beneficia de nenhuma mordomia institucional, ou seja, não são afastados de suas atividades para atuarem na AGB, não recebem salário, também não recebem diárias, muitas vezes inclusive devem pagar para trabalhar, pois se trata de uma entidade da Sociedade Civil, sustentada por trabalho voluntário dos seus associados, e se alcançou uma presença ininterrupta de 70 anos na realidade brasileira, e se sempre esteve atuante, atualizada e consoante com os anseios e propósitos firmes, isso foi possível porque sempre pode contar com companheiros e companheiras, decididos e empenhados mesmos em períodos de exceção, de crises, e que transitaram de acordo com os desafios a que foram submetidos e reconhecidos a cada momento ou período da nossa trajetória. Mamigonian (1991, p. 162) vê uma saída possível desse impasse, agindo assim:

“Mas há muito combate a se travar na AGB e nas demais entidades de Geografia:

- 1) necessidade de elaborar um projeto para a geografia brasileira, tanto a nível interno como para nossas relações internacionais, como tem proposto seguidamente M. Santos;
- 2) prosseguimento das discussões dos paradigmas de formação sócio-espacial, geossistemas, etc.;
- 3) preocupação pela qualidade da produção geográfica como critério básico a considerar;
- 4) combate à doença infantil do “militantismo” como critério de participação nos programas da AGB;
- 5) combate à política de facções estudantis e adolescências senis numa entidade como a AGB;
- 6) preocupação pelo pluralismo e tolerância entre os geógrafos, não importando idade, sexo ou teologia...
- 7) estímulo ao debate democrático nas publicações (exemplo, resenhas científicas), a retomada dos trabalhos de campo na AGB, etc.;
- 8) preocupação pela eficiência, autonomia e maior inserção verdadeira nas lutas presentes da sociedade brasileira.

São tantos os agebeanos que têm construído a(s) Geografia(s) no Brasil que qualquer texto seria insuficiente para indicar a riqueza de nossa atuação. A história da AGB não deve ser contada apenas como referências cronológicas e factuais, nem somente narrando experiências, mas trazendo a gama de convivências que expressam uma parte de projetos de vida, onde a geografia tem tido lugar certo.

O projeto se ele vier a ser construído, deve levar em conta a liberdade de expressão das diversas correntes de pensamento que existem, ou possa existir dentro da Entidade, no sentido de elaborar propostas, para eventos ou publicações, que serão avaliadas e discutidas pela DEN, e postas em votação caso não se chegue a consenso. Poderia ser através de grupos de trabalho permanentes, ou não, em RGCs regionais com a presença da DEN, para aglutinar e discutir projetos, formular propostas etc.

As publicações nacionais poderiam ser por regiões, para que todos se vejam contemplados e representados. Deveríamos também lutar pela efetivação das redes das Comissões Nacionais e prioriza-las. Criar cursos e aulas de campo, colóquios, como nos bons tempos da AGB, para gerar caixa, aumentar a profissionalização da AGB, através da vinculação da Entidade como Utilidade Pública, onde poderia desenvolver projetos que poderiam torna-la auto-sustentável, pois já existem várias experiências concretas hoje funcionando em seções Locais.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Manuel C. de. *Geografia: Ciência da Sociedade*. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANDRADE, Manuel C. de. A AGB e o pensamento Geográfico Brasileiro. *Terra Livre*. São Paulo: nº09, p. 143-152, jul/dez. 1991.
- BIGARELLA, João J. Noticiários da AGB Paraná. *Boletim Paranaense de Geografia*. Curitiba: nº 01, p. 60-67, 1960.
- BIGARELLA, João J. Noticiários da AGB Paraná. *Boletim Paranaense de Geografia*. Curitiba: nº 02, p. 63-67, 1961.
- HOERNER JR, Valério. *José Loureiro; O Homem e o Meio*. Curitiba: Champagnat, 2003.
- MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção Geográfica Brasileira: Avanços e Recuos. *Terra Livre*. São Paulo: nº 08, p. 157-162, jan/jun. 1991.
- MARANHÃO, Eny C., MOELLER, Alda. A. *História do curso de Geografia da UFPR*. Curitiba: IU da UFPR, 2002.

INSERÇÃO, CRÍTICA E INTERVENÇÃO NA REALIDADE: A AGB E A GEOGRAFIA EM CATALÃO - GOIÁS

Inserción, crítica e intervención en la realidad: la AGB y la Geografía del campus de Catalão - Goiás

Critical insertion and intervention in the social reality: AGB and Geography in Catalão - Goiás

Manoel Rodrigues CHAVES

Professor Adjunto do Curso de Geografia do Campus de Catalão-UFG.

E-mail: *manoel@innet.psi.br*

Helena Angélica de MESQUITA

Professora Adjunta do Curso de Geografia do Campus de Catalão - UFG
Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa Sócio-Ambientais - NEPSA/CAC.

E-mail: *helena@wgo.com.br*

Marcelo Rodrigues MENDONÇA

Professor Assistente do Curso de Geografia do Campus de Catalão - UFG

Doutorando em Geografia pela FCT-UNESP - Presidente Prudente
Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Catalão-GO.

E-mail: *mendonca@innet.psi.br*

Resumo: O presente artigo faz um resgate histórico das lutas travadas pelo Curso de Geografia do Campus de Catalão da Universidade Federal de Goiás, em sua trajetória de afirmação e na busca da consolidação de um projeto político no Sudeste do Estado de Goiás. Demonstra que, a inserção social e a participação efetiva na sociedade, se constituem instrumentos importantes, utilizados pedagogicamente para compreensão da realidade e reafirma a importância da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Catalão - que além de assumir o seu papel de representação de classe, atua como elemento agregador dessa luta, reforçando os compromissos com a produção do conhecimento geográfico, aproximando-se dos movimentos sociais e assegurando uma intervenção qualificada na realidade social.

Palavras-chave: AGB Seção Catalão; inserção; participação política; Geografia; movimentos sociais.

Resúmen: El presente artículo hace un rescate histórico de las luchas trabadas por el Curso de Geografía del Campus de Catalão de la Universidad Federal de Goiás en su trayectoria de afirmación en su búsqueda por la consolidación de un proyecto político en el Sudeste del Estado de Goiás. Demuestra que, la inserción social y participación efectiva en la sociedad, se constituye instrumentos importantes utilizados pedagógicamente para comprensión de la realidad y reafirma la importancia de AGB, Asociación de los Geógrafos Brasileños, Sección de Catalão, que además de asumir su papel de representación de clase, funciona como elemento de unión de estas luchas, reforzando los compromisos con la producción del conocimiento geográfico, acercándose de los movimientos sociales, asegurando así, una intervención calificada en la realidad social.

Palabras-clave: AGB - Sección Catalão; inserción; participación política; Geografía; movimientos sociales.

Abstract: The present article brings back the history of the struggles made by the Geography Department from the Campus in Catalão - Universidade Federal de Goiás in its journey in search for the constitution of a political project in the Southeast of Goiás State. It shows that social insertion and effective participation together with the society becomes important tools when used in a pedagogical way in order to make the reality better understood. Besides, this review makes a reassertion of the AGB - Association of Brazilian

Terra Livre	São Paulo	Ano 20, v.1, n. 22	p. 133-143	Jan-Jul/2004
-------------	-----------	--------------------	------------	--------------

Geographers - Section of Catalão that not only represents its associated members but also join people around matters of social concern. Thus, the AGB gives support to the production of Geographical knowledge, comes closer to the social movements and as a result it shows everyday a guaranteed and qualified intervention in the social reality.

Key words: AGB - Section Catalão; political participation; Geography; social movements;

Introdução

Em meados da década de 1980, a Universidade Federal de Goiás iniciou um processo de expansão e interiorização dos cursos, principalmente de licenciatura plena, e implantou, em convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Catalão, os cursos de Geografia e Letras no Campus de Catalão. O que a princípio foi inaugurado para cumprir uma missão temporária - que era a de formar professores para atuar no ensino fundamental e médio - acabou se fortalecendo a partir das lutas de professores e alunos, até se consolidar em uma Unidade de Ensino da UFG, com sete cursos de graduação e firmando-se em um importante pólo de ensino e pesquisa no Sudeste de Goiás.

A história do Curso de Geografia em Catalão tem demonstrado uma forte tendência para a intervenção política na realidade regional e, diferentemente da maioria dos cursos de Geografia do Brasil, tem conseguido - mesmo com as várias nuances teóricas, metodológicas e políticas, próprias da ciência geográfica - dar uma certa unidade na forma de atuação. A capacidade de interlocução do Curso de Geografia possibilitou aos alunos e professores ingressarem nas discussões propostas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. A participação efetiva nos Encontro Nacionais de Geografia - ENG's, como forma de subsidiar uma intervenção teórica e metodológica em nível da pesquisa e do ensino e uma interlocução com os movimentos sociais, através da extensão e da assessoria direta e indireta às demandas apresentadas pela sociedade local e regional, passaram a ser pauta da agenda da Geografia Catalana.

A AGB Seção Catalão, oficializada no final da década de 1990, vem sendo gestada desde o início do funcionamento do Curso com a marca registrada de um compromisso político, com a responsabilidade social de atuar, evidenciando uma geografia comprometida com as mudanças necessárias e promovendo *uma ciência mais generosa* para com a sociedade local/regional. A AGB Seção Catalão foi se tornando uma necessidade, com o intuito de dar vazão as expectativas de natureza mais intervencionista, pois a estrutura política e administrativa da Universidade criava impedimentos a uma ação política mais contundente, conforme exigia as demandas colocadas pela realidade social.

Uma das explicações para essa capacidade de promover a unidade na diversidade da Geografia catalana está em sua própria gênese. Ela nasceu sob forte influência do movimento de renovação da ciência geográfica, em meados da década de 1980. Os debates em torno da crítica ao processo de ensino, pesquisa e extensão em Geografia e de sua epistemologia, fundaram um núcleo importante de discussões teóricas e políticas. Essa crítica reflexiva foi se constituindo num espaço onde o ambiente ainda não estava maculado pelos antagonismos, era *virgem dos vícios* que impregnam de rancores os debates epistemológicos em torno da necessidade de uma nova postura política do conhecimento geográfico.

É preciso destacar que essa questão "congénita" teve influência marcante do pensamento crítico de Horieste Gomes, então diretor do Instituto de Química e Geociências da Universidade Federal de Goiás e um dos precursores e incentivadores da criação do Curso de Geografia em Catalão. Ainda, a influência de Valter Casseti, geógrafo físico, de acentuada preocupação epistemológica e política, que propiciou um avanço para a compreensão de uma geografia comprometida com as questões ambientais, voltada para uma tarefa de intervenção na realidade. Além disso, os professores que tiveram a tarefa de continuar com essa geografia, ao assumirem as atividades no Campus de Catalão, já contratados pela Prefeitura Municipal, tiveram as mesmas influências e possibilitaram a formação de professores comprometidos socialmente.¹

¹ Os professores José Henrique R. Stacciarini, Marcos Assis, Idelvone Mendes Ferreira, Helena Angélica de Mesquita e Valdivino Borges Lima, entre outros, tiveram a incumbência de dar continuidade ao trabalho iniciado pelos professores do IQG de Goiânia na construção do Curso de Geografia de Catalão.

No plano de influências externas, Ruy Moreira também deu sua significativa parcela de contribuição para a geografia em Catalão, estando presente em vários Seminários e Encontros promovidos pelo Curso de Geografia no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A presença, em diversos momentos, dos geógrafos Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Armen Mamigonian, dentre outros, alicerçaram o pensamento crítico da Geografia que se ensina no Campus de Catalão.

A participação efetiva dos professores e estudantes nos ENGs, desde Maceió² com apresentação de trabalhos e um intercâmbio com outras instituições e profissionais da Geografia, possibilitou avanços significativos para que não fôssemos alijados das grandes temáticas políticas e científicas da geografia brasileira e mundial. Outro aspecto importante foi a presença marcante dos estudantes de geografia catalanos nas discussões do Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia - ENEG - inclusive com representação nas instâncias políticas como a Confederação das Entidades de Estudantes de Geografia - CONEEG.

Como elemento para analisar a participação efetiva do Curso de Geografia, estava a *militância aguerrida* de parte dos professores e estudantes envolvidos diretamente nos movimentos sociais, estudantis e nos partidos de esquerda, propiciando *experiências pedagógicas* e confirmando a necessidade, de uma interlocução cada vez mais qualificada na realidade circundante. A preocupação de intervir politicamente sempre esteve calcada na busca pelo aprimoramento científico, sendo a qualificação dos professores um passo importante para a intervenção social.

A medida que os anos passaram, apareceram dissensões não muito significativas, mas que levaram alguns professores a indagarem acerca na natureza do Curso de Geografia, diante da “confusão” criada em nível das análises exteriores de que, a ação implementada pelo Curso, contrariava ações desenvolvidas pela Universidade.

A partir daí estabeleceu-se intenso debate, ainda presente, acerca do papel da geografia e do profissional geógrafo. Nesse momento, surgiu a necessidade de criar legalmente a AGB Seção Catalão, visando atender as demandas crescentes colocadas pela realidade social e para assegurar a histórica intervenção efetivada pelo Curso de Geografia, garantindo uma interlocução mais qualificada, seja do ponto de vista científico, seja do ponto de vista político.

A questão central para nós, que tentamos fazer uma *“leitura do território”* na perspectiva dos movimentos sociais, é o acordo de que os movimentos sociais são produtores (construtores) do território, assim como os agentes do capital, do Estado, entre outros. A partir dessa conceituação, pode-se inferir acerca do território, enquanto expressão das lutas sociais, sendo que a luta pela terra, mais visível, possibilita maiores preocupações e a necessidade de mais pesquisas. Essa compreensão possibilitou uma aproximação com os movimentos sociais, dentre eles o MAB - Movimentos dos Atingidos por Barragens e o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terras, entre outros.

A análise geográfica se coloca como fundamental para apontar possibilidades emancipatórias, na medida em que as *“leituras do território”* privilegiam as abordagens hegemônicas e as necessidades do capital, sem, contudo, considerar a subordinação/sujeição dos trabalhadores, negando as contradições, as acomodações e clivagens envoltas no processo de constituição e realização do valor.

Horieste Gomes, ao fazer um resgate da Geografia em Goiás, afirmou que o exercício da crítica e da autocritica deve ser uma prática constante na vida dos membros de um departamento acadêmico. Isso leva o docente e o discente a um patamar superior no tocante ao aprendizado do conhecimento, e forja uma conduta mais ética do Curso. Nesse trabalho, ao fazer referência à geografia produzida em Catalão, assim se pronuncia: “O Campus de Catalão é um concreto exemplo de vários eventos ali realizados e direcionados na construção de saber geográfico mais científico e comprometido com as comunidades”. Gomes (1999, p.168).

Uma outra questão que tem favorecido o impulso para a formação de uma geografia mais autocritica e *generosa* socialmente, refere-se ao esforço do grupo de professores em manter a identidade da ciência nos debates acadêmicos, principalmente aqueles relacionados às reformas

² Entre os dias 23 e 29 de julho de 1988, foi realizado em Maceió - Alagoas, o 7º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado pela AGB - DEN, AGB Seção Maceió, AGB Seção Fortaleza, AGB Seção João Pessoa e AGB Seção São Paulo.

curriculares³. Da mesma maneira, a ampliação do quadro docente, a partir de uma preocupação em relação às tentações de ordem técnica e profissional, tem permitido que a *vida geográfica* do Curso seja mantida, não só quantitativamente⁴, bem como na qualificação do discurso teórico e metodológico. O que vale dizer, manter o *espírito geográfico*, a despeito de um forçado discurso inter e multidisciplinar, tão comum nos departamentos acadêmicos atualmente.

Uma situação que poderia servir para acomodações ou disputas pessoais são as condições de trabalho. Nos grandes centros, nas maiores Universidades, a precarização das condições de trabalho ocorre devido ao sucateamento da própria Universidade; em um pequeno curso do interior do país, estas condições são brutalmente precárias. O Curso de Geografia de Catalão, para tentar superar, ainda que parcialmente essas dificuldades, optou por uma política de qualificação dos docentes. Essa opção por um lado minimiza as carências teórico-metodológicas, por outro gera uma sobrecarga de trabalho para todos. Mesmo assim os professores têm buscado fazer suas qualificações em várias Universidades, o que tem possibilitado ampliar o debate geográfico, que é permanentemente, oxigenado por idéias que vêm dos mais diferentes centros de geografia do país.

Inserção na realidade

Mesmo antes de formar a primeira turma do curso, no início de 1989, já havia a discussão em torno da necessidade de fomentar um debate mais qualificado em torno da inserção da geografia no cenário regional. Nasce um evento quase interno do Curso, o I Encontro Regional de Geografia - I EREGEO, que teve a participação do professor Ruy Moreira, na ocasião contribuindo com um curso de teoria e método em geografia e participando na Mesa Redonda com o tema "As perspectivas da geografia".

O II EREGEO, realizado no ano de 1991, ganhou contornos de evento regional, conseguindo congregar pesquisadores das comunidades acadêmicas de várias instituições, recebendo inscritos de cidades de Minas Gerais, Mato Grosso e do Distrito Federal. Em 1993, o Campus de Catalão realizou o III EREGEO, que, a partir naquele momento, se colocava definitivamente no calendário regional, recebendo mais de quatrocentas inscrições. O evento ganhou autonomia e a partir de então saltou para outras cidades do Estado de Goiás, mantendo o seu objetivo de contribuir para o debate teórico, metodológico e político da ciência geográfica.

Em 1995, a cidade de Formosa abrigou o IV Encontro Regional de Geografia, quando os mais de quinhentos inscritos garantiram a emancipação definitiva do evento. No ano de 1997, a cidade de Goiás, sediou o V EREGEO, que também reeditou o sucesso dos eventos anteriores. Em 1999, o Campus de Catalão voltou a sediar o evento. E o VI Encontro Regional de Geografia, foi a comemoração dos dez anos de realização do EREGEO. No ano de 2001 foi a vez da cidade de Quirinópolis organizar o VII Encontro e a cidade de Goiás voltou a sediar o VIII EREGEO, realizado em outubro de 2003. Pela decisão da plenária final, no Encontro da Cidade de Goiás, o IX EREGEO será realizado no Estado do Tocantins, na Universidade Federal do Tocantins, na cidade de Porto Nacional, em 2005, saindo pela primeira vez do Estado de Goiás.

O Encontro Regional de Geografia não é somente o maior evento de geografia da Região Centro-Oeste em número de inscritos, mas também se coloca como um importante fórum de debates acerca do conhecimento geográfico e de reafirmação das entidades representativas da categoria. O EREGEO atesta, de forma categórica, o crescimento da ciência geográfica em Goiás e no Centro-Oeste.

Para Santos (1988), toda ciência deve ter o seu discurso político. Se não o tem, deve inventá-lo. Mas esse discurso, para ter correspondência com a realidade, deve ser permeado pela

³ No ano de 1996 realizou-se em Catalão, em uma promoção dos alunos e professores e da Confederação das Entidades de Estudantes de Geografia CONEEG o II Seminário Nacional de Reforma Curricular. Entre os vários debates teóricos e epistemológicos realizados, destacou-se o momento histórico do encontro, em uma Mesa Redonda, dos professores Ruy Moreira e Antonio Christofolletti.

⁴ Atualmente o Curso de Geografia do Campus de Catalão possui um quadro de dezessete professores, dos quais apenas um não tem a formação de geógrafo. Mesmo assim, ele se dispõe a buscar o necessário diálogo interdisciplinar com os demais.

história e pela prática, e esta como critério indispensável para a compreensão da organização do espaço produtivo, mediado pelas relações sociais. A ciência geográfica não pode prescindir, portanto, do discurso político sobre a produção/apropriação do espaço, sob pena de estar abandonando seu objeto de estudo.

A intervenção na realidade regional tem sido uma característica marcante da Geografia e a AGB Seção Catalão surge com essa marca. Para o entendimento da trajetória dessas intervenções, que aparecem também como subsídios às formas de lutas e resistências da sociedade, registramos alguns desses momentos históricos.

Em 1989, diante da influência do ambientalismo nos conteúdos de ensino da Geografia, travou-se o primeiro embate entre a comunidade acadêmica e o poder público municipal pela preservação da "Mata do Setor Universitário". Naquele momento um projeto imobiliário pretendia destruir uma área de mata de aproximadamente trinta (30) hectares, localizada no perímetro urbano da cidade de Catalão. Inaugurava-se, através de um enfrentamento inicial, uma longa caminhada no sentido de se incorporar ao patrimônio público, uma importante área verde que é hoje tombada como "Estação Ecológica" e devidamente inserida na Lei Orgânica do Município. Esse primeiro espaço de lutas e enfrentamentos se revestiu de grande importância, na medida em que começava a demarcar um terreno de inserção e intervenção política da Geografia no contexto local e regional.

Atualmente, e em outro nível de pressão, a "Mata do Setor Universitário" é colocada como opção de se tornar uma área de recreação e lazer e o Curso de Geografia, através de solicitação do Ministério Público, indicou uma comissão para realizar estudos técnicos que viabilize a modificação da atual legislação para que a área se converta em um "Parque Público Municipal". Mais uma vez somos convidados a dar a devida colaboração no debate político, que alguns insistem em chamar de "estudo técnico".

No ano de 1992 a Prefeitura Municipal de Catalão, por força da legislação, inicia o debate acerca da implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU, sendo a Universidade, através do Curso de Geografia, convidada a participar de forma efetiva na elaboração do documento de planejamento. Um grupo de professores e alunos, convidados como bolsistas, começaram a discutir com a equipe de técnicos contratados e a Câmara Municipal a concepção de planejamento urbano. Não demorou muito para que as contradições entre um planejamento concebido de maneira excludente e concentradora do espaço urbano e o discurso político de uma geografia mais crítica e interventora na realidade fossem expostas. Os bolsistas foram dispensados do trabalho e os professores aliados do processo de discussão que ficou restrita ao pseudodebate e aprovação rápida na Câmara Municipal.

O prejuízo para a comunidade foi imenso, principalmente por ter financiado um documento que não teve outro destino senão o engavetamento, e também por ter perdido a oportunidade de iniciar um amplo debate político sobre o entendimento da cidade como patrimônio público. O Curso de Geografia, aparentemente saiu perdendo nesse embate com o poder público, mas continuou tendo respaldo social pelo fato de que entendia, e entende, que o debate político com a sociedade não se encerra em um documento de planejamento urbano. Ele continua em várias formas de manifestações do público, na incessante luta para a cidadania plena. Dessa forma, as questões urbanas tiveram vários momentos de debates em Seminários, Mini-Cursos e Palestras para a comunidade durante toda a década de 1990. A partir do ano de 2002, novo embate se anuncia com a discussão e apresentação de um outro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Catalão, momento em que somos novamente chamados à tarefa, no exercício político da profissão de *leitores do espaço*.

Um outro exemplo que credencia o caráter de intervenção na realidade por parte da geografia em Catalão, refere-se ao trabalho realizado por quase uma década, de professores, alunos e comunidade em torno da recuperação de uma área degradada no município de Catalão. A "Área Degradada de Pedra Branca", como ficou conhecida em vários trabalhos acadêmicos publicados, refere-se a uma imensa caixa de empréstimo utilizada pela CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) na construção da hidrelétrica de Emborcação, no rio Paranaíba.

A área de mais de duzentos hectares, do lado goiano, ficou abandonada por cerca de duas décadas, ocasionado uma série de impactos ambientais, prejudicando sensivelmente os produtores rurais do entorno e a comunidade do povoado de Pedra Branca, no extremo Sul do

município de Catalão-GO. O processo de erosão acelerado provocou o assoreamento do leito dos córregos e problemas sociais significativos.

Essa área se tornou um laboratório para os trabalhos de ensino e extensão efetuados pelos professores, que desenvolveram com alunos da rede pública de ensino e demais instituições, visitas periódicas, objetivando refletir acerca da ação desastrosa da empresa e a omissão do poder público, assim como sobre a legislação diante dos problemas ambientais e sociais decorrentes do uso da água. No processo de exigência de que a empresa (CEMIG) recuperasse a área degradada, diversos documentos e documentários foram produzidos, reuniões com autoridades municipais e estaduais, contatos com a imprensa, enfim, foram utilizados todos os recursos e mecanismos disponíveis para que a questão ganhasse a dimensão que realmente merecia.

A aproximação com o Ministério Público foi um passo importante, pois ampliou o leque de possibilidades para a solução do caso, quando foi recomendada uma medida mais conciliadora e mais eficiente do que as tomadas até então. A Promotoria de Justiça propôs a CEMIG um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que condicionou a empresa a readquirir a área para promover a sua recuperação, mediante um Plano de Recuperação de Área Degradada. O referido plano foi apresentado no ano de 2000 e a empresa está cumprindo o acordo feito e, inclusive, se manifestando favorável a que a Universidade possa também desenvolver pesquisas e novas tecnologias na área de recuperação e conservação dos solos.

Desde o primeiro relatório sobre o caso, apresentado em 1993⁵, até o presente, quando se assiste a evolução do processo de recuperação dos mais de duzentos hectares de área degradada, o Curso de Geografia esteve presente. Nesses dez anos de acompanhamento foi possível acumular um bom acervo de conhecimentos técnicos e conceituais, que são importantes para o enriquecimento didático/pedagógico do Curso. A aproximação com a comunidade trouxe um referencial político de atuação que influenciou outras intervenções.

Essa aproximação entre a Universidade, através do Curso de Geografia, e o Ministério Público está sendo importante para as duas instituições, no sentido de dar mais respaldo político e qualificar melhor as intervenções na realidade. As primeiras aproximações foram feitas através de colaborações em Audiências Públicas e na elaboração de Laudos Técnicos e Periciais, o que levou as instituições a formalizarem um convênio de cooperação mútua.

Alguns dos projetos de pesquisas e extensão, desenvolvidos por professores são apoiados, inclusive financeiramente, por recursos oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta, firmados entre a Promotoria de Justiça da Comarca de Catalão e empresas da região⁶, que notificadas por ações impetradas pelos geógrafos acerca do descumprimento da legislação ambiental, foram obrigadas pelo Ministério Público a tentar "repará-los".

Essa parceria tem revelado um dado importante no conjunto dessas intervenções. Trata-se do respaldo político e de confiabilidade que as duas instituições experimentam em relação à comunidade, sobretudo, dos grupos sociais com menor capacidade de interferência política na sociedade. Pequenos produtores rurais, moradores da periferia urbana e mesmo cidadãos e grupos sociais que já não conseguem interlocução junto aos demais órgãos públicos têm buscado e, mais importante do que isso, recebido, apoio técnico e político para encaminhamento adequado de suas demandas.

Intervenção na realidade

O Curso de Geografia e a AGB Seção Catalão desenvolveu uma capacidade de intervenção na realidade em face de sua disposição histórica de transformar em fatos políticos – como de fato eles o são – as várias formas perversas do uso do território em nível regional. As intervenções qualitativas nas avaliações técnicas e na participação efetiva nas Audiências Públicas, por

⁵ O primeiro trabalho sobre a Área Degradada de Pedra Branca foi apresentado pelo prof. Manoel Rodrigues Chaves em Seminário preparado pelo Programa de Mestrado em Geografia da FCT - UNESP - Presidente Prudente, para a disciplina Manejo e Conservação dos Solos -1993.

⁶ Atualmente três projetos de pesquisa estão sendo financiados por recursos firmados em TACs entre a Promotoria de Justiça da Comarca de Catalão e as empresas Parmalat, Ultrafertil S/A e Copebrás.

ocasião da discussão dos Estudos de Impacto Ambiental e aprovação dos Relatórios de Impacto Ambiental, também têm fornecido elementos importantes para se aferir a capacidade do discurso crítico da geografia em dar respostas às novas matizes conceituais que estão colocadas nesses documentos técnicos.

Em um primeiro momento essa participação é feita a partir da análise técnica e conceitual desses documentos, que na sua maioria possui uma metodologia não original e com resultados tendenciosos que caminham na direção de justificar a viabilidade técnica dos empreendimentos. Além dessa tendência política, também se constituem em documentos técnicos que não sustentam uma análise conceitual mais aprofundada. Temos compreensão, entretanto, como geógrafos, de que as informações técnicas e conceituais só podem ser compreendidas em seu arranjo político/institucional e, nesse sentido, devem ser adequadamente levadas ao debate com a sociedade, representada pelas comunidades envolvidas e atingidas por tais empreendimentos. Assim é que sempre nos esforçamos para que, num segundo momento, Audiências Públicas se transformem realmente em fóruns privilegiados de discussão e contribua para que a sociedade tenha compreensão da dimensão política que representa essas *formas de uso do território*.

A partir dessa forma qualificada de atuação foi possível a intervenção eficiente em diversos momentos da realidade social catalana. Em 1998, o Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto no Meio Ambiente - EIA/RIMA elaborado para o licenciamento ambiental do Distrito Minerador/Industrial de Catalão teve de ser refeito pela consultoria, depois que uma comissão de professores, solicitada pelo Ministério Público, analisou o documento e recomendou sua reprovação, por considerá-lo incompleto, com vários equívocos conceituais e não indicar formas competentes de mitigação dos impactos ambientais.

Ainda ocorreram as intervenções no processo de licenciamento ambiental das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) de Goiandira e Nova Aurora no rio Veríssimo, na elaboração de Laudos Técnicos sobre os Planos de Gestão Ambiental (PGAs) da Ultrafértil S/A e Copebrás, na atuação nos laudos sobre garimpos na região e nas análises de outros documentos técnicos estamos deixando sempre a marca registrada de um discurso, as vezes contundente, de *uma geografia mais generosa* socialmente.

Essa capacidade de intervenção da geografia no cenário local e regional, construída historicamente, como atestam os exemplos anteriores, foi nos orientando pedagogicamente para uma ampliação na escala de atuação e, com isso, agregando novos elementos de análises. A consolidação de um discurso crítico de conteúdo mais político da Geografia, por outro lado, propiciou uma aproximação com os Movimentos Sociais, como no caso da trajetória de lutas recentes dos moradores do vale do rio São Marcos com a possível expropriação em função do projeto de aproveitamento hidrelétrico da **Serra do Facão**.

A partir de março de 2002 a AGB Seção Catalão, e o Curso de Geografia, têm interferido no processo de implantação do AHE Serra do Facão - Rio São Marcos - no alto da bacia do Paraná. A participação de professores e alunos na construção de um movimento popular de resistência à obra ocorre no sentido de ampliar a discussão sobre temas de grande relevância, dentre eles destacamos a questão do próprio modelo energético do Brasil. A questão de energia elétrica, a partir do barramento dos rios com a formação de imensos lagos, é altamente predatória para a natureza e para a sociedade. É a destruição de ecossistemas e o deslocamento compulsório de camponeses e, diversas categorias de trabalhadores rurais, que jamais conseguem recompor suas condições de vida e de trabalho.

O discurso oficial e economicista de que a energia gerada a partir de grandes represamentos é "limpa", contribui para reduzir o conceito de degradação ambiental, "ignorando" muitas formas de poluição, tem negligenciado as pesquisas de outras fontes de geração de energia. Um país tropical como o nosso, com vasto território, vasto litoral banhado por um imenso oceano, as possibilidades de aproveitar a energia do sol, dos ventos, da biomassa e mesmo das correntes marítimas são incalculáveis. Mas sabemos que discutir tais questões passa, necessariamente, pela crítica do próprio modelo energético vigente. O referido modelo foi aprofundado no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso com a privatização do setor elétrico, o que, na verdade, foi a transferência da energia e das águas para grandes conglomerados econômicos, muitos deles estrangeiros, abrindo mão de dois recursos que são imprescindíveis à soberania de qualquer nação.

E se o modelo energético brasileiro é excludente e predador em geral, quando se expande às áreas de Cerrado, com projetos de barramentos dos rios deste vasto, mas ainda pouco conhecido Bioma, os impactos ambientais e sociais se agravam. O Cerrado é um ambiente pouco estudado, mas extremamente explorado, especialmente pela agricultura modernizada que em menos de trinta anos modificou drasticamente a paisagem com destaque para os extensos chapadões que se tornaram imensos "mares" de soja. Os camponeses que não sucumbiram à modernização foram "empurrados" para as áreas enrugadas e para os vales dos rios, onde ainda resistem como produtores de arroz, feijão, mandioca e, demais, produtos da cesta básica. A construção de barragens nos rios do Cerrado desaloja esses camponeses que deixam de serem produtores e se tornam tão somente consumidores, potencializando os já graves problemas urbanos.

Ainda é preciso considerar que é no Cerrado que estão as nascentes das grandes bacias hidrográficas da América Latina. O barramento destes mananciais pode ter conseqüências para todo o equilíbrio do sistema hídrico a médio e longo prazo. Estudos feitos pelos professores possibilitaram a construção de um documento que denuncia as precariedades dos estudos (EIA-RIMA e PBA) do projeto Serra do Facão denunciando as precariedades dos mesmos e, apontando os problemas da produção de energia elétrica a partir de grandes barragens. Esse documento, que já conta com importantes adesões⁷, exprime as preocupações da sociedade em nível regional com os impactos sócio-ambientais que tal empreendimento acarretará e, sugere, que os novos licenciamentos sejam feitos mediante estudos por bacia hidrográfica e não por projetos individuais. É necessário considerar que os efeitos ambientais são sinérgicos não se restringindo aos limites da barragem.

A luta está congregando, paulatinamente, diversos atores ao processo. Uma comissão formada por atingidos e apoiadores, inclusive a AGB Seção Catalão tem encaminhado o referido documento e conseguido discuti-lo no Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério das Minas e Energia - MME, Agência Goiana de Meio Ambiente, Ministério público Federal e Estadual, etc, além de subsidiar apresentações e reflexões em reuniões com a comunidade circundante e, participação efetiva em encontros e congressos científicos.

A população de Catalão e região tem acompanhado e participado dessas discussões através de um programa diário, na Rádio Cultura de Catalão, denominado "*Barragem Serra do Facão: o outro lado da moeda*", onde a questão é abordada na perspectiva da população atingida, com ênfase nos impactos sociais e ambientais. Os pesquisadores, ainda têm procurado transformar as informações técnicas em linguagem acessível, transmitido-as aos atingidos em reuniões nas comunidades e em visitas às famílias.

Outro importante campo de luta é projeto de criação de uma ampla Frente Parlamentar em Defesa dos Rios do Cerrado. Em fevereiro de 2004, foi apresentado o projeto a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás para a criação da Frente Parlamentar, com o objetivo de agregar pesquisadores, movimentos sociais e *povos cerradeiros* contra a construção de barragens nos rios do Cerrado goiano.

Entendemos, como geógrafos, que o significado de luta não pode ser reduzido a uma forma de resistência para permanecer na terra ou para a obtenção de uma boa indenização que possibilite a compra de terras e, mesmo, o reassentamento dessas famílias noutras áreas. A luta contém elementos de defesa de um modo de vida e de relações sócio/econômicas com o espaço, ancoradas na manutenção de valores culturais e relações sociais que não podem ser recolocados. A população atingida é tratada no EIA-RIMA como se fizesse parte do ambiente na mesma dimensão que pássaros ou peixes, montanhas ou árvores, como se aquela sociedade fosse o meio ambiente de uma hidrelétrica.

Os "*empreendedores*", como se autodenominam, prestam um *desserviço* aos atingidos e à sociedade como um todo, apontando as vantagens da construção da barragem e, apontando

⁷A AGB- Seção Catalão - juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, Curso de Geografia - UFG/CAC, Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, FETAGRO, METABASE - Sindicato dos Trabalhadores das Mineradoras, Diocese de Ipameri, Paróquias de Catalão, Associação dos Docentes do Campus de Catalão - ADCAC - S. Sind. - Andes/SN, estão em mais um enfrentamento em defesa dos *trabalhadores da terra*, do vale do rio São Marcos na sua luta contra a exploração.

que os impactos serão mitigados mediante políticas de compensação social. Apontam os efeitos sócio-ambientais do empreendimento, sempre buscando minimizar os prejuízos e os impactos negativos e, superdimensionando as vantagens, tais como: abertura de empregos por ocasião da construção da obra, mas a transitoriedade desses empregos é omitida. Falam sobre a contribuição para o desenvolvimento regional, mas não mencionam quem serão os beneficiários diretos do empreendimento.

O deslocamento vai se tornar um sério problema para a maioria dos atingidos, especialmente os pequenos produtores, residentes na área por várias gerações e que tiram da terra o seu sustento. Naqueles sítios estão suas raízes culturais, sociais, afetivas, construídas em um entorno que se modificará radicalmente. Através das mobilizações e de ações impetradas junto aos órgãos competentes, conseguimos adiar a construção da obra por dois anos, pois previam o seu início no ano de 2002.

A AGB Seção Catalão: compromissos assumidos e perspectivas de atuação

A Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Catalão foi criada e formalizada no ano de 2000⁸, após vários anos da criação do Curso de Geografia em Catalão. Atualmente reúne cerca de 100 associados, tanto no Campus da UFG, como nas Universidades Estaduais de Pires do Rio e Morrinhos. Embora com as características regimentais e estatutárias de Seção Local, a AGB Seção Catalão, congrega geógrafos em toda a região Sudeste do Estado de Goiás. Esses profissionais têm atuado notadamente na educação, em todos os níveis, mas também desenvolvendo trabalhos de pesquisas nas várias áreas da geografia. Um grupo mais reduzido, como tem sido a regra geral, tem exercido a profissão em empresas privadas e órgãos públicos da região.

Quando se observa a agenda cumprida pelo Curso e pelos geógrafos na região durante esse período, através da síntese de intervenção na realidade, observada anteriormente, pode parecer estranho que a entidade de classe demorasse tanto a se formalizar. Nós mesmos, durante a década de 1990, principalmente durante os eventos regionais e locais, vez ou outra fazíamos essa indagação. Mesmo porque, sem o respaldo institucional de classe estávamos sempre nos expondo, individualmente ou em grupo, às várias formas de pressão e até mesmo às perseguições políticas.

O fato concreto é que os projetos elaborados pelo Curso de Geografia priorizavam uma intervenção política e científica qualificada em Catalão e região. As demandas colocadas pelos movimentos sociais e, pela sociedade local/regional, sempre foram colocadas como prioritárias no debate acadêmico, principalmente, nas áreas do ensino e da extensão. Quanto à pesquisa, um projeto consistente e de certa forma arrojado de qualificação do corpo docente foi posto em execução, resultando em diversas teses e dissertações sobre as questões locais e regionais, possibilitando um arcabouço de análises e informações diversas que nos auxilia na compreensão e na atuação política nos diversos territórios.

Outro fator que contribuiu para a criação tardia da AGB Seção Catalão foi o fato de participarmos ativamente, em diversos momentos da AGB - Seção Goiânia e da presença de diversos professores, nos cursos de Pós-Graduação, em diversas áreas do País, levando-os a se associarem em outras Seções Locais.⁹ Essa vinculação a outros centros de pesquisa, entretanto, trouxe uma importante contribuição para o debate acadêmico, o que possibilitou as condições objetivas para a fundação da AGB - Seção Catalão.

⁸ A Assembléia de Fundação da AGB – Seção Catalão foi lavrada em 07/06/2000. Após a aprovação do regulamento, conforme o Estatuto da AGB Nacional, foi eleita a Diretoria Executiva Provisória constituída por: Diretor – Valdivino Borges de Lima; Vice-Diretor – Maria Erlan Inocêncio; 1º Secretário – Marcelo Rodrigues Mendonça; 2º Secretário – Juliano Rosa Gonçalves; 1º Tesoureiro – Guillermo Leonidas Castro Moya; 2º Tesoureiro – Paulo Henrique Kingma Orlando; Todos os demais presentes foram denominados **Sócios Fundadores** – Manoel Rodrigues Chaves, Idelvone Mendes Ferreira, José Henrique Rodrigues Stacciarini, Gilmar Alves de Avelar, Estevane de Paula Pontes Mendes, Edir de Paiva Bueno, Percy Boris Wolf Klein, Odelfa Rosa, Laurindo Elias Pedrosa, Ronaldo da Silva, Helena Angélica de Mesquita e Carmem Lúcia Costa.

⁹ Os vínculos com os cursos de Mestrado de Doutorado levaram os professores a se filiarem em várias Seções Locais, como de Goiânia, Uberlândia, Presidente Prudente, Rio Claro etc.

O surgimento da AGB - Seção Catalão ocorreu numa conjuntura regional que carecia de uma intervenção mais organizada e, não apenas pontual e localizada, como vinha se dando através da atuação do Curso de Geografia. O Sudeste de Goiás, tendo Catalão como a principal cidade, se industrializa aceleradamente com a verticalização das mineradoras e, mais recentemente, pela implantação de montadoras de grande porte.

Associado ao crescimento industrial, vive-se no campo, precisamente nas áreas de chapada, a implementação do *agronegócio*, com diversas culturas comerciais, com destaque para a soja, destruindo as áreas de veredas e, comprometendo sobremaneira, a disponibilidade e a qualidade da água.

Soma-se, o crescimento urbano desordenado e a necessidade de um PDDU democrático e participativo, a urgência de investimentos no ensino fundamental e médio, assegurando as condições adequadas para o pleno exercício do ato de ensinar, estudos técnicos e científicos acerca dos impactos das ações poluidoras no meio e, principalmente na qualidade do ar e da água, entre tantas outras.

Preocupados com essas questões a AGB - Seção Catalão em parceria com o Curso de Geografia, nos últimos três anos tem proposto atividades científicas e formas de ação política, dentre as quais destacamos:

- Realização do III Seminário Sobre Meio Ambiente, Industrialização e Desenvolvimento Sustentável, realizado em junho de 2002, com a presença do geógrafo Cláudio de Mauro - UNESP - Rio Claro entre outros;

- Participação efetiva no XIII ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, realizado na UFPB - João Pessoa, em julho de 2002. Na oportunidade a AGB Seção Catalão juntamente com a AGB Seção Goiânia, apresentaram proposta para a realização do VI CBG - Congresso Brasileiro de Geógrafos, em Goiânia-GO, sendo aprovada pela Assembléia Geral.

- Realização do I Simpósio Regional da AGB - Seção Catalão, com o tema A AGB e a geografia em Goiás, realizado em outubro/novembro de 2002, com a presença do Prof. Antonio Thomaz Júnior - UNESP - Presidente Prudente e ex-presidente da AGB Nacional. Na oportunidade contamos com as presenças dos geógrafos Horieste Gomes, João de Castro - AGB Seção Goiânia, entre tantos outros palestrantes e debatedores;

- Realização do II Simpósio Regional da AGB - Seção Catalão, em maio de 2003, nas comemorações do dia do Geógrafo. Na ocasião discutimos o tema - O papel do geógrafo frente às transformações espaciais e ambientais em Catalão e região.

- Debate com estudantes e professores - O trabalho do IBGE e a geografia brasileira, realizado em junho de 2003.

- Participação efetiva dos agebeanos (as) no V ENEGE - Encontro Nacional de Ensino de Geografia - FALA PROFESSOR, realizado na UNESP - Presidente Prudente, em julho de 2003.

- Publicação do Periódico Espaço em Revista - 2003, Ano 4/5, nº 1, jan/dez 2001/2002.

- Em parceria com o CAGEO - Centro Acadêmico do Curso de Geografia - foi realizada a I Semana de Geografia do Campus de Catalão, em novembro de 2003. A temática - A centralidade da geografia no desenvolvimento histórico brasileiro, foi amplamente debatida por diversos agebeanos (as) de várias partes do país. Dentre eles destaca-se a contribuição de Manoel Fernandes de Sousa Neto (Universidade Federal do Ceará).

- A AGB Catalão, em parceria com a AGB Goiânia, AGB Uberlândia, AGB Uberaba e DEN - Diretoria Executiva Nacional, compõe a Comissão Organizadora do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, a se realizar em Goiânia entre os dias 18 e 23 de julho de 2004, com o tema "Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia no século XXI".

- Contribuição na construção do Movimento Popular de resistência contra a barragem Serra do Facão, participando de cursos de formação, atos públicos, audiências públicas e reuniões com órgãos governamentais responsáveis pelas questões ambientais. Essa experiência tem nos propiciado refletir sobre o modelo energético brasileiro e, principalmente, acerca da construção de hidrelétricas nos rios das áreas de Cerrado.

A trajetória de luta política dos geógrafos na região Sudeste de Goiás nas duas últimas décadas, certamente propiciou o surgimento oficial da AGB - Seção Catalão, já respeitada

e respaldada pelas ações desenvolvidas pelo Curso de Geografia. A AGB - Seção Catalão¹⁰, mais do que nunca, fortalece e confirma os compromissos assumidos com a produção do conhecimento geográfico, e, acima de tudo, com as questões que se avolumam no espaço em um quadro de intenso processo de degradação social e ambiental que se segue no rastro do *progresso econômico*.

Nos eventos e simpósios realizados, percebe-se a necessidade de uma maior profissionalização da entidade, inclusive com a necessária reforma estatutária, com o intuito de agilizar as questões atinentes às demandas dos geógrafos, em suas diversas áreas de atuação. Inserir-se na agenda das discussões nacionais, estabelecendo junto aos movimentos sociais, principalmente nas áreas de cerrado, em Goiás - *povos cerradeiros* - uma agenda de interlocução política. Ainda, participar efetivamente dos Conselhos Municipais e Regionais como forma de assegurar a compreensão e atuação dos geógrafos mediante a discussão acerca da necessidade de políticas públicas mais eficazes, são tarefas para a AGB Seção Catalão.

Bibliografia

- BENKO, Georges. *Economia espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CHAVES, Manoel Rodrigues. *Descentralização da política ambiental no Brasil e a gestão dos recursos naturais no cerrado goiano*. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2003. 186 f. (Tese, Doutorado).
- EIA/RIMA do AHE Serra do Facão, rio São Marcos: Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente, agosto de 2002. (mimeo)
- GERMANI, I. G. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: UDFBA: ULBRA, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos sociais e lutas sociais*. São Paulo: Loyola, 1995.
- GOMES, Horieste. *A produção geográfica em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1999.
- GONÇALVES, Carlos V. P. *Paixão da terra*. Rio de Janeiro: Rocco/Socci, 1984.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MESQUITA, Helena A. de. *A Modernização da agricultura. Um caso em Catalão - Goiás*. Dissertação de Mestrado, Goiânia: ICHL/UFG, 1993.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1996.
- PBA - Plano Básico de Ações Ambientais - GEFAC - CNEC/GEFAC, abril de 2002 (mimeo).
- SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- Milton. *Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1988.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOREIRA, Ruy. *Um mundo experimentado por inteiro*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., 1994, Curitiba. Anais. Curitiba-PR: AGB, 1994, p.571-578.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- WOORTMANN, E. F. & WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Distrito Federal: UnB, 1997.

¹⁰ Conforme Edital 002/2002, no dia 04/07/2002, durante a Assembléia Geral foi eleita a diretoria para o biênio 2002/2004, composta pelos agebeanos (as): Diretor - Marcelo Rodrigues Mendonça; Vice-Diretor - Ronaldo da Silva; 1º Secretário - José Luiz Vaz de Sousa; 2º Secretário - Andréia Arruda de Oliveira Mosca; 1º Tesoureiro - Guillermo Leonidas Castro Moya; 2º Tesoureiro - Laurindo Elias Pedrosa;

AGB-RIO: 68 años de história

AGB-RIO: 68 years of history

Paulo Roberto R. ALENTEJANO

Universidade Federal do Rio de Janeiro

e-mail: *chinelo@uninet.com.br*

Resumo: Este breve artigo busca recuperar a história da AGB-Rio de Janeiro e sua contribuição para a geografia brasileira, porém, seu foco não é o passado, mas o presente e o futuro, isto é, pretende-se uma contribuição para o repensar da nossa entidade, diante dos novos desafios que se colocam para os geógrafos brasileiros. Portanto, não privilegiamos a narrativa exaustiva das ações da AGB-Rio nestes longos anos de sua história, mas a reflexão sobre as transformações por que esta passou e especialmente a sua contribuição para as mudanças da AGB-Nacional e da geografia brasileira como um todo.

Palavras chaves: AGB-Rio, Geografia brasileira, pensamento geográfico.

Abstract: This short article brings to light the history of AGB-Rio (Brazilian Association of Geographers - Rio de Janeiro) and its role in the development of geographic knowledge in Brazil. However, the main focus isn't the past, but the present and the future. This article aims to instigate the rethinking of our institution given the new challenges faced by Brazilian geographers. Instead of concentrating on the historical narrative of AGB-Rio's achievements over the years, we reflect upon the changes that it has endured and the role it has played in the evolution of the AGB-Brazil as well as in the transformations undergone by the science of geography in our country.

Key words: AGB-Rio, Brazilian geography, geographic thought.

Resúmen: Este breve artículo intenta recuperar la historia de AGB-Río de Janeiro y su contribución para la geografía brasileña. Sin embargo, su enfoque no es el pasado, sino el presente y el futuro, o sea, su objetivo es contribuir para que se repiense nuestra entidad, frente a los nuevos retos presentados a los geógrafos brasileños. De ese modo, no privilegiamos la narración exhaustiva de las acciones de AGB-Río, a lo largo de estos años de su historia, sino la reflexión sobre las transformaciones por las cuales ha pasado AGB-Río y en especial su participación en los cambios ocurridos en AGB-Nacional bien como en la geografía brasileña.

Palabras claves: AGB-Rio, Geografía brasileña, pensamiento geográfico.

Introdução

Este breve artigo busca recuperar a história da AGB-Rio de Janeiro e sua contribuição para a geografia brasileira, porém, seu foco não é o passado, mas o presente e o futuro, isto é, pretende-se uma contribuição para o repensar da nossa entidade, diante dos novos desafios que se colocam para os geógrafos brasileiros. Portanto, não privilegiamos a narrativa exaustiva das ações da AGB-Rio nestes longos anos de sua história, mas a reflexão sobre as transformações por que esta passou e especialmente a sua contribuição para as mudanças da AGB-Nacional e da geografia brasileira como um todo.

A história da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Rio de Janeiro (AGB-Rio) praticamente se confunde com a história da AGB no Brasil. Tendo sido a segunda AGB a ser fundada, a atual Seção Local Rio de Janeiro da AGB é herdeira das tradições, das lutas, das crises destes 70 anos da AGB.

A AGB-Rio foi fundada em 1936 quando Pierre Deffontaines mudou-se para o Rio e criou o curso de Geografia na então Universidade do Brasil, atual UFRJ, a exemplo do que ocorrera, dois anos antes, em São Paulo, quando foi criada a AGB-São Paulo. De acordo com Valverde (1992) duas são as explicações possíveis para a iniciativa de Deffontaines de criar outra AGB: o temor de que a repressão política da ditadura estadonovista acabasse com a filial paulista; a inspiração no modelo da *Association des Géographes Français*, com caráter federativo.

A AGB-Rio teve sua história durante longos anos associada ao IBGE (denominado originalmente Conselho Nacional de Geografia - CNG), criado dois anos depois por Getúlio Vargas e ceiro da "Geografia Oficial" brasileira, no dizer de Milton Santos. Assim, a AGB-Rio, ainda que informalmente, passou a ter sua sede no IBGE que foi, também, a base de apoio fundamental para os trabalhos da instituição. Da mesma forma, os principais colaboradores da AGB-Rio em seus primórdios eram os geógrafos ligados ao CNG e as reuniões¹ eram realizadas no Instituto Nacional de Tecnologia, localizado na Av. Venezuela, na Praça Mauá, na Zona Portuária do Centro do Rio. A ligação umbilical dos geógrafos cariocas com o CNG/IBGE era tanta que alguns chegam a negar a existência de uma AGB-Rio no período.

Embora não filiados a uma associação cultural como a AGB, os geógrafos do Rio também passaram a se reunir periodicamente em "tertúlias geográficas semanais", patrocinadas pelo CNG. (ABREU, 1994: 32)

Para este autor, a AGB-Rio só surgiu em 1945, quando foi fundada a AGB-Nacional, com duas seções regionais, São Paulo e Rio de Janeiro, reunindo-se anualmente na Assembléia Geral Nacional.²

Deste momento até o final dos anos 1970 a AGB se constituiu num espaço privilegiado de produção da Geografia brasileira, com destaque para as excursões que promovia, as palestras que organizava e os textos que publicava no âmbito do Boletim Geográfico, mais uma comprovação, aliás, do vínculo umbilical existente entre a AGB e o IBGE.

A AGB, até 1970, caracterizou-se como uma associação de pesquisadores. Aos encontros nacionais compareciam geógrafos que apresentavam os resultados das suas pesquisas. Três ou quatro grupos de pesquisas, dirigidos por geógrafos experimentados, faziam trabalhos de campo, nos quais se iniciavam os alunos, dando origem a relatórios preliminares que eram apresentados e debatidos no final dos encontros. (MAMIGONIAN, 1991: 159)

Andrade (1991) chama atenção para a enorme contribuição para o trabalho de reconhecimento do país possibilitado pelos debates e trabalhos de campo realizados por ocasião das assembléias gerais da AGB. Também Abreu (1994) salienta tal importância, assim como para a formação dos jovens geógrafos, dada a possibilidade de convivência e aprendizado com os grandes mestres da geografia de então, embora ressalte o caráter empirista da concepção geográfica que norteava tais estudos:

...ao se estudar, a cada Assembléia, uma região distinta, os geógrafos contribuiriam, por acumulação de conhecimento de cada parte, para o conhecimento do todo, isto é, da "superfície da terra" que era o somatório de todas elas. (ABREU, 1994: 33)

Valverde (1992) chama ainda atenção para a contribuição que a AGB deu para a Geografia brasileira ao questionar o papel até então desempenhado pela Sociedade Brasileira de Geografia (SBG). Em 1940 a SBG promoveu em Florianópolis, com apoio do CNG, o IX Congresso Brasileiro de Geografia e a juventude reunida nas AGB Rio e São Paulo compareceu em massa, desafiando o tradicionalismo da SBG.

¹ Essas reuniões, denominadas tertúlias geográficas semanais, realizaram-se de 1943 a 1947, num total de 135, segundo ABREU, 1994.

² Infelizmente os documentos que poderiam dirimir essas dúvidas extraviaram-se; portanto, somente podemos registrar a polêmica.

Pela primeira vez, em lugar de palmas e comentários laudatórios, aqueles senhores passaram a ouvir críticas inflamadas, ironias e propostas de recusa dos seus trabalhos. Este choque de idéias reproduzia no Brasil, aliás, o que havia ocorrido no princípio do século na velha *Société de Géographie de Paris*, entre os geógrafos tradicionais e os jovens então liderados por Emmanuel De Martonne e P. Vidal de La Blache. (Valverde, 1992: 121).

De certa forma o mesmo se verificaria na própria AGB anos depois...

Também Mamigonian ressalta o caráter criativo e democrático da AGB em comparação com a estrutura feudal que marcava os departamentos, onde os catedráticos imperavam e o debate científico era substituído pela subserviência.

Quando a AGB foi se tornando nacional, a partir de 1945, reunindo, sobretudo, geógrafos de São Paulo e do Rio de Janeiro, já existia uma nítida distinção entre as práticas intelectuais das universidades e da AGB. (MAMIGONIAN, 1991: 158)

Apesar do esforço de Valverde e Mamigonian para destacar o papel democrático e transformador, é inegável que a AGB foi neste período uma entidade de poucos e para poucos. Em primeiro lugar, poucos são os geógrafos existentes, porém, mais determinante que isto era a estrutura hierárquica da entidade que previa três categorias de associados, concentrando voz e voto na mão de uma minoria, restringindo e desmobilizando a participação em especial de estudantes e professores de Geografia dos atuais Ensino Médio e Fundamental.

Andrade, por exemplo, critica o caráter aristocrático/oligárquico da AGB no período, salientando que alguns grandes geógrafos de então como Josué de Castro foram reconhecidos pela AGB, sob a alegação de não serem geógrafos de formação, numa época em que poucos o eram...

Em sua organização, a associação foi profundamente aristocrática, para não dizer oligárquica, de vez que estabeleceu duas categorias de sócios, os efetivos, com direito pleno, e os cooperadores, formados por todas as pessoas interessadas pelo estudo da Geografia, mas que não tinham uma obra específica na área. Em geral, o sócio se iniciava como cooperador e só passava a efetivo se os efetivos resolvessem elegê-lo para o "clube fechado". Este sistema tinha dois fins: 1º evitar que intelectuais não geógrafos chegassem a posição de controle e direção da sociedade, a nível nacional; 2º fazer uma espécie de patrulhamento científico, a fim de que a sociedade mantivesse, até certo ponto, uma linha uniforme de pensamento. Evitava-se, assim, de uma só vez, os aventureiros, os incompetentes e os que tinham divergências epistemológicas e metodológicas. (ANDRADE, 1991: 146)

Como salientaram Paganelli (2003) e Moreira (2003), os estudantes eram meros ouvintes nas sessões da AGB e os professores praticamente não participavam das atividades da AGB: "...as pessoas que tinham expressão na AGB e nos departamentos universitários se confundiam e a AGB era apenas o fórum de legitimação de poderes dentro dos Departamentos." (MOREIRA, 2003).

A mudança deste quadro é objeto de controvérsias. Para Mamigonian (1991), foi a conciliação entre os segmentos distintos (mandarins da USP e teóricos do Rio de Janeiro e de Rio Claro) que paulatinamente minou a entidade e tirou sua vitalidade. Já Andrade (1991), considera que o processo de democratização inicia-se nos anos 60, com a substituição da categoria efetivo pela de titular, estendida agora a todos os profissionais, inclusive professores do ensino médio, embora reconheça que:

O choque decisivo se deu no Encontro Nacional de Fortaleza, de 1978, quando a comunidade se viu fortemente dividida e os estudantes, muitos deles não associados à AGB, passaram a controlar o processo decisório. (ANDRADE, 1991: 149)

Para outros, como Moreira (2004), as mudanças se darão somente a partir do final dos anos 1970, quando no bojo do processo de resistência e luta contra a ditadura militar, os estudantes universitários e alguns poucos professores recém formados, organizados em movimentos clandestinos, forçarão através da sua mobilização a plena democratização da AGB, com o fim das diferenças entre as categorias de associados da AGB, num movimento que se

confundirá com a renovação do pensamento geográfico no Brasil, como reconhecem até críticos deste processo.

Esta crise da AGB coincidiu com uma conjuntura de radicalização do movimento estudantil da geografia e permitiu um movimento de renovação da entidade a partir do encontro de Fortaleza (1978)...” (MAMIGONIAN, 1991: 160)

Moreira, por sua vez, chama atenção para a ligação entre estes dois processos: na dimensão teórica, renova-se o pensamento geográfico a partir de obras como “Por uma Geografia Nova” de Milton Santos; na prática, transforma-se a entidade representativa dos geógrafos, rompendo-se o caráter elitista e massificando a AGB em consonância com o propósito de luta pela democratização do país.

...isso se traduz, se combina na luta contra a ditadura, se traduz num desejo de uma geografia que se incorporasse à esse movimento geral, de mudança; uma geografia de luta de classes, libertária, como o Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] preferiu chamar. Eu chamei de Geografia Marginal, justamente nesse sentido, da Geografia dos marginais, que não era só daquela época. Num retrospecto histórico descobrimos que sempre houve os tais “marginais” na Geografia. O Réclus foi um, etc. Isso suscitou a criação de um grupo para estudar a história do pensamento geográfico, problemas teóricos, epistemológicos, filosóficos da geografia...Surge esse grupo antes do Encontro da AGB acontecer, de modo que eu não fui em 78 fisicamente. Mas as pessoas com as quais a gente se reunia, discutia e os que lá estiveram, essas pessoas reverberaram lá no Encontro todo o debate discutido aqui. Só depois eu descobri que isso aí era um fenômeno geral no Brasil. Pipocavam grupos por todo o Brasil e esses grupos se conheceram lá e isso virou movimento de mudança. (...) E também tentando converter a AGB em mais uma das entidades da sociedade civil. Mais uma entidade envolvida na luta pela democratização etc. E nós tínhamos um Centro de Estudos de Geografia que depois virou o Grupo de Estudos de Geografia, que reunia eu, o Carlos [Walter Porto Gonçalves] e estudantes da PUC, UFRJ, UERJ. Eram estudantes ainda da clandestinidade da PML, do MEP, do PC, do PC do B e assim sucessivamente. Do pessoal que foi a Fortaleza e quando voltou trouxe a notícia da presença do Milton [Santos], do impacto da presença, só que o Milton provocou o impacto que produziu porque encontrou um clima de luta no Brasil, então ele ressonou o que havia (MOREIRA, 2003).

Neste sentido cabe ressaltar que a AGB-Rio foi um dos bastiões da resistência à mudança, embora, contraditoriamente, um dos principais focos de mobilização pela mudança da AGB estivesse no Rio de Janeiro.

Segundo Moreira, ao mesmo tempo em que estudantes cariocas e fluminenses de graduação e pós-graduação, junto com professores de 1º e 2º Graus, mobilizavam-se para discutir a necessidade de mudar a AGB, dentro do processo de transformação da Geografia brasileira, e do quadro mais geral de mudança da sociedade brasileira, a direção da AGB-Rio, composta basicamente por geógrafos ligados ao IBGE, à UERJ e à UFRJ, era um dos pilares fundamentais da resistências às mudanças na AGB.

Isto ficou patente na Assembléia de Reforma dos Estatutos da AGB realizada em 1979 na USP, na sequência da enorme pressão realizada pelos estudantes no III Encontro Nacional de Geógrafos realizado um ano antes em Fortaleza (CE). Dos dois projetos de reforma dos estatutos apresentados na Assembléia de São Paulo, a mais restritiva em relação a direitos dos estudantes de graduação e professores da Educação Básica era o formulado pela AGB-Rio, como sustenta Moreira:

A direita da Geografia em termos de AGB se organizava justamente no Rio, a partir da AGB Regional. Para você ter uma idéia, em 1978, quando se deliberou um ano depois fazer uma Assembléia para reforma do Estatuto, decidiu-se um pouco da sistemática do processo de reforma e o fundamental dessa decisão dizia o seguinte: quem conduziria o processo todo primeiro seria a Secretaria que receberia até uma data limite propostas globais de Estatuto e se comprometia em viabilizar financeiramente a distribuição das cópias de quantas propostas surgissem para todos os sócios do Brasil

inteiro. Isso aconteceu de fato, e surgiram duas propostas, só duas. Uma bem de direita, saída justamente do pessoal do Rio de Janeiro e outra bem mais para a esquerda, saída do pessoal de Presidente Prudente. (MOREIRA, 2003).

Assim, a mudança na AGB-Rio acabou por ser defasada em relação à transformação na AGB-Nacional. Enquanto no plano nacional já em 1980 tem-se a eleição de uma Diretoria amplamente comprometida com a democratização da entidade e sua transformação em mais um braço da mobilização da sociedade civil contra a ditadura militar, no âmbito da AGB-Rio o mesmo somente se dará em 1982, pois até então, a forte presença dos associados ligados ao IBGE na Direção da Associação refreia as mudanças no plano local.

Quando essa mudança se concretiza, com a aprovação do novo estatuto e a eleição de uma diretoria efetivamente comprometida com os novos rumos da AGB a partir de 1982, a atuação da AGB-Rio transforma-se substancialmente, sendo o foco central a articulação com as demais entidades da sociedade civil na luta pelo fim da ditadura. Ganha relevo, neste sentido a articulação com o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO) e o Centro Estadual de Professores – CEP (atual Sindicato Estadual de Profissionais da Educação – SEPE),...

...queríamos criar uma Entidade que tivesse assento no Fórum do Movimento de Reforma de mudança da sociedade brasileira, e a partir daí começa a se difundir, principalmente entre os estudantes, até porque eles passam a ser cidadãos verdadeiros da Geografia, professores de 1º e 2º graus, essa idéia de que a geografia tinha que ter um vínculo com a sociedade civil e não com o Estado, rompendo um histórico com o Estado e passando a ter um vínculo com os setores de militância da sociedade brasileira, fazendo com que a AGB passasse a virar a partir daí uma espécie de berço, celeiro de produção de quadros para vários setores do movimento popular. Então você ia ao Sindicato dos Professores, a quantidade de professores de geografia, que até pouco tempo eram estudantes e que tinham passagem pela AGB, militando e, inclusive assumindo funções, posições nas direções dos sindicatos, a quantidade você não imagina, estavam em todos os cantos do Brasil. Então essa vinculação de quadros de ex-estudantes e agora profissionais da área de geografia, com CUT, com o Conselho de Seringueiros, com o MST, com o Movimento Sindical, tem origem justamente aí. Não é uma coisa de Rio de Janeiro não, mas o Rio encarna isso de tal maneira que muitos de nós acabamos virando uma espécie de pessoas que acabaram tendo o “selo” da militância. Ainda hoje, por exemplo, muita gente me vê um pouco com esse tipo de perfil, mas era uma coisa de Rio e a gente conseguiu fazer com que virasse um projeto nacional. (MOREIRA, 2003).

Esta mudança não se faz sem custos, resultando, por exemplo, nas dificuldades de relacionamento com os Departamentos de Geografia das universidades e com o IBGE, e mesmo no fato da AGB-Rio ter ficado sem uma sede durante muito tempo, entremeado por breve tentativa de manter uma sede alugada no centro do Rio (Av. Pres. Vargas, 633/Sala 1910).

A gente aqui do Rio era muito mambembe, vivendo inclusive uma relação de conflito com os departamentos locais, aceitos mas ao mesmo tempo não aceitos (...) nossa relação com o IBGE ficou meio atravessada, com o departamento de Geografia da UFRJ também não era das de trânsito mais aberto... Então, essa dificuldade da gente transitar no Rio com as novas idéias da AGB, vinha exatamente do ranço da Geografia Quantitativa que sempre foi organizada aqui e talvez por causa disso a AGB-Rio também tenha se tornado uma espécie de referência do embate, mais à esquerda dentro da AGB. (MOREIRA, 2003).

Tais dificuldades acabam por favorecer a aproximação da AGB-Rio com os sindicatos dos professores e outras entidades da sociedade civil organizada, em consonância com a política delineada em âmbito nacional, mas em grande parte sustentada pela nova direção da AGB-Rio.

...a gente precisando de um lugar para se reunir, fazer nossas assembleias, nossos eventos, só nos restavam os sindicatos, o SINPRO. A gente passou a viver dentro do sindicato, em termos de uso de espaço etc e tal. Nosso cotidiano passou a ser o que desejávamos mesmo, não que não quiséssemos o contato com os departamentos, porque como eu disse o que decidimos ao criar esse Estatuto era converter a AGB em mais uma entidade do fórum, sem abrir mão das tarefas acadêmicas da Entidade, tipo a reforma do currículo segundo as novas idéias. (MOREIRA, 2003).

Também Paganelli destaca essa vitalidade da participação da AGB-Rio na época nos fóruns da sociedade civil e sua visibilidade perante os demais movimentos organizados da sociedade civil no Rio de Janeiro.

Na década de 1980 o Ruy [Moreira] estava presente em todos os encontros, então a AGB tinha visibilidade, nós tínhamos visibilidade para fora. Eu acho que agora a gente não está tendo isso aqui no Rio de Janeiro, eu não vejo isso. (PAGANELLI, 1993).

Por outro lado, praticamente inviabilizaram a continuidade do Boletim Carioca de Geografia (BCG), uma das mais primeiras publicações especializadas em Geografia criadas no Brasil, e que, sem o apoio material do IBGE, praticamente não teve como se manter, registrando após a ruptura definitiva das relações entre AGB-Rio e IBGE, apenas mais três edições, rebatizado de Revista Espaço Sociedade, com uma linha editorial voltada para a reverberação dos debates travados no âmbito da sociedade civil. A partir de 1988 o BCG/Revista Espaço Sociedade não foi mais publicado, encerrando-se no número XXXVI.

A avaliação de Valverde em relação à mudança ocorrida na AGB é bastante crítica. Para ele, a AGB dos anos 1930 a 1960 era bem mais viva, sendo a realização de trabalhos de campo em equipe a chave do sucesso da AGB em seus primórdios.

Não se cuidava quase de organização, e muito menos de defesa da classe; mas a AGB era atraente, vivaz, fecunda. Hoje, as Seções Locais se preocupam muito com questões profissionais, de emprego e epistemológicas... Não se pode condenar essa orientação, numa conjuntura de crise como a que vivemos. Porém, quase ninguém comparece às sessões. (Valverde, 1992: 122)

A mesma opinião é, de certa forma, compartilhada por Andrade (1991), para quem, com a aceitação dos estudantes de graduação em igualdade de condições com os geógrafos, os jovens tomaram o poder, ganhando a AGB quantitativamente, mas perdendo em qualidade, graças às estruturas populistas. Porém, considera que com o tempo, a qualidade da produção e a convivência respeitosa voltaram a prevalecer dentro da entidade.

Mamigonian (1991) é ainda mais incisivo em sua crítica, afirmando que foi a pobreza política de correntes estudantis associada ao marxismo de terceira classe de geógrafos "iluminados" que aprofundou a crise da AGB.

Moreira, entretanto, insiste na avaliação positiva do processo de massificação da entidade, destacando sua contribuição para a mudança da geografia brasileira.

As novas idéias pós-78 passam a ser disseminadas rapidamente, o que não acontecia antes entre os professores de 1º e 2º graus. Até porque no começo essa massificação, essa multiplicação enorme de sócios e presença nos eventos da AGB, atingiu os estudantes universitários, não atingiu de imediato os professores de 1º e 2º graus. Quando nos percebemos que os antigos acadêmicos estavam saindo da Entidade apostando no seu esvaziamento e que o peso estudantil estava sendo forte, mas que não eram só os estudantes que estavam militando na política brasileira, mas naquele momento era a grande classe média brasileira que estava assumindo a direção da política no Brasil, o movimento sindical está crescendo, mas uma certa direção operária do movimento no Brasil só vem um pouco depois, há primeiro uma certa direção do movimento estudantil, aí há uma transferência dessa condução do movimento social político geral no Brasil para setores da classe média, setores organizados, professores principalmente. Depois há

uma transferência daí para os operários, daí vem o movimento metalúrgico, vem a CUT, vem o PT e a orientação operária que depois se esvazia um pouco também. E quando se dá o esvaziamento no geral, e quando a gente se dá conta disso, a gente percebe que é preciso trazer então esses novos sujeitos da militância na política brasileira, que são os professores de geografia, para dentro da AGB. Aí é que começa a preocupação da AGB de ir as Escolas e principalmente de divulgar seus eventos aos professores de 1º e 2º graus, chamando esse pessoal para se apresentar. (MOREIRA, 2003).

Entretanto, as dificuldades de funcionamento da entidade vão crescendo a partir dos anos 1990, até chegar ao ponto da AGB-Rio fechar as portas por cinco anos, entre 1993 e 1998. Na avaliação de Moreira, a crise da AGB-Rio está ligada à crise nacional da entidade, que aqui foi mais forte dado o perfil mais combativo da entidade no Rio.

Na minha avaliação isso tem relação com a nossa derrota no processo de filiação à CUT, no Encontro de Maceió. A AGB vinha num crescimento de integração com o movimento organizado das instituições, das organizações do movimento popular e a possibilidade da gente continuar crescendo agora passava por uma institucionalidade de reconhecimento mais amplo de parte das entidades a respeito da gente como uma Entidade de militância da sociedade civil. Por isso que para a gente a estratégia de ligação com a CUT era importante, significava um horizonte limitado de crescimento, de envolvimento com a militância e se tivéssemos o reconhecimento de CUT seria um aval para irmos mais fundo, dilatando horizontes, inclusive, com programas de intervenção, que agora a gente iria mais fundo em questões ambientais, educacionais, com esse peso todo da vinculação com movimentos mais fortes. Como a gente não conseguiu vingar esse projeto em Maceió, a gente começou como que a ficar marchando em cima de até onde havíamos avançado e nos defasamos conseqüentemente, no fórum, em relação às outras entidades que continuaram avançando, como os sindicatos, por exemplo. Então o que quero dizer é que a partir desse momento os estudantes que procuravam a AGB porque viam nela um grande canal de ação organizada, começaram a perceber que os sindicatos eram muito mais contundentes do que a AGB, os partidos de esquerda, o PT que já havia surgido e tal. Então os quadros da AGB começam a ser muito fluidos e a partir de um certo momento você não consegue eleger novas diretorias e fica aquele mesmo grupo permanente. (MOREIRA, 2003).

A rearticulação da AGB-Rio no final da década de 1990 resultou da insatisfação com seu desaparecimento de um conjunto de estudantes de graduação, pós-graduação e professores do ensino médio e fundamental, alguns dos quais já haviam militado na entidade no final da década de 1980 e/ou início dos anos 1990. Reunidos inicialmente no XI Encontro Nacional da AGB, em Vitória da Conquista/BA, esses geógrafos, residentes no município do Rio de Janeiro, decidiram reabrir a AGB-Rio. Para isso, após as conversas iniciais na Bahia, realizaram um conjunto de reuniões no Rio de Janeiro, reunindo não apenas os que haviam estado presentes em Vitória da Conquista, mas muitos outros insatisfeitos com o desaparecimento da AGB-Rio.

De lá para cá, a AGB-Rio retomou seu trabalho de articulação dos geógrafos do Rio de Janeiro, com a edição de cinco números do Jornal da AGB, a realização (em conjunto com a AGB-Niterói) de três Encontros Estaduais de Professores de Geografia (1999, 2001 e 2003), um Encontro Estadual de Geógrafos (2002), além de uma série de outras atividades exclusivas da Local, não apenas na cidade do Rio de Janeiro (como o I Encontro de Geografia da Zona Oeste do Rio de Janeiro), mas em outras cidades do estado (como debates em Barra Mansa e Volta Redonda).

Além disso, recobrou também sua importância no cenário nacional da AGB, com significativa participação de seus representantes nas RGC, assim como nas Comissões Organizadoras do IV Encontro Nacional de Ensino de Geografia (2001) e do XII Encontro Nacional de Geógrafos (2002).

Dentre as atividades desenvolvidas a partir desta retomada, cabe destacar o empenho na solução dos entraves ao registro no CREA-RJ, dos bacharéis em Geografia formados nas universidades fluminenses, culminando com uma passeata e um ato público em frente à sede do órgão. Em decorrência desta pressão, conseguimos que o CREA-RJ revisse sua política de concessão de registro de geógrafo, após o que, muitos bacharéis formados pelas diversas universidades do estado do Rio de Janeiro e que vinham enfrentando inúmeras dificuldades para obter seu registro, conseguiram-no.

Entretanto, o principal investimento feito pela AGB-Rio nos últimos anos foi na direção da reaproximação com os movimentos sociais, com base na constituição dos Grupos de Trabalho de Ensino de Geografia, Meio Ambiente, Assuntos Urbanos e Assuntos Agrários, os quais colocaram como prioridade a relação com os movimentos sociais, procurando colocar o saber geográfico a serviço da transformação social. Neste sentido podemos destacar a participação da AGB-Rio no Fórum Nacional pela Reforma Urbana, na Rede Alerta contra o Deserto Verde, assim como no processo de elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária do Rio de Janeiro.

Porém, muito ainda há por fazer no sentido de fazer da AGB um canal ativo de participação dos geógrafos nos debates fundamentais da realidade brasileira e, principalmente, na mobilização dos geógrafos para a participação nestes.

Em nossa concepção, os grandes problemas da AGB atualmente são: 1 – a dificuldade de agregar os geógrafos em torno de um projeto de construção coletiva do conhecimento, numa sociedade cada vez mais individualista e competitiva, inclusive no que tange às exigências da produção acadêmica; 2 – a dificuldade de atração de militantes, num contexto em que várias outras instâncias de atuação política aparecem como mais atraentes para os geógrafos empenhados na luta pela transformação social, num contexto em que a AGB se burocratiza e a participação nesta passa a ser encarada cada vez mais como caminho para galgar a carreira acadêmica.

O desafio da AGB hoje é articular novamente a atuação junto às entidades da sociedade civil que marcou a atuação da entidade no princípio dos anos 1980 à produção de conhecimento que foi a marca da AGB nos seus primórdios. Acreditamos que a criação de grupos de trabalho temáticos que congreguem os geógrafos em torno da produção coletiva do conhecimento e os articulem com os movimentos sociais possa ser a saída para este impasse.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 56 (1/4). Jan/dez-1994.
- ANDRADE, Manoel Correia de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. *Terra Livre*. n. 9. São Paulo: AGB, 1991.
- MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. *Terra Livre*. n. 8. São Paulo: AGB, 1991.

Pessoas entrevistadas em 2003

Ruy MOREIRA
Tomoko Y. PAGANELLI

A HISTÓRIA DA AGB - UBERABA (MG) E A PERSPECTIVA DE CONSTRUÇÃO DE UM PÓLO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO TRIÂNGULO MINEIRO

La historia de la AGB - Uberaba (MG) y la perspectiva de construcción de un polo de pensamiento geográfico en el Triângulo Mineiro

The history of the AGB - Uberaba (MG) and the perspective of building a pole of geographical thought in the Triângulo Mineiro

Valter Machado da FONSECA

Técnico em mineração, licenciado em Geografia e graduando em
Tecnologia em Meio Ambiente do CEFET/ Uberaba (MG)
E-mail: *valtermachadoqi@hotmail.com*

Resumo: Este artigo faz uma leitura da recente história da subseção Uberaba da Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), discutindo o significado da sua construção, não somente para a cidade, como para todo o Triângulo Mineiro. Apesar de todas as debilidades, a fundação da AGB significou a construção de um pólo de novas propostas e formulações, impulsionando a edificação do pensamento geográfico, numa região tradicionalmente agrícola, em que as ciências humanas sempre foram relegadas a segundo plano. Faz-se um resgate histórico do ensino de geografia na cidade, com base em depoimentos de professores que contribuíram para a fundação da entidade. Ao mesmo tempo, este trabalho analisa os fatores políticos, econômicos e sociais que influenciaram a existência da AGB em Uberaba. Por fim, discute-se o papel dessa entidade no conjunto das lutas travadas pelo movimento social, defendendo-se uma geografia militante.

Palavras - chave: AGB – Uberaba, ensino de Geografia.

Resúmen: Este artículo hace una lectura de la reciente historia de la sección de Uberaba de la Asociación Brasileira de Geógrafos(AGB), discutiendo el significado de su construcción, no solamente para la ciudad, como para todo el Triângulo Mineiro. A pesar de todas las debilidades, la fundación de la GB significó la construcción de un polo de nuevas propuestas y formulaciones, impulsando la edificación del pensamiento geográfico, en una región tradicionalmente agrícola, en que las ciencias humanas siempre fueron dejadas para segundo plano. Se hace un rescate histórico de la enseñanza de la geografía en la ciudad, con base en opiniones de profesores que contribuyeron para la fundación de la entidad. Al mismo tiempo, este trabajo analiza los factores políticos, económicos y sociales que influyeron en la existencia de la AGB en Uberaba. En fin, se discute el papel de esta institución en el conjunto de las luchas ocurridas por el movimiento social, defendiéndose una geografía militante.

Palabras-clave: AGB-Uberaba, enseñanza de la Geografía.

Abstract: This articles is about the recent history of the sub-section in Uberaba of the Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), discussing the meaning of its opening and building not only for this city, but for all the Triângulo Mineiro. Despite all difficulties, the foundation of the AGB has meant the building of a pole of new proposals and formulations, stimulating the growing of geographical thoughts, in a traditionally agricultural region, where the human sciences have always been left in second place. In this study, a historical study of the teaching of geography of the city is done, based on sayings of teachers who contributed to the foundation of the entity. At the game time, this assignment analyses the political, economical and social factors which contributed to the existence of the of the AGB in Uberaba. At last, the role of this entity togheter with the fight for the social movement, defending a militant geography.

Key words: Uberaba ; AGB-Uberaba, teaching of Geography.

"Não dá para separar a história da AGB local da história dos cursos de Geografia que já existiram e que existem na cidade" (Renato Muniz, 2004, depoimento ao autor).

Indagado sobre os motivos que levaram à construção da AGB local, foram essas as palavras do seu impulsionador, professor Renato Muniz Barreto de Carvalho. O professor Renato é peça chave para a construção da subseção Uberaba da AGB. Em 1982, chegou à cidade, vindo de São Paulo onde era associado da entidade. Desde então, começou a participar, ativamente, dos focos de discussão e das iniciativas no campo da geografia na cidade.

Outros professores, também, prestaram depoimentos fundamentais à execução deste trabalho, como Anízio Bragança Junior, Luis Custódio da Silva e Sandra Rodrigues Braga.. Os professores Renato e Anízio foram presidentes da entidade na primeira e na segunda gestão, respectivamente. O professor Luis Custódio da Silva é o seu atual presidente e a professora Sandra é filiada à seção local da AGB.

Retomando a afirmativa do professor Renato Muniz, a história da AGB/Uberaba é inseparável da história do ensino de geografia na cidade, o qual serviu de alavanca, não somente para a futura construção da AGB no município, mas também como referência regional na construção do pensamento geográfico no Triângulo Mineiro.

O próximo tópico tratará do resgate da história que antecedeu à fundação da entidade. Nele, tentar-se-á estabelecer uma ordem cronológica dos fatos, acontecimentos, e pessoas que marcaram, por aproximadamente trinta anos, a prática do ensino da geografia em Uberaba, que tem sua culminância na construção da seção local da AGB/Uberaba.

O ensino da Geografia em Uberaba: trinta anos de resistência

Uberaba pode ser caracterizada por sua vocação agrícola. Por esta característica, a produção do conhecimento científico esteve, predominantemente, restrita às áreas das ciências agrárias. Pode-se dizer que, de maneira geral, as famílias tradicionais sempre deram as linhas mestras do processo educacional da cidade, o que se reflete na micro-região do Triângulo Mineiro. Isto justifica a ausência de uma universidade pública na cidade¹, em que se mantém o monopólio do ensino superior privado. Estes aspectos são fundamentais para se compreender as tentativas frustradas, até o momento, de implementação de uma universidade pública, gratuita e de qualidade no município.

Os anos de 1949/1951² marcam o início do funcionamento do primeiro curso de formação de professores de geografia em Uberaba, uma iniciativa da Congregação das Irmãs Dominicanas, através da Faculdade de Filosofia, dirigida por elas.

A expansão da Faculdade de Filosofia, com a criação de novos cursos na área das Ciências Sociais, com ênfase em educação, dá origem às Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino (FISTA), que passa a ser um centro de formação de excelência de educadores. A FISTA constituiu-se num núcleo de excelência na formação de professores de geografia, tornando-se, desta forma, referência para todo o Triângulo Mineiro e Brasil Central.

A FISTA, apesar de ser uma instituição privada, se diferenciava das demais por três razões básicas: a primeira, por ter uma vocação para a área das ciências humanas; a segunda, pelas baixas mensalidades cobradas, o que favorecia o acesso das camadas menos elitizadas da população à educação e a terceira, porque a FISTA, acima do lucro, sempre primou pelo ensino de qualidade.

Há que se destacar na história da FISTA e, conseqüentemente na história da geografia, na cidade o trabalho memorável das professoras Ruth Gebrin (Irmã Loreto), Sônia Maria Cecílio de Oliveira e Célia Campos, destacando Irmã Loreto, cuja paixão pela docência de geografia, contribuiu, de forma brilhante, para a formação de várias gerações de professores.

¹ Exceção feita à Faculdade de Medicina de Triângulo Mineiro (FMTM).

² Os dados utilizados neste tópico foram extraídos do depoimento prestado pelo professor Renato Muniz ao autor.

A outra instituição de ensino privado, existente em Uberaba na época, era as Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), hoje, Universidade de Uberaba (UNIUBE), criada pelo professor Mário Palmério, que iniciou a construção da hegemonia no ensino privado em Uberaba.

Em 1981, a FIUBE comprou a FISTA e, em 1984/1985, decidiu encerrar o curso de geografia, criando uma lacuna na formação de novos educadores, que se estendeu por uma década, só sendo retomada com a criação da Faculdade de Educação de Uberaba (FEU).

O período, entre 1951 (ano da criação da FISTA) e 1981 (compra da FISTA pela FIUBE), foi de extrema importância para a área das ciências humanas e para a geografia. O ano de 1981 encerra um ciclo de questionamentos e estudos em ciências sociais, constituindo-se em um retrocesso histórico para o desenvolvimento do processo educacional de Uberaba. Os cursos da FISTA foram extintos ou diluídos dentro da FIUBE. "Os trinta anos da FISTA significaram uma marca na organização de um pólo de formação de educadores na área de geografia que influenciou não somente o município de Uberaba, mas toda a região do Triângulo Mineiro e boa parte do Brasil Central" (Renato Muniz – depoimento concedido ao autor).

Após a extinção da FISTA, as tentativas de organização dos professores de geografia e de fundação da AGB/Uberaba.

Segundo o professor Renato Muniz, a partir de 1984/1985, a extinção do curso de geografia pela FIUBE, instala uma grave crise na produção do conhecimento geográfico na cidade. Na área cultural, os grupos oligárquicos locais passariam a controlar as atividades culturais, absorvendo grupos culturais, inicialmente independentes. Não era apenas o ensino da geografia que estava em crise, mas todas as áreas ligadas à cultura. É fundamental realçar estes aspectos para que o leitor compreenda a intensidade do grau de resistência encontrado na cidade de Uberaba para o desenvolvimento das ciências humanas e especialmente da geografia.

Em 1982, aconteceu a primeira tentativa, frustrada, de construção da AGB/Uberaba, por iniciativa do professor Renato Muniz em conjunto com as professoras do corpo docente da UNIUBE Irmã Loreto, Sônia Maria Cecílio de Oliveira e Célia Campos. No ano seguinte, o núcleo pró-AGB foi fortalecido pela participação dos professores Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Gil Sodero de Toledo, que tentaram trazer a Uberaba mestres do pensamento geográfico de projeção nacional, na tentativa de facilitar a consolidação da AGB.

No ano de 1984, o professor Renato Muniz lançou três números de um pequeno periódico intitulado *Jornal da Geografia*. O fato marcante e histórico deste ano foi a vinda do professor Milton Santos a Uberaba, em sua primeira visita ao Triângulo Mineiro, na qual proferiu palestra na UNIUBE sobre o tema: "A importância das ciências humanas e a construção de uma nova geografia". O resumo dessa palestra foi publicado no número três (último número) do *Jornal da Geografia*. Entre 1984 e 1994, houve várias tentativas frustradas de organização dos professores de geografia em Uberaba e de construção da subseção da AGB/Uberaba.

Criação do CEFOR e da FEU: acontecimentos decisivos para a construção da AGB/Uberaba

1992 foi um ano de eleições municipais, nas quais foi eleito prefeito de Uberaba Luís Guaritá Neto. Ainda que esse governo não se distinga dos anteriores, a nomeação da professora Maria de Lourdes de Melo Prais, para a Secretaria Municipal de Educação, é um dado importante à organização dos docentes em Uberaba.

A professora Maria de Lourdes de Melo Prais (a Dedê) criou duas iniciativas fundamentais para a organização dos educadores de Uberaba e para a construção da AGB local. A primeira delas foi a criação do Centro Permanente de Formação de Professores (CEFOR), e a segunda foi atender o anseio da comunidade local desde 1983, com a criação da Faculdade de Educação de Uberaba (FEU) (prof. Renato Muniz, em depoimento prestado ao autor).

Em 1994, a criação do CEFOR introduziu um processo democrático de discussão, envolvendo um conjunto de professores, cuja prática demonstrava enorme interesse na formação constante e permanente, com base na interação educador/educando.

No Centro, foi criada uma equipe de professores da área de história/geografia, cuja coordenação ficou a cargo dos professores Renato Muniz (geografia) e Eliane Mendonça Marquez de Rezende (história). Esses professores estabeleceram, como uma das metas da equipe, repensar o ensino da geografia das redes públicas municipal e estadual de ensino. Este estudo envolveu turmas de alunos e professores de história/geografia, em um processo de atualização e qualificação dos profissionais de ensino destas áreas, totalizando 90 alunos e professores dessas áreas. Além de discussões teóricas, a equipe desencadeou também ações práticas com objetivos didáticos e pedagógicos, por meio da realização de vários trabalhos de campo e excursões com caráter histórico/geográfico.

Em 1996, foi criada a FEU, tema que merece ser tratado em um tópico separado, pois dali sairia o núcleo fundador da AGB local.

Faculdade de Educação de Uberaba (FEU): um contraponto à indústria de diplomas no município

Em 1996, realizou-se o primeiro vestibular da FEU, que oferecia, então três cursos de licenciatura plena: geografia, pedagogia, e ciências biológicas. A Faculdade nasceu através de um convênio celebrado entre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Prefeitura Municipal de Uberaba (PMU), por interveniência da Fundação Municipal de Ensino Superior de Uberaba (FUMESU).

O atual presidente da AGB/Uberaba, Luís Custódio da Silva, retrata a situação de dezenas de pessoas que estudaram na FEU:

Sempre fui apaixonado pela geografia e, tendo terminado o ensino médio, minha condição social não me permitia fazer um curso superior nas universidades de Uberaba pois, eram caríssimas. Quando veio a oportunidade de fazer o curso pela FEU, gratuitamente, não perdi tempo e iniciei o curso de geografia. Lutei pela manutenção da gratuidade do curso e consegui terminá-lo.

O referido convênio designava a FEU como uma instituição de ensino público e gratuito que primaria pela excelência do ensino, o que significa plantar, em Uberaba, a semente do ensino público, gratuito e de qualidade, contrariando, assim, os interesses dos donos do ensino privado da cidade.

A idéia era que a Faculdade de Educação de Uberaba viesse a constituir-se num núcleo de revitalização e oxigenação da prática do ensino da geografia em Uberaba, um novo núcleo pensante rumo à construção de um núcleo da produção de novos conhecimentos na região (Renato Muniz, em depoimento ao autor).

A constituição da FEU acendia a tocha do ensino público gratuito e de qualidade que poderia iluminar os túneis vazios, sombrios e escuros da prática quase secular do ensino privado. Este acontecimento estremeceu a base da indústria do ensino privado em Uberaba, abrindo um período, riquíssimo, de debates para formulação de novas propostas que poderiam ocasionar um giro radical na ideologia dominante do sistema educacional de Uberaba.

Entretanto, em 1997, a FEU instituiu a cobrança de taxas e sobretaxas, que desencadeou a cobrança de mensalidades na FEU, ferindo o convênio, firmado com a UFU. Este fato levou ao surgimento de um grupo de alunos da Faculdade e de professores (alguns de Uberaba e a maioria da UFU) que lideraria um enfrentamento político-/ideológico contra o poder executivo local, em defesa do ensino público, gratuito e de boa qualidade em todos os níveis.

Este núcleo de resistência, em sua maior parte, daria origem à subseção da AGB em Uberaba. Seria injusto não mencionar alguns nomes de alunos da FEU, hoje professores como: Anízio Bragança Junior, Gilda Magela de Oliveira, Jacirema Pompeu, Ângela Maria Bordon, Maria de Fátima, Luís Custódio da Silva, Maria dos Anjos Rodrigues, Roselle Monteiro, Sandra Braga, Marco Antônio Simões, Valter Machado da Fonseca, dentre outros que se destacaram na luta contra a privatização da FEU. É importante ressaltar os nomes de alguns docentes da FEU/UFU que se somaram aos educandos nesta luta como: Renato Muniz Barreto de Carvalho, Antônio Giacomini, Suely Del Grossi e Kelly Bessa.

As turmas de 1996 e 1997, as únicas formadas sob a chancela da UFU, levaram, até onde deu, a luta contra a privatização da FEU e chegaram a concluir os cursos sem pagar uma mensalidade sequer³. Foi uma maratona de reuniões, discussões, debates, assembléias de estudantes, de professores, etc. Com a formatura da turma de 1997, eliminava-se, então, o último obstáculo à gratuidade da FEU. Novamente, os interesses da elite detentora do poder político em Uberaba triunfavam sobre os anseios das camadas exploradas da população.

A partir de 1997, o CEFOR, convidando alunos e professores da FEU, para suas atividades, abriu o intercâmbio entre alunos e professores das duas instituições. Este estreitamento de relações criou um fértil terreno de debates sobre o papel do ensino da geografia em Uberaba, culminando com a construção da subseção local da AGB.

Pode-se concluir que a AGB/Uberaba teve origem no núcleo composto por alunos e professores que resistiram à cobrança de mensalidades na FEU, mostrando-se, desde sua origem, intrinsecamente ligada à luta por um ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis.

A AGB/Uberaba: uma nova fase de construção do ensino da Geografia e uma nova etapa rumo a uma Geografia militante

A AGB/Uberaba é herdeira de uma história de mais de 40 anos, iniciada com o curso de geografia da FISTA. Em 14 de março de 1998, na sede do CEFOR, aconteceu a reunião de fundação da AGB local. A reunião ocupou as várias salas que constituíam as dependências do CEFOR. Nesse momento, foi imprescindível a presença do professor da UNESP, campus Presidente Prudente-SP, Antonio Thomaz Júnior, que, além de incentivo e sugestões, forneceu toda a documentação necessária à legalização da entidade.

A partir dessa data, abriu-se a perspectiva de construção de um campo de elaboração teórico-prática que contribuiria para a formulação de uma nova maneira de enxergar a geografia em Uberaba, criando um pólo de produção geográfica. Neste percurso, a subseção enfrentou vários desafios, como afirma Anízio Bragança Júnior, em entrevista ao autor:

Durante os primeiros anos, a AGB Uberaba procurou construir sua identidade. Não havia modelo a perseguir, mas apenas boa vontade de seus integrantes. A equipe reduzida buscou constituir uma organização mínima: estatuto, conta bancária e organização de eventos comemorativos. A realização de alguns foi bem comemorada. Outras atividades e ações ficaram barradas nos obstáculos encontrados. A maior dificuldade nos primeiros anos da AGB Uberaba foi a de constituir um grupo coeso de trabalho. Os integrantes da diretoria, formada por professores da cidade e estudantes da FEU, acabaram sendo definidos no encontro de eleição da nova diretoria, o que impediu o fortalecimento de núcleo de trabalho na entidade.

O professor Anízio informa-nos que, "por vários momentos da entidade era impossível conciliar encontros e reuniões onde os membros a maioria pudessem estar presentes. Sem um grupo de trabalho coeso, as atividades ocorriam mas de forma escassa". Ele afirma que "o retorno financeiro dos associados tornava-se insuficiente para manter um contato mais aproximado da AGB Nacional, participando das reuniões gerais coordenadas (RGCs)", daí os melhores momentos da AGB/Uberaba acontecerem nos eventos comemorativos e na preparação e mobilização para os encontros nacionais.

Apesar desses óbices, a AGB/Uberaba, criada dentro da linha de uma geografia militante, engajar-se-ia em vários setores do movimento social, colando-se ao cotidiano da população e buscando a solução de problemas locais, bem como também dos grandes desafios nacionais e internacionais. Nesse sentido, a AGB local passou a participar das atividades da AGB nacional.

³ Em 2001, a FEU reabre concursos vestibulares, desta vez, estando prevista a cobrança de mensalidades, através de convênio com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Realizações da subseção Uberaba: num deserto extremamente árido, a AGB rega um oásis surgido na primavera de quarenta anos atrás.

"Eu me lembro bem, em 1998 enviamos um ônibus com onze representantes de Uberaba para o encontro nacional da AGB, em Vitória da Conquista na Bahia" (Renato Muniz, em depoimento ao autor). Foi a primeira vez que Uberaba participou de um encontro nacional da AGB. Em 2000, a subseção local enviou um ônibus para o encontro de Florianópolis (SC) e, em 2002, três pessoas a João Pessoa (PB). A AGB Uberaba participou do "Fala Professor", de encontros de educadores de geografia em Presidente Prudente (SP) e Curitiba (PR).

Localmente, a AGB/Uberaba promoveu inúmeros debates sobre temas importantes, como os aspectos geológicos e geomorfológicos da região do Triângulo Mineiro, a legislação ambiental, a preservação ambiental, a cultura, a produção de conhecimentos sobre a geografia de Uberaba e região e a evolução do pensamento geográfico.

A comemoração do dia do geógrafo é uma atividade que já se tornou tradicional no calendário da cidade. O dia é comemorado em eventos de caráter cultural e científico, criando um espaço privilegiado para o debate sobre diversos temas na visão das principais correntes do pensamento geográfico. Na grande maioria desses eventos, a AGB/Uberaba tem convidado nomes expressivos dentro da área da geografia.

A subseção da AGB em Uberaba não esquece a própria história e os desafios enfrentados para a sua construção. Neste sentido, prestou uma homenagem à Irmã Loreto, cuja importância para o ensino de geografia na cidade e para a organização dos professores já foi comentada neste artigo.

Deve-se destacar ainda o informativo "O Geógrafo". Esse jornal, apesar de sua periodicidade irregular, por dificuldades de manutenção, tem sido uma ferramenta indispensável para a divulgação da AGB/Uberaba, constituindo-se em um espaço fundamental para o debate de idéias sobre as principais temáticas da geografia. Deve-se, aqui, salientar o trabalho incansável do professor Anízio Bragança Júnior, que, além de participar ativamente de todas as gestões da AGB/Uberaba, dedica-se à elaboração do jornal.

Neste último período, a AGB/Uberaba procura ampliar seu leque de atividades, através de novas parcerias, ainda que seu principal parceiro seja a FEU. Para o professor Renato Muniz, isto é importante por um lado, pois promove o fortalecimento mútuo das duas entidades e provoca a troca de idéias e experiências entre professores já inseridos no mercado de trabalho e alunos da FEU, futuros professores em processos de formação, e pela experiência adquirida com a realização de eventos coletivos. Por outro lado, ele acredita que a AGB/Uberaba deve abrir um leque mais amplo de parceiros, com outras instituições de ensino e com o poder público municipal e estadual, através da Secretaria Municipal de Educação e da Delegacia Regional de Ensino. O professor Renato defende parcerias para além da FEU, por considerar que a história da FISTA, ainda, está bem presente na memória de grande parte dos educadores da área da geografia, o que constitui uma ameaça à estabilidade e continuidade da AGB/Uberaba.

No evento comemorativo do Dia Internacional das Águas, em 2004, pela primeira vez, a AGB/Uberaba expande, de maneira substancial, seu leque de parceiros. Para o evento denominado "Água, as veias abertas do planeta Terra", a AGB contou com as parcerias do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/Uberaba), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG – seção Uberaba), da AB – Consultorias, da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), da Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Uberaba (COOPERU), do Diretório Acadêmico Integrado Prof. Darcy Ribeiro (DA – CEFET / Uberaba), além da FEU.

O evento teve sucesso em seus três momentos diferenciados: em sua solenidade de abertura, com uma mesa redonda com convidados que discorreram sobre a temática sob várias óticas; na apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos e em atividade junto à população local. Nos três momentos, a AGB/Uberaba conseguiu atingir uma importante parcela de educadores, educandos do ensino médio, do ensino superior. Este evento significou um salto qualitativo de organização, que implicou a aquisição de experiências para novos eventos e expansão de parcerias da AGB/Uberaba, propiciando o diálogo entre a entidade e a população uberabense.

“O que vemos hoje, é uma AGB mais forte e atuante na produção do conhecimento geográfico da região e fator de união entre as instituições de ensino de Uberaba. Buscaremos para o futuro uma AGB que agregue toda região e facilite o intercâmbio para toda a sociedade”, afirma Luís Custódio da Silva, em declaração ao autor.

Mais importante que suas realizações, foi o comportamento militante assumido pela AGB/Uberaba desde sua fundação. A entidade envolveu-se nos grandes debates do movimento social, como as reformas da previdência, trabalhista e política, nos debates sobre a ocupação do território iraquiano pelo império norte-americano, na luta contra as privatizações, no apoio às lutas camponesas, especialmente ao MST. Participou, ativamente, da luta contra os abusos do poder público municipal, no caso de cobrança ilegal de tarifa, que impedia grande parcela da população de ter acesso à água tratada e ao saneamento básico. A AGB/Uberaba participou, ainda, de atividades da Central de Movimentos Populares (CMP) e das reuniões preparatórias das várias versões do Fórum Social Mundial (FSM), dentre outras atividades.

Apesar de sua juventude, a AGB/Uberaba já tem uma história para contar. Uma história que, para além do mero academicismo, assume uma posição de apoio aos setores mais oprimidos e marginalizados da população, uma postura de contestação, uma postura militante. A AGB/Uberaba, além de produzir novos conhecimentos geográficos, produz uma nova postura da geografia, que a coloca no meio do povo, misturando-se ao suor de uma população sofrida e oprimida pela ideologia neoliberal. Portanto, é preciso retornar ao título deste capítulo: A AGB/Uberaba rega um oásis surgido há quarenta anos atrás, no meio de um deserto extremamente árido.

AGB/Uberaba: das crises à construção de um pólo de produção de conhecimentos geográficos no Triângulo Mineiro

A AGB/Uberaba tem, como vimos, uma pré-história marcada por tentativas de organização dos profissionais da geografia e pelas mobilizações de alunos da FEU, docentes da UFU/FEU em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

Entre a extinção do curso de geografia e a construção da seção local da AGB, passou-se uma década de imobilismo. A própria subseção enfrentou crises de funcionamento, pela ausência de estrutura física, por dificuldades financeiras, pela falta de patrocínios para a realização de eventos e pela divulgação aperiódica e irregular do boletim “O Geógrafo”.

Esta série de dificuldades, porém, serviram de estímulo à construção de uma geografia militante, um desafio monumental que instiga, cada dia mais, os educadores da geografia a construírem propostas que venham sanar os problemas de funcionamento da entidade.

A professora Sandra Braga afirma que “a despeito de todas as dificuldades, enfrentadas pela subseção local da AGB, ela é responsável pela retomada da visibilidade e credibilidade da geografia em Uberaba”. Para a professora, isso gerou novos estímulos para a formação permanente do educador:

Outro aspecto a destacar, dentre as contribuições da AGB à renovada importância da geografia em Uberaba, pode-se destacar a mobilização de inúmeros professores no sentido de buscarem retomar e/ou prosseguir seus estudos na área, pelo ingresso em programas de pós-graduação de lato e stricto sensu, que, em um círculo virtuoso, ampliou o arcabouço teórico e o aparato discursivo da subseção local (Sandra Braga, em depoimento ao autor).

É fundamental ressaltar, ainda, a importância do Sindicato dos Bancários de Uberaba para o funcionamento da entidade, desde o seu nascimento, em um apoio mantido em diferentes gestões das duas entidades, que garantiu à AGB/Uberaba um funcionamento regular. A atual gestão do Sindicato é presidida por Sérgio Gomes, que, além de bancário, é professor de história.

Quanto às perspectivas da entidade, o professor Renato Muniz afirma: “Espero que o congresso de Goiânia dê uma revitalizada no funcionamento das diversas seções da AGB espalhadas pelo país afora, através de alterações estatutárias e práticas, no sentido do fortalecimento e estruturação física destas seções” (depoimento ao autor).

É neste sentido que se discute o funcionamento da entidade em Uberaba. A comemoração do Dia Internacional das Águas, instigou este debate. Nesse evento, a subseção ampliou seu leque de parceiros e obteve pleno êxito, o que gera expectativa para construção de novos eventos. Isto proporcionará, não somente a divulgação da entidade, como dará a devida credibilidade às suas ações, abrindo espaços para a produção de novos conhecimentos em geografia.

Anízio Bragança lança seu olhar sobre o futuro da subseção:

A atual diretoria da AGB Uberaba porém, conseguiu constituir um grupo de trabalho coeso. A nova configuração da equipe e um novo contexto do curso de geografia da FEU permitiram a reaproximação com a entidade. Esses novos fatores culminaram com uma maior acesso da seção local às outras AGBs do país. A seção Uberaba vive um momento privilegiado em 2004 como uma das Organizadoras do VI Congresso Brasileiro dos Geógrafos. Novas perspectivas locais também se abrem para a Seção Uberaba. Entre elas, a criação do curso de graduação em Meio Ambiente pelo CEFET e o intercâmbio de atividades com o curso de geografia, sob a mediação da AGB Uberaba.

A perspectiva, que se abre a partir de agora, é de estreitamento de relações com as demais subseções da AGB no Triângulo Mineiro, a fim de se impulsionar aqui um pólo de produção geográfica. Este pólo deve construir uma geografia apta a produzir novos conhecimentos, voltados para a solução dos grandes problemas que afetam, principalmente, as camadas mais sofridas da população brasileira. Para tanto, a tarefa central é construir uma geografia militante, criativa e produtora de novos conhecimentos.

Considerações finais

Este artigo procurou reproduzir a história da AGB/Uberaba. Esta história confunde-se com a história da formação de educadores em geografia na cidade, nos últimos quarenta anos e com fatores políticos, econômicos e sociais que caracterizam Uberaba.

A AGB/Uberaba teve sua história ligada a grandes desafios, a tentativas frustradas de organização e a enfrentamentos com o poder político, concentrado nas mãos de grupos oligárquicos ligados às atividades agroindustriais da região. Tais desafios estão sendo enfrentados e vencidos um a um, graças à garra e à ousadia de educadores que constroem, no cotidiano sofrido das populações, uma nova geografia: militante, solidária e transformadora.

Tal geografia busca a construção de uma nova sociedade, em que a produção do conhecimento científico tenha como orientação central a retomada da dignidade humana por aqueles que querem deixar de ser "objeto" para tornarem-se "sujeitos" na construção de sua própria história.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DOS GÉOGRAFOS BRASILEIROS – AGB. Subseção Uberaba. *Atas*. Uberaba, vários anos.

ASSOCIAÇÃO DOS GÉOGRAFOS BRASILEIROS – AGB. *O Geógrafo: boletim informativo da AGB/Uberaba*. Uberaba, vários números.

Agradecimentos:

Agradeço à atual diretoria da AGB local, e, em especial, o seu presidente, Luís Custódio da Silva, pelo apoio a este trabalho. A Renato Muniz, agradeço a presteza e gentileza com que concedeu seu depoimento ao autor e a Anízio Bragança Júnior, a oportunidade e colaboração para a realização deste trabalho.

Agradecimentos especiais:

Especialmente, agradeço à minha companheira, Carmen Lúcia Ferreira, cuja colaboração foi imprescindível à concretização deste trabalho. À minha eterna amiga, a bacharel em direito Elis Regina Marcelino, pela colaboração, incentivo e apoio estrutural. À Profª. Ms. Sandra Braga, pelas críticas, organização e revisão deste trabalho. À minha filha Laura, eterna fonte de inspiração.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DA AGB – SEÇÃO LOCAL CUIABÁ

Trayectoria histórica y perspectivas de la AGB - Sección Local Cuiabá

Historic trajectory and perspectives on AGB - Local Section Cuiabá

Sônia Regina ROMANCINI

Professora Adjunto II do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso.
Doutora em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente.
Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano Regional.
Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.
Correio eletrônico: romanci@terra.com.br

Magno SILVESTRI

Pós-Graduando do curso de Mestrado em Geografia do Departamento
de Geografia - ICHS/UFMT
Diretor da AGB Seção Local Cuiabá - Gestão 2002/2004.
Correio eletrônico: magnosilvestri@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta um estudo sobre a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Cuiabá, discutindo sua trajetória histórica e apontando suas perspectivas atuais. Entre os procedimentos adotados destaca-se o levantamento documental e a realização de entrevistas. O texto revela que a origem da AGB-Cuiabá está ligada ao curso de Geografia criado em 1966, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mato Grosso, integrando posteriormente o Instituto de Ciências e Letras de Mato Grosso e, a partir de 1972, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A criação da AGB-Cuiabá foi importante no sentido de propiciar a discussão acerca do curso de Geografia - Licenciatura Plena, que funcionou até 1985 sem grandes modificações, contribuindo com a formação de professores. Ainda nesse ano teve início a modalidade bacharelado. Em 2003, com a implantação do Mestrado em Geografia, surgiram novas perspectivas para a pesquisa geográfica. Assim, novos desafios foram colocados para a AGB-Cuiabá que deverá elevar seu nível de participação nas atividades organizadas juntamente com o Departamento de Geografia.

Palavras-chave: AGB-Cuiabá - Trajetória histórica - Perspectivas.

Resumen: Este artículo presenta una análisis sobre la creación de la Asociación de los Geógrafos Brasileños - Sección Local Cuiabá, discutiendo su trayectoria histórica y apuntando sus perspectivas actuales. Entre los procedimientos que han sido adoptados destacase el examen documental y la realización de entrevistas. El texto revela que la origen de la AGB-Cuiabá está ligada al curso de Geografía creado en 1966, en la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de Mato Grosso, integrando posteriormente el Instituto de Ciencias y Letras de Mato Grosso y a partir de 1972, la Universidad Federal de Mato Grosso (UFMT). La creación de la AGB-Cuiabá fue esencial en el sentido de propiciar la discusión sobre el curso de Geografía - Licenciatura Plena que funcionó hasta 1985 sin grán modificación, contribuyendo con la formación de profesores. Aún en ese año tuvo inicio la modalidad bachillerato. En 2003, con la implantación del curso de maestría en Geografía, surgiran nuevas perspectivas para encuesta geográfica. Así, nuevos desafíos fueron colocados para la AGB-Cuiabá, que deberá elevar su nivel de participación en las actividades organizadas juntamente con el Departamento de Geografía.

Palabras-clave: AGB-Cuiabá - Trayectoria histórica - Persepectivas.

Abstract: This article presents a study about the creation of Brazilian Geographers Association - Local Section Cuiabá. It focuses on its historic trajectory and present-day perspectives. The methodological procedure consists of the examination of documents and the use of interviews. The text reveals that the origin of Local Section Cuiabá is connected with the Geography course created in 1966 at the Philosophy,

Science and Letters Faculty of Mato Grosso, later integrated into the Science and Letters Institute of Mato Grosso and, since 1972, the Federal University of Mato Grosso (UFMT). The creation of Local Section Cuiabá was important to the discussion about the Geography course, which until 1985 graduated only Geography teachers. In that year, the Bachelor's Degree started. In 2003, with the creation of the Master's Degree in Geography, new perspectives to geographic researches have been conducted. So, new challenges began for Local Section Cuiabá, which might increase its participation in the activities organized by the Geography Department.

Key words: AGB-Cuiabá - Historic trajectory - Perspectives.

Introdução

Escrever o presente artigo sobre a AGB-Cuiabá representou para os autores uma busca dos registros realizados nas atas, nos documentos elaborados no decorrer desses anos e ainda na memória guardada por aqueles que foram os responsáveis pela organização da Seção Local da AGB em Cuiabá. Essas informações encontravam-se dispersas e foi preciso reuni-las e analisá-las segundo as diferentes etapas da trajetória do Departamento de Geografia da UFMT e da AGB-Cuiabá.

O objeto central desse trabalho foi tecer uma discussão sobre o papel da Seção Local nos avanços obtidos pela Geografia em Mato Grosso e apontar os problemas e as perspectivas atuais. Adotando-se uma abordagem qualitativa, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental e entrevistas aos professores doutores Célia Alves Borges, Cornélio Silvano Vilarinho Neto e Gilda Tomasin Maitelli, responsáveis pela criação da AGB-Cuiabá, em 1984.

A origem da AGB-Cuiabá está intimamente ligada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Segundo as informações contidas no Projeto Político Pedagógico do Curso de Geografia (Departamento de Geografia, 2001), o curso de Geografia foi criado em 1966, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mato Grosso, integrando posteriormente o Instituto de Ciências e Letras de Mato Grosso e, a partir de 1972, a Universidade Federal de Mato Grosso.

Dentre os professores que implementaram o curso de Geografia em Cuiabá, destacam-se as professoras Amélia Lúcia, Suíse Monteiro Leon Bordest e Josephina Paes de Barros. Entre as primeiras turmas do curso destacaram-se Odilza Queiroz, Cleonício Ramos, Miramy Macedo e Geraldo Ferreira, que mais tarde tornaram-se professores do referido curso (Vilarinho Neto, 2004).

A fundação da AGB - Cuiabá

Os acontecimentos que levaram à criação da AGB-Cuiabá foram descritos pelo professor doutor Cornélio Silvano Vilarinho Neto, que teve importante atuação nesse contexto:

“O Departamento de Geografia da UFMT tinha por costume comemorar o dia do Geógrafo todos os anos no dia 29 de maio. Com eventos que agregavam os professores, estudantes e comunidades de áreas afins, assim, a chamada Semana da Geografia começou a ganhar tradição como um evento marcante de apreciação do Departamento e da Universidade. A Associação dos Geógrafos Brasileiros fundada em 1934 completava 50 anos em 1984, quando então, às vésperas desta data marcante foi realizada a Semana da Geografia na UFMT, contando com a participação dos geógrafos Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Rui Moreira e Carlos Walter Porto Gonçalves. A Semana tinha como meta a realização de uma assembléia geral que pudesse criar a Seção Local em Cuiabá, elegendo e empossando uma diretoria que criaria seu respectivo regulamento”. (Vilarinho Neto, 2004)

De acordo com o registro realizado na ata de fundação da AGB-Cuiabá, um grupo de professores e estudantes do Departamento de Geografia se reuniu para deliberar sobre a criação da entidade:

“Aos seis dias do mês de junho de um mil novecentos e oitenta e quatro estiveram reunidos, no auditório do Centro de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, geógrafos, professores e estudantes de Geografia de Cuiabá, atendendo ao convite dos professores Cornélio Vilarinho Neto e Gilda Tomasini Maitelli bem como dos estudantes Eduardo Aramis e Alvarito Cavalcante de Oliveira. Na ocasião, o professor Cornélio Vilarinho Neto colocou em discussão a necessidade da criação da Seção Local da Associação dos Geógrafos Brasileiros em Mato Grosso, com sede em Cuiabá. Após algumas considerações feitas pelos presentes sobre o assunto foi decidido por aclamação que a reunião fosse transformada em Assembléia Geral para a efetivação do ato em questão. Assumindo a Presidência da Assembléia, o professor Cornélio Vilarinho Neto distribuiu a todos os presentes proposta de regulamento para a Seção Local (...) Em prosseguimento o presidente da Assembléia sugeriu que fosse eleita uma Diretoria Provisória para conduzir o processo de fundação procedendo a oficialização da criação da Seção Local da Associação dos Geógrafos Brasileiros junto a sede nacional bem como a sua organização. Aceita a proposta pelos presentes passou-se a indicação dos nomes (...) A votação ocorreu de forma individual para cada cargo e por aclamação ficando a Diretoria Provisória assim constituída, Diretor o professor Cornélio Vilarinho Neto, Vice-diretor o estudante Eduardo Aramis da Costa Heritier, 1.ª Secretária a professora Gilda Tomasini Maitelli, 2.º Secretário o estudante Alvarito Cavalcante de Oliveira e Coordenadora de Publicações e Divulgação, a professora Célia Alves Borges”. (Ata de Fundação, 1984, p.1)

Nessa sessão foi elaborado e aprovado o regulamento da AGB-Cuiabá. Também foram tomadas providências para as inscrições de sócios, estipulados os valores das anuidades e também discutiu-se a participação dos sócios no Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em São Paulo, no mês de julho daquele ano.

Na oportunidade, o estudante Alvarito Cavalcante propôs que fosse elaborada uma lista de presença e que os assinantes fossem considerados sócios fundadores da Seção Local Cuiabá. A proposta foi aceita e 52 pessoas assinaram a lista, das quais nove eram professores e quarenta e três estudantes. Dos nove professores fundadores, três já faleceram: Alcina A. Mattos, Cleonício Ramos da Rosa e Sandra C. Moura; entre os outros, seis destacam-se: Célia Alves Borges, Cornélio Silvano Vilarinho Neto, Denise de Oliveira Alves, Gilda Tomasini Maitelli, Gislaene Moreno e Suíse Monteiro Leon Bordest, professores que até os dias atuais contribuem para a construção do conhecimento científico, atuando em cursos de graduação e pós-graduação no Estado de Mato Grosso.

A AGB-Cuiabá foi registrada no 1.º Serviço Notarial e Registral de Cuiabá – Registro de Títulos (Cartório do Primeiro Ofício). No dia 08 de novembro de 1984 foi publicada, no Diário Oficial do Estado, a súmula da ata da sessão que fundou, elegeu e empossou a primeira diretoria.

A criação da AGB-Cuiabá foi divulgada no IV Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado na cidade de São Paulo. Neste evento, o professor Cornélio Silvano Vilarinho Neto foi eleito para ocupar o cargo de 1.º Secretário da AGB Nacional para a gestão 1984/1986. Nessa administração aconteceu o lançamento da Revista Terra Livre, durante a RGC de Uberlândia em 1985 (Vilarinho Neto, 2004).

As informações contidas no Projeto Político Pedagógico do Curso de Geografia (Departamento de Geografia, 2001) permitem entrever que a criação da AGB-Cuiabá foi importante no sentido de fomentar as discussões acerca do curso de Geografia - Licenciatura Plena, que funcionou até 1985 sem grandes modificações, pois correspondia de maneira satisfatória ao mercado de trabalho constituído pela rede pública de ensino do Estado que, até esse momento, detinha grande número de professores sem formação universitária. Após o Diagnóstico e Avaliação do Ensino de Geografia realizado pela Coordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento Educacional (CDE/MEC), em 1981, com as discussões promovidas pela AGB e com a regulamentação da profissão do geógrafo (Lei n.º 6 644/79, Decreto n.º 85 138/80, Lei n.º 7 399/85 e Decreto n.º 92 920/86), os cursos de Geografia, que eram desenvolvidos de forma tradicional, passaram a ser questionados pela comunidade acadêmica, por estarem aquém das aspirações e responsabilidades dos profissionais frente às necessidades da sociedade.

Assim, o Departamento de Geografia implementou uma série de atividades com o objetivo de propiciar um repensar da Geografia no plano teórico-metodológico. Foram realizados diversos seminários e cursos de atualização com a participação de docentes da USP, UFMG, UFRJ, envolvendo professores, estudantes e egressos do curso de Geografia que estavam atuando na rede pública de ensino. O debate estendeu-se ao interior do Estado através do projeto "Instrumentação para o Ensino da Geografia", promovido pela SES/MEC. Os resultados desses trabalhos foram evidenciados na reformulação das propostas curriculares nos três níveis de ensino, fundamental, médio e superior, culminando com a criação do curso de Bacharelado em Geografia, em 1985.

Trajatória da AGB - Cuiabá

Para a gestão 1986/1988 foi eleita diretora, a professora Célia Alves Borges. Segundo suas informações:

"A gente procurou trazer o maior número de pessoas para a AGB-Cuiabá. Aproximadamente cinquenta pessoas faziam parte da AGB. Sempre procurei congregar, fazer debates, comemorar o dia do geógrafo. Em um desses eventos, o IBGE mandou palestrantes. Nesse tempo, a universidade era mais receptiva". (Borges, 2004)

De acordo com a diretora Célia, houve boa mobilização por parte dos professores e estudantes de Geografia de Mato Grosso para participar do "I Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor", que aconteceu em Brasília. Também houve bastante interesse em participar do "Encontro Nacional de Geógrafos", que ocorreu em Maceió. Na AGB Nacional, a professora Célia assumiu a Coordenação de Geografia Física.

Para o biênio 1988/1989 foi eleito diretor Joaquim Corrêa Ribeiro. Nos registros do Livro Ata (1986) está evidenciada a preocupação com o profissional da Geografia e as relações entre a AGB-Cuiabá e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). Em novembro de 1989, o presidente do CREA-MT proferiu uma palestra em que discorreu sobre como funciona o Conselho, destacando as vantagens e direitos dos geógrafos.

Nessa ocasião, a professora Gilda Tomasini Maitelli foi eleita a primeira representante da AGB-Cuiabá no CREA-MT. De acordo com a discussão registrada em ata, a professora Gilda visitou a Fundação Cândido Rondon e constatou que os geógrafos estavam desenvolvendo outros papéis, bem como que os engenheiros não aceitavam a participação dos geógrafos no órgão.

O grupo mostrava-se ciente de que para ter condições de voto no Conselho do CREA deveria haver um maior número de geógrafos inscritos. Assim, a meta estabelecida foi a de fortalecer a AGB-Cuiabá e definir o papel do geógrafo.

No ano de 1990, assumiu a diretoria o geógrafo Walter José de Souza. Entre os poucos registros desse período está a preocupação de se realizar um encontro de cunho regional.

Como a AGB-Cuiabá passou por um processo de desarticulação, no final do ano de 1994, um grupo de professores e estudantes do curso de Geografia da UFMT abraçou a idéia de reorganizar a AGB-Cuiabá. Em 13 de dezembro do mesmo ano, uma diretoria foi eleita para o biênio 1995/1996, sendo diretora a professora Célia Alves Borges. Nesse período estavam filiados 63 sócios.

Dentre as preocupações destacadas pelos sócios da AGB-Cuiabá, nessa fase, estava a preocupação com o nível do curso de Geografia, a necessidade de um acervo bibliográfico, do entrelaçamento da AGB e do CAGEO (Centro Acadêmico de Geografia) e a importância do estágio para a formação do geógrafo.

Dentre as críticas tecidas pelo grupo estava a pequena divulgação na mídia local em relação à atuação do geógrafo e aos eventos por eles organizados, o que traria maior número de interessados para a categoria, valorizando as competências da profissão e incentivando os futuros profissionais da Geografia.

Como parte das atividades de comemoração ao dia do geógrafo, a diretora Célia providenciou a participação das professoras Gilda Tomasini Maitelli e Gislaene Moreno em um

programa de televisão de uma emissora local. Nessa entrevista, as professoras Gilda e Gislaene falaram sobre a possibilidade da criação de um curso de pós-graduação em Geografia *Strictu Sensu* (Mestrado) e deram ênfase à importância do papel do geógrafo na sociedade.

Coube ainda a essa diretoria incentivar a participação nos seguintes eventos: "Encontro Nacional de Ensino de Geografia - Fala Professor", "Encontro de Geografia Física" e "V Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente - ENESMA".

Dentre os problemas enfrentados destaca-se que o CREA-MT não aceitou a representação do geógrafo eleito pela AGB-Cuiabá, devido ao pequeno número de geógrafos associados, que não atendia à exigência mínima de trinta geógrafos registrados no CREA-MT. Esse fato levou os geógrafos a se mobilizarem no sentido de intensificar sua participação no CREA-MT.

Atividades de extensão

No tocante às atividades de extensão, o Departamento de Geografia e a AGB-Cuiabá, promovem anualmente a Semana de Geografia, visando congrega os professores, os estudantes e outros profissionais interessados no conhecimento geográfico. Esses eventos têm abordado temas atuais e relevantes da Geografia, propiciando a apresentação de trabalhos realizados por professores, acadêmicos e comunidade.

A diretoria do biênio 1995/1996 elaborou um programa de atividades e teve uma participação relevante nos eventos patrocinados pelo Departamento de Geografia. Em comemoração ao dia do geógrafo foi organizado, em junho de 1995, o "I ARTGEO - A Prata da Casa mostra sua Arte". Esse evento, que teve um jantar de confraternização e interessante programação cultural, foi aprovado pela Coordenação de Extensão da UFMT, como integrante das comemorações alusivas aos 25 anos da instituição.

No sentido de congrega os sócios da AGB-Cuiabá, foram organizadas diversas palestras, destacando-se: "Os geógrafos - quem são e qual seu campo de atuação? Esta palestra foi proferida pela diretora Célia Alves Borges, na UFMT e na Universidade de Cuiabá (UNIC), em comemoração ao dia do geógrafo. Outros temas debatidos foram: "O garimpo em Mato Grosso", "A Hidrovia Paraguai - Paraná" e "A divisão territorial de Mato Grosso".

No final do ano de 1995, a Seção Local Cuiabá teve participação ativa no I Encontro de Geografia de Mato Grosso (I ENGEEO), que teve como tema Geografia de Mato Grosso - Perspectivas Atuais. Esse evento desempenhou um papel de difusor e gerador de novos conhecimentos geográficos e contou com a participação de 245 pessoas provenientes de todos os pontos do Estado (II ENGEEO, 2004).

O I ENGEEO foi uma oportunidade para se conhecer as pesquisas desenvolvidas em diversos municípios de Mato Grosso como, por exemplo, Alta Floresta, Barra do Garças, Matupá, Rondonópolis, São Felix do Araguaia, Terra Nova do Norte, dentre outros, bem como para se conhecer a concepção de Geografia que permeia o ensino em Mato Grosso. No evento, ficou evidente que existem duas Geografias sendo ensinadas no Estado: uma na porção Sul e outra no Norte, onde os professores dão maior ênfase à Geografia do Centro-Sul do País, deixando a Geografia de Mato Grosso em segundo plano, fato esse decorrente do processo de colonização pelo qual passou o Estado de Mato Grosso nas três últimas décadas.

Ainda no ano de 1995, professores do Departamento de Geografia e membros da AGB-Cuiabá criaram a Revista Mato-grossense de Geografia (1995, p.3), cujos objetivos foram destacados no editorial:

"O Departamento de Geografia e a Seção da Associação dos Geógrafos Brasileiros, quando decidiram lançar a Revista Mato-grossense de Geografia, tiveram por objetivo abrir um espaço para publicações de resultados de pesquisas geográficas e sócio-ambientais que versassem, principalmente, sobre o Estado de Mato Grosso, Região Centro-Oeste e Amazônia, bem como para a divulgação de trabalhos teóricos que possibilitassem o avanço da ciência geográfica e áreas afins. (...) A Revista Mato-grossense de Geografia constitui-se assim em um veículo apropriado para incentivar a produção, publicação e divulgação de trabalhos desenvolvidos por professores, pesquisadores e alunos da UFMT e outras Instituições, visando promover a integração entre as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão."

Nas edições que se seguiram, a Revista Mato-grossense de Geografia (1998; 1999; 2001) consolidou sua proposta de divulgação da produção geográfica realizada em Mato Grosso, ampliando a participação de autores nacionais e internacionais.

Ressalta-se que, o grupo responsável pela reestruturação da AGB-Cuiabá, face à necessidade de qualificação profissional, se afastou das atividades da Seção Local. Como decorrência, em setembro de 1996, uma nova diretoria, composta principalmente por estudantes, assumiu a AGB-Cuiabá, não conseguindo dar continuidade às atividades desencadeadas pela gestão anterior. Entre os problemas relacionados em uma ata estava a falta de participação dos sócios. Nesta gestão, em junho de 1997, foi registrada a visita do presidente da AGB Nacional, Antonio Thomaz Júnior, que estava em trabalho de campo no Estado.

No período que se seguiu, a entidade foi desarticulada. Nova fase de reativação da AGB-Cuiabá ocorreu no ano 2000, durante a Semana da Geografia organizada pelo Departamento de Geografia da UFMT. Nessa ocasião, na presença da professora Dirce Suertegaray, então presidente da AGB Nacional, foi aclamada uma diretoria provisória, que tomou providências no sentido de reorganizar a Seção Local, renovando e fazendo várias filiações. Essa diretoria contou com a participação de professores e estudantes do curso de Geografia da UFMT e de um professor do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG).

Em Assembléia Geral Local de maio de 2002, realizada no Departamento de Geografia da UFMT, foi eleita e empossada a atual Diretoria Executiva Local, com o objetivo de reestruturar a AGB-Cuiabá. Foi eleito diretor o então graduando Magno Silvestri, atualmente mestrando do programa de pós-graduação em Geografia da UFMT.

Entre os aspectos interessantes a serem registrados sobre essa gestão, destaca-se a mobilização para a participação de estudantes e professores no XIII Encontro Nacional de Geografia, em João Pessoa, no ano de 2002.

Para este evento, e mais tarde a Semana da Geografia 2002, a AGB-Cuiabá foi procurada por estudantes, professores e outros profissionais de várias cidades do interior do Estado, como Rondonópolis, Cáceres, Luciara, Sinop, Sorriso e Primavera do Leste. Destas cidades, as duas primeiras possuem um curso regular de Geografia pela UFMT e Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), respectivamente.

Ressalta-se ainda o incentivo da diretoria da AGB-Cuiabá na participação de estudantes no primeiro Encontro Latino-americano e Caribenho de Estudantes de Geografia - ELYCEG, realizado em La Paz - Bolívia, em agosto de 2003. Neste encontro foi criada a Associação Latino-americana e Caribenha de Estudantes de Geografia - ALYCEG.

Nessa gestão, algumas temáticas foram debatidas com maior ênfase, entre elas, a avaliação dos cursos de graduação pelo MEC - o PROVÃO, além do II Encontro de Geografia de Mato Grosso e o I Seminário de Pós-Graduação em Geografia.

Perspectivas da AGB - Cuiabá

O momento em que se encontra o Departamento de Geografia é um dos melhores de sua trajetória. As discussões da LDB, e a possibilidade de (re)adequação estrutural do curso começam a ecoar com debates calorosos, no que tange à criação de dois cursos distintos, o de licenciatura e o de bacharelado.

Além dos cursos em nível de graduação, o Departamento de Geografia tem oferecido cursos de especialização *lato sensu*: "Análise Demográfica" (1986), "Cartografia" (1995) e "Gestão Ambiental" (1999). Nos dias atuais, está realizando os cursos de "Planejamento Cartográfico" e "Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Regional". A clientela atendida inclui profissionais da Geografia e áreas afins, atuantes na educação e em órgãos públicos e privados.

Ressalta-se que os professores do Departamento de Geografia da UFMT, muitos dos quais são sócios da AGB-Cuiabá, constituem diversos grupos de pesquisa que se destacam pela produção científica regional e participação em eventos de âmbito nacional e internacional.

Na fase atual, a AGB-Cuiabá tem como representante no CREA-MT o professor doutor Hugo José Scheuer Werle, que também é o suplente da representação no sistema CONFEA/CREAs da Diretoria Executiva Nacional (gestão 2002/2004). Dessa forma, o professor Hugo tem desempenhado um importante papel nas articulações entre a AGB e o CREA-MT, visando garantir os direitos dos geógrafos.

Em 2003, com a implantação do Programa de Pós-graduação em Geografia – nível de Mestrado, do Departamento de Geografia da UFMT, novas perspectivas foram abertas para a pesquisa geográfica, particularmente, no que se refere às novas escalas de abordagens e esferas de atuação no campo da Geografia.

Sob esse prisma, novos desafios estão sendo colocados à AGB-Cuiabá que deverá elevar seu nível de participação nas atividades a serem implementadas. Assim, no momento, a diretoria da AGB-Cuiabá, está apoiando o Departamento de Geografia na organização do II Encontro de Geografia de Mato Grosso (II ENGEO) e I Seminário de Pós-Graduação em Geografia, cujo tema central será Ambiente e Desenvolvimento Regional. Destaca-se que o evento é de relevância para a Geografia uma vez que:

- o II ENGEO permitirá o debate sobre o processo ensino-aprendizagem da Geografia em Mato Grosso, bem como a troca de conhecimentos por parte de diferentes pesquisadores que se dedicam à Geografia e às ciências afins em todo o Estado.

- o I Seminário de Pós-Graduação em Geografia possibilitará a discussão de aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa geográfica e oportunizará a divulgação de estudos realizados e de projetos em andamento referentes à dinâmica do espaço regional, tendo como foco principal o Estado de Mato Grosso (II ENGEO, 2004).

O evento será organizado em forma de encontro onde haverá: conferências, mesas-redondas, mini-cursos, comunicações orais, painéis e projeção de filmes e vídeos; acontecerá na UFMT, no período de 07 a 11 de novembro de 2004, no Centro Cultural da UFMT.

Para o enriquecimento do debate geográfico, estão sendo contatados profissionais da Geografia de renome nacional, bem como professores e pesquisadores da UFMT e de outras instituições de ensino superior, bem como representantes de órgãos públicos do Estado de Mato Grosso.

Considerações finais

O artigo em seu desenvolvimento evidencia que a AGB-Cuiabá se destaca como um espaço que congrega professores e estudantes da Geografia e das ciências afins, propiciando eventos de cunho regional que levam ao debate teórico-metodológico, a respeito da realidade de Mato Grosso em um contexto globalizado.

Os profissionais e estudantes de geografia sentem a falta de uma representatividade mais atuante da categoria, o que reforça a necessidade da regularização da Seção Local em Cuiabá. Para isso o estabelecimento de um espaço físico faz-se necessário para que se tenha um referencial de vigor para a associação.

A construção de um banco de dados dos profissionais e estudantes de Geografia encontra-se em construção o que permitirá melhorar as articulações da categoria, que desde sua origem está fortemente vinculada ao Departamento de Geografia da UFMT e a um pequeno grupo de professores.

Entre os principais problemas da AGB-Cuiabá está o de não possuir uma autonomia política, que possa identificar um espaço real de luta e representatividade da categoria. A busca pela associação, ainda se restringe aos períodos que antecedem grandes eventos na Geografia, no âmbito local e nacional. O que mostra uma imaturidade política da categoria, o que não condiz com a velocidade das transformações por que passa a Geografia no Estado de Mato Grosso.

Apesar das dificuldades enfrentadas, a AGB-Cuiabá tem ótimas perspectivas de se firmar como uma entidade de representação dos geógrafos em Mato Grosso, face ao envolvimento de seus sócios nos cursos de graduação e de pós-graduação, bem como nos grupos de pesquisa que se encontram em fase de consolidação, os quais são importantes referências para a Geografia no Estado de Mato Grosso.

Referências bibliográficas

- ATA DE FUNDAÇÃO. Cuiabá: Seção Local da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984.
BORGES, Célia Alves. Entrevista. Cuiabá, março de 2004.
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Geografia*. Cuiabá:

Departamento de Geografia - ICHS/UFMT, 2001.

II ENGIO. *II Encontro de Geografia de Mato Grosso e I Seminário de Pós-graduação em Geografia*.

Cuiabá: UFMT, Departamento de Geografia, AGB-Cuiabá, 2004.

LIVRO ATA. Cuiabá: Seção Local da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986.

REVISTA MATO-GROSSENSE DE GEOGRAFIA. Ano 01, n. 00 (1995) Cuiabá: Editora Universitária, 1995. 198p.

REVISTA MATO-GROSSENSE DE GEOGRAFIA. Ano 02, n. 01/02 Dez. 1996/1997. Cuiabá: Editora Universitária, 1998. 181p.

REVISTA MATO-GROSSENSE DE GEOGRAFIA. Ano 03/04, n. 03/04. Out. 1998/1999. Cuiabá: Editora Universitária, 1999. 152p.

REVISTA MATO-GROSSENSE DE GEOGRAFIA. Ano 05/06, n. 05/06. Dez. 2000/2001. Cuiabá: Editora Universitária, 2001. 142p.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. Entrevista. Cuiabá, março de 2004.

Asociación de los Geógrafos Brasileños (Sección Goiânia)

Association of Brazilian Geographers (Goiânia Section)

Horieste GOMES

Prof./pesquisador do Instituto do Trópico Subúmido (UCG/ITS)

Correio eletrônico: horieste @ ucg.br

Resumo: A AGB Seção-Goiânia foi criada em 19/11/1979. Podemos considerar as duas primeiras diretorias provisórias como "preparatórias", tendo em vista que a mobilização de seus associados, no curto período de seis meses, foi dirigida no sentido de se criar as condições mínimas necessárias para o funcionamento da entidade recém-criada. As gestões permanentes que se sucederam, com mandato de dois anos, se pautaram pelo compromisso ético-profissional de ampliar, por meio de ações concretas, à construção da seção-local e difundir a sua importância científica, cultural e política para os professores e estudantes de geografia, para os técnicos-geógrafos, além de profissionais de áreas afins, tanto no campo da valorização do ensino, quanto da pesquisa geográfica e do planejamento regional. Ao longo de sua história foram realizados dezenas e dezenas de eventos importantes (cursos, simpósios, mesas-redondas, conferências, palestras e debates), além da participação efetiva de muitos membros-associados nos encontros nacionais e regionais. No presente, a atual diretoria se empenha, com muito desprendimento, na tarefa de fortalecer a Seção-Local e cumprir a sua missão histórica em prol da ciência geográfica e de seus agentes.

Palavras-chaves: Histórico, AGB-Goiânia, Linhas de atuação, Eventos.

Resumen: La AGB (Asociación de los Geógrafos Brasileños (Sección-Goiânia fue creada el 19/11/1979. Podemos considerar las dos primeras directorías provisionales como "preparatorias", teniendo en cuenta que la movilización de sus asociados, en el corto plazo de seis meses, fue dirigida en el sentido de crearse condiciones mínimas necesarias para el funcionamiento de la entidad recién-creada. Las gestiones permanentes que se sucedieron, con mandato de dos años, se pautaron por el compromiso ético-profesional de ampliar, por medio de acciones concretas, a la construcción de la sección-local y difundir su importancia científica, cultural y política para los profesores y estudiantes de geografía, para los técnicos-geógrafos, además de profesionales de áreas afines, tanto en el campo de la valorización de la enseñanza, como de la investigación geográfica y de la planificación regional. A lo largo de su historia fueron realizados decenas y decenas de eventos importantes (cursos, simposios, mesas-redondas, conferencias, charlas y debates), además de la participación efectiva de muchos miembros-asociados en los encuentros nacionales y regionales. En el presente, la actual directoria se empeña, con mucho desprendimiento, en la tarea de fortalecer la Sección-Local y cumplir su misión histórica en pro de la ciencia geográfica y de sus agentes.

Palabras-clave: Histórico, AGB-Goiânia, Lineas de actuación, Eventos.

Abstract: The AGB Goiânia-Section was created in 19/11/1979. The two first directories that was created in Goiânia, was preparatory because the short time (six months), and this Association was directed for to be minimum condition to function the entity. The compromise ever was with professional-etic, to construct the scientific importance, cultural and political for the geographic's technics and another areas, this was to valorization learn and geographic's resarcher and regional development. Many important events (courses, symposium, conferences and papper) nationals and regionals was made. In this time, the actual directory, with many unselfishness to make a stronger association and to fulfill the historical-mission to geographic science and their agents.

Keywords: Historic, AGB-Goiânia, Line of actions, Events.

Introdução

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) foi criada em 17 de setembro de 1934, sob a liderança do Pierre Deffontaines (geógrafo francês radicado no Brasil), juntamente com um grupo inovador constituído por expressivos nomes da ciência e da cultura brasileira, citando Delgado de Carvalho (geógrafo/historiador), Caio Prado Júnior (economista, historiador e geógrafo); Luiz Flores de Moraes Rego (geólogo); Rubens Borba de Moraes (documentalista); Geraldo Horácio de Paula Souza (médico higienista); Agenor Machado (diretor do Instituto Geográfico e Geológico). No mesmo ano, já havia sido criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na qual Pierre Monbeig vai ocupar por um período de 12 anos a cátedra de Geografia Humana. Em 1935, é criado o Conselho Nacional de Estatística; em 1937, o Conselho Nacional de Geografia, e o IBGE, fruto da fusão dos dois conselhos, em 1938.

Durante o período de construção da AGB Nacional, de 1935 a 1946, esteve à frente da entidade o renomado geógrafo francês Pierre Monbeig, sem dúvida, um dos pioneiros da moderna geografia brasileira.

No processo de sua evolução, as Assembléias Gerais que norteavam os rumos da AGB foram sendo substituídas, paulatinamente, pelos Encontros Regionais à semelhança dos atuais, e as Seções-Loais foram se multiplicando pelo Brasil afora, a exemplo de Curitiba, Salvador, Recife, Porto Alegre, Florianópolis, Belo Horizonte e outras mais, as quais foram as principais responsáveis pela difusão do pensamento geográfico no interior da categoria agebeana, constituída por professores, estudantes universitários e técnicos.

Com a ascensão dos militares no comando do Estado Nacional, ocorre profunda mudança na geografia oficial comandada pelo IBGE, que rompe com a sua histórica e significativa tradição de apoio ao ensino, à pesquisa e às entidades civis, e introduz-se na instituição a geografia quantitativa de procedência anglo-americana. Com o III Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Fortaleza no ano de 1978, dá-se o fortalecimento do poder jovem no interior da AGB, ocorrendo à ruptura com a sua base conservadora. A partir de então, a Entidade passa a ser o centro de tendências bipolarizadas, principalmente em decorrência de posicionamentos contraditórios de ordem epistemológica e metodológica existentes no interior da categoria. Ao longo do processo conflitante desenvolveu-se diversas vertentes de abordagens geográficas, além da continuidade da geografia tradicional no âmbito dos três níveis do ensino e da pesquisa.

Vertentes:

- de natureza quantitativa e teórica;
- de natureza crítica e crítico-radical;
- de cunho marxista, via materialismo dialético e histórico;
- de natureza ecológico-ambiental;
- da percepção do espaço e do comportamento humano;
- de natureza cultural e cultural renovada;
- de natureza política.

Em suas reuniões regulares, a AGB era o ponto de convergência dos trabalhos e pesquisas, inclusive das tendências geográficas assumidas pelos seus associados, constituindo-se num operacional centro de aprendizado e aperfeiçoamento, sobretudo para os iniciantes. As Gestões Coletivas, em número de quatro por ano, reunindo delegados/representantes das seções locais existentes nas cidades brasileiras; os Encontros Nacionais, de dois em dois anos, e o Congresso Nacional, de dez em dez anos, passaram a ser os grandes referenciais condutores da discussão da ciência geográfica e dos rumos da geografia brasileira.

AGB- Seção Goiânia: Histórico das Diretorias

A AGB-Seção Goiânia - criada em 19 de novembro de 1979, teve um curto período de duas **direções provisórias** (19/11/79 a 25 de junho/80), que foram significativas para a estruturação inicial da Entidade. Na seqüência, foram eleitas as primeiras **direções efetivas**, com mandatos de dois anos, cujos membros passaram a desenvolver um sistemático trabalho de base; alicerça do na tarefa de solidificar a Seção Local recém-criada. Depois de algumas

gestões atuantes, advém um período de “*crise de identidade*”, assim denominada, pelo então diretor em exercício, geógrafo Itaboraí Velasco Nascimento¹, por ocasião da XVIII Gestão Coletiva Nacional, realizada em Goiânia, em 1985. Felizmente, a crise foi superada pela vontade dos agebeanos goianos de seguir em frente. Nas duas gestões seguintes presididas pelo prof. João de Castro, 1986-1988 e 1988-1990, inaugura-se a importante fase de inserção definitiva da Seção Goiânia no cenário nacional que, até então, era pouca representativa. Após 90, seguem-se períodos de crises e períodos de revitalização da Entidade. Finalmente, na atualidade, estamos vivendo um novo momento vivificador em que a Seção Goiânia se fortalece com novos filiados, novas perspectivas e propósitos traduzidos numa melhor organização e disciplina dos militantes-associados; no ministrar de cursos e palestras para associados e não associados, além de presença representativa nos encontros locais, regionais e nacionais. Exemplos: temos do Encontro Nacional realizado em João Pessoa - Paraíba (2002), quando conseguimos trazer o VI Congresso Nacional de Geógrafos para Goiânia, a se realizar em julho de 2004; do VII EREGEO, realizado em outubro passado na cidade de Goiás, antiga capital do Estado; do 1º Encontro Goianiense de Professores de Geografia, em 15/18 de 10/2003. No caso da Seção Goiânia, a atual diretoria, por sinal muito bem representativa, tendo a frente o prof. Manoel Calaça, vem atuando com muito empenho e dedicação no cumprimento das tarefas programadas pelo coletivo, com o propósito de se construir uma Associação forte e compromissada com a formação qualitativa do profissional em geografia e com a sociedade a que pertence.

Podemos considerar a primeira “diretoria provisória”, período de 19/11/1979 a 12/12/1979, como o ponta-pé inicial impulsionado no sentido de valorizar a importância da categoria agebeana, representada por professores, estudantes e técnicos, possuir a sua própria entidade representativa. A direção eleita, assim ficou constituída:

diretor: Herman Kux (técnico/RADAMBRASIL);
vice: Maria Stela de Godoy (profa./UFG);
1º secretário: Neli Aparecida do Amaral (técnica/INDUR);
2º secretário: Anidiana Bernardes Nunes (estudante/UFG);
1º tesoureiro: Antônia Eloísa Brasil (técnica/RADAMBRASIL);
2º tesoureiro: Wilson Batista Ferreira (estudante/UFG).

A segunda “diretoria provisória” (12/12/79–25/6/1980), deu um passo à frente na estruturação da Seção Goiânia, concentrando maior objetividade nos trabalhos de organização da entidade recém criada. A meta principal da direção foi a de divulgar a existência da entidade no meio geográfico de Goiânia. Composição da Diretoria eleita:

diretor: Antônia Eloísa Brasil (técnica/RADAMBRASIL);
vice: Clyde Louise W. Moreira (profa./UFG);
1º. secretário: Sílvia Maria Alvarenga (técnica/RADAMBRASIL);
2º. Secretário: Anidiana Bernardes Nunes (estudante/UFG);
1º tesoureiro: Neli Aparecida do Amaral (técnica/INDUR);
2º tesoureiro: Wilson Batista Ferreira (estudante/UFG), mantendo-se a mesma composição

das categorias envolvidas. Podemos considerar as duas primeiras **diretorias provisórias** como “preparatórias”, tendo em vista que a mobilização de seus membros, no curto período de seis meses de atividades, foi dirigida no sentido de se criar às condições mínimas necessárias para se efetivar, de vez, a criação da Associação, no âmbito da comunidade goianiense. Uma vez superada a fase significativa e pioneira das “direções provisórias”, as “gestões permanentes” que se seguiram, agora com mandato de dois anos, se pautaram pelo compromisso ético-profissional de ampliar, por meio de ações práticas, o universo da Entidade e difundir a sua importância científica, cultural e política para os professores e estudantes de geografia, para os técnicos-geógrafos, além de profissionais de áreas afins. Tanto no campo da valorização e prática do ensino, quanto da pesquisa geográfica e do planejamento regional.

¹ Falecido em 2003.

Apesar de sua longa história (criada em 1934), a AGB Nacional nos anos 70, ainda era para nós goianos, uma desconhecida. Foi, a partir dos anos 60 que alguns goianos motivados pela procura do saber geográfico, procuraram os grandes centros do país – Rio de Janeiro e São Paulo – em busca de aprendizagem de conteúdo geográfico e aprimoramento didático. Como exemplo concreto, mencionamos os cursos regulares de reciclagem e aperfeiçoamento ministrados a professores de geografia do Ensino Médio, na década 1960-70, pelo Conselho Nacional de Geografia (IBGE). Também, cursos de especialização para professores do Ensino Superior, a exemplo do ministrado em 1970. Entretanto, foi a partir do III Encontro Nacional em Fortaleza (1978), ocasião em que se deu à ruptura com a base conservadora da Geografia, que a AGB-Nacional passou a ser referência no nosso meio geográfico local/regional.

Em 25 de junho de 1980, é eleita a “primeira diretoria efetiva” da AGB-Seção-Goiânia, apresentando a seguinte composição administrativa:

diretor: Sílvia Maria Alvarenga (geógrafa/técnica/RADAMBRASIL);

vice: Clyde Louise W. Moreira (profa./UFG);

1º. secretária: Maria Amélia L.S. Nascimento (geógrafa/técnica/RADAM BRASIL);

2º. secretário: Vicente Francino de Carvalho (estudante/UFG);

1º. tesoureiro: José Carneiro (estudante/UFG);

2º. tesoureiro: Elza Maria Stacciarini (profa./UFG), gestão esta que realizou importante trabalho dirigido para o fortalecimento e divulgação da Seção Goiânia, entre as categorias envolvidas. A luta pela profissionalização e a conquista do mercado de trabalho representou uma constante meta na gestão da diretoria, cuja direção optou por criar “comissões” no sentido de mobilizar as categorias para um engajamento maior dos associados nos trabalhos práticos (comissão de regulamentação da profissão; de currículo; de divulgação e publicação; de mercado de trabalho; de condições de trabalho; de estudos e pesquisas). A diretoria elaborou um programa semestral com palestras, debates e atividades práticas com a finalidade de despertar maior interesse entre os sócios e contribuir para o fortalecimento da entidade como um todo.

Em 8 de julho de 1982, é eleita a “segunda diretoria efetiva” da AGB-Seção Goiânia, apresentando a seguinte composição:

diretor: Horieste Gomes (prof./UFG);

vice: Vicente Francino de Carvalho (estudante/UFG);

1º. secretário: Gitair Moreira dos Santos (prof./técnico/CODEG);

2º. secretário: Ricardo Leivas (prof. do Ensino Médio);

1º. tesoureiro: Francisco de Assis Mendonça (estudante/UFG);

2º. tesoureiro: Jurandir Sanches Rosa (técnico/RADAMBRASIL).

Esta nova administração (período de 1980-84) se pautou por planejamentos semestrais centra dos em ações práticas, buscando maior divulgação da Entidade e ampliação do número de seus associados, assim como, estender o conhecimento da Entidade à nível regional. Foram ministrados cursos para professores de geografia do Ensino Médio e para os associados; palestras; mesas-redondas; realização do 1º. Encontro Goianiense de Geografia (ENGONGEO); a criação do jornal “Espaço”, entre outras realizações.

Para o biênio 84/86, a nova direção eleita em 25 de junho de 1984, estava assim constituída:

diretor: Neli Mello do Amaral (geógrafa/técnica/INDUR);

vice: Francisco de Assis Mendonça (prof. de Ensino Médio);

1º. secretário: Itaboraí Velasco Nascimento (prof./técnico/NUCLEBRÁS);

2º. secretário: Aristóteles K. Zakinthynos (estudante/UFG);

1º. tesoureiro: Maria José Rocha Tavares (estudante/UFG);

2º. tesoureiro: Antônio da Lapa Rocha Passos (estudante/UCG), mantendo-se a mesma representação das categorias agebeanas. Esta nova direção deu seqüência aos trabalhos programados, todavia, por questões particulares - mudança de domicílio do diretor e do vice,

respectivamente para Brasília e Londrina - a continuidade da gestão foi interrompida, havendo necessidade de uma nova composição. Para preencher a vacância dos cargos foram eleitos, em 18 de abril de 1985, os seguintes associados:

diretor: Itaboraí Velasco Nascimento (prof./UCG);

vice: Raubino Benedicto Ferreira (funcionário/técnico);

1º. secretário: Quido Salvi dos Santos (estudante/UCG), sendo que nos demais cargos foram mantidos os ocupantes anteriores. Nessa mesma data de eleição da nova diretoria, o associado Horieste Gomes retorna a sua proposição anterior de uma gestão colegiada, formada pela Diretoria e por um Conselho consultivo/deliberativo composto pelas representações da categoria agebeana, com a finalidade de ser um corpo de apoio à diretoria em exercício, sendo aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária. Entretanto, por ocasião da XVIII Gestão Coletiva Nacional realizada em 1985, em Goiânia, por razões explícitas no documento intitulado "A AGB Está Em Crise", o então diretor prof. Itaboraí Velasco Nascimento, renuncia ao seu mandato por ocasião do encerramento da mesma, alegando entre as razões apontadas:

"uma associação só tem real valor e utilidade se for o produto de um conjunto harmônico e coeso de decisões e deliberações, frutos do labor associativo, do trabalho de todos os que a compõem (...), bem sei que estarei sendo redundante se disser que a AGB-Seção-Local Goiânia está em crise. Talvez, seja a crise mais séria porque passamos, nestes 5/6 anos de atividades, pois que passamos por uma crise de identidade. Não conseguimos ainda nos reunir, nem nos identificarmos como categoria profissional, esta, a crise".

Alegando falta de condições pessoais, o vice também não assumiu a diretoria, ficando a Seção acéfala por alguns meses. E, no bojo das discussões sobre a reestruturação da Entidade, os associados sentiram a necessidade de elegerem uma nova diretoria, a fim de soerguer a Seção local e dar continuidade aos trabalhos. Após várias indicações, os nomes escolhidos para os respectivos cargos foram, no dia 3 de abril de 1986, eleitos por aclamação (gestão 86-88), ficando a diretoria assim constituída:

presidente: João Alves de Castro (prof./UCG);

vice: Clyce Louise Wiederheckher (profa./UFG);

1o. secretária: Maria Stela de Godoy (profa./UFG);

2ª. secretária: Maria Amélia Leite Soares do Nascimento (geógrafa/IBGE);

1ª. tesoureira: Maria Helena M. C. Santos (profa./UFG);

2ª. tesoureira: Antônio da Lapa Rocha Passos (estudante e prof./Ensino Médio).

Em sua administração, esta gestão foi significativa por inserir a Seção-Goiânia no cenário nacional, pois, até a presente data, a não ser em casos isolados de um ou outro associado, a nossa seção era, ainda, bastante desconhecida. Foi, sem dúvida, um trabalho persistente da diretoria, principalmente do seu presidente, que participou durante os seus dois mandatos à frente da Seção Goiânia, em todas as gestões coletivas da AGB Nacional. Se hoje temos uma representação reconhecida de professores e alunos nos diversos Encontros Nacionais, em grande parte, devemos ao trabalho desenvolvido no passado sob a presidência do professor João Alves de Castro.

Em 05/06/1990 (gestão 90/92), no dia internacional do meio ambiente, a nova diretoria eleita tomou posse com o "objetivo de aquecer e proporcionar discussões sobre o ensino da Geografia de Goiás e questões ambientais", ficando assim constituída:

diretor: Elder Miranda Barreto (estudante de geografia);

vice: Valter Casseti (prof./UFG);

1ª. secretária: Margarida Corrêa (profa./UCG);

2º. secretário: Danilo Sávio (estudante/UCG);

1º. tesoureiro: Ruti Aparecida Macedo (profa. UFG);

2º. tesoureiro: Ângela Dantas (profa. UCG).

Foi constituído um novo Conselho Deliberativo, composto pelos seguintes membros: professores, Maria Helena Cunha Melo, João Alves de Castro, Horieste Gomes e Antônio Teixeira Neto. No primeiro ano, a diretoria foi bastante atuante, montando uma pretensiosa e rica programação com palestras proferidas por professores renomados, exemplificando com Douglas Santos, Marcos de Carvalho, Aziz Ab`Saber, Mário de Biasi, Diamantino Perreira, Ruy Moreira, entre outros. Foi realizado, também, um "ciclo de debates" com diversos participantes, envolvendo conferências, palestras, cursos, mesas-redondas. Entre os ministrantes estavam, Arioaldo Umbelino, Ruy Moreira, Douglas Santos, Valter Casseti, Horieste Gomes, João de Castro, Altair Sales Barbosa, Elder Miranda Barreto; participação em debates realizado pela AGB - Brasília; curso de reciclagem para professores do 1.º e 2.º. graus; debates sobre Lei Orgânica do Município e Plano Diretor-Goiânia-2000, e muitas outras atividades que, em grande parte, foram cumpridas. Infelizmente, sofrendo um acidente, o diretor não teve mais condições de terminar o segundo ano do seu mandato, e por múltiplas razões, a entidade esvaziou-se no decorrer do ano de 1992. A partir de 1993, a AGB - Seção Goiânia entrou novamente numa fase crítica de inércia, desarticulada, inclusive, da Nacional, a ponto de se proceder somente em 25/04/ 1994 à eleição da futura diretoria executiva. O novo diretor para o biênio 1994-1996 é o recém-licenciado em geografia Tupac Perillo. Infelizmente, passaram-se os dois anos do mandato e a nova diretoria, apesar da cobrança, não assumiu em nenhum momento a sua responsabilidade administrativa. A não ser alguns eventos esporádicos, algumas palestras de iniciativa de alguns militantes agebeanos, e a nossa presença em 1994, no 5.º. Congresso de Curitiba, no período pouco se fez em prol da Entidade. Em 19 de abril de 1996, foi possível compor uma nova direção, eleita em assembléia geral, que assumiu a tarefa de reconstrução da entidade, ficando assim constituída:

presidente: João Batista de Deus (prof./UFG);
vice: João de Castro (prof./UCG);
1.º. secretário: Horieste Gomes (prof.aposentado/UFG);
2.º. secretário: Francisco Souza da Silva (estudante/UCG);
1.º. tesoureiro: Marta de Paiva Macedo (estudante/UFG);
2.º. tesoureiro: José Eduardo de Souza Martins (estudante/UCG).

Também foram criadas quatro coordenadorias (divulgação, intercâmbio, publicação, ensino e pesquisa), e um Conselho consultivo/deliberativo com cerca de 15 membros. Apesar da expressiva representação, a nova direção não fez crescer a entidade. Poucos foram os eventos realiza dos (palestras e debates), a não ser a nossa presença, professores e estudantes, nos encontros nacionais e no regional (ERECEO). Segue-se novo período de inércia e um novo renascimento da Seção-Goiânia, com uma direção que não se firmou. Em 2003 é eleita a atual direção tendo a frente o professor Manoel Calaça da UFG/IESA.

Diretor: professor/Manoel Calaça;
Vice: prof.essor/João Alves de Castro, e demais associados, Gláucia C. Vieira Santos, Ivonaldo Ferreira Duarte, Luiza Helena Barreira Machado, Weder David de Freitas, José Rena to Masson, Horieste Gomes, Eguimar Felício Chaveiro, Valney Dias Rigonato.

No curso de sua história, através das **coordenadorias** (publicação, divulgação e intercâmbio, ensino e pesquisa), e das **comissões funcionais** (mercado de trabalho, regulamentação da profissão, ensino, curricular, finanças e contato com outras entidades), não se pode negar que foram múltiplas às realizações da AGB, Seção-Goiânia. A título de registro histórico, citamos:

- **nível acadêmico** - realizações de palestras, conferências, seminários, mesas-redondas, simpósios e cursos direcionados a melhor qualificação científica, cultural e profissional dos que trabalhavam (muitos ainda trabalham) no campo do ensino e da pesquisa geográfica em Goiás;
- **nível político** - a Seção - Goiânia esteve presente com outras organizações, em vários

acontecimentos históricos, no que diz respeito às lutas dos trabalhadores em busca de conquistas e transformações de natureza política, econômica, cultural e social, em prol da sociedade goiana/goianiense e brasileira;

- **nível econômico-social** – empreendeu luta conjunta com outras associações de classes, em busca de melhoria salarial e de melhores condições de trabalho;

- **nível corporativista** - empreendeu lutas específicas de interesse da categoria agebeana;

- **nível ideológico** – participação em lutas específicas, colocando no centro do debate geográfico à organização racional do território e do espaço geográfico.

A título de exemplificação, registramos alguns feitos assumidos pela nossa Entidade ao longo de sua história:

- **Encontros e Congressos Nacionais** - participação nos diversos Encontros Nacionais e Congressos, como exemplos: 4º.ENG, Rio de Janeiro/80; 5º.ENG, Porto Alegre/82; 6º.ENG-Campo Grande/86; 7º.ENG, Maceió/88; 8º.ENG/ Salvador/90; 11º. ENG, Vitória da Conquista/98; I Fala Professor, Brasília/87; 5º. CBG, em Curitiba/94; V Simpósio Nacional de Geografia Física Aplicada, Goiânia/95; XI ENG, Recife/2000; XII ENG, em Florianópolis/2000; XIII ENG, em João Pessoa/2002, o VI ENGA em Goiânia e muitas outras participações;

- **Encontros Regionais** -como exemplo, citamos nossa participação em todos os oito Encontros Regionais de Geografia (EREGEOS) realizados: em Catalão (I,II, III e VI);Formosa (IV); Goiás (V); Quirinópolis (VII), e, na cidade de Goiás (VIII), em 2003;

- **Círculos de palestras e debates** -como exemplo, A Geografia e a Questão Ecológica; Atuação do Geógrafo no Mercado de Trabalho; A Questão Curricular; A Formação do Profissional Em Geografia; A Questão da Terra na Amazônia; A Criação do Estado do Tocantins etc.;

- **Mesas-redondas** – como, O Ensino da Geografia; A Questão do Livro Didático; A Profissionalização do Geógrafo; Profissionalização e Mercado de Trabalho; A Relação Homem-Natureza etc.;

- **Simpósios** – o 1º. Encontro Goianiense de Geografia; Agricultura e Capitalismo; 1º. Diagnóstico do Ensino da Geografia no Brasil (MEC/SESU) etc.;

- **Cursos** –como, O Ensino de Geografia; Geografia do Ensino Médio; Semiologia Gráfica Aplicada à Geografia; Geografia de Goiás; O Livro Didático de Geografia etc.;

- **Outras atividades** – moções de solidariedade a entidades e movimentos populares; manifestos de apoio (exemplos: à Associação dos Docentes da UFG; aos professores do ensino médio; à luta contra a institucionalização dos estudos sociais, em defesa das ciências sociais; à preservação do Jardim Botânico etc.

É necessário deixar registrado que, no conjunto das diretorias, determinados agebeanos não mediram sacrifícios para levar avante a Seção - Goiânia. Entre eles registramos como representantes dos esquecidos, a figura da professora Maria Stela de Godoy, dos alunos Wilson Batista Ferreira, José Carneiro, Vicente Francino, Elcymar Figueiró, Maria José Rocha Tavares. Em vários momentos de sua história, a nossa Entidade recebeu uma contribuição bastante significativa de muitos profissionais renomados da geografia brasileira, cujos ensinamentos nos ajudaram a crescer na compreensão do sujeito e do objeto da ciência geográfica. Além dos nomes já mencionados, anteriormente, acrescentamos: Lúcia Gerardi, Melhem Adas, Carlos Walter Porto Gonçalves, José Bueno Conti, José William Vesentini, Antônio Carlos Robert de Moraes, Francisco Mendonça, Orlando Valverde, e muitos outros expressivos nomes da geografia brasileira.

Conclusões

Nestes vinte e três anos de existência, a AGB - Seção Goiânia, à semelhança de suas congêneres no Brasil, teve fases de desenvolvimento crescente, assim como teve fases de descensos, as vezes, chegando próxima ao estado de inércia, uma espécie de hibernação. São várias as causas explicáveis desses altos e baixos momentos vividos. Entre elas, arrolamos as seguintes:

- o reconhecimento, em teoria, do valor da AGB pela maioria dos participantes (associados e não associados), não se materializou na prática. O não empenho do associado responsável no cumprimento de suas atribuições, vem se constituindo rotina de conduta em todas as diretorias da Entidade;

- acreditamos que a noção do valor da entidade como órgão coletivo de pressão política, isto é, como forma de luta para conseguirmos os nossos objetivos pragmáticos, não foi ainda entendida por muitos dos nossos associados, que apostam mais na luta individual para a obtenção de seus propósitos. Daí resulta que a força do coletivo passa a ser pulverizada pela práxis individual do formado em geografia;

- como sabemos, as causas econômicas, traduzidas em fatores de existência material, profissional, social e cultural são determinantes. Infelizmente, a busca de suas soluções absorvem, em boa parte, o tempo de nossos associados, condicionando-os a um viver existencial pautado pela corrida, no dia-a-dia, em busca da sobrevivência, reduzindo assim a perspectiva de um trabalho coletivo mais consistente etc..

A diretoria comandada pelos geógrafos Elder Miranda e Valter Casseti também pontuou, com muita propriedade, uma série de problemas existentes na AGB - Goiânia. Entre os principais arrolados, estão:

- o pouco compromisso dos associados no sentido de socializar esforços para viabilizar os planos da entidade;

- a sobrecarga de trabalho nas mãos de poucos membros da diretoria;

- poucos recursos materiais/financeiros para promoção de eventos;

- a dificuldades de implementação das comissões de trabalho;

- o número flutuante de associados.

Diante do exposto, a conclusão final que podemos tirar desses períodos de fluxos e refluxos que houve, é que há necessidade de buscarmos novos caminhos, novos rumos, que possam contribuir, efetivamente, para fazer da AGB - Seção Goiânia uma célula viva atuante, em plena correspondência com a AGB Nacional e o desenvolvimento da geografia brasileira.

Bibliografia

ANDRADE, Manoel Correia de. *A AGB e o Pensamento Geográfico no Brasil*. São Paulo, Terra Livre, v. 9, 1991.

SEÇÃO GOIÂNIA, AGB. *Jornal O Espaço* (todos os números).

GOMES, Horieste. "AGB - Seção Goiânia". In: *A Produção Geográfica em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1999.

AGB-Niterói: notas de un comienzo de historia

AGB-Niterói: notes of a history beginning

Charles da França ANTUNES²

Professor Assistente do Departamento de Geografia da FFP/UERJ
charles@uerj.br

Este texto é uma homenagem a professora **Sheila Bittencourt Salek Spada**, força presente na criação da AGB-Niterói; mãos estendidas para os estudantes do curso de geografia da Universidade Federal Fluminense, nos bons momentos dos debates acerca das mudanças na Geografia e nos piores momentos do autoritarismo dos governos militares; presidente da DEN da AGB no período 1982-1984.

Para **Fernando Cavalcante, Jorge Adalberto Aziz, Milton Costa de Souza, Miguel Scarcello e Josinaldo dos Santos, estudantes** que tiveram a coragem e o orgulho de integrar a primeira diretoria da Seção Niterói da AGB. E a todos aqueles estudantes e professores que, em 28 de junho de 1981, compareceram a Primeira Assembléia Geral Ordinária da Seção Local Niterói onde foi realizada essa eleição.

Resumo: A história de uma instituição que é ao mesmo tempo cultural, científica e profissional, como a AGB, deve levar em consideração alguns elementos que são essenciais. Em princípio, ela é feita por pessoas, umas fartamente nomeadas e outras absolutamente anônimas que juntas, no caldo do cotidiano institucional dão, àquilo que produzem, um sabor coletivo. Por tudo isso, a história da AGB Seção-Niterói pode confundir-se com muitas outras histórias contadas a partir das transformações ocorridas na sociedade e na geografia brasileira nos últimos decênios. Porém algumas, e importantes, diferenças parecem marcar a singular história dessa seção. Uma dessas diferenças distintivas está no fato de ter sido, a seção Niterói, a primeira dentre as seções no Brasil, a ter uma Diretoria formada por estudantes, resultado da equação formada pelas mudanças ocorridas na AGB e na Geografia brasileira a partir de 1978, com a ação do Movimento Estudantil. A AGB-Niterói nasce como filha legítima da ação, e principalmente, do movimento que alguns estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) fazem a partir dos acontecimentos de 1978 e 1979. No dia 28 de junho de 1981, depois de quase dois anos de articulações, debates e atividades, a Comissão Pró-Seção Local deu lugar a AGB-Seção Local Niterói.

Palavras-chave: AGB-Niterói – Renovação da Geografia – Estudantes – Autogestão – Construção Coletiva.

Terra Livre	São Paulo	Ano 20, v.1, n. 22	p. 177-188	Jan-Jul/2004
-------------	-----------	--------------------	------------	--------------

¹ Este artigo é resultado da produção coletiva de associados que fizeram a história da Seção Niterói integrando as Diretorias eleitas ao longo desses quase 23 anos de existência.

² Tendo sido da Diretoria da AGB-Niterói em várias oportunidades, foi responsável pela sistematização das informações e a redação final deste artigo.

Abstract: The history of an institution which is cultural, scientific and professional such as AGB, must consider some essential elements. Firstly, it's made by the association of different people, named and anonymous ones. Those people working together made an history. Because of it AGB's history may seem to be similar to the changes which have been occurring in the society and in the geography during the last decades. However, some facts in AGB's Niterói history are important to make the difference in the history of the section itself. One of this distinctive characteristics is the fact that it was the first section to have students taking part in the directory, a result of the changes in AGB and Brazilian geography in the period after 1978, and the action of the students' movements and its organizations. AGB Niterói was born from the movements started by some students in the Federal University, after 1978 and 1979. In 28, June of 1981, after two years of articulations, debates and activities, the AGB Niterói's Section took the place of the Commission pro-section.

Keywords: AGB-Niterói – students – collective construction – renovations in the geography – self-government

A fundação da AGB-Niterói

A história de uma instituição que é ao mesmo tempo cultural, científica e profissional, como a AGB, deve levar em consideração alguns elementos que são essenciais. Em princípio, ela é feita por pessoas, umas fartamente nomeadas e outras absolutamente anônimas que juntas, no caldo do cotidiano institucional dão, àquilo que produzem, um sabor coletivo. Esse sabor coletivo é passível de ser apreciado por intermédio de documentos datados – escritos, fotografias, cartazes, sons – e de versões orais que a memória de indivíduos e grupos é capaz de documentar. Depois as relações se dão mediante rituais, com suas exigências materiais e produções simbólicas, que criam a mesma arena onde se troca o abraço fraterno e esgrima-se argumentos nem sempre fraternais. E, por fim, há sementes que são espalhadas pelos periódicos e textos avulsos, em maior ou menor escala, sendo mais ou menos eficientes e que são responsáveis por propagandear as idéias hegemônicas em dada conjuntura, além de certas matrizes teóricas e científicas. Tudo isso, claro, no interior de um contexto histórico mais amplo que o de uma instituição, comunidade profissional e mesmo, Estado nacional.

Por tudo isso, a história da AGB Seção-Niterói pode confundir-se com muitas outras histórias contadas a partir das transformações ocorridas na sociedade e na geografia brasileira nos últimos decênios. Porém algumas, e importantes, diferenças parecem marcar a singular história dessa seção. Uma dessas diferenças distintivas está no fato de ter sido, a seção Niterói, a primeira dentre as seções no Brasil, a ter uma Diretoria formada por estudantes. Resultado da equação formada pelas mudanças ocorridas na AGB e na Geografia brasileira a partir de 1978, com a ação do Movimento Estudantil.

O ano de 1978 na verdade existiu como o encontro desses processos que vinham se desenvolvendo, e a partir do qual, pode-se dizer que se construiu um movimento com algum nível de articulação.

O que nos faz lembrar Alfredo Bosi quando ensina que datas são pontas de icebergs, que servem apenas para nos fazer sobreviver a um possível naufrágio. Como uma série de números dispostos em uma certa ordem, as datas servem menos para fechar possibilidade do que para abri-las e colocá-las sob a chama de uma profunda iluminação histórica:

“Mas de onde vêm a força e a resistência dessas combinações de algarismos? 1492, 1792, 1822, 1922 ... Vêm daquelas massas ocultas de que as datas são índices. Vêm da relação inextricável entre o acontecimento, que elas fixam com a sua simplicidade aritmética, e a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos.” (Bosi, 1992, p.19)

Por isso entre datas, muitas, 1978 talvez seja uma daquelas que mais marcaram e marcam a Geografia brasileira das últimas décadas. Entretanto, esse conjunto de algarismos, coincidentemente, gira em torno de outros acontecimentos importantíssimos para a história recente da ciência geográfica no Brasil. Mas se 1978 aparece como uma grande data, a discussão já vinha sendo feita: as grandes rupturas se preparam. Aqui e ali, geógrafos descontentes, sobretudo os mais jovens, mas também os menos jovens, se reuniam para falar dos novos rumos. A aglutinação, em nível nacional, foi possível graças exatamente aos encontros e publicações promovidas pela AGB e pelo Movimento Estudantil.

O episódio do III Encontro Nacional de Geógrafos, em 1978, em Fortaleza, vem expressar na verdade um processo que já vinha tomando corpo na sociedade brasileira, que a bem da verdade nunca a abandonou – a busca pela garantia dos direitos democráticos. Lembremos que à época ainda vivíamos sob repressão imposta pelo que podemos chamar de ditadura das elites sob controle dos militares. O III ENG foi rigorosamente um encontro. Não apenas no sentido formal dos profissionais de Geografia, mas um encontro de experiências que vinham se desenvolvendo em todo o Brasil, em diferentes lugares, por diferentes pessoas, dentro de uma perspectiva crítica. Um encontro que acontece num momento onde a sociedade brasileira passava por grandes transformações, com o reaparecimento de importantes agentes sociais, como o movimento operário e o movimento estudantil. Este evento, que no fundo tornou-se um clássico divisor de águas, refletiu os processos relacionados às insatisfações e preocupações, que já resplandeciam tenuamente sobre os rumos dessa ciência no país.

“Podemos dizer que a AGB-Niterói, surge como filho legítimo desse processo, dessa dinâmica que tenderá a se manter como baluarte na defesa do aperfeiçoamento da democracia, que na nossa opinião, passa pela gestão coletiva da entidade, assim como da discussão permanente de nossa organização para aprofundarmos nossas conquistas”. (Plataforma da AGB-Niterói, 1981,p.1)

Este é, então, o cenário que está montado e que influenciou e motivou a formação da AGB-Niterói. Assim começa a história dessa seção local.

“A AGB de Niterói surge hoje, burocraticamente, porque, de fato, ela já existe desde o 3º Encontro Nacional de Geógrafos em Fortaleza. Lá se deu o início da democratização da AGB e a comunidade de Niterói estava presente e inserida no processo reivindicatório de democracia na AGB. Vitorioso processo, que deu origem a Assembléia Extraordinária (SP), que transformou o nosso estatuto, abrindo caminho de modificações maiores. Este processo se concretiza no Rio (IV ENG) 1980, onde a comunidade geográfica de Niterói esteve presente, ajudando o “todo geográfico” a se manter fiel aos princípios que guiaram nossas práticas em Fortaleza e São Paulo”. (Plataforma da AGB-Niterói, 1981,p.1)

A AGB-Niterói nasce da ação, e principalmente, do movimento que alguns estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) fazem a partir dos acontecimentos de 1978 e 1979. Podemos dizer que a história começa antes, como também começa antes a história de um sem número de entidades, sindicatos, associações. Os tênues ventos da abertura política que, de certa maneira, começa a se fazer sentir em 1978, revigoraram mais um pouco os movimentos sociais que já vinham numa ascendência em termos de fortalecimento e defesa de bandeiras de lutas importantes. Visto que esse ano simboliza um momento em que a sociedade civil brasileira passa a conviver, de forma um pouco mais intensa, com uma série de movimentos sociais representativos de vários setores que ganharam as ruas, forçando o alargamento do processo de redemocratização, como muito claramente aparecem nas palavras de Eder Sader:

“quando os novos personagens entraram em cena, vimos o início de uma sociabilidade fundada na solidariedade de classe e pela qual as chamadas classes populares passaram a fazer parte da cena histórica, não como atores desempenhando papéis pré-fixados, mas como sujeitos criando a própria cena através de sua própria ação e, com isso, “constituíram um espaço público além do sistema de representação política” permitida, ou seja, o espaço da participação cívica e trabalhista”. (Sader,1988,p.15)

Dessa forma, esses novos personagens que entram em contato com os acontecimentos de 1978 e 1979 criam a Comissão Pró-AGB Local Niterói. Com a experiência dos estudantes que participaram mais diretamente do movimento estudantil e a influência de suas filiações políticas, a Comissão passa a respirar imediatamente os “novos ares” da geografia brasileira e assim organizar atividades e discussões acerca dos assuntos que há muito incomodavam os estudantes e profissionais de Geografia. Um exemplo disso é a realização, em abril de 1980, no Auditório do SENAC-Niterói, do Seminário de Metodologia e Técnicas de Pesquisa, que contou

com a participação de importantes geógrafos, de gerações diversas e de distintas intervenções no processo de renovação da Geografia brasileira da AGB - Milton Santos, Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Roberto Lobato Corrêa, Lysia Bernardes, entre outros. O Seminário contou ainda com a participação de vários profissionais de outras áreas do conhecimento, muitos dos quais com trajetória política e acadêmica muito próxima daqueles que estiveram à frente dos acontecimentos pós-1978.

Outra importante atividade realizada por esta Comissão Pró-Seção Local, e que vai marcar profundamente a atuação da futura seção local desde seu nascimento até os dias de hoje, foi o Curso de Capacitação para Professores no Município de Nova Friburgo, realizado em 1980. Este foi apenas o primeiro, dentre tantos eventos (cursos, palestras, encontros) para professores realizados pela Seção Niterói ao longo de sua história.

A relação com os professores foi desde o início um dos pilares da atuação da Seção Niterói.

"PROFESSORES DE GEOGRAFIA! UNAMO-NOS!"

"Nos termos atuais que se encontra a geografia enquanto área do saber científico, podemos dizer que nos cabe uma responsabilidade muito grande.

As rápidas transformações do mundo neste último quartel do séc. XX faz com que o geógrafo tenha que estar sempre atento para não ser ultrapassado pela realidade dos fatos. Para isso o intercâmbio de informações e a realização do encontro periódico se fazem premente para nos mantermos em dia e mais que isso, termos claro as projeções dos quadros atuais para balizarmos nossas ações.

Para isso é extremamente importante que comece logo a mobilização dos trabalhadores em ensino de geografia de nível médio, pois aí se concentra o "grosso" do mercado de trabalho do profissional de geografia. E ao nosso ver são estes os profissionais mais carentes de uma discussão permanente da geografia, visto que no ensino de geografia de 3º grau o interesse por esse assunto, em Niterói, sé existe em poucos colegas. Para essa discussão temos como temas de fundo: bibliografias (atual e alternativas), barrar os Estudos Sociais. Achamos também que o ensino da Geografia hoje tem uma importância fundamental, principalmente pela perspectiva crítica é inerente a geografia, que, por conseguinte, leva a transformação real da sociedade através da crítica das transformações espaciais que nos envolve. Para esse objetivo de libertação, o professor de geografia há de estar aparelhado para levar a cabo sua ação. E para isso temos que abrir espaços para nosso maior debate: aperfeiçoamento."(Plataforma da AGB-Niterói, 1981,p.4)

A construção e a consolidação desses pilares foi e é resultado de uma relação que se faz no cotidiano da Seção e de seus associados. No início foi a luta contra o famigerado Estudos Sociais, depois vieram os Ginásios Públicos³, a tentativa de substituição de professores por monitores⁴, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a redução de carga horária. Debates acerca do caráter teórico-epistemológico da ciência geográfica, tornados possíveis nos cursos, palestras e demais eventos organizados pela Seção, também foram força presente nessa construção. Ao longo do tempo, esses e outros desafios foram amalgamando a relação da Seção Niterói com os professores.

A palavra de ordem era a PARTICIPAÇÃO, a forma de organização desejada era a AUTOGESTÃO, o que podemos constatar nas conversas com os estudantes da época (hoje profissionais de Geografia atuando em diversos segmentos) e em importantes documentos produzidos, tanto pela Comissão Pró-Seção Local, como pelas Diretorias que se seguem à criação da Seção Niterói.

³ Proposta criada, em 1994, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro que reduzia drasticamente a carga horária de Geografia nos Ensinos Fundamental e Médio.

⁴ Proposta anunciada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em 1993. Tendo sido repudiada, não foi levada adiante.

“Nossa chapa ao ser formada, teve a preocupação de somar todos que compareceram a última Assembléia para aprovação do Estatuto. Nada mais auto-gestionário do que juntar todos os interessados numa única chapa para consolidar a AGB-Niterói.

Sem a preocupação com o poder, mas interessados em abrir espaços institucionais para nossas aspirações, lutas e reivindicações. Tendo como lema a Solidariedade profissional e a fraternidade humana, esperamos conseguir espaços valiosos, para a participação de companheiros que estão afastados, como para o estudante carente de informações. Nosso propósito estratégico, é lógico, é a tal sociedade mais justa, que segundo o credo religioso ou ideológico, toma múltiplos nomes: Socialismo, Comunismo, Anarquismo e outras formas arquépticas que se criaram para resolver problemas do início do século. Acontece, porém, que neste final de século, não temos fórmulas prontas, e erra aquele que acha que tem. Sabemos que solidariedade, fraternidade, paciência e carinho vão ser úteis para nós neste apagar das luzes de neón do século XX. O que vai transformar o mundo está vindo, está por vir, e já veio; pode ser inclusive a sua idéia que junto colocaremos em prática, uma horta comunitária, um biodigestor, uma árvore, um índio vivo, um trabalhador sem fome, pode ser um monte de coisas. Filie-se à AGB-Niterói e vamos aprender juntos”. (Plataforma da AGB-Niterói, 1981,p.4)

Os caminhos da AGB-Niterói e dos estudantes e professores do Ensino Fundamental e Médio, são entrelaçados. Esses novos sócios que viam na *Geografia Crítica* alguma forma de instrumentalização, uma certa base teórica para poder fazer a sua militância política, não mais concebiam uma Geografia descolada da análise da realidade. Segundo Armando Corrêa da Silva (1983,p.134) “a Geografia não **[tinba]** por que continuar a ser um “pequeno mundo” no qual vivem apenas professores, geógrafos profissionais e estudantes, olhando circunspectos e orgulhosos do seu próprio umbigo.” É possível até afirmar, com algum risco, que sem o Movimento Estudantil de Geografia e os professores, a história da AGB-Niterói, teria sido outra, como outra foi a AGB pós-1978.

A necessidade de democratização da AGB e, conseqüentemente, da reformulação de seus estatutos que previam uma participação diferenciada do quadro de possíveis associados – aqueles que de alguma forma tinham um envolvimento com a Geografia, profissionais ou estudantes marcou-se por importante episódio da vida dos estudantes de Geografia e, por razão direta, de sua participação como associado e, principalmente, como direção da entidade. Isso porque até 1978, o estatuto da AGB não permitia a filiação de estudantes, sendo conduzida, basicamente, por professores universitários, com pouca participação dos professores do ensino de 1º e 2º graus.

Nessa direção, os estudantes começaram, junto a outros profissionais descontentes com os rumos da Geografia, a tomar posições estratégicas que ampliassem os locais de atuação. Dentro dessa conjuntura é que vamos identificar a ocorrência de acontecimentos e sujeitos históricos que se tornaram os impulsionadores e, em parte, responsáveis pelas metamorfoses que se iniciaram no interior dos discursos dessa ciência, no final dos anos 70 e início dos 80.

A teia foi urdindo, estudantes e professores; Movimento Estudantil e AGB, e a Seção Niterói foi sendo gestada, como podemos perceber, entre os discursos presentes nos documentos da Comissão Pró-AGB-Niterói.

“Formalmente ela surge na hora certa, no momento em que começa a dar mostra do saldo organizativo das discussões travadas. Exemplo disso é a reativação do CEG e a renovação do D.A. A AGB Niterói é a necessidade de nos organizarmos permanentemente, de estudante à profissional, não só aqui como em todo o Brasil e , mesmo, no mundo. Todas as reuniões que tivemos atestavam essa necessidade”.

(...)

“Se perguntarem pela seção local Niterói da AGB, diga que está indo muito bem obrigado. Porque? Formalmente o grupo pró-AGB Niterói só realizou 3 reuniões. Mas entendemos que desde 1978, por ocasião do 3º ENG, em Fortaleza, e posteriormente a repercussão em Niterói com a 13ª Semana de Geografia do CEG, instalou-se, particularmente na UFF, uma discussão permanente da ciência em sua parte geográfica”. (Boletim Informativo nº 0 – Pró-AGB/Seção Niterói ,1980,p.1)

O engajamento dos estudantes e professores na AGB adquire uma conotação criadora. Converte-os num dos agentes da *práxis* que intenta dinamizar o sistema através da implantação de uma nova ordem social que supere, em definitivo, o *status quo*.

Em 1981, depois de quase dois anos de articulações, debates e atividades, e após solicitação feita à Diretoria Executiva Nacional, a Comissão Pró-Seção Local deu lugar a AGB-Seção Local Niterói. Em Assembléia realizada no dia 28/06/1981, na sede da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro, deu-se a eleição da primeira Diretoria da Seção Local Niterói, com a seguinte composição: Diretor, *Fernando Cavalcante*; Vice-Diretor, *Jorge Adalberto Aziz*; Primeira-Secretária, *Sheila Bittencourt Salek Spada*; Segundo Secretário, *Milton Costa de Souza*; Primeiro-Tesoureiro, *Miguel Scarcello* e Segundo-Tesoureiro, *Josinaldo dos Santos*.

Após a criação da Seção, o passo seguinte foi o de sua legalização, ato executado pela então segunda Diretoria, que havia sido eleita durante a realização da 3ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 18 de setembro de 1982, com a seguinte composição: Diretor, *Cláudio Barbosa da Costa*; Vice-Diretor, *Miguel Scarcello*; Primeira-Secretária, *Rosana Mendes Ferreira*; Segundo Secretário, *Marcos Antônio Teixeira Ramos*; Primeiro-Tesoureiro, *Darly A. Monteiro* e Segundo-Tesoureiro, *Nelson Xavier*. Em 26 de outubro de 1982, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o registro da Seção Local Niterói, conjuntamente com seu Regimento Interno.

Desde então, a Seção Niterói tem conseguido realizar a cada dois anos seu processo sucessório, estando nesse momento (biênio 2002-2004) na gestão da 12ª diretoria eleita.

Vale ressaltar que, na composição das 12 diretorias eleitas até então, os estudantes, que marcaram a história da AGB, não somente em Niterói como em todo o Brasil, estiveram presentes em todas as diretorias eleitas, sendo que na maioria dos casos, eram os principais articuladores da Seção.

A produção acadêmica da/na AGB-Niterói

A identidade, portanto, de um dado movimento de área, tem como âncora a disciplina que lhe dá suporte. Logo, o fortalecimento da AGB depende da renovação e fortalecimento da própria ciência, particularmente, de suas bases epistemológicas, e socialmente depende do robustecimento da comunidade de geógrafos e da consolidação das instituições que lhe fazem ser o que é. A crítica dos fundamentos epistemológicos é outro passo fundamental, porquanto a simples proclamação não torna a Geografia uma "práxis" social transformadora, ou um instrumento dessa "práxis", se os termos são assim mais corretos. Desenvolvê-la implica responder no plano teórico às três questões gerais, postas pela epistemologia às ciências: a Geografia, "o que é", "para que serve" e "para quem serve".

Não se pode fazer movimento em Geografia se não se faz ciência geográfica. Esta é a condição *sine qua non* para a existência desse movimento, conhecer e produzir, profundamente, a ciência mesma que lhe faz historicamente ser. Não há movimento de Geografia sem produção geográfica. E, se é preciso produzir ciência, não como estudantes e profissionais isolados, mas por dentro do movimento da AGB, então é necessário que a estrutura organizativa interna do movimento permita essa produção. Essa produção que aparece na organização dos ENG's, nos trabalhos apresentados nos Encontros da AGB, nas publicações (revistas, boletins, etc), e mais subjetivamente nas discussões travadas nos diversos fóruns da Geografia brasileira, permite, em suma, organizar a AGB e seus associados, com vistas a fazer uso da ciência geográfica em torno das ações que tenham como fundamento a ciência.

Nesse sentido, através das produções, das revistas publicadas, dos congressos e cursos organizados é possível compreender em que medida e de que maneiras, a AGB-Niterói contribuiu para a consolidação do campo epistemológico da Geografia Crítica no Brasil.

Publicando a Renovação

A primeira publicação de fôlego da AGB-Niterói foi o *Caderno de Textos*, lançado em julho de 1982, que tinha inspiração em publicação semelhante organizada pelos estudantes da UFF através do Centro de Estudos Geográficos (CEG).

A apresentação do *Caderno de Textos* é bastante esclarecedora dos objetivos e dos

projetos que esta publicação carregava em sua realização e existência - a necessidade de se constituir um espaço editorial que pudesse dar vazão às produções no campo da Geografia, mais articuladas com as necessidades de um saber crítico e socialmente envolvido com as emergentes transformações da sociedade brasileira e da própria Geografia.

"Este é o primeiro esforço da jovem AGB-Niterói no campo editorial. O nº 1 do Caderno de Textos AGB-Niterói pretende iniciar uma série que tem como objetivo fornecer subsídios para uma permanente discussão a respeito do saber geográfico".

A preocupação com a discussão permanente sobre o saber geográfico não é nova em Niterói. O presente Caderno tenta suprir, sobretudo, a necessidade atual de estímulo e subsídios.

Na atual crise geral da sociedade industrial, o saber geográfico surge como estratégico para o entendimento desta desordem social que grupos humanos impõem ao resto da natureza. Por manipular escalas diferentes e considerar sempre a noção do planeta, a Geografia, mais do que explicar a crise e esmiúça-la pela crítica, há de ter propostas concretas para uma sociedade mais justa. Caso contrário, não seríamos especialistas em espaço, além de aumentar o ceticismo para com possíveis transformações.

É, pois, momento do geógrafo, enquanto estrategista do espaço, "saber pensar o espaço, para nele saber se organizar e nele combater" (Y. Lacoste) e para nele ajudar a espacialização da futura sociedade que virá.

A omissão do geógrafo para com esta problemática será, sem dúvida, o sepultamento de um saber supérfluo, sem sentido prático, que pode ser substituído facilmente pelo estatístico ou sociólogo ou geólogo. Neste ponto cabe ressaltar que a série "Cadernos de Textos AGB-Niterói" será um baluarte na luta contra a divisão da Geografia em física X humana assim como repudia a divisão professor/geógrafo. Pensamos que a Geografia deve ter um entendimento ecológico das escalas de observação para superar tais dicotomias, compreendendo, por exemplo, a atividade didática da Geografia como tática de organização do espaço e, portanto, como pura Geografia.

Os "Cadernos" que virão trarão sempre subsídios para estas e outras discussões.

Esperando o estímulo dos leitores, chamamos a atenção para o fato de que, sendo a AGB-Niterói uma entidade pobre por representar cidadãos pobres, tem dificuldades financeiras permanentes. Portanto os números seguintes serão impressos e postos em circulação na medida direta da compreensão dos estudiosos da Geografia de Niterói quanto à importância deste empreendimento e a necessidade do fortalecimento de uma AGB auto-gestionária". (Caderno de Textos, AGB-Niterói, 1982,p.I)

O *Caderno de Textos* é a expressão de um projeto de uma AGB inquieta, e de certa forma irreverente, e que afirma seu desejo de construção coletiva e autogestionária.

"Modo de usar: leia, procure um grupo de interessados e discuta o que leu, sem o que pouco valerá. É no diálogo que se constrói. Procure a AGB e publique suas conclusões, pois este caderno não é só de figuras". (Caderno de Textos, AGB-Niterói, 1982,p.III)

O *Boletim Fluminense de Geografia*, editado nos anos de 1990 foi a segunda grande investida da Seção Niterói, no âmbito das publicações. Em 1993, a partir de uma parceria com o Instituto de Geociências da UFF, em comemoração aos seus 25 anos, é lançado o primeiro número. A apresentação desse primeiro número do Boletim foi feita pelo então Diretor do Instituto vem reforçar a importância da AGB- Niterói para o curso de Geografia da UFF.

"A Associação dos Geógrafos Brasileiros -Seção Niterói tem uma relação histórica com o curso de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense. Essa relação tem propiciado um intercâmbio notável entre o Geociências e a AGB em diversos níveis, desde atendimento a demanda de infraestrutura, até a realização de cursos, palestras e seminários. Tendo em vista, sobretudo, a ampliação do espaço acadêmico e profissional na área de Geografia.

Nesse contexto nasceu a idéia da edição conjunta do BOLETIM FLUMINENSE DE GEOGRAFIA, como mais uma opção de qualidade para a publicação científica em Geografia".(Boletim Fluminense de Geografia nº1,1993,p.1)

Em 1995, foi editado o Boletim Fluminense de Geografia nº 2, que, como o primeiro número, contou com artigos de professores do Curso de Geografia da UFF, de seus ex-alunos, agora também professores, e com contribuições de profissionais de outras instituições de ensino superior.

O *Boletim Fluminense de Geografia* teve como objetivo abrir espaço para a publicação de trabalhos científicos e ser mais um veículo de divulgação da Geografia. O lançamento de seus dois números veio concretizar um trabalho realizado na AGB-Niterói e qualificar a atuação de seus diretores e associados. Serviu ao propósito de se lançar como lenha que quer alimentar a fogueira, carregou em si a energia investida para sua realização e o desejo de inflamar idéias.

A *Revista Fluminense de Geografia* surge em 1996 ocupando o lugar do Boletim Fluminense de Geografia, que teve dois números editados. A Revista é resultado da *1 Semana de Geografia e Arte*, que organizado pela seção Niterói em novembro de 1995, marcou o início desta nova publicação.

"Contra a ciência positiva. Em prol das explicações que privilegiem o sujeito e seus sentimentos. Pela fusão entre ciência e arte. Na tentativa de explicação de um imaginário-real e principalmente, pela necessidade de se resgatar a beleza e o prazer da Geografia". (Revista Fluminense de Geografia nº 1, 1995,p.1)

Ao confirmar seu objetivo de tentar recuperar o prazer de conversar sobre geografia. Juntando gente que vê geografia na arte e arte na geografia, nasce o primeiro número da *Revista Fluminense de Geografia*.

Após um longo tempo de ausência a *Revista Fluminense de Geografia* lança seu segundo número em 1998. Ainda como a primeira, a produção da Revista é bastante artesanal, contando sempre com a colaboração de associados para a diagramação, revisão e reprodução dos originais.

Em 2002 a *Revista Fluminense de Geografia* volta à cena. Agora mais bem articulada e preparada com a participação de profissionais nas diversas etapas necessárias para geração de uma revista. Com Conselhos Editorial e Consultivo constituídos, formato ajustado às normas nacionalmente aceitas e com registro ISSN a Revista dá seu salto de qualidade.

O princípio desta publicação é o mesmo que motivou a empreitada editorial da AGB desde seu início com o *Caderno de Textos*, em 1982 – o de garantir um espaço democrático que pudesse levar para o debate a produção mais comprometida com uma geografia crítica, transformadora e socialmente engajada.

Com o avanço das novas tecnologias e veículos de informação nestas últimas décadas e, especialmente no que se refere à informática, com o advento e o desenvolvimento da *internet*, muita coisa mudou na comunicação entre as pessoas. Na perspectiva de agilizar, e de certa forma, ampliar o acesso à informação dos acontecimentos e atividades que se desenvolvem na Geografia brasileira e na AGB, foi criada em maio de 2000 a página da AGB-Niterói na *Internet*, e que, desde então, encontra-se ativa. Possibilitados pela situação legal da seção, com seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) como uma entidade civil sem fins lucrativos e com Estatuto próprio que reafirma essa sua característica, foi efetuado o registro do domínio da seção Niterói e de sua página na *Internet* como **org**. Assim a página da AGB-Niterói é acessada através do endereço: www.agbniteroi.org.br

Democratizando a renovação

As publicações da AGB materializam uma parte da produção acadêmica dos seus filiados. Podemos acrescentar a elas as várias atividades – seminários, cursos, debates – que permitiram àqueles pesquisadores combativos apresentarem e debaterem as suas idéias. Na década de 80, sobretudo, muitos dos chamados geógrafos críticos não estavam nos Departamentos de Geografia das Universidades Brasileiras e agravado pela pouca articulação com o mercado

editorial, suas idéias não chegavam facilmente a estudentada e, mais ainda, aos professores. Assim, para muitos, o principal espaço onde faziam circular suas idéias eram as atividades e encontros da AGB. Quantos conheceram a AGB através de uma destas atividades? Quantos orientaram os seus estudos e pesquisas a partir dos problemas e perguntas colocadas por estes geógrafos nestes cursos? Quantos só conseguiram perceber a função e a importância social da geografia e sua capacidade de crítica da sociedade capitalista fora dos Departamentos e dentro das atividades da AGB? Por isso é importante fazer o registro, mesmo que incompleto, da importância das dezenas de cursos e seminários que a AGB-Niterói organizou e fez acontecer.

Projeto político e participação.

Historicamente a AGB-Niterói vem se destacando no cenário nacional da AGB, intervindo diretamente nos debates sobre os rumos da entidade e contribuindo direta ou indiretamente na organização dos encontros nacionais. Os associados responderam com participação e proposição as solicitações colocadas pelas relações que desde 1978 vem se modificando na associação. A intervenção qualitativa das diretorias e associados, foi e é relevante na construção da AGB tanto na seção local quanto no plano nacional. Esta atuação se reflete na contínua participação nas RGCs, onde a seção tem uma importante e marcante contribuição, que vai desde a sua concepção até a participação em praticamente todas as reuniões desde sua criação. Assim, tem-se voltado para a tentativa de construir um campo político de atuação na AGB pautada por um conjunto de princípios na perspectiva de promover o aprimoramento da democracia interna na entidade, a ampliação de sua capacidade de intervenção na realidade do país e de sua relação com outras entidades da sociedade civil.

O primeiro momento dessa relação deu-se ainda como Comissão pró-seção local, quando da organização do IV ENG, realizado no Rio de Janeiro em 1980, que contou com a participação dos estudantes que compunham a Comissão na construção do Encontro.

Se num momento a seção afirma que é possível consolidar uma Diretoria formada por estudantes, em outro seus integrantes oferecem, o que talvez tenha sido a mais significativa contribuição da seção Niterói para a organização da AGB, que foi, sem dúvida, sua inspiração e influência na criação da Reunião de Gestão Coletiva, como aparece nas palavras de Ruy Moreira.

"A Gestão Coletiva (GC) nasceu do impasse político do 4º ENG, em 1980, no Rio de Janeiro. Em si é a expressão do primeiro hiato sério por todos nós percebido entre a nova natureza de nossa entidade saída do Estatuto de 1979 e a realidade institucional e acadêmica da comunidade dos geógrafos. Mas se vem como solução do impasse, é porque já estava contida no processo da renovação.

Havia na UFF (Universidade Federal Fluminense) um grupo de estudantes recém-saídos do trotskismo para o anarquismo, criador da Seção Local de Niterói, que fazia tempo propugnava uma forma autogestionária para a AGB. Estes estudantes cumpriram papel fundamental nos resultados da Assembléia estatutária de julho de 1979 e foram peça chave na preparação do 4º ENG, realizada em tempo Record de março a julho justamente dado a maciça participação estudantil, e, portanto, conheciam a nova entidade em toda extensão.

São eles a origem da idéia da Gestão Coletiva. Quando, portanto, no último dia do ENG tomamos posse da Executiva Nacional da AGB para a gestão 1980-1982, uma solução do impasse de parto desagradável, apenas tiramos do movimento uma proposta que nele já estava posta. Correspondia a uma necessidade coletiva real, e por isto deu certo". (Moreira,1991,p.1)

Os primeiros associados da seção que estiveram presentes, influenciando e sendo influenciados pelos acontecimentos de 1978 e de 1979, que democratizaram a entidade, a influenciaram através de sua proposta auto-gestionária, originada da experiência anarquista de alguns de seus membros, com a formulação da estrutura da Reunião de Gestão Coletiva.

A seção Niterói e seus associados estiveram ao lado da professora Sheila Spada (professora do Departamento de Geografia da UFF e sócia fundadora da seção Niterói), quando esta assumiu a Diretoria Executiva Nacional como Presidente, em Porto Alegre, em 1982, durante o 5º ENG. Duas importantes situações merecem destaque: a primeira refere-se ao fato de uma seção tão recente (lembramos que a seção Niterói foi constituída de fato em 1981) já estar assumindo, através do apoio efetivo à então presidente, a Direção Nacional. Fato que foi facilitado pela experiência que estes sócios traziam, apoiados no movimento Estudantil e na prática política muito rica neste momento no Brasil. Em segundo lugar, e não menos importante, o fato de uma mulher assumir a direção da Associação dominada historicamente por homens.

Nas gestões 1988-1990 e 1990-1992 foi intensamente debatido o caráter "encontrista" da AGB. O cotidiano de funcionamento e de gestão das seções locais era muito marcado pelos Encontros Nacionais. Nos anos em que havia o ENG ou o "Fala Professor", a Seção-Local colocava em dia as anuidades, inscrevia os participantes, organizava a caravana e, no decurso do próprio Encontro, reunia os seus filiados que, naquele momento, pareciam muito envolvidos e confiantes na atuação da AGB em sua vida cotidiana. Nos anos, que não havia Encontro, ocorria, e ainda ocorre, um grande esvaziamento. A AGB até hoje padece deste problema. Naquele momento, com o objetivo de levar adiante e encaminhar as propostas aprovadas nas Plenárias Finais dos Encontros, através uma vida cotidiana mais ativa, buscou-se inserir a Seção Local em fóruns que debatessem e atuassem nas questões que dizem respeito à formação e atuação dos geógrafos. A Seção Local participou do Fórum de Educação de Niterói, de Fóruns de Entidades que debatiam os Planos Diretores de Niterói e Nova Iguaçu, fóruns de meio ambiente e, por fim, por intermédio de contato com a FASE, participou do Fórum Paralelo das ONG's da ECO 92. A expectativa era a de que os filiados sustentassem a discussão da Seção Local nestes fóruns, através da participação nas Comissões de Educação, de Política Urbana, de Meio Ambiente. Embora tenha articulado, por algum tempo, uma boa quantidade de filiados, estas atividades não se prolongaram. Hoje há uma tentativa de se retomar essas articulações através da Comissão de Ensino, que tem, de certa forma, dialogado com os associados e algumas Secretarias de Educação.

Os associados também estiveram ao lado da Direção Local que, em 1992, durante a realização do IX ENG, indicou para Primeira-Secretaria da DEN (biênio 1992-1994), um membro da seção. Importante destacar nesse momento a participação dos associados, que reunidos durante o evento, decidiram que participariam da Direção Nacional através da indicação de um associado e ao mesmo tempo garantiriam, com o apoio necessário durante os dois anos da gestão sua permanência e condições de trabalho.

Outra importante contribuição da seção Niterói, agora em conjunto com a seção Rio de Janeiro, foi a proposta do Espaço de Diálogo como parte integrante dos Encontros da AGB, explicitando uma concepção mais democrática e participativa. A proposta foi apresentada na RGC realizada em dezembro de 1998, em Presidente Prudente, durante a gestão do professor Carlos Walter Porto Gonçalves na presidência da AGB (1998-2000), tendo sido experimentada pelas seções proponentes durante o I Encontro Estadual de Professores de Geografia do Rio de Janeiro. A prática do Espaço de Diálogo que foi assumido pela DEN e colocado em prática no IV Encontro Nacional de Ensino de Geografia - "Fala Professor", realizado em 1999, em Curitiba.

Além de os ED proporem uma maior democratização e participação, se propunham também um debate mais aprofundado das temáticas durante a realização dos trabalhos e criação de um lugar de reflexão. Dessa forma representaram um duro golpe na concepção de apresentações orais livres, em que as pessoas passavam pelas salas nos horários de suas apresentações e depois desapareciam na multidão. Representaram também uma restrição à lógica da indústria dos currículos. Mas acima de tudo significaram a possibilidade de constituição de verdadeiros núcleos de trabalho durante o evento.

Nossa Sede é nossa Sede

A sede da AGB-Niterói foi resultado de muito desejo e luta. Em 1988, com a mudança de endereço do Instituto de Geociências da UFF, a seção finalmente conseguiu um lugar para se instalar. Até então, acontecia com a seção Niterói o que foi ou ainda é realidade para muitas seções no Brasil - à cada momento, um lugar - as vezes dividindo o espaço com outras

entidades, outras vezes na casa de um de seus Diretores. A partir desse dia, a AGB-Niterói passou a contar com uma sala-sede, onde mantém seus arquivos com a sua história e de outras Seções da AGB, realiza venda de publicações e viabiliza atendimento aos associados e demais interessados, constituindo, assim, o principal local de encontro da Geografia em Niterói. Em 2003 a sala da AGB-Niterói foi “reinaugurada” e passou a se chamar *Sala Professora Martha Ramscheid Figueiredo*, uma justa homenagem à professora do curso de Geografia da UFF, que ocupou a Direção do Instituto de Geociências à época da conquista da sede, que foi uma associada de grande participação da seção, tendo sido da Diretoria da Seção Local Niterói em duas oportunidades, e que, infelizmente, faleceu no ano de 2002.

A AGB-Niterói e a AGB-Rio de Janeiro: construção coletiva

A AGB-Niterói sempre se esforçou para não ter na sua relação com o curso de Geografia da UFF uma camisa-de-força. Esse importante vínculo institucional, constituído desde sua origem, foi fundamental para a continuidade da Seção e para o avanço no pensar/fazer geográfico em Niterói. No entanto, o que consideramos como a base geográfica da Seção Niterói, ultrapassa em muito os muros da UFF. A seção Niterói construiu sua importante história tendo como referência programática o estreitamento das relações com os associados, principalmente os professores das redes de ensino fundamental e médio, em vários municípios do Rio de Janeiro, que vão desde os mais próximos, na Região Metropolitana – como Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, até os mais distantes de sua sede como Angra dos Reis, Volta Redonda, Araruama e Nova Friburgo. Em todos esses municípios a seção Niterói vem realizando atividades com frequência e sempre contando com a participação dos associados na construção dessas relações.

Ao longo desses seus anos de história recente a AGB elaborou importantes movimentos de intervenção mais ampla. Isso influenciou sobremaneira a relação da seção local com as demais seções e a Diretoria Executiva Nacional.

Na relação com as demais Seções da AGB destaca-se o trabalho que vem sendo realizado em conjunto com a Seção Rio de Janeiro. Parceiras e cúmplices de um projeto que pensa a AGB e suas atitudes numa perspectiva que, valoriza a ação local e dimensiona um projeto de intervenção política mais ampla, de construção nacional de uma associação que se atente para os problemas de atingem a categoria e a sociedade.

As seções estiveram juntas num significativo conjunto de atividades e de lutas. Onde podemos destacar a realização do I Encontro Estadual de Professores de Geografia do Rio de Janeiro, Nova Friburgo/1999; I Encontro Estadual Geógrafos do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/2000; II Encontro Estadual de Professores de Geografia do Rio de Janeiro, Volta Redonda/2001; III Encontro Estadual de Professores de Geografia do Rio de Janeiro, São Gonçalo/2003. Ainda, a organização dos Espaços de Diálogos no IV “Fala Professor”, em 1999 e no XII ENG, em 2000.

No campo das lutas, a parceria Niterói – Rio de Janeiro se efetivou. Dentre esse vasto conjunto que cresce a cada ano podemos destacar:

- a luta contra a discriminação promovida pelo CREA-RJ para com os Geógrafos no tocante a emissão do Registro Profissional. Neste episódio reuniões, documentos e um histórico ato público na porta da sede do CREA-RJ (com direito a passeata, faixas, carro de som e bloqueio da rua), foram algumas das atitudes tomadas pelas seções Niterói e Rio de Janeiro e que contou sempre com a participação do Movimento Estudantil de Geografia do Rio de Janeiro. Vitória dos Geógrafos;

- A participação na Consulta Popular contra a implementação e participação do Brasil na AICA;

- Mobilização contra o Exame Nacional de Cursos (Provão).

O amadurecimento da cumplicidade pela consolidação de um projeto de construção coletiva da AGB, levado a cabo pelas Seções Niterói e Rio de Janeiro e o entendimento da importância de participação efetiva dos associados na construção de cada seção no país, permitiram levar adiante cada um desses projetos de atividade e de luta.

Concluindo...

O parto da AGB-Niterói foi lento, mas como já dizia a experiência - "*vamos devagar pois temos pressa*". A necessidade e importância de termos nossa entidade cada vez mais atuante, fizeram com que sua estrutura orgânica fosse ganhando corpo mais rapidamente. Pouco mais de três anos se passaram... Movimento deu lugar à Comissão, e a Comissão deu lugar à Seção.

"Vimos a Geografia que não queremos, e até entendemos muito dela, mas o principal é esta prática de discussão permanente que faz a consciência da geografia que queremos. **E a AGB Niterói sempre foi isto tudo**" (Boletim Informativo nº 0 – Pró-AGB/Seção Local de Niterói, 1980, p.2)

Vinte e três anos se passaram e a AGB-Niterói, construiu sua história e faz parte da história de cada associado.

Foi uma tarefa difícil definir o momento de terminar de contar a história de uma Seção Local que insiste em continuar nesse intenso movimento de acordar a cada dia para novos desafios, e de adormecer, para assim, acordar na manhã (que também poderia ser noite) seguinte para continuar a fazer e a contar sua própria história. Mas como não poderíamos nos furtar ao combinado, decidimos pelo concluindo... Assim a história da AGB, em todo o Brasil, pode continuar a ser escrita. O convite está feito.

E a história continua...

Bibliografia

BOSI, Alfredo. O Tempo e os Tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 15-35.

MOREIRA, Ruy. A origem da Gestão Coletiva. (mimeo), Niterói, 1991.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Armando Corrêa da. A Renovação Geográfica no Brasil - 1976-1983: As Geografias Radical e Crítica numa Perspectiva Teórica. Boletim Paulista de Geografia, n.60. AGB-São Paulo, 1983.

Revistas e Periódicos

Boletim Fluminense de Geografia n.1. Niterói: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Niterói, 1993.

Boletim Fluminense de Geografia n.2. Niterói: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Niterói, 1995.

Revista Fluminense de Geografia n.1. Niterói: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Niterói, 1996.

Revista Fluminense de Geografia n.2. Niterói: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Niterói, 1998.

Caderno de Textos. n.1. Niterói: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Niterói, 1982.

Documentos

Boletim Informativo nº 0 – Pró-Associação dos Geógrafos Brasileiros/seção local de Niterói, 1980. (mimeog.).

Plataforma da AGB-Niterói. Niterói: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Niterói, 1981. (mimeog.).

Atas das Assembléias Gerais Ordinárias da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Niterói – 1981-2002.

Boletins Informativos da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Niterói

Cartazes de Atividades realizadas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Niterói.

O TRABALHO TÉCNICO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU – AGB/BAURU

El trabajo técnico-político-pedagógico de la Asociación de los Geógrafos Brasileños – Sección Local Bauru – AGB/Bauru

The technical-political-educational work of the Association of the Brazilian Geographers – Bauru Local Section – AGB/Bauru

Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Bauru

“Ao nos associarmos a uma entidade com tanta história e com tantas tradições como a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), certamente devemos ter percebido que não estávamos nos propondo unicamente a consumir eventos e publicações. Requer-se que o geógrafo que a ela se associe seja diferenciado e, neste sentido, será fundamental dar a nossa cola-parte de uma participação cidadã efetiva.

O agebeano não há de ser cidadão dos discursos, do voluntarismo e da socialização compreensiva dos estragos causados por um modelo de desenvolvimento que só beneficia alguns. É preciso que tenha em conta a importância de sua contribuição para que este estado de coisas seja radicalmente transformado e que sejamos nós os agentes diretores desta transformação. Somente assim é que a entidade tem sentido e somente desta maneira é que a Geografia conseguirá se afirmar como ciência capaz de contribuir para a construção de uma sociedade justa, trazendo para seu seio o verdadeiro caráter de competência que desejamos para ela.

É preciso participar mais e mais; é preciso que transformemos nossas atuações como associados num fórum permanente de estudos, reflexão e produção sobre os grandes problemas nacionais. Temos que mostrar à nossa sociedade que, dentro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) produzimos uma Geografia eminentemente cidadã”.

Álvaro José de Souza

Resumo: O presente texto faz uma abordagem do trabalho político-pedagógico da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Bauru. A AGB/Bauru foi fundada em 1994, e desde então, contribui para produção do conhecimento geográfico em suas diversas esferas. Também apresenta as principais realizações da entidade, em seus 10 anos de existência.

Palavras-chave: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru, Conhecimento Geográfico, Geografia Brasileira, Trabalho Técnico-Político-Pedagógico.

Resumen: El presente texto realiza un estudio del trabajo político-pedagógico de la Asociación de los Geógrafos Brasileños – Sección Bauru. La AGB/Bauru fué fundada en 1994, y desde entonces contribuye para la producción del conocimiento geográfico en sus diversas esferas. También se representan, los principales acontecimientos de la institución durante los diez años de existencia.

Palabras-clave: Asociación de los Geógrafos Brasileños, Sección Bauru, Conocimiento Geográfico, Geografía Brasileira, Trabajo Técnico-Político-Pedagógico.

Abstract: This text makes an approach of the political-educational work of the Brazilian Geographers Association, Bauru Section. The AGB-Bauru was established in 1994, and since, contributed to the production of the geographical knowledge in its various spheres. The main doings of the entity are also presented in its 10 years of existence.

Key words: Brazilian Geographers Association, Bauru Section, Geographical Knowledge, Brazilian Geography, Technical-Political-Educational Work.

1) O nascimento e o desenvolvimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)

A Associação dos Geógrafos Brasileiros existe como entidade civil de caráter técnico-científico desde 1934. Sua fundação, realizada nos moldes da Associação dos Geógrafos Franceses, coincide com a vinda de professores estrangeiros para compor o quadro docente dos primeiros cursos de Geografia no Brasil, na Universidade de São Paulo (SP.) e na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro). Seus objetivos primordiais sempre foram o de apoiar, subsidiar e divulgar a produção científica de Geografia no país.

O crescimento da entidade deu-se dentro de uma estrutura que compatibilizava a sua ampliação de área de abrangência com base num processo de regionalização, fazendo surgir Seções Regionais em locais onde existissem profissionais habilitados e dispostos a realizar trabalhos buscando as mesmas metas nacionais. Dessas Seções Regionais surgiram os primeiros órgãos de divulgação da entidade, tais como a Revista *Geografia* em São Paulo (1934), os boletins *Carioca* e *Paulista de Geografia* (décadas de 1940/50) e posteriormente, os *Boletins de Geografia, Mineiro, Baiano e Paranaense*.

A estrutura original da entidade distinguia sócios honorários, efetivos e colaboradores. Os primeiros, indicados pelos membros efetivos pelo seu notório saber, ao passo que os sócios efetivos eram aqueles que, por sua titulação e atuação na entidade, agregavam-se à AGB com inúmeros privilégios, tais como, compor diretorias, apresentar teses e trabalhos em eventos, em nome da Associação e outras instâncias. Os sócios colaboradores constituíram um grupo que buscava associar-se à entidade usufruindo de sua produção científica.

A partir da década de 1940, a Associação dos Geógrafos Brasileiros passou a realizar periodicamente os Congressos Brasileiros de Geógrafos. A cidade paulista de Lorena foi escolhida para sediar o primeiro deles. Desde os primeiros congressos, além de haver discussões sobre os caminhos da Ciência Geográfica no país, apresentavam-se comunicações e teses geográficas, assim como se precedia um amplo estudo de campo da área de realização do evento, comandado por equipes especializadas sob a direção de sócios efetivos especialistas no tema. Essa produção científica passou a ser publicada nos anais da entidade que, não raramente, atingiam uma dezena de volumes com informações de um valor imenso.

A partir da metade da década de 1950, a expansão da entidade e a criação de inúmeras novas seções regionais permitiu não só um aumento da produção científica, que passou a ser ampliada nas próprias seções locais, mas igualmente gerou a necessidade de reestruturação dos Congressos Nacionais de Geógrafos. Em um primeiro exemplo, algumas seções destacaram-se na produção de materiais regionais, tal como "A cidade de São Paulo", durante as comemorações do quarto centenário da cidade. No segundo caso, surgiu uma diferenciação entre Encontros Nacionais de Geógrafos e Congressos Nacionais de Geógrafos. Os primeiros eventos ocorriam em intervalos bienais, e os segundos eram realizados a cada década, com amplitude e abrangência bem maiores. Os eventos passaram a ser realizados em cidades maiores e a participação da comunidade geográfica ampliou-se progressivamente.

Na década de 1970, os Encontros Nacionais de Geógrafos atingiram dimensões enormes, chegando a reunir diretamente mais de um milhão de geógrafos em cada evento. Em um deles, realizado em 1978 em Fortaleza (CE), ocorreu um amplo movimento de renovação das estruturas associativas. A partir daí ocorreu efetiva democratização da AGB permitindo a participação igualitária de todos os associados em encontros e em todas as atividades da entidade. As antigas categorias de sócios foram extintas. As seções regionais foram substituídas por seções locais, mais participativas e com maior autonomia. As eleições de diretorias passaram a ser diretas, envolvendo a totalidade dos sócios da entidade.

2) Objetivos da Associação dos Geógrafos Brasileiros

A AGB tem como principais objetivos:

I - Promover o desenvolvimento da Geografia no Brasil, pesquisando e divulgando assuntos geográficos, principalmente brasileiros.

II - Estimular o estudo e o ensino da Geografia, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento.

III - Promover e manter publicações de interesse geográfico ou não.

IV - Manter intercâmbio e colaboração com outras entidades dedicadas à pesquisa geográfica ou de interesse correlato, ou ainda à sua aplicação, visando o conhecimento da realidade brasileira.

V - Propugnar pela maior compreensão e mais estreita colaboração com os profissionais e os estudantes de disciplinas afins.

VI - Estimular o entrosamento entre entidades profissionais, entidades estudantis e grupos da comunidade para o estabelecimento de ações conjuntas que visem ao aprimoramento das instituições democráticas e à melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

VII - Analisar atos dos setores público ou privado que interagem e envolvem a ciência geográfica, os geógrafos e as instituições de ensino e pesquisa da Geografia, e manifestar-se a respeito.

VIII - Congregar os geógrafos e os estudantes de Geografia do país para a defesa e prestígio da classe e da profissão.

IX - Promover encontros, congressos, exposições, conferências, simpósios, cursos e debates, bem como o intercâmbio profissional mantendo contato com entidades e afins no Brasil e no estrangeiro, de modo a favorecer a troca de observações e experiências entre seus associados.

X - Procurar representar a Geografia brasileira e o pensamento de seus sócios junto aos poderes públicos e às entidades de classe, culturais ou técnicas.

3) O nascimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru

A Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru é uma extensão da Associação dos Geógrafos Brasileiros/Nacional, com identidade jurídica e cultural. A "AGB-Bauru" foi fundada em 29 de outubro 1994, estimulada pela decisão coletiva da AGB de organizar nacionalmente os geógrafos brasileiros em seções locais. Foi uma conquista política estratégica para a categoria porque permitiu a descentralização participativa e organizativa dos associados, constituída na maioria por professores de Geografia e de áreas afins. À Diretoria Executiva Nacional coube a responsabilidade da coordenação das atividades, cujas decisões passaram a se pautar pelos interesses das seções locais, respaldadas nas decisões das Reuniões de Gestão Coletiva, as RGCs.

Toda essa estrutura, que permanece viva e em pleno aprimoramento, trouxe aos geógrafos e aos professores resultados magníficos, frutos dessas inegáveis conquistas que desejamos manter e ampliar. Contudo, a estrutura político-econômica do país tem colocado em xeque a sobrevivência e a eficácia das seções locais. Elas estão sendo sufocadas pela centralização obrigatória das atividades, que leva os associados a participarem das seções mais fortes e bem estruturadas. As pequenas seções derivadas de iniciativas de abnegados, surgem e desaparecem com incrível rapidez.

Fica evidente que somente uma estrutura organizativa bastante forte é capaz de garantir uma relativa estabilidade às seções locais que, mesmo assim, dependem fundamentalmente de um certo número de obstinados capazes de mantê-las vivas e atuantes por um largo período. Muitas pequenas seções são criadas por iniciativas pessoais ou de poucos indivíduos, que reúnem-se estimulados pela estruturação democrática da AGB, que também favorece uma certa atomização associativa. Comumente, os dirigentes tentam inserir suas entidades nas comunidades regionais como forma de fortalecê-las. Contudo, é sabido que os movimentos culturais e educativos têm pouco amparo social e governamental no Brasil, e grande parte das seções desaparecem rápido por não encontrarem respaldo em suas comunidades.

É uma questão organizativa difícil de resolver porque se a AGB retomassem ao restabelecimento de um poder de intermediário seria, sem dúvida, um retrocesso. Teria que pautar os destinos de uma entidade que se propõe a ser democrática, numa sistemática de estabelecimento de barreiras entre o poder executor e o poder de decisão, arma do regionalismo administrativo praticado por elites, que tradicionalmente excluíram a participação popular orgânica.

Nesse contexto é que a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru buscou uma alternativa organizativa ao trabalho realizado em âmbito estritamente local, que teria sido incapaz de promover uma participação mais ampla de outros municípios e de ampliar sua estrutura para poder subsistir como seção local. Partindo do pressuposto da fragilidade de uma organização restrita, a Seção Bauru, através de sua Diretoria Executiva, auxiliados pela iniciativa de geógrafos de outros municípios interessados em participar da nova Seção, decidiu pela criação de uma estrutura extraterritorial.

Esse tipo de organização permitiria a instalação de Coordenadorias de Sócios em municípios com um certo aporte de associados e que poderiam usufruir a estrutura, os eventos e publicações propiciados pela Seção Local Bauru. Cada Coordenadoria de Sócio teria um responsável, ao qual caberia a tarefa de organizar a seção em sua área de atuação. Este associado integraria a Diretoria da Seção Bauru na qualidade de sócio/coordenador. Com o apoio logístico da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru (AGB/Bauru), a Coordenadoria de Sócio se beneficiaria de atividades de extensão e, ao mesmo tempo, teria apoio da AGB/Bauru para organizar seus próprios eventos. Desta forma, a Seção Bauru poderia estar presente, de forma viva e atuante em áreas onde a sua atuação poderia se tornar ressonante.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru possui atualmente Coordenadorias de Sócios em Adamantina (SP), Araguaína (TO), Botucatu (SP), Cáceres (MT), Cornélio Procópio (PR), Franca (SP), Lins (SP), Registro (SP), Rio Claro (SP), Sertãozinho (SP), São José do Rio Preto (SP) e São Vicente (SP).

A Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru possui duas publicações periódicas: o boletim informativo "O Espaço do Geógrafo" e a revista "Ciência Geográfica - Ensino-Pesquisa-Método", catalogada com o ISSN desde a quarta edição sob o n.º 1413-7461 e financiada pelo Programa de Apoio a Publicações Científicas (Programa Editorial) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. A periodicidade do boletim informativo *O Espaço do Geógrafo* é trimestral (com tiragem de 2000 exemplares por edição) e da Revista *Ciência Geográfica* é quadrimestral (com tiragem de 1000 exemplares por edição), sendo a revista de Geografia com periodicidade mais freqüente no Brasil. A revista *Ciência Geográfica* tem caráter eminentemente científico. Em seus dez de anos de existência, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru publicou três livros: "*Milton Santos: cidadania e globalização*", "*Paisagem, Território, Região: em busca da identidade*" e "*Escola Pública e Sociedade*".

4) Atividades desenvolvidas nos dez anos de existência da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local Bauru

Durante o decorrer dos seus quase dez anos de existência, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru seguiu a máxima do IX objetivo do Estatuto da AGB, de *promover encontros, congressos exposições, conferências, simpósios, cursos e debates, bem como o intercâmbio profissional mantendo contato com entidades e afins no Brasil e no estrangeiro, de modo a favorecer a troca de observações e experiências entre seus associados.*

Promoveu em quase uma década, 23 palestras e conferências sobre educação e ensino de Geografia, organizou duas semanas de Geografia (1996 e 1997) realizadas em conjunto com a UNIFAC de Botucatu, envolvendo mais de 3.500 professores e alunos de faculdades e universidades públicas e privadas. Realizou em 1997, em Bauru, o Simpósio Multidisciplinar Internacional "*O Pensamento de Milton Santos e a Construção da Cidadania em Tempos de Globalização*", com a participação de 577 inscritos e 122 convidados do Brasil e do exterior.

Em 1998 promoveu em Araçatuba o Encontro Regional *Discutindo o ensino de Geografia diante das transformações do mundo atual*, com a participação de 425 inscritos. Em 1999 realizou em Votuporanga o Encontro Regional *Impasses da Globalização no Limiar do Século*

do Século XXI: Ações da Educação Brasileira e Caminhos para a Geografia, com a participação de 537 inscritos. O *Fórum Regional em Defesa da Escola Pública*, organizado em Bauru, com a participação de mais 400 inscritos e o Encontro Regional: *Bauru do Século XXI*, com a participação de mais 800 inscritos.

Em 2000 a "AGB-Bauru" organizou o Encontro Regional: *Os Caminhos da Educação Brasileira e a Contribuição das Ciências Humanas* em Monte Aprazível, com a participação de mais 1000 inscritos e em Bauru, o Simpósio: *Cultura, Espaço, Tempo*, com a participação de 767 inscritos.

Em 2003 organizou a Semana Cultural: *II Jornada Dom Bosco: o Homem e o Meio Ambiente* em Monte Aprazível, com a participação de 630 inscritos e o *Encontro Regional de Geografia Preparatório para o Concurso Público de Professor de Educação Básica II da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo* em Bauru, com a participação de 350 inscritos.

Além das atividades mencionadas, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru ministrou dois cursos nos Encontros Nacionais de Geografia em Recife (Questão da Colonização) e em Vitória da Conquista - BA (Ideologia na Cartografia). Nos referidos Encontros, sócios da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru foram responsáveis pela apresentação de 13 comunicações livres e dois painéis. Outra iniciativa bem sucedida da "AGB-Bauru" foi a parceria com a Agência de Produção Hideki Comunicação e Marketing, para desenvolver o projeto gráfico para o jornal "O Espaço do Geógrafo" e para a revista "Ciência Geográfica". Tais inovações foram possíveis graças aos recursos liberados pelo Instituto alemão Konrad Adenauer e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Outra boa parceira foi a Delegacia de Ensino de Bauru e a CENP na promoção de um curso de extensão cultural, que atendeu a 43 professores da rede oficial. Também contou com a Delegacia de Ensino de Lençóis Paulista para organizar da Semana Paulo Freire, que envolveu 500 professores.

5) Reconhecimento e respaldo ao trabalho da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local Bauru

Em quase uma década de existência a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru aplicou os preceitos do objetivo VII do Estatuto da AGB: *analisar atos dos setores público ou privado que interagem e envolvem a ciência geográfica, os geógrafos e as instituições de ensino e pesquisa da Geografia, e manifestar-se a respeito*, atendendo solicitações de cooperação e intercâmbio pela comunidade. A Entidade posicionou-se perante o Programa de Educação Continuada (PEC - Área de Geografia) realizado pela UNESP/Bauru para capacitar os professores da Rede Pública, através da análise e crítica à organização das atividades, aos materiais impressos e utilizados pelos MONITORES envolvidos. Também manifestou-se contrária a resolução do governo paulista de reduzir aulas nas grades curriculares das escolas e combateu o sistema de atribuição de aulas desorganizado e autoritário utilizado pela Secretaria de Estado da Educação e o tratamento do professor enquanto mero executor de políticas elaboradas por "instâncias" reconhecidamente especializadas da burocracia do Estado.

Denunciou o desmonte da escola pública e gratuita, em prol do ensino privado de "qualidade duvidosa", publicando na edição n.º 13 de "O Espaço do Geógrafo", o manifesto: "EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA NA REDE OFICIAL DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO" e participou como co-signatária na elaboração do manifesto: "FÓRUM REGIONAL EM DEFESA DO ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS", com inúmeras entidades de categorias e universidades no ano de 1998, publicado no n.º 14 de "O Espaço do Geógrafo"

Ao avaliar, através de parecer institucional os PCNs de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries (Geografia - Documento Introdutório), questionou seus fundamentos ideológicos e levantou sérias ressalvas à estruturação dos documentos, especialmente no que diz respeito a fidelidade científica das abordagens e da bibliografia mencionada. Tem colaborado com a interação Universidade-Comunidade (UNESP-Bauru) através dos projetos elaborados pelos alunos dos programas de graduação e pós-graduação. Como exemplos, citamos o projeto "Educação através do Rádio" (Rádio UNESP-FM), auxiliando na elaboração dos materiais para os programas radiofônicos e impressos a serem divulgados entre os professores da rede pública. Durante dois anos uma

5.1) Serviços prestados e participação em conselhos municipais

A organicidade das ações da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru é caracterizada pela realização de eventos com fornecimento de estrutura e pessoal especializado junto a entidades e universidades; elaboração de laudos técnicos e estudo de impactos ambientais para entidades da sociedade civil, ONGs e Ministério Público; realização de estudos de impactos de vizinhança previstos no Estatuto da Cidade; organização e participação em debates públicos sobre problemas urbanos de ordem ambiental, de planejamento, de urbanismo e economia; divulgação de eventos nacionais e internacionais na área da Geografia e da Educação e de monografias, dissertações e teses na revista "Ciência Geográfica" - Ensino-Pesquisa-Método, na área da Geografia e da Educação e análises de grades curriculares de cursos universitários com apresentação de sugestões e de algumas diretrizes básicas e na participação do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – Bauru (COMDURB) e no CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL – Bauru (CODEPAC)

6) Parcerias e intercâmbios nacionais e internacionais

Na atualidade, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru tem intercâmbios e parcerias firmados com 52 universidades brasileiras, seções locais da AGB, além de outras instituições voltadas à geografia e à educação e dez intercâmbios internacionais: Biblioteca - Facultad de Ciencias/UdelaR - Montevideo – Uruguay; Biblioteca – CeHu – Alexander Humboldt - Buenos Aires – Argentina; Biblioteca - Associação de Professores de Geografia - Lisboa – Portugal; Serviço de Biblioteca – Universidade Autônoma de Barcelona – Espanha; Biblioteca – Universidade de Havana – Cuba; Biblioteca - Congresso Nacional Norte-Americano – Washington – DC – EUA; Biblioteca – Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nacional de Rio Cuarto – Argentina; Serviço de Biblioteca – Universidade de Girona – Espanha; Biblioteca – Departamento de Geografia da Université Panthéon/Sorbonne – Paris – França e Biblioteca – Departamento de Geografia da Universidad La Habana – Havana – Cuba.

7) Revista "CIÊNCIA GEOGRÁFICA": Filosofia e objetivos

CIÊNCIA GEOGRÁFICA é a publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru, destinada a veicular a vida intelectual e acadêmica e a experiência profissional de geógrafos brasileiros em âmbito local, nacional e internacional.

Dentre seus objetivos estão: estimular a produção científica dos sócios da entidade e da geografia brasileira; divulgar a ciência brasileira em nível internacional e a ciência mundial no nível do Brasil. Informar o filiado à Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru acerca de trabalhos e produções de interesse científico, cultural e pedagógico e estabelecer o entrelaçamento da pesquisa universitária com a sala de aula, vinculando em caráter permanente o Ensino Fundamental, Médio e Superior de Geografia.

Para tanto, suas páginas estão abertas para todas as idéias e tendências acadêmicas e científicas atuais em debate na Geografia e na Educação, visando sua divulgação plural e consolidação das posições democráticas e avançadas. Em particular, estão abertas para todas as formas de ação que ponham a ciência geográfica brasileira junto aos que buscam a construção de um mundo justo e democrático.

7.1) Público alvo da revista:

Comunidade científica constituída por geógrafos e pesquisadores afins no contexto dos associados da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru, da AGB/Nacional, de entidades afins, de Universidades e de pesquisadores e professores do Ensino Fundamental, Médio e Superior.

7.2) Origem e evolução da revista:

As publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru se constituem em verdadeiras vias especializadas de difusão de conhecimento aos seus leitores. A Revista *Ciência Geográfica* nasceu de um projeto modesto, iniciado em março de 1995, no âmbito do núcleo da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru, em Botucatu. Foi uma iniciativa visionária do saudoso professor Álvaro José de Souza, seu mais forte alicerce. Os objetivos, que permanecem, eram o de dar difusão e incremento à pesquisa na área da Geografia, fazendo igualmente uma ponte entre a universidade e o ensino de 1º e 2º Graus.

Com uma tiragem inicial de 500 exemplares por edição e produzida de forma bastante amadora, a revista lançou algumas de suas marcas básicas: Artigos Científicos; Contribuição ao Ensino; Monografias e Resenha Bibliográfica, mesclando autores consagrados com produção científica comprovada e divulgando novos autores das áreas da geografia e da educação. De edição auto-sustentada desde o início, sem precisar contar com anunciantes, a Revista *Ciência Geográfica* pôde adotar um padrão editorial em conformidade com o que ocorre com as revistas científicas internacionais.

A proposta inicial, como revista de circulação quadrimestral, pôde ser efetivada a partir do segundo número, quando a publicação efetivamente assumiu seu compromisso de regularidade. A cada novo número, a qualidade editorial foi sendo aprimorada. A partir do quarto número houve a constituição de um Conselho Editorial formado por doutores de diversas universidades brasileiras. Desde o 3º número foi obtido o ISSN (N.º 1413-74-61) e o registro na Biblioteca Nacional. A tiragem da revista foi ampliada para 1000 exemplares por edição e passou de 50 para 80 páginas, com tratamento profissional da capa e do projeto gráfico. Desde as primeiras edições contou com a supervisão de jornalista registrado no Ministério do Trabalho. Com recursos escassos, foi vital para a sobrevivência da publicação, o Programa de Apoio a Publicações Científicas (Programa Editorial) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o convênio com os Correios para oficialização e padronização das remessas.

Os editores da revista “Ciência Geográfica” são os professores Ruy Moreira, Álvaro José de Souza (In Memoriam), Wellington dos Santos Figueiredo, Lourenço Magnoni Júnior, Elian Alabi Lucci, José Misael Ferreira do Vale. Em 1997 foi lançada a edição especial comemorativa ao Simpósio Multidisciplinar Internacional: “O PENSAMENTO DE MILTON SANTOS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO” e o autor homenageado participou da escolha dos artigos mais representativos de sua carreira. A revista “Ciência Geográfica” se encontra indexada em Geodados – www.geodados.uem.br, IBICT (ISSN n.º 1413-7461) e Latindex (UNAM/México) – Clase

As publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru não tiveram nenhuma interrupção até a presente data e são marcadas pela pluralidade de divulgação, fator fundamental para a construção de uma ciência forte e perene. O inesquecível mestre Milton Santos mencionou em entrevista ao jornal *O Espaço do Geógrafo*, a importância das publicações da AGB. Ele disse: “quando leio jornais da AGB, me dá uma enorme alegria, porque descubro nomes de pessoas que não tem a difusão que ainda é reservada a um número pequeno de pessoas em nosso país. Vejo textos que são densos e corretos, é o caso do jornal de vocês do “O ESPAÇO DO GEÓGRAFO”, como também os jornais e demais publicações da AGB/NACIONAL e de outras seções locais. Todas mostram que há uma retomada dessa vontade de densidade que é o que faz uma ciência e uma disciplina crescer. A AGB está de parabéns”.

8) Um compromisso que se renova a cada dia

É inegável a importância estratégica da Associação dos Geógrafos Brasileiros para a geografia e para a educação nacional e para o povo brasileiro durante os 70 anos de existência da entidade. Um reconhecimento que reforça o compromisso coletivo de categoria, para prosseguir fortalecendo constantemente a AGB.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru, segue fiel a filosofia da Geografia crítica e progressista. A cada dia, renova o firme propósito de ampliar os horizontes do conhecimento geográfico e educacional. Conta para isto, com as valiosas contribuições de seus diretores, associados, assinantes da revista “*Ciência Geográfica*” e da comunidade geográfica em geral, na defesa e na difusão do conhecimento a serviço da sociedade brasileira.

CONTRIBUIÇÃO DA AGB NA CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA UMA OUTRA GEOGRAFIA SEMPRE É POSSÍVEL

Contribution of AGB on the construction of Brazilian Geography. An
other Geography is always possible

Contribución de la AGB para la construcción de la Geografía Brasileña.
Una otra Geografía es siempre posible.

Arlete Moysés RODRIGUES

Profa. Livre Docente – IFCH e IG - UNICAMP
amoyses@terra.com.br

Resumo: O texto apresenta uma visão sobre a AGB e sua contribuição para a Geografia e geógrafos. Enfatiza a complexidade do tema e o analisa na perspectiva do vivido desde 1969, ano em que ingressei na AGB. Detém-se em alguns percalços da vida cotidiana da associação. Procura mostrar como as atividades da AGB contribuem para a socialização do conhecimento geográfico contemplando a diversidade de idéias e ideais. Apresenta alguns aspectos da estrutura interna da AGB, contemplando também a mudança de seu Estatuto, em 1979. Demonstra a importância da AGB na representação dos geógrafos e da Geografia brasileira nas diferentes instâncias no movimento da sociedade brasileira.

Palavras chaves: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Geografia, responsabilidade e representação dos geógrafos e da AGB, 1º Encontro de Geógrafos em 1972, 8º Encontro de Geógrafos em 1990, Movimento da Sociedade e a participação dos geógrafos e da AGB.

Abstract: This article presents a view of AGB and its contribution for geography and geographers. It empathizes the complexity of the theme and make an analysis about its history since 1969, year that I began my activism. The text has the intention to show how the activities of AGB are important to socialize the geographic knowledge and its diversity of ideas and ideology. The article makes a presentation of some structural aspects and also about the changes in its statute, in 1979. Demonstrates the relevancy of AGB for the other Brazilian social movements.

Key words: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Geography, responsibility and representation of geographers and the AGB, 1st National Encounter at 1962, 8th Encounter of Geographers at 1990. Movement of Society and participation of geographers and the AGB.

Introdução

Escrever sobre a contribuição da Associação dos Geógrafos Brasileiros AGB para a Geografia Brasileira deveria presumir uma reflexão profunda sobre a história da AGB, sobre os geógrafos e a Geografia. Isto não será atingida neste artigo.

O tema propicia tanto análises como proposições para a contínua necessidade de (re)construção da AGB que, ao completar 70 anos, realizará debates para mudança de seu Estatuto que poderá auxiliar a resolução de algumas problemáticas de organização.

Pensei, inicialmente, em utilizar alguns "indicadores": temas dos encontros e congressos, artigos contidos nas publicações, mas cada vez que iniciava a análise sentia restrições intransponíveis tendo em vista que as "medições" não auxiliavam a reflexão. Assim, o que se segue é apenas uma reflexão de alguns aspectos do tempo vivido como sócia da AGB.

Pensar nas contribuições da nossa Associação para a Geografia é o mesmo tempo instigante, polêmico, complexo, contraditório e parcial.

O tema é instigante porque obriga a refletir sobre a produção dos geógrafos associados e sobre os eventos e atividades promovidas ou incentivadas pela AGB. Isto implica em pensar

a sua dinâmica interna, sua forma de organização, quem foram e quem são os seus sócios, e de que forma participam nos eventos e atividades.

O tema é polêmico e complexo na medida em que implica em considerar o contexto político nacional e internacional, e as transformações que ocorreram nos estudos de Geografia. A produção e a análise do espaço só pode ser compreendida se a política espacial, nos seus diferentes contextos históricos, for analisada, já que a organização do território depende de ações políticas, sejam elas claramente deliberadas ou apenas indicadas. As políticas desenvolvimentistas marcaram o território com a instalação de unidades fabris de grande porte e com um mecanismo de relações trabalhistas formais. As políticas do pós-fordismo ou da acumulação flexível do capital demarcam outras formas de produção em pequenas unidades e com alterações, chamadas de "flexibilização", nas relações de trabalho. A importância das ações políticas governamentais no território explica porque o Estado e as políticas setoriais aparecem em um grande número de estudos realizados pelos geógrafos. Cabe ressaltar que, em grande parte, as ações políticas são analisadas pelas marcas que provocam no território e na sociedade. Verificar, assim, a importância da AGB considerando o contexto internacional e nacional para analisar as características gerais do espaço já mostra a complexidade e as polêmicas decorrentes. Estas reflexões podem ser visualizadas em vários números de boletins e revistas, e nas temáticas dos encontros e congressos.

O tema é, também, contraditório, pois as formas de analisar o processo constitutivo do território e como os geógrafos se dedicaram a estudar as questões são múltiplas e contemplam diferentes ideais e idéias, variados conceitos teóricos/metodológicos, temas objetos de análises e escalas de representação. Como a AGB pretende contemplar a diversidade é comum verificar numa mesma publicação temas abordados de formas diferentes, o que por si só constitui uma grande contribuição para a Geografia, pois permite a difusão do conhecimento. Nesse sentido, a visão que está aqui sendo apresentada poderá conflitar com outros textos sobre a importância da AGB, o que mostra a importância deste número da Revista Terra Livre. Os leitores dos artigos terão, assim, a oportunidade de verificar as semelhanças e as diferenças, e tirar suas conclusões sobre a importância da AGB, assim como sobre as transformações, mudanças e permanências na Geografia Brasileira.

O tema é parcial, pois para analisar a contribuição da AGB na construção da Geografia Brasileira serão deixados de lado bacharéis e licenciados em Geografia que não participam da nossa entidade, mas que também constroem a Geografia brasileira. Também é parcial por apoiar-se em lembranças pessoais com ênfase em São Paulo. Reflete apenas uma parte da realidade mas, por outro lado, demonstra algumas ações da AGB, o que já é indicativo de sua importância para a Geografia e para os geógrafos.

A produção e a divulgação do conhecimento

Um grande número de revistas, boletins, jornais, jornais eletrônicos, artigos na internet das seções locais e da nacional indicam a importância da AGB na construção da Geografia. Escritos e lidos, em sua maioria, por geógrafos, demonstram uma das formas pelas quais se constrói, se modifica, se altera ou se reconstrói a Geografia. Ressalte-se, contudo, que não apenas as publicações da AGB contribuem com este processo, pois textos e livros são editados pelas universidades e por outros agentes sem a participação da AGB ou dos geógrafos associados. Mas analisando os textos das revistas da AGB, verifica-se que, em geral, são instigantes e demonstram as pesquisas em andamento, em fase de conclusão ou já concluídas. Permitem a circulação das idéias, dos conceitos, do arcabouço teórico e da metodologia utilizada. "Retratam" as condições, contribuições, questões, problemas e problemáticas encontradas na vida de trabalho, estudo e pesquisa. É preciso ter clareza que a própria AGB não realiza pesquisas acadêmicas no sentido restrito do termo, mas as difunde. A ação política realizada pelos sócios ou pela direção da AGB implica em realização de pesquisas no sentido amplo e em divulgação da Geografia e dos geógrafos.

Ao reler textos de Montaigne, citado por Alain de Botton, detive-me na idéia de apontar, genericamente, a importância das revistas e boletins para verificar a contribuição da AGB para a Geografia: "Existem mais livros sobre livros do que sobre qualquer outro assunto: tudo o que fazemos é glosar uns aos outros. Tudo não passa de uma enxurrada de comentários; **de autores propriamente ditos, existe uma escassez absoluta**". (Botton, A., 2001, p. 189 - grifos meus). Montaigne se refere a livros e textos que repetem outros autores como papagaios sem julgar

ou analisar o que está sendo reproduzido. Penso que, ao contrário do que diz Montaigne, as publicações da AGB mostram a realização de pesquisas realmente densas. Não há escassez de autores, no sentido empregado por Montaigne, mas abundância. Nos artigos, é claro, não se excluem citações que comprovam o método e as idéias apresentadas ou que dialogam com os autores citados nos artigos.

A abundância de geógrafos que refletem sobre os problemas e que participam da AGB pode também ser verificada nas palestras, debates, mesas redondas, comunicações livres, painéis, encontros, simpósios e congressos, onde se problematiza a Geografia e a atuação dos geógrafos. Os eventos científicos são, assim, o lugar da troca, de debate e de possibilidades infinitas de construção do conhecimento. E, quando os textos de eventos científicos são publicados, permitem analisar quais os temas que estão sendo objeto de reflexão em cada período histórico e, portanto, também compreender a dinâmica da própria Geografia. Isto sem falar nos cursos, que se tornam um momento propício para divulgação de conhecimento entre os vários associados da AGB, que permitem aprofundar um determinado tema. Considerando que na dimensão continental do Brasil os custos de deslocamentos são elevados para realizar cursos específicos, aproveitamos os momentos de encontro para uma troca profícua de conhecimento.

Em outros momentos contestei os cursos ministrados nos encontros, ponderando que era uma forma de minimizar a formação insuficiente realizada por faculdades privadas. Hoje, mesmo permanecendo a considerar este fato, pondero que a comunidade geográfica e a Geografia brasileira acabam por se fortalecer pela troca de conhecimentos.

Analisar os cursos que mais interessam e que são mais procurados, dependendo do período, pode indicar tanto a importância dos temas como a disponibilidade de companheiros que os ministram. Uma pesquisa deste tipo poderá ser empreendida para se ter a dimensão mais correta dos temas e assuntos com demanda crescente ou decrescente. Diga-se, de passagem, que os professores, bem como todos os convidados para mesas redondas, ministram os cursos gratuitamente, apenas sendo ressarcidos das despesas de deslocamento e hospedagem.

Depoimento

Para dar maior clareza sobre a importância da AGB, cito ainda Montaigne: "Se eu fosse um homem de grande erudição, encontraria o suficiente para tornar-me sábio em minha própria experiência (...) uma vida, imperial ou plebéia, é sempre uma vida afetada por todos os percalços a que um homem está sujeito" (Button, A., 2001, p. 189).

Resolvi utilizar Montaigne para pensar a contribuição da AGB na vida dos geógrafos e escrever este artigo com base na minha experiência, mesmo não sendo erudita, muito menos sábia. Considero que a AGB tem a vida afetada, transformada, modificada, por todos os percalços de uma associação científica que sobrevive da contribuição de seus associados que, por sua vez, lutam cotidianamente por sua própria sobrevivência. Refletir sobre a vida da e na associação pode nos auxiliar a verificar a influência da AGB na construção de nossos ideais da Geografia.

Esta reflexão é, portanto, um breve depoimento de minha trajetória na AGB, desde que me associei a Seção Regional de São Paulo, em 1969. Em 1968, na PUC, ouvi falar pela primeira vez que na AGB se debatia, além de todas as questões conjunturais da ditadura militar, também a Geografia e suas transformações. Naquela época, na PUC, não tínhamos contato com a produção científica e com os debates que se faziam na AGB, já que as lutas estavam centradas em movimentos contra o regime ditatorial. Mudar da PUC para a USP, pelas mesmas circunstâncias históricas do período da ditadura militar, foi encontrar também a AGB.

A AGB era o espaço além das salas de aulas, dos corredores, das manifestações. Podíamos debater a Geografia, saber o que se passava no mundo na produção científica em geral e aprofundar os conhecimentos sobre o momento histórico em debate franco e aberto entre estudantes e professores sócios da AGB – Seção Regional de São Paulo. Alguns textos devem falar sobre a forma de organização da AGB no período em que para ser sócio titular da AGB - Nacional era necessário ser formado, demonstrar ação e pesquisa como geógrafo e, inclusive, ser apresentado por sócios titulares. Outros artigos devem falar sobre os embates e debates de 1978, em Fortaleza, que provocaram a convocação da Estatuinte em 1979, em São Paulo. Aqui apresento minhas lembranças, que podem coincidir ou não, com outras ou com o que está registrado nas tantas atas da entidade.

Mesmo antes das alterações de 1979, éramos na Seção Regional de São Paulo, todos "iguais". Realizávamos em conjunto trabalhos e grandes debates. Um aprendizado de organização e de democracia durante o período da ditadura militar, quando as mordças tentavam nos impedir de pensar e de agir. Autores estrangeiros foram editados de modo informal, sem editora, como Yves Lacoste, "a Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra"¹ permitindo conhecer as alterações e mudanças da Geografia, em especial as que ocorriam na França. Pensar que não tínhamos acesso a produção de autores de fora do Brasil pode parecer uma brincadeira, mas era a realidade do momento. A publicação de "Seleção de Textos", iniciada em 1967 pela Seção Regional de São Paulo, "destinava-se à publicação de trabalhos originais ou transcrições de textos, com finalidade didático-científica" (AGB - São Paulo - Seleção de Textos nº 1 - 1976), tornou-se uma publicação importante e constante e expressou, em 1978, ter como objetivo "por em crise a teoria e a prática da Geografia atual, estimulando o debate e a crítica; repensando os rumos da Geografia no Brasil de modo a colocá-la pari passu à reconstrução da sociedade e facilitar o acesso dos estudantes e leitores em geral a textos de circulação restrita, em especial aqueles publicados em língua estrangeira" (AGB - São Paulo - Seleção de texto nº5, 1978). A explicitação sobre os objetivos da "Seleção de Textos" mostra, claramente, o processo da Geografia brasileira na conjuntura histórica e o intuito de democratização do conhecimento. Sem dúvida, uma imensa contribuição da AGB para a Geografia brasileira.

Os autores dos primeiros números são símbolo desta contribuição para a Geografia Brasileira. Textos de A. V. Anuchin e Milton Santos (AGB - São Paulo - Seleção de Textos nº 1, 1976), de Octavio Ianni e F. Prandini e outros (AGB - São Paulo - Seleção de Textos nº 2, 1976), de Manuel Castells e James Anderson (AGB - São Paulo - Seleção de Textos nº 3, 1977) e de D. F. Maza Zavala (AGB - São Paulo - Seleção de textos nº 4²), dão a dimensão do significado da publicação. Os autores dos primeiros números da "Seleção de Textos" comprovam que, ao contrário do que dizia Montaigne, não faltam autores na Geografia. Faltavam, na época, meios de divulgá-los, e isto foi conseguido pelo esforço da AGB. Escrever os nomes dos autores dos primeiros números serve também para reafirmar a importância da AGB para a Geografia. Ressalto, além da continuidade da Seleção de Textos, a publicação a partir de 1980, da Série Geografia Ontem e Hoje - "Reflexões sobre a Geografia", que tinha como objetivo tornar conhecidos autores que tratavam da Geografia numa abordagem diferente ou considerada inovadora para o período. O primeiro número contém artigos de Jean Dresch, Raymond Guglielmo, Orlando Valverde, Milton Santos e Jean Tricart³.

O conhecimento da produção da Geografia era, também, uma forma de desvendar o mundo e suas relações sociais, econômicas e políticas. Esta contribuição da AGB não poderá ser medida por "indicadores", mas pela experiência do vivido. Se eu tivesse como escrever este artigo em conjunto com vários companheiros da época, com destaque para Manuel Seabra, entre outros companheiros da AGB, daria um grande texto⁴. Quero ressaltar que o Boletim Paulista de Geografia nº 54, de junho de 1977⁵, deixou uma importante contribuição sobre teoria e método. Foi o primeiro número do BPG temático, que por si só demonstra a importância da AGB para a construção da Geografia, iniciando um novo formato de publicação do Boletim que implicava também em alteração do conteúdo e a constituição efetiva de Conselho Editorial⁶.

¹ Edição mimeografada realizada pela AGB - São Paulo e que teve ampla circulação. Yves Lacoste recebeu um exemplar da edição por intermédio de Milton Santos.

² A diretoria de Publicações da AGB - São Paulo estava sob a coordenação de Myrna Terezinha Rego Viana e José M. Gusmão Pinto.

³ Centrando-me nas minhas lembranças na AGB - São Paulo, deixo de citar outras publicações e atividades de outras seções regionais (antes de 1979) e das seções locais (após 1979). Ou seja, são citações muito parciais.

⁴ Todos aqueles que estiveram neste processo sintam-se, por favor, citados. Considerem o nome que destaquei como a recordação de que éramos muitos e que fazíamos parte do processo.

⁵ A diretoria de Publicações da AGB estava sob a responsabilidade de José M. de Gusmão Pinto.

⁶ Os textos do BPG n.54 são de Manoel Correia de Andrade, Silvio Carlos Bray, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Henrique Rattner e Milton Santos.

Ressalto também a publicação do BPG 55, que continha o texto "A Geografia está em crise. Viva a Geografia!" (Gonçalves, 1978). Este texto foi apresentado no 3º Encontro em Fortaleza, provocando intensos debates que contribuíram para deixar ainda mais evidente a crise dos estudos em Geografia.

A importância da AGB aparece, em minhas lembranças, no retorno de Milton Santos ao Brasil. Debatíamos a sua produção científica, procurávamos traduzir e divulgar seus textos e estávamos empenhados no seu retorno para o Brasil. Em 1975, Milton Santos esteve em Campinas para uma palestra. Na ocasião, foi procurado por Myrna T. R. Viana, então Coordenadora de Publicações da AGB - São Paulo, que expôs nossa vontade em conhecer sua produção e o interesse em publicar seus textos e livros. Milton Santos informou que não estava conseguindo publicar no Brasil e então entregou os originais (em francês) de "Espaço Dividido" (Santos, Milton, 1979), publicado quando ele já se encontrava no Brasil. Mas, como já dito, alguns textos foram traduzidos e publicados na "Seleção de Textos" e no Boletim Paulista de Geografia n. 54 (Santos, Milton - 1977) antes de seu retorno, em publicações de 1976 e do início de 1977.⁷ Lembro, também, de uma conversa coletiva que fizemos, muitos associados da AGB - São Paulo, logo após o retorno de Milton Santos⁸, na casa de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Era uma espécie de recepção (sem comer e beber) ao geógrafo Milton Santos, que retornava ao nosso convívio. Penso que esta foi também uma contribuição fundamental da AGB para a Geografia Brasileira, divulgando a obra de Milton Santos, fundamental para a Geografia brasileira.

Um outro marco importante, nas minhas lembranças, foi o Primeiro Encontro de Geógrafos, em 1972, em Presidente Prudente. Reunir mais de 400 profissionais foi um demonstrativo de que a AGB funcionava como um dos motores da produção e da difusão da Geografia. Este episódio, recordo-me bem, deixou a polícia política "impressionada" com o fato de um Primeiro Encontro reunir tanta gente no interior do Estado de São Paulo.

Além de um demonstrativo da força da comunidade de agebeanos, neste encontro foi possível assistir a um debate entre posições antagônicas entre a Geografia Quantitativa e/ou Teórica (como ficou conhecida inclusive com a publicação do Boletim de Geografia Teórica) e a Geografia Qualitativa, que ainda não era denominada crítica.

Os protagonistas do debate sobre as diferenças teóricas e metodológicas foram Manoel Correia de Andrade e Roberto Lobato. Permito-me citar estes dois grandes mestres não só pela sua importância na AGB e na Geografia mas, também, porque, à época, somente um encontro da AGB, dois geógrafos, um do Rio de Janeiro e outro de Pernambuco, poderia possibilitar aos formados e estudantes acompanhar um debate científico da melhor qualidade. O debate/embate acalorado mostrava a preocupação em elucidar metodologias e conceitos teóricos importantes para a Geografia brasileira. O relato pode parecer insignificante face as novas questões que dizem respeito a globalização da economia, o mundialismo ou a mundialização, o lugar, as "novas" atividades urbanas rurais, a atividade turística, o debate teórico e metodológico sobre espaço, território, sociedade, ambiente e natureza, entre outros, mas naquele momento debatia-se a matematização do espaço que poderia ocorrer com quantificações abstratas e a qualificação da análise do espaço com as pesquisas de campo e suas formulações teóricas.

Estes embates teóricos/metodológicos, assim como o aconteceu em 1972, ocorrem em todos os eventos da AGB, mas na minha lembrança esse evento aparece como singular, por ser o início da minha vida acadêmica, minha primeira participação num encontro da AGB - Nacional e em suas excursões, que contribuem na construção de um arcabouço teórico com o conhecimento prático da realidade local.

A troca de informações sobre as pesquisas, os debates e embates nos encontros, simpósios, nas publicações, faz da AGB o elemento transmissor de conhecimento das diversas correntes teóricas e metodológicas representadas no Brasil; da diversidade de pesquisas realizadas; dos

⁷ Para poder ter informações um pouco mais precisas contei com a colaboração principalmente de Myrna T. R. Vianna, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José M. Gusmão. É evidente que se alguma informação não coincidir com as datas exatas é porque minhas lembranças falharam.

⁸ Há controvérsia sobre se a nossa conversa foi em 1976, numa vinda de Milton Santos para participar de um seminário ou 1977 quando de seu retorno, inicialmente para a Bahia.

trabalhos e atividades em salas de aulas e; das análises dos geógrafos que estudam Geografia Física e Geografia Humana. Os encontros são, também, o momento para discutir a estrutura interna da AGB. Este debate assume, muitas vezes, proporções que parecem estar dissociadas dos temas de mesas redondas, grupos de trabalho, apresentação em painéis e comunicações livres. A plenária final centra-se na necessidade de constituir e eleger uma nova diretoria da nacional e, em função dessa dinâmica, há pouca avaliação sobre os trabalhos científicos, o que prejudica a possibilidade de uma visão geral sobre o conteúdo dos encontros.

Os debates foram também acalorados em 1974 e em 1976, tornando-se mais fortes ainda em 1978, pois várias problemáticas se colocavam: a crise dos estudos de Geografia e o movimento pela participação de estudantes e formandos na AGB - Nacional. Estes debates sobre a crise na Geografia sintetizavam as possibilidades teóricas e metodológicas de análises do espaço e os sobre o movimento para alteração dos estatutos demonstram o momento histórico e as lutas pela democratização do país. Os dois aspectos da problemática estavam imbricados, mas considero importante ressaltar as duas características que foram objeto de intensos debates.

As mudanças do Estatuto em 1979

As mordanças impostas pela ditadura militar estavam ainda presentes, mas o movimento da sociedade buscava brechas para instituir formas democráticas de participação. No Encontro de Fortaleza, em 1978, estas brechas eclodem com as propostas de mudança do Estatuto da entidade. Em São Paulo, muitos geógrafos se associaram a AGB - Nacional, para se integrar ao debate e propor mudanças estatutárias, em conjunto com os muitos sócios titulares que também queriam solicitar alterações no estatuto. A plenária contou com debates acalorados, natural no contexto histórico com as problemáticas que estavam em pauta. Contrários à instalação da "estatuinte", alguns argumentavam que a proposta não constava previamente da pauta da reunião onde seria "eleita" a Diretoria Nacional pelos sócios titulares, gerando um grande embate. Finalmente, a mesa concordou em fornecer cinco minutos para a coleta de assinaturas dos sócios titulares visando convocar uma reunião extraordinária para mudança de Estatuto. Muitos dos que queriam promover as mudanças não puderam assinar o documento pela forma como foi conduzida a Assembléia e, de certa forma, também o processo geral até a mudança estatutária de 1979. Assim vários geógrafos que sempre contribuíram para a Geografia brasileira ficaram afastados da AGB, somente voltando a participar do cotidiano da entidade alguns anos depois. Trata-se de uma experiência que demonstra a sabedoria destes homens e mulheres, que reconheceram as características do momento histórico e retomaram suas contribuições. Aproveito para prestar-lhes minha homenagem e externar o meu grande prazer em ter convivido com eles. Cabe ainda lembrar que após a convocação da Assembléia Extraordinária para reforma estatutária os diretores da nacional eleitos na plenária em Fortaleza, consideraram que não teriam condições de promover os debates para encaminhar a reforma do Estatuto e assim formou-se uma Diretoria Provisória com o objetivo precípuo de dar continuidade aos debates de Fortaleza. Um período tumultuado, contraditório, com inúmeros percalços a serem vencidos. Mas, finalmente, em que pese todas as dificuldades, a Plenária Estatuinte, em 1979, realizou profundas reformas no Estatuto da AGB.

No mesmo período, os temas apresentados nas Mesas Redondas e comunicações livres reafirmavam que o paradigma da Geografia estava em crise. Na AGB se debateram os métodos e os conceitos teóricos que estavam embasando uma Geografia que se prendia às descrições sem grandes análises, a Geografia quantitativa que apresentava dados e mais dados. Nenhuma das vertentes parecia incluir os debates teóricos para a difusão de uma Geografia comprometida com as transformações societárias. Os paradigmas científicos estavam postos em questão e o paradigma da Geografia parcelaria, dividida em humana, física, e cada uma destas partes, por sua vez subdivididas em outras divisões, estava em debate, ou seja, as "geografias", em suas múltiplas formas de separação das análises tanto da Física como da Humana.

Uma dos aspectos colocados no início é que de que os textos aqui apresentados podem ser conflitantes entre si, o que poderá, penso, ser constatado nas percepções dos eventos que ocorreram em Fortaleza, pois a vivência de 1978/79 foi diferente para cada um dos participantes. Minha versão é a de quem participou dos debates e que, na plenária, era apenas ouvinte, já que não éramos sócios titulares.

A mudança estatutária de 1979 foi uma contribuição inegável para a Geografia brasileira e para o próprio Brasil, pois se implanta um processo democrático no âmbito de uma associação que passa a congregar formados e estudantes do país inteiro. Mesmo que tenhamos clareza que a democratização das partes não implica, necessariamente, na democratização do todo, a nova forma de organização da AGB foi um processo impar naquele momento histórico. Um processo democrático que mostrava a necessidade e a urgência da igualdade. Igualdade que também pressupõe diferenças. Só os iguais podem ser diferentes. As diferenças ficaram explicitadas na contribuição diferente para os associados estudantes e formados. A igualdade ficou explicitada no fato de todos poderem eleger e serem eleitos como diretores das Seções Locais e da Nacional, desde que em dia com a anuidade das Seções Locais. Igualdade para debater as formas de organização da AGB nas reuniões de gestão coletiva que contam com os representantes das locais. Igualdade no fato de que as seções locais devem contribuir para a existência da Nacional tendo em vista o número de associados e o valor da anuidade. Não havia mais sócios titulares. Não eram mais duas associações, mas uma apenas que dependia e depende da organização das locais para a existência da Nacional.

O princípio da igualdade guarda também outras diferenças, pois nem sempre é possível o deslocamento dos representantes das seções locais para participar das reuniões de gestão coletiva, por falta de recursos. Um processo democrático que muitas vezes impõe percalços a serem vencidos e que demonstra a responsabilidade e o empenho das seções locais na contínua reconstrução da AGB.

A vida da AGB é, assim, uma vida afetada por todos os percalços a que uma associação democrática está sujeita e é preciso aprender com os percalços para sermos mais sábios com a experiência adquirida. Ao escrever esta frase dei-me conta que passei a falar de uma contribuição específica da AGB para a Geografia brasileira: a de pensar a democracia e a igualdade de direitos *ao* e *no* território e na sociedade, ou seja, no espaço. Uma entidade democrática tem por princípio pensar a democracia no país que como todos sabemos ainda é um processo em construção.

Com as mudanças no Estatuto de 1979, a contribuição da AGB para a Geografia brasileira tornou-se mais profícua. Os encontros, simpósios, congressos, debates, publicações passaram a contar com maior número de associados e assim a difusão do conhecimento amplia-se. Mas, também, aumentam os problemas para organizar encontros, pois é necessário prever e prover para um maior número de participantes, alojamento, alimentação, locais que comportem grandes platéias e locais menores. Novos temas de encontros são incluídos: Fala Professor e Simpósio de Geografia Urbana, são exemplos. Amplia-se a participação nos Simpósios, Encontros, Congressos. As Plenárias que debatem as proposições apresentadas no decorrer dos encontros mostram a importância da AGB no contexto nacional. Não me detive na análise das proposições, mas na minha lembrança fica marcado que a questão da presença da AGB na sociedade tem um grande destaque.

Detenho-me, agora, na lembrança do Congresso de 1984, realizado em São Paulo, quando a AGB completava 50 anos de existência. Além de muitas outras tarefas necessárias para a realização de um Congresso/Encontro, uma delas diz respeito a preparação de excursões programadas. Para fazer o roteiro de uma das excursões, sob a coordenação do Prof. Manuel Seabra, foi preciso estudar as formas de ocupação do espaço dos diferentes tipos de moradia, realizar levantamentos sobre a produção nacional e de São Paulo. Percorrer diferentes roteiros escolhendo um que pudesse dar conta de mostrar a diversidade e compartilhar o conhecimento obtido sobre a cidade de São Paulo. O texto elaborado para subsidiar a excursão foi publicado no Boletim Paulista de Geografia n. 64 (Seabra, Manoel e Rodrigues, Arlete M., 1986). Esta é outra forma de contribuição da AGB para a Geografia Brasileira, o conhecimento do território para excursões, organizadas pelas seções locais, permite aos associados do Brasil que moram em outros locais, conhecer o lugar onde se realizam os encontros. Não estou falando de "turismo" mas do conhecimento dos lugares onde se realizam os encontros vistos pela ótica dos geógrafos que moram na cidade onde se realiza o evento e que sempre é ampliada pela participação de quem analisa o espaço.

Talvez, para seguir a linha de raciocínio, eu devesse fazer uma breve consideração sobre os tantos debates que comprovam a contribuição da AGB para a Geografia brasileira. Mas farei um salto temporal para falar da gestão em que fui eleita Presidente da AGB, numa composição com companheiros de relevante atuação, tanto na AGB como na Geografia. Penso que é o que se espera dos ex-presidentes da entidade neste número da Revista Terra Livre.

Cabe destacar que, desde a alteração estatutária de 1979, poucas foram as vezes em que chapas se inscreveram antes da plenária final.⁹ Em Campo Grande, em 1986, havia duas chapas concorrentes. Em 1988, no Encontro realizado em Maceió, também duas chapas concorreram e a que eu fazia parte foi eleita. Depois deste período, pelo que eu me recorde, não houve disputas entre chapas. As Diretorias Nacionais - tem sido assim desde então - são formadas e eleitas nos debates das plenárias finais.

Em 1988, período no qual me detenho, a singularidade das chapas concorrentes estava relacionada ao contexto histórico do Brasil. A AGB simbolizava, para nós, um lugar específico para os debates sobre diferenças e divergências em relação à condução da Associação e dos instrumentais teóricos/metodológico da própria Geografia. Era também a "representação" dos associados para além da AGB e da Geografia. Tratava-se, segundo nosso entendimento, de intensificar nossa representação na sociedade.

Em 1988, em Maceió, chuvas intensas provocaram enchentes, prejudicando muitos alagoanos e, por tabela, também dificultando a organização do encontro. Um relatório foi elaborado pelos integrantes da Associação, nos dias que precederem o Encontro, mostrando as reais causas das enchentes. Foi, sem dúvidas, uma importante contribuição da AGB para a Geografia brasileira, pois se fez um diagnóstico da grave situação social do Estado num espaço dominado por uma oligarquia poderosa, simbolizada na figura do então governador Fernando Collor de Mello.

Na ocasião, programamos uma manifestação em frente ao Palácio para marcar a entrega do relatório, com o intuito de mostrar à sociedade alagoana a necessidade de compreender a dinâmica que ocasionaram as enchentes e a necessidade de "tornar público o espaço público", ou seja, as entradas do Palácio, já que esperávamos, como nos haviam precavido, encontrar suas portas fechadas. Tentávamos, além disso, mostrar que os movimentos da sociedade podem provocar mudanças reais na realidade. Mas, além de percebermos, durante o percurso de nossa manifestação, que o que fazíamos não tinha repercussão positiva entre os alagoanos, Collor nos recebeu cordialmente, abrindo as portas do Palácio. Desmontava-se, ali, um dos motivos de nossa mobilização. De qualquer modo ficou uma lição para todos. De alguma forma é preciso iniciar as manifestações da sociedade civil e se naquele momento não teve o resultado esperado, aprendemos que as manifestações amplas da sociedade podem surtir efeitos como ficou demonstrado no processo do *impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Mello.

O grande fato positivo deste episódio foi demonstrar que a participação da AGB, socializando o conhecimento produzido por seus associados, representa uma grande contribuição para o conjunto da sociedade que, na posse deste conhecimento, pode melhor interferir nas realidades locais.

O período de 1988 a 1990 teve grande mobilização da Sociedade Civil Brasileira e nela engajou-se a AGB. É, também em 1988, que se intensifica a participação da AGB nos Encontros Latino-Americanos de Geógrafos. Antes mesmo do Encontro, em 1988, durante o Congresso Constituinte, a AGB foi uma das entidades que participou ativamente da elaboração das Emendas Populares à Constituição, entre elas a da Educação, a da Reforma Agrária e a da Reforma Urbana, áreas e temas que são objetos de estudos de muitos associados. A Associação contribui, assim, não apenas com a Geografia brasileira, mas com a nossa representação na sociedade, com extrema relevância sócio-política. Voltando um pouco no tempo, recordo-me das manifestações pelas "Diretas Já", onde a faixa com os dizeres "AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros",

⁹ A eleição da Diretoria Nacional antes de 1979 era feita pelos sócios titulares e não sei se havia chapas concorrentes ou não.

em São Paulo, aparecia em destaque. Esta presença no cenário político nacional tem sido fundamental na construção e reconstrução da AGB. Estes poucos exemplos da ação política empreendida pelos associados da AGB demonstram que algumas críticas que afirmam que os geógrafos não têm participação ativa na dimensão política são improcedentes.

O movimento da sociedade civil ganha outra visibilidade em 1988, com as eleições municipais, quando vários partidos progressistas elegeram prefeitos e vereadores, e em 1989, com as eleições para Presidente da República que, infelizmente, elegeu Fernando Collor de Melo. Em 1990 logo após a posse, o Plano Collor retira dinheiro da "praça", congelando contas e cadernetas de poupança acima de cinquenta cruzados, atingindo fração significativa da população brasileira.

Neste ano, a AGB teve que vencer dificuldades financeiras enormes para realizar o Encontro em Salvador - a vida como dirigente da Associação acaba por nos ensinar como contornar obstáculos que parecem intransponíveis para que o debate científico se realize. Os poucos recursos que dispúnhamos foram "congelados" por Collor e foi preciso uma ação jurídica para liberá-los posteriormente. Somava-se à penúria financeira o fato das entidades de fomento também possuírem poucos recursos para auxiliar os encontros e congressos. Para tornar o Encontro possível, os convidados para mesas redondas, para ministrar os cursos, indicados e votados nas reuniões de Gestão Coletiva, como se procede desde as mudanças estatutárias de 1979, pagaram a maior parte de suas despesas. Conseguimos viabilizar, com o projeto encaminhado ao CNPq, apenas meia passagem de avião e pequena parte da hospedagem dos convidados e, com auxílio da FINEP, conseguimos a publicação dos Anais¹⁰. A falta de recursos, porém, não impediu a grande participação. O vultoso número de participantes coroou o empenho e a solidariedade de todos os agebeanos.¹¹

Uma das questões emblemáticas da participação da AGB no movimento da sociedade foi a aprovação, em 1988, na plenária de Maceió da filiação da AGB à Central Única dos Trabalhadores - CUT. A Central Única dos Trabalhadores não poderia aceitar a nossa filiação, pois a CUT é uma central sindical e a AGB congrega diferentes categorias de profissionais. Também, porque a AGB congrega estudantes que não são considerados passíveis de estarem representados num sindicato ou numa central sindical. A participação de representante da CUT em Salvador, em 1990, encerrou uma polêmica interna que ocorreu durante dois anos, ou seja, a idéia de que não havia empenho por parte da Diretoria Executiva Nacional em cumprir uma das deliberações da Assembléia de Maceió. Mas, o mais importante a ressaltar, é que a intenção em filiar-se a uma central sindical, num momento de crescente mobilização social, demonstrava o interesse dos geógrafos em participar do movimento geral da sociedade.

Assim retomo a idéia de que a igualdade pressupõe diferenças. Neste caso a igualdade da forma de organização da AGB tinha diferenças com a forma também igualitária de organização das centrais sindicais. Na AGB a igualdade dos associados implica em aceitar as diferenças. Na CUT a igualdade implica em aceitar as diferentes categorias de trabalhadores filiados aos sindicatos que definem sua filiação às centrais sindicais.

Da mesma forma, as diferenças de organização ocorrem entre o Sistema CONFEA/CREAs e a AGB. O sistema congrega os bacharéis que se registram nos CREA para exercerem suas atividades. A AGB congrega, como sabemos, estudantes, bacharéis, licenciados e mestres e doutores em Geografia mesmo que não sejam bacharéis em Geografia e outros interessados na Ciência Geográfica. Assim para a continuidade da representação dos geógrafos no Sistema CONFEA/CREAs, a AGB necessita explicitar para o CONFEA quais os geógrafos associados da AGB que têm registro no CREA.

¹⁰ A diretoria que nos sucedeu não conseguiu efetivar a publicação o que só foi possível na diretoria eleita em 1992, como poderá ser visto na contra-capas dos Anais.

¹¹ A Universidade Federal da Bahia tinha passado por uma longa greve e não foi possível realizar o encontro nas suas dependências. Às vésperas do encontro, não tínhamos onde realizar o evento. A liberação da Universidade Católica tornou-se possível pela mediação realizada por Milton Santos, que afinal não pode comparecer porque estava com viagem marcada para a França. Ao Milton Santos devemos expressar nossa eterna gratidão pois sem a sua intermediação teríamos que alterar o local do Encontro.

Fica aqui, explicitado, que a igualdade nas formas de organização de cada setor da sociedade também pressupõem diferenças. Assim a igualdade no interior da nossa entidade propicia a reflexão de questões importantes na nossa forma de representação externa e na nossa organização interna e temos, portanto, que vencer os obstáculos sempre que eles se colocam como uma necessidade para que a AGB cumpra uma das suas propostas de representação dos seus associados.

O tema do 8º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Salvador, "Movimento Brasileiro, Movimento Geográfico: Território, Ambiente, Cidadania", é símbolo da inserção da AGB e, portanto, da Geografia brasileira, num dos períodos de maior visibilidade das organizações da sociedade brasileira. Os debates tiveram como eixo pensar o movimento ininterrupto da Sociedade e suas diferentes formas de organização. Também as três edições da Terra Livre do período: O Espaço em Questão (número 5), Território e Cidadania - Da Luta pela Terra ao Direito à Vida (número 6) e Geografia: Pesquisa e Prática Social (número 7), enfocaram o debate sobre questões teóricas e metodológicas da análise do espaço, o tema do movimento da Sociedade e as pesquisas na sua vinculação com a prática. Esta foi a ênfase do momento histórico e, em sintonia, também da AGB.

Evidentemente, a temática de todos os encontros já realizados - e não foram poucos - pode demonstrar as inúmeras contribuições da Associação para a Geografia brasileira. Comprovam também a singular representatividade da AGB na sociedade. Mesmo tendo dificuldades em fazer a avaliação "imparcial" das contribuições da AGB neste período de 1988 a 1990, pois era parte integrante da Executiva Nacional, posso afirmar, passados tantos anos, que aprendemos a dialogar e a compreender as dificuldades para vencer obstáculos. Auxiliamos, afirmo tranquilamente, a construir uma Geografia comprometida com transformações sociais democráticas e igualitárias. Os grandes amigos geógrafos em todos os lugares do Brasil, em especial os que debatiam nas seções locais e elas representavam, principalmente quando divergiam, foram fundamentais para elucidar questões e vencer os obstáculos. Assim como aqueles que faziam parte da Diretoria Nacional, que empreenderam a caminhada na qual todos aprendemos, juntos, a caminhar. Um caminho que, revisitado, demonstra a importância da AGB para a Geografia brasileira.

Considerações finais

Enfim, pensar essa contribuição é um tema relevante. Ao mesmo tempo, é complexo escrever sobre o assunto. Refletir sobre a história, avaliar erros e acertos é, sem dúvida, a melhor forma de colaborar para a atuação da Associação. Para rememorar mais precisamente um pouco dessa história, transcrevo aqui o trecho final do relatório apresentado no Encontro de Salvador, em 1990:

"Uma avaliação do trabalho desenvolvido pelas Seções Locais nestes dois anos permite dizer que suas atividades pouco se diferenciaram da Diretoria Nacional. Verifica-se de maneira ampla a preocupação com relação ao Ensino, Meio Ambiente, Urbana e Agrária. Grande parte das Seções Locais promoveu atividades ligadas ao Ensino de Geografia. O debate sobre Meio Ambiente esteve presente nas questões dos impactos ambientais causados pelas atividades produtivas, muitas vezes com ampla repercussão, como os debates sobre o Projeto Rio Guaíba em Porto Alegre e a Termoelétrica de Paulina em Campinas. A Questão Agrária e a Questão Urbana identificaram a participação dos geógrafos nos movimentos sociais, daí o envolvimento de muitas seções locais na luta de resolução de problemas ligados a terra e/ou solo urbano. Um fato de destaque no trabalho das locais foi o envolvimento nas Constituições Federal e Estadual e nas Leis Orgânicas Municipais."

"É importante dizer que o movimento da AGB expressa sua articulação com a conjuntura social brasileira hoje. Uma distinção talvez possa ser feita. Os grandes temas, de âmbito nacional são discutidos nas reuniões de Gestão Coletiva e encaminhados pela Diretoria Nacional, temas mais locais e/ou regionais ficam a cargo das Seções Locais. A articulação dessas escalas de trabalho talvez permita a visualização integral da atuação dos Geógrafos Brasileiros" (1990 p.6).

Todos os artigos dessa publicação, com diferentes visões refletindo momentos históricos diversos, dão a dimensão da relevância da Associação dos Geógrafos Brasileiros para a Geografia brasileira. E a contribuição da Revista Terra Livre ao pensar no tema será a marca desta comemoração.

Ao iniciar este artigo pensei nas dificuldades que teria ao escrevê-lo. Ao terminá-lo, devo dizer que mesmo considerando as dificuldades foi muito prazeroso, pois retomei em minhas lembranças um momento muito importante de minha história e, principalmente, porque estimulou - para suprimir lagunas de minha memória - conversas com vários dos colegas agebeanos.¹² Mas, talvez, principalmente por descobrir a importância da AGB na minha formação como geógrafo e como atuante política. Termino com uma frase da Revista Caros Amigos, que relata a Caminhada pela Paz na abertura do III Fórum Social Mundial, em 2003, em Porto Alegre:

“nas cinco avenidas que, como as varetas de um leque, convergem para o centro de Porto Alegre, o trânsito está paralisado. As pessoas que lotam os ônibus começam a desembarcar. Seguem a pé, apressadas, enchendo as ruas. Muitos começam a correr. Vai sair a caminhada pela paz que abre o III Fórum Social Mundial(...). Agitam bandeiras, exibem cartazes, faixas, distribuem panfletos, gritam palavras de ordem (...). A maioria está em grupo, representam ONGs, movimentos sociais, entidades profissionais, comitês de solidariedade, sindicatos, todos com suas bandeiras (...). **Também comparece a Associação dos Geógrafos(...).** O importante, o essencial, era o sentimento. O sentimento de que alguma coisa é possível. A Paz quem sabe”. (Bones, E., 2003, p. 16 e 17-grifos meus).

A importância da AGB não pode ser medida por “indicadores” simples, mas pela forma complexa como os associados atuam e como interagem entre si e com a sociedade. E, sempre, uma outra Geografia será possível tendo como um dos motores de sua história a AGB-Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Bibliografia citada

- AGB – São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia – Sobre Teoria e Método*. São Paulo: AGB, 1977.
- AGB - São Paulo. *Geografia Ontem e Hoje - Reflexões sobre a Geografia*. São Paulo, 1980.
- AGB - São Paulo. *Seleção de Textos nº 1*. São Paulo: AGB, 1976.
- AGB - São Paulo. *Seleção de Textos nº 2*. São Paulo: AGB, 1977.
- AGB - São Paulo. *Seleção de Textos nº 3*. São Paulo: AGB, 1977.
- AGB - São Paulo. *Seleção de Textos nº 4*. São Paulo: AGB, 1978.
- AGB - São Paulo. *Seleção de Textos nº 5*. São Paulo: AGB, 1978.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *Relatório de Atividades da Diretoria Executiva Nacional - Gestão 1988/90*. São Paulo: AGB, mimeog., julho de 1990.
- BONES, E. O dia em que a Paz foi possível. *Revista Caros Amigos*. III Fórum Social Mundial – Número Especial. São Paulo: Casa Amarela, março de 2003.
- BOTTON, Alain de. *As consolações da Filosofia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. A geografia está em crise. Viva a Geografia! *Boletim Paulista de Geografia nº 55*. São Paulo: AGB, 1978.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. São Paulo: Francisco Alves, 1979 (tradução de Myrna T. R. Vianna).
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A formação Social como teoria e método. *Boletim Paulista de Geografia nº 54*. São Paulo: AGB, 1977.
- SEABRA, Manoel, RODRIGUES, Arlete M. Habitação e Espaço Social na Cidade de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia nº 64*. São Paulo: AGB, 1986.
- TERRA LIVRE nº 5 – O Espaço em Questão. São Paulo: AGB/Marco Zero, 1988.
- TERRA LIVRE nº 6 – Território E Cidadania – Da luta pela terra ao direito à vida. São Paulo: AGB/Editora Marco Zero – 1989
- TERRA LIVRE nº7 – Geografia: Pesquisa e Prática Social. São Paulo: AGB/Marco Zero, 1990.

¹² Destaco em especial as conversas com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, J. M. Gusmão Pinto, Myrna Terezinha. R. Vianna e Regina Célia Bega dos Santos. Infelizmente, alguns grandes companheiros não estão mais entre nós como José Antonio Ronchesel e João Mariano de Oliveira, que permanecem nas nossas lembranças.

LA AGB – 1961/1962 – Un testimonio

AGB – 1961/1962 – A testimony

Manoel Correia de ANDRADE

Hoje não é fácil falar sobre a AGB de quase cinquenta anos atrás, quando ela era uma associação científica formada por um pequeno número de associados que se dividia em dois grupos, o de sócios efetivos, pouco numerosos e composto de pessoas já experimentadas e com trabalhos publicados, e o dos sócios cooperadores, formado por jovens professores, por estudantes e por não geógrafos, mas interessados por estudos geográficos. Formada predominantemente por profissionais radicados do Rio de Janeiro e em São Paulo, a associação possuía pequenos núcleos ou seções em outros estados do país, como o Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Alguns destes núcleos já publicavam boletins, nem sempre com regularidade, enquanto os do Rio e São Paulo saíam regularmente.

Anualmente a Associação dos Geógrafos Brasileiros realizava um Assembléia Geral onde eram apresentadas, pelos associados, teses e comunicações previamente aceitas, ou não, por uma comissão. Em seguida, os geógrafos presentes se dividiam em quatro grupos de pesquisa de campo que, após dois ou três dias de trabalho, apresentavam os resultados ao plenário, através de um relatório. A XVI Assembléia Geral Ordinária realizou-se em Londrina, no norte do Paraná, sob a presidência do Prof. Dr. Pasquale Petrone, tendo desenvolvido seus trabalhos de 07 a 17 de julho de 1961. Concluída a referida assembléia, foram realizadas as eleições que escolheram o Prof. Dr. Manoel Correia de Oliveira Andrade para presidente, tendo como secretário o Prof. Dr. J. R. de Araújo Filho, como Tesoureiro geral o Prof. Dr. José Francisco de Camargo e como Diretora dos Anais, a geógrafa Dora do Amarante Romariz. O professor Aroldo de Azevedo foi reeleito com um mandato de três anos para membro da Comissão Executiva. A nova diretoria foi eleita e empossada, em Londrina, em 17 de julho.

Sendo um geógrafo do Nordeste, o novo presidente tratou de organizar a XVII Assembléia na região, como o fizeram, anteriormente, dois presidentes nordestinos, o Prof. Mario Lacerda de Melo, em 1955, e o Prof. Gilberto Osório de Andrade, em 1960. Dentre as cidades que o atraíram por suas características próprias e pela variedade de paisagens em torno da mesma, o presidente se definiu por realizar a Assembléia na cidade de Penedo, em Alagoas.

Tratou de procurar apoio do governo alagoano, logo conseguido, face à boa receptividade à idéia, por parte do então governador, Gal Luís Cavalcanti, e do vice-governador, o Dr. Teotônio Vilela. Na tarefa de organização ele contou com grande ajuda do engenheiro Cláudio Randolfo de Paiva Lima e do antropólogo José Heskett Lavareda. Entre, outras autoridades contou com o mais decidido apoio do economista Celso Furtado, então superintendente da SUDENE.

O país atravessara um momento muito difícil, face à situação de instabilidade em que se encontrava, sob o governo de João Goulart, e a luta que se travava entre as forças de esquerda, que tentavam realizar as chamadas "reformas de base", e as direitas, já em plena conspiração e, apoiadas pelos americanos, procuravam manter as estruturas existentes e conter o movimento reformista. Esta luta repercutia, naturalmente, no meio geográfico, sobretudo no que dizia respeito à reforma agrária, à reforma urbana e ao problema da direção e da intensidade do planejamento. No caso do Nordeste, era intensa a preocupação com a questão regional, o que levou a direita e os executivos estaduais a moverem forte oposição à ação do economista Celso Furtado.

Apesar dos entraves, conseguimos superar os problemas e foi realizada, de 06 a 16 de julho, a XVII Assembléia Geral da AGB.

A diretoria do órgão contou não só como o apoio de órgãos externos à mesma como

Terra Livre	São Paulo	Ano 20, v.1, n. 22	p. 211-212	Jan-Jul/2004
-------------	-----------	--------------------	------------	--------------

com a colaboração da população local e das instituições científicas nacionais, regionais e estaduais; e contando com o apoio dos colegas que faziam a Associação, mesmo com as grandes divergências político-ideológicas que ocorriam no seu quadro social. Assim, ela deu a maior ênfase aos problemas ligados à reforma agrária, desenvolvendo pesquisas na área fumageira de Arapiraca, no vale do baixo São Francisco, na região policultura de Itabaiana, em Sergipe, além do estudo da geografia urbana da histórica cidade de Penedo. Foi realizada uma Mesa Redonda sobre Geografia e Planejamento Regional, dirigida pelo geógrafo Orlando Valverde, na qual os debatedores alguns dos mais eminentes sócios da AGB, como Caio Prado Junior, Orlando Valverde, Mario Lacerda de Melo, Milton Santos, Lysia Bernardes, Nice Lecoq Muller, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro etc.

Os trabalhos de campo foram especificamente desenvolvidos nas quatro áreas já salientadas: Arapiraca, zona de grande ocorrência de pequenas propriedades e de cultura do fumo, dirigido pela geógrafa do IBGE, Elza Coelho de Souza Keller; baixo São Francisco, sobretudo área de cultura do coco e do arroz nas famosas lagoas marginais do grande rio, dirigida pelo professor da Universidade de São Paulo, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro; a região policultura no Agreste Sergipano e onde, ao lado da cultura da terra, havia artesanato expressivo em jóias e bijuterias, que tornavam a cidade um expressivo pólo sub-regional, sob a direção do então professor da Universidade Federal da Bahia, o geógrafo Milton Santos e, finalmente, a equipe urbana conduzida pela professora Lysia Cavalcanti Bernardes. Infelizmente, dos quatro relatórios apenas o do Baixo São Francisco foi redigido e publicado pela AGB. Tornando-se um importante depoimento para os que, hoje, estudarem a região, observando as mudanças realizadas através das várias políticas de intervenção federal, os resultados obtidos a quem elas serviram, porque tiveram a orientação aplicada e a quem beneficiaram. Não perdeu a atualidade, já que até hoje se luta por uma reforma agrária que beneficie a grande população do campo e freie o êxodo rural que tanto transtorno traz à população urbana.

O simpósio teve muito boa repercussão porque situou o papel que o geógrafo tem a desempenhar no planejamento impedindo que este se transforme em jogo de modelos idealizados e sem compromisso com a realidade a que deve ser aplicado.

Foi realizada uma excursão pelo rio São Francisco, no vapor Comendador Peixoto, com coquetel oferecido pela Comissão do Vale do São Francisco, que contava com uma Delegacia em Penedo, que foi substituída pela CODEVASF. Nessa excursão turística, o geógrafo pôde ter uma idéia da variação da paisagem no baixo curso do rio e as mudanças ocorridas na vegetação e na ocupação da terra, à proporção que as águas vão se salinizando devido à influência das marés. Pôde ver também a alternativa e depois a substituição gradativa dos arrozais pelos coqueirais.

Concluída a Assembléia, foi eleita uma nova diretoria, composta pelo professor Dr. Milton Almeida dos Santos, da UFBA, como presidente, e reeleitos o Prof. J. R. de Araújo Filho para a Secretaria Geral, o Prof. José Francisco Camargo para a Tesouraria Geral e a geógrafa Dora do Amarante Romariz para a direção dos Anais. A professora Lysia Bernardes foi eleita com um mandato de três anos para compor o Conselho Consultivo.

Marcos ALEGRE

Professor aposentado da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente
e-mail: malegre@stetnet.com.br

Resumo: O texto procura mostrar alguns aspectos da AGB no que diz respeito à organização de eventos e que nunca aparecem nos trabalhos geográficos da associação. É um relato, quase uma memória-depoimento de quem viveu vários episódios marcantes da AGB, não na produção de textos mas na montagem das condições estruturais para que ocorra a apresentação de textos, possa haver o debate das idéias que promovem o desenvolvimento da Geografia agora que ela completa seus setenta anos. Assim, não se cuida aqui, da Geografia, não discute problemas metodológicos mas procura mostrar os bastidores para a montagem dos palcos e tribuna onde se desenvolve o espetáculo. É a atuação de associados que nunca participam desse espetáculo. São os “operários” quase sempre ignorados pelos “atores”, entretanto, eles próprios são atores que passam por momentos difíceis, lutam sempre com a falta de recursos, criam, inventam soluções, vivenciam também momentos pitorescos, desconhecidos da maioria dos associados, mas também ajudam na construção e reconstrução da AGB.

Palavras-chaves: Associação dos Geógrafos Brasileiros, relato, memória, organização de eventos, os bastidores, os associados “operários”, construção da AGB.

Abstract: The text seeks to show some aspects of AGB regarding the organization of events, and that are never shown in the geographic texts of the Association. It is a story of who lived several remarkable events not in the production of texts but in creating structural conditions so the texts could be presented and take place the debate of ideas that promote the development of the Geography now that it completes 70 years. So we don't deal here with Geography, we don't discuss methodological issues but try to show the behind-the-scenes of preparing stages and tribunes where the show takes place. It's the action taken by the associates who never participate in this show. They are the workers almost always ignored by the actors, however they themselves are actor who are put through difficult moments, always fighting the lack of resources from most associates, but who also help in the construction and reconstruction of AGB.

Keywords: Associação dos Geógrafos Brasileiros, story, memory, organization of events, behind the scenes, Associated workers, constructio of the AGB.

À guisa de introdução

Neste ano de 2004 a AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros comemora seus setenta anos de vida. Nasceu pequenina em 1934, constituída por apenas meia dúzia de pessoas, congrega hoje alguns milhares de associados e é, sem sombra de dúvidas, uma das mais atuantes associações científicas do País. Mas o caminho percorrido foi longo e difícil. Nasceu pobre e sua trajetória assemelha-se a de uma pessoa que, embora nascida do amor, cercada de carinho e dedicação dos “pais” tem de lutar muito para atingir uma situação mais ou menos confortável. No caso de nossa associação, a idéia do conforto deve ser substituída por objetivos. Problemas, dificuldades, crises que sempre marcaram a vida brasileira, estarão também presentes em todos os momentos da AGB. Ao longo destes setenta anos, grandes mudanças ocorreram no mundo e no Brasil refletindo-se, evidentemente, também na AGB. Contudo, talvez estimulada pelas próprias dificuldades que se transformavam sempre em desafios, a AGB alcançou memoráveis vitórias. Importante lembrar que a entidade, no caso a AGB, é um ser abstrato um símbolo que se concretiza graças às pessoas que se aglutinam em torno dela e que comungam dos mesmos

ideais e lutam por eles. Claro que há diferenças na atuação de cada associado tendo em vista os valores individuais. Uma associação como esta, assemelha-se a uma família bem constituída mas irrequieta, empreendedora. Seus membros podem brigar, discutir; ocorrem choques de idéias mas acaba sempre prevalecendo o ideal comum que é o progresso de cada um, o bem estar e a felicidade do grupo. Claro que, também aqui, podem ocorrer diferenças de atuação de cada membro, sobretudo se a família é numerosa. A maioria serve à família enquanto que alguns se servem dessa família.

A contribuição da AGB para o progresso da Geografia e sua difusão mais ampla, inclusive em termos de ensino nos vários níveis neste país, é incontestável havendo momentos, inclusive, que, ao se falar em ciência geográfica, imediatamente se associa à AGB. Sua trajetória ao longo do tempo sempre esteve paralela à Universidade e em face de seu dinamismo, independência, flexibilidade e condição de tribuna livre aberta a todos os que se interessam pelos estudos geográficos, não raro a AGB se coloca à frente da Universidade. Esta contribuição da AGB é também afirmada por alguns dos maiores expoentes da nossa Geografia. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, no início de sua memorável obra *A Geografia no Brasil 1934-1977*, p.9, diz que o ponto de partida para seu trabalho foi a produção contida nos anais da AGB e que essa produção é estimada como capaz de espelhar a produção geográfica do País; Rodrigues, Arlete Moisés não tem dúvidas sobre a contribuição da AGB na construção da Geografia brasileira e conclui seu artigo, inserido neste número de Terra Livre, com a frase "A importância da AGB não pode ser medida por "indicadores" simples mas pela forma complexa como os associados atuam e como interagem com a sociedade. E sempre, uma outra Geografia será possível tendo como um dos motores de sua história a AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros".

Vale realçar que uma das grandes características desta associação-fato que talvez tenha contribuído para que ela sempre permanecesse pobre - foi o de, enquanto entidade, não atrelar-se ao oficialismo quase sempre autoritário que marcou, a vida nacional, por largo espaço de tempo e que seus períodos mais fecundos tenham coincidido com aqueles em que o Brasil viveu e respirou os ares da democracia.

Subsídios governamentais obtidos para auxiliar na realização de um ou outro evento, jamais implicaram na perda da independência que caracterizou sempre suas reuniões, assembléias, congressos e encontros. Pelo contrário, a trajetória desta associação sempre foi pautada pelo inconformismo e luta contra a situação vigente, notadamente nos momentos mais difíceis da vida nacional. Um dos episódios mais brilhantes dessa luta, sem dúvida foi o Simpósio sobre Colonização, realizado durante o 1º Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Presidente Prudente SP (1972) que concluiu pela inadequação da política de colonização colocada em prática naquele período (construção da Transamazônica, criação de agrovilas, migração de nordestinos do semi-árido para a Amazônia sem maiores cuidados de adaptação. O tempo decorrido demonstrou a importância e acerto daquelas críticas audaciosamente levantadas num dos momentos mais sofridos da vida brasileira. Claro que houve desdobramentos desagradáveis e o coordenador do Encontro (o autor deste artigo) teve que dar minuciosas informações, inclusive sobre a presença de geógrafos estrangeiros, num longo interrogatório realizado numa dependência da Faculdade de Filosofia onde se realizara o Encontro, por pessoas ligadas à autoridade federal e que se deslocaram de S. Paulo. Episódios como este contradizem o pensamento de geógrafos, dentro da própria AGB, que vêem a associação como sendo mera reprodutora da chamada geografia oficial.

Neste momento vale a pena algumas informações sobre este primeiro encontro lembrando que, até 1969, a AGB realizava Assembléias anuais. Essas assembléias tiveram início em 1945 quando ocorreu uma reforma dos estatutos que criou o Conselho Diretor, as Seções Regionais - de início em S. Paulo e Rio de Janeiro - e passou a distinguir os associados como sócio efetivo (geógrafo militante) e sócios cooperadores. Nesse ano de 1945 existiam na AGB 20 sócios efetivos e, entre estes, escolhiam-se os dirigentes. Criou-se também a categoria de sócio honorário que contemplava aquela pessoa considerada grande benemérita da associação ou da Geografia, por proposta de pelo menos cinco sócios efetivos. Sócio efetivo era condição limitada às pessoas que tivessem publicado trabalho original de comprovado valor em qualquer ramo da Geografia.. Em 1954, às vésperas do 1º Congresso Brasileiro de Geógrafos a AGB contava com sete sócios honorários e 51 sócios efetivos, sendo que 42 residiam em S. Paulo ou Rio de Janeiro.

Parêntese -Todos os agebeanos que ocuparam cargos ou alguma função que demandasse recursos, seja para a realização de eventos, seja para publicações e mesmo deslocamentos, viagens, sabem das dificuldades em se conseguir verbas, dinheiro. Ou porque muitos sócios não pagam suas anuidades, ou porque é difícil conseguir apoio e, por isso a AGB sempre foi muito pobre, Mas é interessante e é colocado aqui a título de curiosidade, o parágrafo único do artigo 20 do Regulamento e Regimento Interno do Primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos: "Na hipótese de se verificar, no término de seu mandato, a existência de saldo em dinheiro, decorrente de doações ou auxílio financeiros, deverá a Comissão Organizadora Local destiná-lo a associações de fins culturais com sede na cidade de Ribeirão Preto, escolhidas pelo voto da maioria de seus membros" Sem comentários, fecha o parêntese.

As assembléias eram realizadas em cidades do país de áreas que ofereciam maior interesse geográfico No dizer de Aroldo de Azevedo: " A AGB não pertence a nenhuma cidade e a nenhum estado; pertence a esse grande continente, que é o Brasil. Somos os peregrinos da Boa Nova - a Geografia moderna; e, nesse nomadismo cultural, armamos nossa barraca onde melhor nos pareça tendo em vista o interesse da pesquisa " O trabalho nas assembléias era basicamente pesquisa de campo e envolvia equipes encarregadas de estudar variados aspectos da geografia local e regional. Pela natureza dos trabalhos a assembléia comportava limitado número de participantes e acabaram por se tornarem fechadas e restritas.

O crescimento da AGB e a necessidade de reformas dos estatutos vigentes desde 1945. A reforma de 1970.

O grande crescimento da AGB indicava que precisaria haver alguma mudança que evitasse esse gargalo que acabaria por provocar o estrangulamento da associação. Nessa altura já era grande a insatisfação dos associados quanto ao acesso à direção da AGB, restrita aos sócios efetivos. Já era grande o número de licenciados e mesmo de professores no magistério superior e que teriam condições para se tornarem sócios titulares e até a participação mais efetiva na direção da associação Decidiu-se então realizar a reforma dos estatutos o que aconteceu em 1970 O novo Estatuto estabeleceu que a cada dois anos além da Assembléia Geral de caráter administrativo haveria um encontro de caráter cultural. Sob o aspecto político-administrativo não houve mudança significativa embora houvesse defensores de uma certa abertura. Dois receios permaneciam: o medo de que a AGB pudesse cair em mãos não tão afinadas com a Geografia e tornasse a associação um braço cultural de um partido político desvirtuando os ideais vigentes desde a sua fundação.

Outro receio dizia respeito à situação política do País. Pouca gente sabe, sobretudo os mais jovens, que toda associação cultural, científica, as universidades e até entidades esportivas viviam sob discreta mas constante vigilância das forças de segurança. Alvo especial eram as faculdades de filosofia, sobretudo onde havia cursos nas áreas humanas. Exagerando um pouco mas com base em casos concretos: quase que por definição todos os professores e mesmo alunos dessas áreas eram ou se tornariam comunistas e, portanto, inimigos do regime e da pátria! O pessoal mais antigo e conservador tinha receio de atrair mais atenção da segurança e até que poderia haver alguma intervenção na AGB. O interrogatório a que foi submetido o coordenador do Encontro, dito linhas acima, parece confirmar os receios de uma mudança mais liberal nos estatutos naquele momento Um episódio ocorrido na Faculdade de Presidente Prudente alguns anos depois mostra como funcionavam as coisas na época da ditadura. Quando Milton Santos retornou ao Brasil a Faculdade queria contratá-lo. Havia verba para isso. Foi organizado o processo de contratação que simplesmente desapareceu. Voltou a faculdade com novo processo. Não houve negativa mas também o processo não andou e Milton Santos não foi contratado malgrado todos os esforços do então diretor Professor Alvanir de Figueiredo. Mais tarde, num momento talvez mais favorável e de maior compreensão e ousadia da direção da universidade ele foi contratado pela Universidade de S. Paulo. Retornando ao tempo da reforma estatutária de 1970 Ficou decidido que o primeiro encontro seria realizado em 1972 Esta data foi escolhida por ser 1972 um ano histórico: a celebração dos 150 anos da proclamação da independência do Brasil. Assim a AGB contribuiria de maneira condigna para o maior brilho das festividades programadas. A escolha do tema central do encontro, Colonização no Brasil deveu-se à grande preocupação do momento: a ocupação dos imensos espaços vazios do interior.

A organização do encontro previa que deveria haver algumas excursões para áreas que já estivessem ocupadas ou em fase de ocupação. A atenção dos membros que discutiram os termos da reforma e a escolha do tema central estava voltada para o sudoeste de S. Paulo, norte do Paraná e sul de Mato Grosso. E aí surge a sugestão da escolha de Presidente Prudente como sede do primeiro encontro graças à sua inserção numa área de colonização mais antiga, sua posição intermediária entre as duas outras e a existência de um forte grupo de agebeanos no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, um instituto oficial do governo do Estado de S. Paulo. Feita a consulta, o departamento, com anuência da direção da faculdade, aceitou a incumbência, inclusive de preparar o guia dessas excursões. A coordenação geral do encontro coube ao autor deste artigo. A partir de setembro de 1971 teve início intensa movimentação e correspondência dando-se ciência a centenas de entidades, ainda que remotamente ligadas à Geografia ou ao tema central do encontro, inclusive governadores de estado. Mas pairavam dúvidas: qual seria a aceitação dos convites? Qual a credibilidade dos agebeanos ou não agebeanos na organização do encontro? Afinal, Presidente Prudente, distante quase 600 quilômetros da capital, com pouco mais de 90 000 habitantes teria condições de alojar os participantes se estes fossem em grande número? Mas, mesmo com todas as dúvidas o pessoal atirou-se ao trabalho. Na produção dos guias das excursões, além do pessoal do departamento a AGB conseguiu o apoio do IBGE e de dois geógrafos experientes que se incumbiram de realizar o guia referente ao norte do Paraná. Muitas viagens foram realizadas para a pesquisa de campo, atualização de dados, realização de entrevistas, atualização de dados, produção de fotografias. No caso das atividades referentes ao oeste de S. Paulo e sul de Mato Grosso foi muito importante contar com a estrutura da faculdade que colocou todos os seus meios disponíveis à disposição dos pesquisadores inclusive veículos, motoristas, desenhista, datilógrafos e outros funcionários.

O guia com 256 páginas, ilustrado-- mapas, gráficos e fotografias-- ficou pronto às vésperas do início do Encontro. A gráfica que o imprimiu foi a da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP graças à gentileza de seu diretor, o agebeano Eurípedes Simões de Paula que também compareceu ao encontro e presidiu sessões plenárias do Simpósio. Parte da verba destinada à organização, pesquisas e publicação do guia foi conseguida com a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo) Interessante que foram produzidos 500 exemplares número muito maior do que o de pessoas que se estimava viriam ao Encontro. Pretendia-se enviar as sobras para as universidades e outras entidades que foram convidadas e que, certamente não viriam da mesma forma como os anais resultados do Encontro.

Até às vésperas do início do Encontro a secretaria havia recebido cerca de 300 inscrições com reservas de hotel e preparação de alojamento para estudantes. Já era número superior ao esperado. A coordenação havia conseguido pouco mais de 300 pastas alusivas ao Encontro, alguns brindes oferecidos por diversas empresas. Parecia que tudo iria dar certo. Entretanto no dia 1º, de julho, data do início do evento a secretaria foi surpreendida com verdadeira enxurrada de pessoas querendo se inscrever. Não havia mais pastas, e nem papel timbrado para as inscrições. Foi preciso improvisar. As reclamações geraram verdadeiro tumulto. Foi um corre-corre infernal. Alguns membros mais antigos da AGB achavam que não se deveria mais receber inscrições porque o pessoal tivera tempo de sobra para realizar suas inscrições antes do início. A coordenação e mesmo o presidente da executiva nacional, Professor José Ribeiro de Araújo Filho não concordaram e achavam que se poderia, com paciência, ajeitar a situação. Por sorte o pessoal do departamento e os alunos que se dispuseram a trabalhar no Encontro decidiram enfrentar a situação e atender a todos embora precariamente. Muita gente foi alojada nas casas dos professores, de alunos e até de pessoas da cidade que nada tinham a ver com a coisa. Por mal dos pecados uma grande frente fria atinge a cidade no dia 3. E agora? Não havia cobertores. Este coordenador fez um apelo à população por meio do rádio e dezenas de cobertores foram cedidos. Inclusive na casa do coordenador os alunos ali alojados tiveram que se valer de jornais para se aquecerem pois não havia cobertores em número suficiente. Em particular, os participantes nordestinos foram os que mais sofreram. Quase ninguém estava preparado para enfrentar temperaturas tão baixas, Na madrugada de 2 para 3 os termômetros chegaram a marcar 4 graus. Aliás, essa temperatura foi colocada no folder como a mínima absoluta, mas,

é claro, pouca gente se preocupou mesmo porque a fama que corre ainda hoje é de que P. Prudente é uma cidade onde o calor é sempre muito alto. No final o número de inscritos atingiu 616 pessoas mais 62 pessoas aderiram ao Encontro mas não puderam comparecer e outras 26 se inscreveram apenas para receber os anais. Inclusive foi preciso providenciar nova tiragem do livro-guia mesmo porque a direção da AGB havia decidido que todos os inscritos o recebessem. A distribuição foi feita no começo do ano seguinte junto com os anais. Também estes anais saíram – como se diz na gíria—na marra e mais uma vez os préstimos do Professor Eurípedes foram decisivos. O coordenador do Encontro foi eleito Coordenador de Publicações da AGB e teve de conseguir os textos, alguns foram feitos depois do Encontro e enviados a P. Prudente pelo correio. O Coordenador de Publicações teve de reformular alguns textos rasurados durante o Encontro, cheios de anotações resultados dos debates, refazer algumas figuras e por fim ficar de plantão na gráfica em S. Paulo para revisão final. Parece que foi a primeira vez que os anais foram publicados poucos meses após a realização do respectivo evento.

Tudo correu bem: o evento foi um sucesso apesar dos percalços superando as expectativas mais otimistas. As excursões contaram com elevado número de participantes, inclusive aquela visando o sul de Mato Grosso, numa viagem de 1 400 quilômetros contou com três ônibus. Foi realizada também uma exposição geo-cartográfica com a participação de 19 entidades, inclusive uma do exterior (Suíça). O Serviço Geográfico do Exército organizou sua exposição de modo a mostrar, fase por fase, a produção de uma carta topográfica. Foi enorme o sucesso dessa exposição e durante os seis dias de duração centenas de pessoas, inclusive estudantes do ensino médio e professores da rede de ensino fundamental visitaram-na. Muitos compa-receram várias vezes e crivaram os expositores com perguntas demonstrando interesse em conhecer mais. Também a Feira do Livro teve grande êxito e muitos exemplares de livros, esgotado o estoque, foram encomendados nas editoras. Um assunto que interessou muita gente foi o andamento do projeto sobre a profissão de geógrafo e dois deputados federais presentes no encontro procuraram dar explicações e houve até distribuição de cópias do projeto e promessa de maior empenho no andamento do projeto no Congresso Nacional. O Simpósio "Perspectiva da Colonização no Brasil" foi realizado no domingo dia 2, nos três períodos, no salão de festas da Associação Prudentina de Esportes Atlético-s, gentilmente cedido. Na parte da manhã o livro de registro das pessoas presentes contava com 833 assinaturas e respectivas identificações. Neste mesmo local na terça-feira a noite aconteceu uma programação social seguido de coquetel oferecido pela Prefeitura Municipal, e ao final grande baile de confraternização.

O pessoal da casa inexperiente, amador em casos como esse, recebeu muitos elogios mas alguns fatos – pode-se dizer, dos bastidores – e que pouca gente ficou sabendo e que pela primeira vez este autor escreve sobre eles, talvez no local inadequado mas que vale a pena relatar para mostrar que nem tudo são flores. Muitos cheques recebidos para inscrição foram devolvidos por falta de fundos, vários colchonetes foram rasgados, inutilizados, cobertores gentilmente cedidos naquele momento de grande frio foram levados. O caso mais grave: um cidadão da cidade viajando no mês de julho emprestou sua casa para alojar algumas pessoas; Alguns utensílios desapareceram, um vaso sanitário foi quebrado, parte de um tapete, queimado. Tudo isto custou caro e ficou por conta do coordenador, além da vergonha. Diga-se que houve muita ingenuidade e amorosismo por parte do pessoal da casa pois na correria não houve o cuidado de relacionar as pessoas com seus lugares de alojamento.

Apesar do êxito do Encontro este autor tinha o propósito de não entrar mais em situações "frias". Mal sabia que "fria" maior lhe estava reservada para 1978. Mas esta já é outra história.

Há um registro especial a ser feito neste relato: a atuação dos alunos que se dispuseram a trabalhar, graciosamente, no Encontro: 16 moças e um rapaz que por trabalharem com o Marcos passaram a ser chamadas, carinhosamente, de Marquetes. Todos, elegantemente uniformizados desdobraram-se, sobretudo nos momentos mais complicados do Encontro. Trataram da correspondência, recepção dos participantes, encaminhamento para os hotéis, acerto de acomodações, inclusive hospedando alguns participantes considerando que os hotéis estavam lotados, e outras atitudes inerentes a eventos dessa natureza, com muita paciência e atenção. A boa atuação dessas pessoas foi decisiva para a organização e o êxito do evento.

O que deve ficar na lembrança é que o Encontro foi um grande sucesso, representou um marco muito importante na trajetória da AGB que saiu fortalecida pois foi grande o entusiasmo e maciça a participação dos geógrafos, inclusive de alguns há muito tempo afastados, estudantes, representando praticamente todos os estados da federação e mesmo de outros países. O nível dos trabalhos apresentados foi considerado excelente inclusive pelo Professor Pierre Monbeig, presente no Encontro do qual ele foi aclamado Presidente de Honra

C.A. de Figueiredo Monteiro, na obra já citada, realça que o Encontro foi marcado pela querela "quantitativistas" e "tradicionais". De fato, era o início do debate em termos contestatórios que vai se prolongar e se tornar mais esclarecedor nos encontros seguintes. Na verdade era parte das grandes mudanças e a busca de novos caminhos, sobretudo metodológicos que agitavam a Geografia e provocavam maior reflexão sobre a teoria geográfica, e intensificação dos estudos desta ciência. Era a busca de afirmações. O embate de idéias, o acaloramento das discussões, por vezes até um tanto ríspidas, podia assustar os novos geógrafos e estudantes. Mas isto era extremamente importante como demonstração de vigor e da profundidade das pesquisas e estudos que serviam, e servem para valorizar a AGB ao tempo em que valoriza a própria Geografia, e, por extensão, os geógrafos, sobretudo os mais jovens, que continuarão na luta para o aprimoramento da ciência geográfica. Não é fácil esta corrida de revezamento porque ela se faz num aclave, por vezes com obstáculos de difícil transposição. Mas é aqui que os valores dos "atletas" (geógrafos) são realçados e o torneio (AGB) valorizado. É assim e tem de ser assim, sempre!

O Coordenador de Publicações, responsável pelos Anais do Encontro ao realizar a apresentação desses anais volume XVIII conclui: "Que os próximos Encontros confirmem o êxito alcançado pelo primeiro para que a Associação dos Geógrafos Brasileiros possa continuar no caminho que se propôs de promover o desenvolvimento da Geografia no Brasil, são nossos mais sinceros votos".

Mais de 30 anos passados muita coisa mudou, "novas geografias" estão se fazendo mas é possível afirmar que a AGB continua no caminho, na perseguição dos antigos ideais não apenas acompanhando o que se faz pelo mundo afora mas também e especialmente, promovendo mudanças. Monteiro, C. A. F. acreditava, em 1977 que não existia uma Geografia Brasileira mas sim uma ciência geográfica universal e que a "brasilidade" estaria para ser encontrada ao nível da comunidade de praticantes da investigação geográfica. (obra citada p 36) Em face dos notáveis avanços que a investigação geográfica alcançou entre nós que vamos abandonando a ideologia colonialista, copista de modelos externos e procurando elaborar nossos próprios princípios teóricos e ideológicos em face do avanço do pensamento geográfico no Brasil e do Brasil, como demonstrado nos últimos encontros e congressos da AGB, tudo indica que já é possível se falar que a "brasilidade" foi encontrada e os padrões universais se confundem com a Geografia Brasileira.

O terceiro Encontro Nacional de Geógrafos - 1978

Este terceiro encontro, realizado em Fortaleza representa, também, um marco histórico, assim como o encontro realizado em Presidente Prudente Este, por ser o primeiro, e que substituiu as antigas assembleias de caráter restrito, como fora decidido na reforma estatutária de 1970, foi marcado pela abertura da AGB para a presença maciça dos sócios e não sócios da associação. Já o terceiro será sempre lembrado pela decisão de abertura política institucional em reforma que seria realizada, como foi, em 1979. A reforma realizada nesse momento já se delineara em 1970. Mas naquela altura a resistência era maior e os adeptos da abertura, ainda em número relativamente pequeno, não tiveram força suficiente e nem organização como aconteceu em 1978 e o período de gestação a partir do primeiro encontro foi bem aproveitado, sobretudo no convencimento de sócios titulares da necessidade da abertura democrática inclusive considerando a movimentação da sociedade no sentido da volta da redemocratização do Brasil. Nas universidades como USP, por exemplo, havia forte movimentação pela reintegração de professores demitidos ou aposentados compulsoriamente e pela democratização da sociedade e da universidade, A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) falava abertamente que o governo estaria empenhado em promover a normalização democrática do país que voltaria ao Estado de Direito e concederia anistia; milhares de pessoas reunem-se em frente à Faculdade de Direito da USP em ato público a favor da anistia

ampla e irrestrita. No Senado amplia-se, cada vez mais, a Frente Nacional pela Redemocratização do País. Nas reuniões da SBPC a movimentação é grande a favor da anistia e a volta ao Estado de Direito. Criava-se, portanto, no país, o clima favorável à volta da democracia e da liberdade embora ainda fosse forte a repressão. Caberia a todos os verdadeiros democratas, dar a sua contribuição. Nos debates que se seguiram no 3º, encontro, vários sócios argumentaram que a AGB não era uma entidade anti-democrática porque todos os associados, sem distinção, podiam apresentar seus trabalhos, participar dos debates, ou seja exatamente na linha dos objetivos maiores da associação. A própria eleição do presidente era democrática pois contavam-se no colégio eleitoral com representantes das seções regionais, a exemplo do que se fazia em vários países democráticos do mundo, embora na AGB, se devesse reservar os cargos de direção para aqueles que constituíam a linha de frente da Geografia no Brasil, sobretudo tendo em vista os ideais que nortearam a criação da associação. Não deixavam de ter certa razão nessa argumentação que, de fato, foi válida nos anos iniciais da AGB. Mas agora, com o gigantesco crescimento da associação, que já conta com massa crítica altamente responsável e consciente da necessidade de manter firme a luta pelos ideais da AGB, a difusão ampla do conhecimento geográfico com todas as mudanças que ocorreram e estão ocorrendo e a pluralidade ideológica, complemento natural da ciência e da sociedade, enfim a luta pela liberdade que a sociedade brasileira tanto busca, tudo estava apontando, em 1978, pela necessidade da realização de mudanças que afirmassem democratização (liberdade) completa, geral, irrestrita, igualitária tanto em termos científicos, culturais como políticos assegurando direitos e deveres com caracteres plenos de responsabilidade

Argumentavam, ainda, os adeptos das mudanças que, numa sociedade de classes como a nossa, embora muitos neguem essa realidade, as relações humanas são também relações políticas. E a AGB vinha cerceando a prática do questionamento político esquecendo-se que a associação depende do trabalho de todos e não apenas daqueles poucos que continuam lutando para manter o enfeudamento e o controle da conjuntura política mascarada como defesa da ciência geográfica. Findos os acalorados debates a Assembléia Geral Ordinária decidiu-se pela reforma dos estatutos então vigentes, traçando alguns aspectos básicos que norteariam essa reforma: Que fosse democrática, ampliando os objetivos da associação como entidade cultural e científica; que envidasse todos os esforços com vistas ao desenvolvimento científico da Geografia; que estabelecesse condições para que a AGB refletisse o pensamento dos geógrafos em geral.

Nesse 3º, encontro, o autor deste pequeno relato, foi eleito presidente da AGB e assumiu o compromisso de encaminhar o processo da reforma. Vale dizer que, em nenhum momento ele havia pensado em fazer parte do Conselho no cargo mais alto, inclusive, fizera uma espécie de juramento; não aceitar mais nenhuma incumbência desse tipo mesmo porque a associação crescera tanto que contava com quadros muito mais capazes. Mas, enfim, as coisas acontecem e de tal forma são colocadas que torna praticamente impossível a recusa e assim aconteceu em 1978.

Importa salientar que, em geral, nas assembleias para eleição dos novos membros do Conselho Diretor não havia formação de chapas mas sim entendimentos, apontamentos de possíveis candidatos, suas disponibilidades e pensava-se muito em rodízios entre as seções regionais. Não raro, como se diz popularmente, os candidatos eram "apanhados a laço" e havia muita conversa e argumentação para o convencimento à aceitação o que nem sempre se conseguia. Aconteceu em 1978. Um nome aparecia quase por unanimidade como ideal para as circunstâncias do momento: Caio Prado Júnior para ocupar a presidência do Conselho. Mas ele recusou-se a aceitar. Nem os apelos de grandes e velhos amigos conseguiram convence-lo.. Em face da recusa era necessário pensar em outra alternativa que acabou recaindo neste surpreso autor que passou a ser apoiado pelo próprio Caio Prado e até o professor Armen Mamigonian—uma das vozes mais atuantes nos embates pela reforma -- tornou-se cabo eleitoral desta candidatura que, desta forma, não tinha alternativa senão a aceitação, certo de que, como já se disse linhas atrás, era uma tremenda "fria". Mas era também um desafio.

Além da questão da reforma outros assuntos incomodavam: o projeto que regulamentava a profissão de geógrafo e que se arrastava no Congresso Nacional a despeito dos enormes esforços, em especial, do Conselho Diretor, que agora terminava seu mandato, presidido pelo Professor José Cezar de Magalhães Filho. Um substitutivo do Senado ao projeto da Câmara estava dificultando a tramitação e aprovação do projeto. Seria necessário agir para evitar a rejeição do projeto que há onze anos tramitava no Congresso. Esta teria de ser tarefa urgente e imediata do

novo Conselho; a questão do currículo mínimo para a formação do bacharel. Muitas faculdades formavam somente o licenciado que não estava contemplado no projeto e que contava com a oposição dos CREAS. Ao mesmo tempo havia certa movimentação de algumas faculdades e mesmo no Conselho Federal de Educação no sentido de transformar a Geografia e História em meras habilitações do famigerado Estudos Sociais; o terceiro item diz respeito a recolocação da Geografia no lugar que ela vinha ocupando no primeiro e segundo graus com carga horária compatível com a formação verdadeiramente científica-geográfica do estudante desses níveis tão descurados nos últimos tempos.

Eram, portanto, várias frentes de trabalho lembrando que, ao lado disto havia as aulas na faculdade, pesquisas em andamento e, para completar o quadro: o presidente da AGB era também vice-diretor da sua faculdade em Presidente Prudente e que, para variar, também estava carregada de problemas muitos dos quais advindos com sua recente incorporação à UNESP - Universidade Estadual Paulista - recentemente criada. Mas, enfim, compromisso assumido em meio a verdadeira crise na e da Geografia, da AGB sobretudo, valendo a pena parodiar Gonçalves, C.W.P. que apresentou no 3º encontro o artigo: *A Geografia está em crise. Viva a Geografia! A AGB está em crise. Viva a AGB!*

Pequeno resumo das atividades do Presidente; contando com a colaboração da faculdade enviou centenas de cartas e ofícios a entidades ligadas à Geografia, professores da rede de ensino, alunos e ex-alunos enfatizando a necessidade de pressionar deputados conhecidos, representantes de suas regiões no sentido da rejeição do substitutivo do Senado e aprovação do Projeto que tramitava na Câmara. Inclusive o presidente falou ao telefone com uma dezena de deputados valendo-se dos telefones da faculdade e, no período noturno da sua própria residência. O contato com o líder do governo Deputado Nelson Marchezan no Rio Grande do Sul durou mais de uma hora mas ele convenceu-se da importância do projeto e prometeu encaminhá-lo com o apoio do governo. O deputado Freitas Nobre líder do MDB já havia se manifestado a favor e iria trabalhar a bancada no sentido da aprovação. Valeu o esforço e, segundo notícias de bastidores, influenciou bastante a atuação do General Golbery do Couto e Silva junto ao Presidente da República no sentido de aprovar a lei que recebeu o número 6 664 e aprovada em 26 de junho de 1979. Foi uma grande vitória da AGB que ficaria mais forte e há de se prestar homenagem a todos aqueles que batalharam durante anos pela regulamentação da profissão de geógrafo. Pelo que se sabe nenhum deles tirou qualquer proveito dessa vitória que ficou mesmo como incentivo para as novas gerações que estavam surgindo.

Ao mesmo tempo, e sempre que possível, o presidente visitava algumas seções regionais tratando destes assuntos e enfatizando a necessidade de estudos e debates para a busca de subsídios de interesse da reforma. Pensava o presidente na realização de um seminário para o início de 1979 quando se discutiriam as bases gerais do novo estatuto. Muita correspondência e telefonemas alertando para o fato. A Secretária Executiva, Yara Marinho da Costa desdobrara-se nestas atividades. No Nordeste o Vice-Presidente, Manuel Correia de Andrade fazia esforços no sentido de incentivar os agebeanos da região. Entretanto, para surpresa do presidente parecia que ninguém, ou poucas eram as pessoas interessadas. Dava a impressão que toda a animação que houvera no Encontro havia se arrefecido. Não foi possível a realização do seminário e por isso marcou-se a Assembléia que seria realizada em S. Paulo em julho do ano seguinte.

A reforma do estatuto de 1979

A Assembléia que ficou conhecida como Assembléia Estatuínte como era de se esperar atraiu grande número de associados. Mas aí, outra surpresa: Apenas duas seções regionais apresentaram propostas de estatuto e a discussão acabou girando em torno de uma delas (proposta de Presidente Prudente)

Para essa assembléia o Conselho Diretor decidiu que sua missão na promoção da reforma estava terminada. Seus membros deveriam atuar como geógrafos, agebeanos nos debates que se seguiriam. Abertos os trabalhos o presidente sugeriu a criação imediata de um Conselho provisório para dirigir os trabalhos da assembléia o que foi feito de imediato.

As discussões e debates foram acalorados, e, por vezes, turbulentos como era de se esperar, sobretudo pela maciça presença dos entusiastas estudantes vindos de muitas partes do Brasil embora fosse grande o predomínio do pessoal da USP. A grande maioria estava sequiosa pelo

debate democrático e queria dar a demonstração de que a democracia era possível num país ainda dominado pela ditadura e queria que a AGB se transformasse num modelo para o Brasil.

A mudança estatutária foi grande contribuição para a Geografia e para a própria AGB que agora se tornava uma entidade completa: aliava-se a ciência e a cultura com a política evidenciada nos debates já que as relações humanas na sociedade são também relações políticas e ideológicas. A democracia irrestrita se instala e iguala todos os associados. Dali para frente, qualquer associado poderia votar e ser votado e tornar-se dirigente. Era uma grande vitória mas que impunha novos deveres e maior responsabilidade. O futuro era uma incógnita mas eram fundadas as esperanças de uma AGB mais forte e mais representativa da sociedade, em constante reconstrução.

O ano de 1979 ficará para sempre, na história da AGB, lembrado como marco decisivo de transformação e de sua inserção, de fato, na sociedade brasileira e se acelera o movimento em torna daquela que foi chamada de "renovação crítica" e a preocupação com a construção de uma nova Geografia.

Há, todavia a lamentar o tumulto do processo, absolutamente desnecessário embora possa até ser compreensível dado a ansiedade e tensão das mudanças tão significativas e há muito tempo esperadas. Havia gente, membro da associação contrária às mudanças. Tinha suas razões que, no processo democrático, devem ser respeitadas e convencidas pelas argumentações nos debates. Muitos dos que divergiam das mudanças eram autores de importantes trabalhos que ajudaram a AGB a chegar ao ponto de ser considerada das mais atuantes entidades científicas do país e da América Latina. As mudanças eram necessárias mas poderiam ser realizadas em termos mais cordiais e respeitosos. Os elementos favoráveis ou contrários, poderiam ser adversários mas não inimigos. Este autor ouviu, várias vezes, gente bem mais jovem dirigindo-se a associado mais idoso até com palavras de baixo calão o que é absolutamente inaceitável sobretudo, dentro de uma entidade que, pelo menos pretensamente, é de alto nível cultural e científico. As coisas andaram de tal modo que muitos agebeanos atuantes, mesmo favoráveis à reforma, abandonaram a associação. Este autor, francamente favorável às mudanças e trabalhou bastante por elas, também foi várias vezes ofendido. Em face da situação que se fazia muito tensa, o Presidente do Conselho sugeriu aos demais membros a renúncia coletiva, considerando que a missão desse conselho estava concluída. Lembra-se este autor, das palavras que pronunciou: "Vamos sair enquanto podemos ser aplaudidos. Se demormos mais poderemos ser apedrejados" Alguns resistiram e acharam que seria covardia mas ao final concordaram e, de fato, a renúncia foi aclamada pelo plenário. Foi também um alívio e, ao mesmo tempo a certeza do dever cumprido. Com todos os percalços e até injustiças, guarda este autor boas recordações e considera, sem falsa modéstia, que sua atuação foi importante para o engrandecimento da AGB da mesma forma que a AGB foi e continua sendo importante para ele. Acredita, também que estas considerações são válidas para todos os membros daquele Conselho Diretor.

O autor e sua passagem pela AGB

Este autor tomou conhecimento da existência da AGB há exatos 50 anos quando de sua entrada no curso Geografia e Historia, curso noturno na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo e que, naquele momento funcionava na rua Maria Antonia na cidade de S. Paulo e que ficaria famosa exatamente por causa dessa faculdade e acontecimentos políticos ali ocorridos.

No correr do curso várias palestras proferidas por membros da AGB foram oferecidas aos alunos como reforço para a sua formação ao tempo que a Seção Regional de S. Paulo procurava atrair mais membros e gente nova para a associação. Já em 1954, duas palestras foram importantes porque deu a oportunidade de conhecer pessoalmente o grande Pierre Monbeig. Realmente um homem simpático e comunicativo que logo cativou os alunos. Davam-se notícias também sobre o andamento dos trabalhos que 28 geógrafos, membros da AGB, desenvolviam sobre a área da Bacia Paraná-Uruguai por força de um convênio assinado entre a AGB e a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai e que enchiam os alunos de entusiasmo e admiração. O primeiro evento que o autor pretendia participar foi o 1º, Congresso Brasileiro de Geógrafos realizado em Ribeirão Preto tal a curiosidade em conhecer outros figurões da AGB. Não foi possível porque, no mesmo período, iria acontecer um evento do Departamento de Estradas de Rodagem onde o autor trabalhava e para o qual fora escalado.

Em 1956 ocorreu um fato inesperado: convite do Professor Aroldo de Azevedo para, em conjunto com outros dois alunos, desenvolver pesquisa sobre os subúrbios orientais da cidade de S. Paulo para a obra que estava em construção sob os auspícios da AGB sobre a cidade de S. Paulo em comemoração ao seu quarto centenário. Essa obra foi publicada em 1958 (quatro volumes) e recebeu o prêmio Jaboti outorgado pela Câmara Brasileira do Livro como o melhor ensaio publicado no ano. Este fato encheu este autor de orgulho. Caramba, pensava; seu nome aparecer, pequenino é verdade, ao lado dos maiores expoentes da Geografia de S. Paulo e do Brasil. Era a glória e o início de uma participação mais ou menos regular em assembleias e congressos, sobretudo após seu ingresso no magistério superior trabalhando em Sorocaba, na PUC de Campinas e de S. Paulo e, por fim em Presidente Prudente. O primeiro evento significativo de que este autor participou foi o II Congresso Brasileiro de Geógrafos realizado no Rio de Janeiro em julho de 1965 quando teve a oportunidade de apresentar trabalho sobre Rosana no Pontal do Paranapanema no sudoeste do estado de S. Paulo, em colaboração com outros colegas do departamento. Foi a primeira notícia que se deu ao país sobre essa região que hoje figura no noticiário dos jornais em face da movimentação do MST em prol de uma reforma agrária mais justa. Vale realçar que a atuação deste autor, como pesquisador, é pouco significativa porque, embora sendo geógrafo, dedicou grande parte de seu tempo à Cartografia e, portanto, também à Sociedade Brasileira de Cartografia (SBC) e, por mal dos pecados, às atividades administrativas. (Coordenador ou chefe de departamentos, vice-diretor e diretor da faculdade) Há uma espécie de consenso de que quem faz muita coisa, sobretudo em áreas diferentes, tende a fazer tudo mal feito. É possível mas, no caso deste autor, pode-se afirmar que tudo o que ele fez acertando ou errando foi com dedicação e entusiasmo, que apesar da idade, conserva até hoje.

Breve relato sobre os primeiros tempos da AGB

Quando a AGB completa seus 70 bem vividos anos, acredita este autor que vale a pena lembrar alguns aspectos significativos que marcaram a vida da associação, sobretudo em tempos pretéritos, possivelmente desconhecidos da maioria dos associados vez que, a AGB hoje, conta em seus quadros, com maciça presença de pessoal bem jovem e que pode encontrar dificuldade ao acesso a obras que relatam os vários momentos, as lutas os percalços e dificuldades mas também os bons momentos de sua trajetória, inclusive alguns pitorescos. Delicioso e apaixonado relato faz a proeminente e batalhadora geógrafa Nice Lecocq Müller quando aprecia os primeiros 25 anos da AGB publicado em jornal de Londrina e transcrito no Boletim Paulista de Geografia número 38 de 1961 e que ela divide em 10 itens muito sugestivos e que este autor procurará resumir mas indicando a leitura desse trabalho pois vale a pena.

I - Assim nasceu a AGB

Fala da chegada do geógrafo francês Pierre Deffontaines contratado para dar aulas na recém-criada Universidade de S. Paulo em 1934. Com o apoio de alguns dos notáveis cidadãos, expoentes da cultura paulista como o geólogo Moraes Rego, o historiador Rubens Borba, o médico Paula Souza e Caio Prado Júnior, economista, historiador e sociólogo, e mais alguns nomes ilustres, fundou em S. Paulo, a Associação dos Geógrafos Brasileiros em 7 de setembro desse ano. Notar que a AGB, uma associação para congregar geógrafos brasileiros, nasceu pelas mãos de um único geógrafo e ainda estrangeiro.

As reuniões da novel associação se realizavam na residência de seu fundador e, aos poucos vão aparecendo novos interessados, sobretudo os alunos do curso de Geografia e História. Após Deffontaines é outro francês, Pierre Monbeig quem se encarrega de levar avante a pequenina AGB. Entre os primeiros geógrafos-historiadores, formados pela Faculdade de Filosofia, estão João Dias da Silveira, Aroldo de Azevedo, Eurípedes Simões de Paula que darão continuidade, junto com Monbeig e os sócios fundadores que, mesmo não sendo geógrafos, mostram-se entusiasmados e interessados pela Geografia que se estava fazendo. Foram anos difíceis e que a autora chama de a fase heróica

II - A fase heróica

Graças ao contagiante entusiasmo de Monbeig e seus seguidores a AGB conseguiu atravessar seus anos mais difíceis. "Dentro do ambiente de sadia cordialidade, sem formalismos nem preocupações acadêmicas, a Associação contou com a assistência constante de seus poucos membros, mantendo inalterável a periodicidade de suas reuniões que, por não contar com sede própria, itineravam por vários prédios da cidade de S. Paulo ... e finalmente a Faculdade de Filosofia onde a Associação acabou por encontrar abrigo, primeiro para as reuniões depois para uma modesta sede provisória" Um parêntese: Provisória até hoje e, segundo parece a este autor se não estiver enganado, e espera que esteja, a única seção que conta com sede própria é a seção de Presidente Prudente e, assim mesmo dentro do campus da universidade. Fecha o parêntese. A autora cita uma dezena de novos sócios e diz que merecem ser lembrados... "porque sustentaram a AGB com o seu apoio, sua colaboração e experiência, no meio da indiferença generalizada, da incompreensão da maioria, através de seus primeiros onze anos de existência, a "fase heróica" da vida da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

III - A crise de crescimento

A Associação dos Geógrafos Brasileiros saiu de sua infância para enfrentar o sempre delicado período da adolescência, passando, então por verdadeira "crise" de crescimento. Começa a haver maior interesse dos estudiosos da Geografia pelas reuniões da associação e toma corpo a idéia inicial dos fundadores da associação de que a AGB pudesse estender-se para outros centros de modo a difundir cada vez mais os estudos da moderna Geografia. Os primeiros interessados, fora de S. Paulo, são os cariocas sobretudo aqueles que trabalhavam no Conselho Nacional de Geografia e um grupo de geógrafos cariocas desejosos de participar da AGB reúne-se aos paulistas e, em conjunto, estudam uma forma de organizar uma rede nacional de centros de estudos geográficos: foi a reforma de 1945 que criou a figura das Seções Regionais. De início criaram-se duas a de S. Paulo e a do Rio de Janeiro. Com o objetivo de assegurar caráter científico às suas atividades foram estabelecidas duas categorias de associados; os cooperadores, pessoas interessadas pelos estudos geográficos e efetivos seriam os geógrafos militantes, especialistas na matéria e que seriam eleitos por seus pares e os únicos com direito a voto na associação. Parêntese: Com a melhor das intenções a AGB criou a dicotomia que iria marcar a vida da associação, por 25 anos; duas categorias de sócios nitidamente de primeira e de segunda categorias e origem das mais acaloradas discussões que, não raro, empanaram o brilho do debate científico., sobretudo a partir da realização do Primeiro Congresso de Geógrafos ocorrido em 1954 na cidade de Ribeirão Preto Fecha parêntese. De qualquer maneira a AGB ia adquirindo personalidade definindo-se em sua função nacional, criando forças para enfrentar a maturidade

IV - O início da maturidade

Agora se constituía, de fato como entidade nacional como preconizava seu fundador Pierre Deffontaines. O estatuto de 1945 estabeleceu que as reuniões culturais onde se apresentariam para discussões e debates, temas geográficos que seriam depois publicados nos respectivos boletins passaram a ser atribuição das Seções Regionais. Para manter a coesão e união das seções regionais criou-se a modalidade de assembléias, que seriam anuais, e realizadas em qualquer cidade do país onde se fariam trabalhos de campo quando eram organizadas equipes encarregadas de realizar a geografia local e regional e que depois seria divulgada nos anais da assembléia. Esta modalidade de trabalho era desconhecida da maioria das pessoas e até de muitos geógrafos e chamou a atenção ampliando-se considera-velmente o entusiasmo pela Geografia e novos sócios foram admitidos e a AGB já podia contar com várias centenas de associados, evidentemente que a grande maioria de cooperadores.

V - Aventuras e desventuras da AGB

A crônica da associação oferece muitos episódios pitorescos. Lembra-se a autora de citar, como exemplo, a assembléia inicial e que por ser a primeira foi marcada pelos percalços

do pioneirismo. e realizada em Lorena, pequena cidade do vale do Paraíba no estado de S. Paulo em janeiro de 1946 " O intuito era o estudo da região serrana em especial a Serra da Bocaina. "De Lorena, os excursionistas, de caminhão, atingiram São José do Barreiro, de onde, na madrugada do dia seguinte empreenderam a escalada da Serra da Bocaina a pé acompanhados por apenas três cavalos: teoricamente serviriam para descansar as vinte e tantas pessoas por revezamento; na prática acabaram por atender aos mais idosos ou menos treinados, os demais se resignando a seguir por seus próprios meios apenas com rápidos descansos à beira dos barrancos... Na primeira etapa, na subida, até Lageado, foram sete horas de caminhada, sofridas em silêncio como convém ao bom agebeano.. Em Lageado esperava-os, para o pernoite, velho casarão de fazenda, inabitado e desmobiado...Armando-se de ânimo logo dividiram-se as tarefas e organizou-se a instalação do grupo. Aroldo de Azevedo(professor catedrático de Geografia do Brasil na USP), encarregou-se de varrer o grande salão marcando o lugar das "camas" no chão com folhas de jornal... João Dias da Silveira, catedrático de Geografia Física na Universidade de S. Paulo, recebeu, por unanimidade de votos, a cozinha; Muito expedito organizou o primeiro cardápio à base de conservas para poder contar com as latas como panelas; O professor Pierre Dansereau que depois viria a ser reitor da universidade de Montreal, no Canadá, à frente da equipe de geografia botânica, teve a seu cargo a localização de espécies vegetais de folhas largas que servissem de pratos. Pierre Monbeig, presidente da associação e professor de Geografia Humana na USP ..., ficou responsável pela delicada missão de manter o abastecimento de água, o que fez, percorrendo cansativa e ininterruptamente a trilha que levava ao regato com o auxílio de uma providencial chaleira velha. À noite todos se instalaram, enfrentando o frio com dois cobertores para cada três pessoas... Cedo teve início a segunda etapa, até o morro do Tira-Chapéu, nome sugestivo. A descida depois tendo sido feita sob chuva torrencial e patinando na lama. A essa altura, nem mesmo os mais velhos ou menos treinados quiseram usar os cavalos. Em S. José do Barreiro, depois de rápida refeição, tomaram o caminhão para o retorno a Lorena, onde chegaram de madrugada, molhados, mal alimentados, cansados, mas cantando; assim é a AGB"

VI - Dos percalços de uma assembléia da AGB

"Organizar anualmente uma reunião para cem pessoas é sempre tarefa difícil. Algumas vezes ela é facilitada pela boa vontade e apoio de elementos locais entusiasmados com a realização de uma reunião tão importante em sua cidade. Apesar disso, rara foi a assembléia que não teve seus problemas de organização. De uma feita foram as freiras que iriam alojar as moças e que, inesperadamente entram em retiro. Em toda cidade não havia outra possibilidade de acomodação." A solução vem por meio de uma casa vazia que estava a espera de reforma. Depois de carpido o mato do jardim e lavado o assoalho, camas emprestadas foram armadas desde a sala até a cozinha e onde se instalaram vinte moças. Para uma exposição de mapas e obras raras a única vitrina encontrada pertencia a uma faculdade de odontologia que a usava para exibir dentaduras. Tal vitrina estava em mau estado e teve de ser pintada do que se encarregou o professor Aroldo e mais a professora Dora Romariz." Nessa mesma cidade outro problema que levou os agebeanos a quebrarem a cabeça para solucioná-lo. Haveria uma importante palestra no período da tarde e que deveria ser gravada. Mas à tarde por causa do racionamento acontecia o corte da energia. A solução foi encontrada com um gerador quebrado mas que acabou funcionando com o uso do motor de um caminhão emprestado pela prefeitura. Estes são apenas alguns exemplos entre dezenas de outros e que constam relatados nas atas das reuniões.

VII -Novas aventuras e desventuras agebeanas

Neste item a autora relata as peripécias de uma viagem que agebeanos de S. Paulo fizeram para participar de uma assembléia que se realizaria no Nordeste, num ônibus fretado Com os poucos recursos disponíveis somente foi possível o fretamento de um veículo já bem entrado em anos. O pessoal se benzeu e partiu cheio de esperança de chegar ao seu destino em tempo de participar do evento. A "confortável" viagem foi bem pelo estado de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mas ao passar pelo sertão da Bahia, na caatinga, o ônibus pifou. Quebrara-se uma peça vital e no meio de uma estrada completamente vazia. Não passava viva alma. Durante

várias horas o também velho motorista, apelidado de Paraíba, sob o veículo tentava consertá-lo. Por fim desistiu. Sem a tal peça não haveria jeito. Que fazer? Depois de muita discussão, como era praxe na AGB, decidiu-se que um grupo ficaria tomando conta dos pertences do pessoal enquanto outro, iria para frente na esperança de encontrar auxílio. Depois de três léguas de caminhada sob um sol causticante aparece uma vendinha onde se conseguiu uma rala refeição. Ali decidiram descansar já bastante desiludidos. Só pelo fim da tarde apareceu um jeep cujos proprietários, condoídos da situação do pessoal, concordaram em voltar para Vitória da Conquista levando dois dos componentes da turma. Algumas horas depois voltaram com um caminhão trazendo também um mecânico para acudir o motorista do ônibus. O pessoal vai de caminhão até Vitória da Conquista, a cidade mais próxima e novas discussões: prosseguir viagem ou retornar a São. Paulo A maioria venceu e a viagem prosseguiu com outro ônibus em direção a Campina Grande onde se realizava a VII Assembléia em 1952 a primeira a se realizar no Nordeste, onde o pessoal chegou exatamente no início dos trabalhos.

VIII- Do espírito agebeano

Nas reuniões da Associação dos Geógrafos Brasileiros todos os participantes recebem o mesmo tratamento. Já se viu, linhas atrás, como professores universitários realizam tarefas que lhe são atribuídas, mesmo quando se trata de cozinhar, varrer, carregar água. Certo prefeito informado da presença de dois Secretários de Estado, foi procurá-los e encontrou-os junto com os demais num caminhão, em trajes de excursão. Nas pesquisas desaparecem hierarquias. Era comum catedrático das universidades, subordinados, nas pesquisas a assistentes ou ex-alunos. E esse espírito é contagioso. Já tivemos como "chefe de cozinha" a sogra de um governador. Deputado carregando cadeiras para ajeitar o salão para as reuniões, moças da sociedade local fazendo às vezes de secretárias e serviçais. São cidadãos que, assistindo os esforços e entusiasmo dos agebeanos, oferecem seus préstimos e colaboração. Em certa ocasião várias moças da associação varriam e limpavam o chão de uma casa emprestada para alojamento, quando aparece um cidadão, já entrado em anos e que se oferece para ajudar e trabalha horas para ajeitar a casa. À noite nas solenidades de inauguração da reunião descobrem que aquele cidadão era o Vice-Governador do Estado que estava na cidade...

IX – Das assembléias da AGB

Desde sua reestruturação em bases nacionais feita pela reforma da AGB em 1945 até 1969 quando foi realizada a última assembléia antes da reforma de 1970 a associação realizou 24 assembléias com sedes nas mais diferentes regiões do país. Algumas dessas assembléias coincidiam com outros eventos como a IX Assembléia que coincidiu com o Primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos realizado em Ribeirão Preto em 1954. Durante esse congresso foram realizadas pesquisas na região (áreas urbana e rural) de uma extensa área abrangendo Araraquara até Franca Mococa, Casa Branca em S. Paulo e Ibirici em Minas Gerais, A XI assembléia foi apenas administrativa porque coincidiu com a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia realizado no Rio de Janeiro e que ocupou todas as atenções dos geógrafos. A primeira das assembléias foi realizada na cidade de Lorena quando se inaugurou a prática dos trabalhos de campo em equipes A originalidade destas pesquisas de campo se deve a outro francês Francis Ruellan que fizera esses trabalhos com seus alunos na Serra dos Órgãos. A última, a XXIV foi realizada em 1969, na cidade de Vitória quando cerca de 150 agebeanos, distribuídos em equipes realizaram minuciosa pesquisa envolvendo questões de Geografia Física e também de Geografia Humana com realce para os aspectos industriais, a importante função portuária e o papel da Companhia Vale do Rio Doce e as funções urbanas.

O gigantismo das Assembléias que congregavam cada vez maior número de agebeanos mas que a grande maioria ainda ficava de fora destas atividades, resultando em crescente insatisfação, apontava que este tipo de realização não poderia continuar e seria necessário uma reformulação estatutária e criar condições para congregar maior número de associados. E assim foi feito em 1970 e criada a organização, a cada dois anos, de Encontros Nacionais de Geografia abertos a qualquer interessado e destinados a congregar geógrafos ou especialistas afins dedicados a pesquisa em campos conexos e terão caráter essencialmente técnico-científicos.

X – O que é uma assembléia da AGB ?

*
“Uma Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros é uma reunião anual de especialistas provenientes de todos os pontos do País em que a entidade conte com associados o que a rigor, coincide com o território nacional. Essas reuniões tendem a vários objetivos. Antes de mais nada, constituem valiosa oportunidade para o encontro de pesquisadores: principiantes e veteranos das lides geográficas que aí têm a possibilidade de trocar idéias e de absorver experiências úteis. Desse ponto de vista, não seria exagero dizer que a AGB tem sido uma das mais ativas e ecléticas escolas de pesquisa geográficas no país. Além disso nas Assembléias são apresentados -- e debatidos, o que é mais importante -- trabalhos de pesquisa nos mais variados ramos da ciência, estimulando e atualizando o conhecimento geográfico de nossa terra. Assuntos específicos vêm-se constituindo em temas de Simpósios, em que especialistas reúnem-se para sistematizar os conhecimentos, acertar métodos, estabelecer conclusões e, finalmente, há os trabalhos de campo, pesquisas são efetuadas “in-loco” por quatro dias, por meio de um esforço intensivo e uma organização em equipes, de que resultam levantamentos da realidade geográfica da região que resultam em valor intrínseco pelo que representam de original, mas também pela contribuição para a ainda pobre bibliografia especializada brasileira. Assim, geógrafos de todo Brasil mantêm-se em contato, aperfeiçoam seus conhecimentos, e conhecem diretamente as mais diferentes áreas e os mais variados problemas brasileiros. Os agebeanos, conscientes de que, mais do que em benefício próprio, vêm realizando bom trabalho em prol da Geografia brasileira, orgulham-se de suas Assembléias. Orgulham-se de sua Associação, nascida modesta, humilde, e que, com pertinácia vem crescendo... A AGB, com suas Assembléias representa uma mentalidade nova, que vem ganhando força em todo país. Em grande parte devido à sua atividade, a Geografia começa ser encarada como uma “ciência aplicada”, que tem sua palavra a dar nos planejamentos regionais e numa série de trabalhos de ordem administrativa. Ninguém roubará à AGB a honra de ter sido a pioneira na renovação do espírito e da estrutura dos congressos científicos no Brasil rompendo ostensivamente com os academismos inúteis e estéreis: ninguém poderá lhe tirar a glória de, à custa de minguados recursos financeiros e de muito idealismo desinteressado, ter contribuído, decisivamente para a implantação da verdadeira Geografia no Brasil.”

Os trechos que se seguem são de Monteiro, C.A. F. que, em sua obra *Geografia no Brasil (1934-1977) – Avaliação e Tendência* mostra a evolução dos estudos geográficos no Brasil e que, para sua evolução, a AGB sempre teve participação marcante principalmente como tribuna e local de debates de idéias. Monteiro coloca em sub-item A Implantação da Geografia Científica (1934-1948) e diz que a partir de 1934 com a criação da Universidade de S. Paulo e especialmente de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, logo seguida pela do Rio de Janeiro e pela fundação da AGB sob a égide de Pierre Deffontaines, iniciou-se o processo que o autor divide em períodos sendo que o primeiro iria até 1948. Coloca a criação do IBGE que ligado a um caráter pragmático de subsídio político faria uma Geografia revestida de comprometimento com o poder e que logo passaria a ser tida como Geografia Oficial, em contraste com aquela da Universidade. Enfatiza a contribuição de Pierre Monbeig geógrafo jovem que, assumindo a orientação da então cadeira de Geografia, passou ativa e eficazmente à formação dos geógrafos da USP. Um pouco mais tarde, 1940, era contratado pela Universidade do Brasil o professor Francis Ruellan e, em seguida, o alemão Léo Waibel e com rápida passagem também o geógrafo canadense Pierre Dansereau. Com este grupo de geógrafos estrangeiros e de alguns estudiosos brasileiros como Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, Sergio Milliet entre outros, a Geografia começa a firmar-se como ciência.

Monteiro deu maior ênfase, na análise que faz sobre a produção geográfica no Brasil e a participação da AGB, ao período que começa em 1945 quando da reorganização da entidade e ela se torna verdadeiramente nacional e introduz, as assembléias anuais que, como já se viu no relato de Nice L. Müller, constituíram valiosa oportunidade para o encontro de pesquisadores principiantes e veteranos nas lides geográficas que aí têm possibilidades de trocar idéias e absorver experiências úteis. E, ao mesmo tempo, realizar trabalhos de campo e observação direta da natureza que, na época eram considerados essenciais para a compreensão da Geografia.

Foi um período profícuo todavia, em face do grande crescimento da AGB houve a necessidade de se mudar a sistemática das reuniões e, por isso, a reforma dos estatutos da associação em 1970 extingue esse tipo de atividade e em seu lugar cria os Encontros Nacionais sendo que o primeiro se realizou em 1972 na cidade de Presidente Prudente (SP).

Na p.15 de sua obra com o sub título A cruzada Agebeana de Difusão Nacional (1948 – 1958) o autor coloca: "... O entusiasmo após a reformulação da AGB (1945), se desencadeará a partir da Assembléia de LORENA (1946). Sobretudo o trabalho de campo conjunto passou a motivar e interessar cada vez mais os neófitos da geografia.

Não se poderá dizer que aqui, estão contidas as assembléias mais memoráveis, ou mais importantes para os rumos da jovem geografia brasileira, mas parece certo admitir-se que entre Goiânia (1948) e Garanhuns (1955), houve um estilo peculiar e inconfundível de reuniões agebeanas.

Sem muitos participantes ainda, trabalhava-se ativamente em equipes no campo e na cidade hospedeira, numa verdadeira extensão do treinamento recebido dos colegas vindos de outras regiões. E o que era mais importante - um proveitoso debate de idéias a propósito das comunicações ali apresentadas --cultivou um espírito crítico infelizmente fadado a posterior declínio"

"Durante esse período dá-se a saída dos orientadores básicos da geografia no Brasil, que em caráter permanente aqui haviam atuado: Waibel, Monbeig e Ruellan que retornaram a seus países de origem

No Rio já se passava a dar continuidade a essa assistência externa em caráter não permanente mas por atuações semestrais ou anuais como foram os casos daqueles vindos dos Estados Unidos: Clarence F. Jones (1948) (que orientaria uma grande expedição do CNG ao planalto central) e Preston E. James, que atuaria como consultor durante um ano (1948/49)

Em S. Paulo a USP receberia da França as colaborações de Louis Papy e Roger Dion como professores visitantes por curtos períodos. Às vezes os visitantes articulavam suas atuações em palestras e trabalho de campo entre as equipes de Rio e S. Paulo, como foi o caso de Pierre Gourou, do College de France, autor da famosa obra "Les Pays Tropicaux" feito à base de sua experiência asiática...

O envio significativo de geógrafos bolsistas à França e aos Estados Unidos é outra característica desse período".

Sobretudo pelos bolsistas retornados de França houve difusão de novas idéias, revelação de novos geógrafos franceses. Foi o caso da difusão das idéias de Sorre em S. Paulo por Ary França ... e de Tricart, no Rio de Janeiro, por vários bolsistas de volta de Estrasburgo ao longo de todo esse período....

Outro evento significativo foi a realização da Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia (IPGH) em 1949. Para ela, entre outros trabalhos, fez-se a série de estudos sobre a população, elaborados na Seção de Estudos Sistemáticos do CNG (Conselho Nacional de Geografia), coordenados por Elza de Souza Keller. Nada menos que 14 trabalhos sobre essa temática publicados posteriormente na Revista Brasileira de Geografia, nesse período foram apresentados naquele certame. Esse foi um tema que teve ai seu período máximo, tendo sido retomado para os dados do Censo de 1950, decaindo a partir daí, sensivelmente.

No decorrer desse período se enquadra a produção de Waibel e daqueles que trabalhavam sob sua direta orientação, seja no Planalto Central, seja nos estudos agrários, em especial nas áreas de colonização do sul (Orlando Valverde, Nilo Bernardes W.A. Egler, dentre outros)..."

"Os primeiros estudos biogeográficos oriundos da influência de Dansereau(Romariz, Kuhlmann) são desse período. Os estudos de climatologia, em sua grande maioria, são o resultado da aplicação da classificação de Köppen, produzidos e/ou orientados por Lysia Bernardes. Estudos geomorfológicos de Porto Domingues e vários trabalhos pedológicos devidos a José Setzer completam a produção do Rio"...

"Dentro desse segmento temporal deu-se a comemoração do IV centenário da cidade de S. Paulo, para o qual os geógrafos paulistas se prepararam condignamente. Não apenas no número especial do Boletim Paulista de Geografia(No. 23) "São Paulo, a Terra e o Homem " mas também no Simpósio: "Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante": editado pelo CNG, onde os mais destacados geógrafos paulistas dedicaram-se aos temas capitais da geografia de São Paulo.

Embora editado dois anos mais tarde (no fecho do período) sob a coordenação editorial de Aroldo de Azevedo, preparou-se nesse período uma obra fundamental: " A Cidade de São Paulo; Estudos de Geografia Urbana"

Dentro da característica básica do período, a atividade fundamental foi a própria difusão e dinamização promovida nos encontros anuais da AGB.

As seções regionais se ampliam pela criação dos núcleos: o de Pernambuco, que logo passou à Seção Regional, o da Bahia (filiados ao Rio de Janeiro) e aqueles de Minas Gerais e do Paraná (filiados a S. Paulo). Surgem os primeiros Boletins da AGB - o Paulista (1949), o Carioca (1950).

Começa a produzir e projetar-se o grupo de Pernambuco onde, além da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal, criou-se em 1949, o Instituto Joaquim Nabuco dedicado à pesquisa social. O núcleo baiano, alia a função de Professor de geografia nas Universidades Federal e Católica à de geógrafos do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais de inspiração francesa, notadamente vinculado à Universidade de Estrasburgo para onde se dirigia o contingente principal de bolsistas baianos. Os mineiros, tanto do Serviço Geográfico e do Cartográfico do Estado quanto da Universidade Federal, passam a aderir desde o meio do período, após a Assembléia de Belo Horizonte (1960). Do Instituto Tecnológico do Paraná, um pequeno grupo, liderado por H. Maack, desde os contatos com a equipe de Waibel, passou a frequentar e colaborar na AGB. "...

"Esse período se encerra - como para confirmar o caráter que lhe imprimiu a AGB - com a primeira coletânea de trabalhos geográficos sobre uma região brasileira. A AGB recebera a incumbência da Comissão de Estudos da Bacia Paraná-Uruguai para realizar estudos geográficos subsidiários ao planejamento daquela grande bacia, o que foi feito por um grupo variado de geógrafos a nível nacional, com predominância dos grupos de S. Paulo e Rio de Janeiro. Com a data de 1955 viria a público esta obra que se intitulou: "Condições Geográficas e Aspectos Geo-Econômicos da Bacia Paraná-Uruguai" (II vols) "

A seguir alguns trechos do artigo de Sposito E. S. "Breve histórico da AGB" *Caderno Prudentino de Geografia* No 5 Presidente Prudente 1983 Este trabalho é uma espécie de síntese da trajetória da AGB a partir da sua reestruturação em 1945 até o V Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em 1982 em Porto Alegre e já foi aproveitado por este autor quando das comemorações do jubileu de ouro da AGB em 1984 no artigo Cinquenta Anos de AGB 1934 - 1984 *Anais do II Encontro Regional de Geografia*, Londrina 1984, da mesma forma como os trechos citados de Monteiro, C.A F, e de Müller N.L. e são colocados agora, com algumas pequenas mudanças, com o intuito de promover maior divulgação reavivando a memória dos agebeanos mais antigos e para o conhecimento dos agebeanos mais jovens.

"Em 1945, quando terminaram a Segunda Guerra Mundial e a ditadura de Getúlio Vargas, a AGB reorganizou-se, criando as seções regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro e implantando a prática, já na Assembléia Geral anual de 1946, realizada em Lorena, os trabalhos de campo em equipes durante a reunião e debates das comunicações apresentadas. Esse é o início da fase de expansão nacional da AGB da qual uma das características foi a participação de estudiosos de áreas afins que se integravam na atividade geográfica.

A partir daí, as seções locais se ampliaram com a criação dos núcleos de Pernambuco e da Bahia (filiados ao Rio de Janeiro) e de Minas Gerais e Paraná (filiados a S. Paulo). Em 1949 surgiu o Boletim Paulista de Geografia e em 1950, o Boletim Carioca de Geografia para confirmar a principal característica desse período que foi a dinamização e difusão promovida nas assembleias da AGB.

A assembleia realizada em Colatina (1957) tornou-se importante marco para o pensamento geográfico por ser o palco dos primeiros sinais de insatisfação e desejo de mudança quanto aos paradigmas até então seguidos e que também apareceram nas reuniões seguintes (Santa Maria, Viçosa, Mossoró e Londrina).

O ano de 1968 pode ser considerado como marco divisório em todos os setores da vida brasileira: a edição do AI -5, a criação da SUDAM, a transformação do IBGE em fundação incorporada ao Ministério do Planejamento, os reflexos da movimentação estudantil de Paris e, para a Geografia, a chegada aos meios acadêmicos do país, com mais de dez anos de atraso, dos ecos da "revolução quantitativa "

A Assembléia Geral de Montes Claros, nesse mesmo ano, mostrou fundamental mudança na maneira de trabalhar nas reuniões, com estudos regionais propondo temas específicos.

Essa fase, que termina em 1970, e que pode ser considerada de transição, culminou com a reunião realizada em S. Paulo, quando a AGB procedeu a reforma de seus estatutos, substituindo assembleias anuais por Encontros Nacionais de Geógrafos, bianuais, mas mantendo

os Congressos Brasileiros de Geografia, decenais.

Em 1974 foi realizado o III Congresso Brasileiro de Geógrafos em Belém, com a participação de vários geógrafos estrangeiros.

Em 1976, ocorreu o II Encontro Nacional de Geógrafos, em Belo Horizonte, quando já se manifestava uma certa insatisfação quanto à organização da AGB e, mormente quanto à forma de admissão de sócios, divididos em categorias diferenciadas, classificada como elitizante por não admitir o acesso mais amplo de estudantes.

Essa insatisfação ganhou força no III Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Fortaleza (1978) com Armen Mamigonian transformando-se em baluarte da defesa de uma democratização geral da Associação encontrando respaldo nos estudantes – maioria numérica sem direito a voto – e em alguns outros profissionais associados à entidade, e conseguindo a participação do presidente eleito, Marcos Alegre, de modificar os estatutos em futuras reuniões ocorridas em S. Paulo.

Em 1980 o IV Encontro Nacional de Geógrafos realizado na PUC do Rio de Janeiro, foi marcado por certas características importantes: a abertura à presença generalizada de estudantes, inclusive com direito a participar da diretoria da AGB, o que afastou muitos profissionais mais antigos da comunidade geográfica e, com eles o apoio de órgãos oficiais à realização do evento (IBGE, universidades públicas, etc.) uma reviravolta na postura política das pessoas presentes na última reunião da assembléia geral para a constituição da diretoria para o biênio seguinte, excluindo nomes como Milton Santos, Armen Mamigonian e Roberto Lobato Corrêa, que apoiaram a democratização da entidade, e fazendo surgir a liderança de Ruy Moreira.

Nesse ano saiu finalmente a regulamentação da profissão de geógrafo, que havia sido aprovada em decreto-lei no ano anterior, coroando uma luta assumida pela AGB desde o início dos anos 50 e que ainda não está terminada por causa de empecilhos colocados por algumas seções regionais do CREA quanto ao registro definitivo de geógrafos,

De 1975 até o final da década, a associação também se viu às voltas com a polêmica provocada pela tentativa de implantação dos Estudos Sociais, tendo na USP, mormente Pasquale Petrone e José Bueno Conti, o grande reduto de discussão e da reação a essa proposta.

Se o IV Encontro Nacional de Geógrafos mostrou uma clara tomada do poder pelos sócios mais jovens da entidade, no V Encontro, realizado em Porto Alegre (1982), com a ausência quase completa dos geógrafos mais antigos do Brasil, acrescentou-se a essa tendência uma surda disputa de poder entre a direita e esquerda. A diretoria eleita continuou com o sistema de gestão coletiva, iniciada no biênio anterior, de tal forma que, nas reuniões periódicas ou extraordinárias da cúpula diretiva, todos os sócios presentes têm direito à opinião e voto como representantes de suas seções locais “

IN FINE

Pode-se afinal concluir que ao comemorar seus 70 anos e apesar das divergências das idéias e mesmo ideologias –ou por isso mesmo— a AGB vem cumprindo o papel que certamente seu fundador Pierre Deffontaines imaginava para a associação em 1934. A AGB sempre teve participação ativa na evolução da Geografia, confundindo-se a sua história com a própria história da Geografia-ciência. Monteiro C.A. F. não acreditava em 1977, numa Geografia Brasileira eis que esta Geografia era sempre dependente. Haveria padrões universais não brasileiros e que a brasilidade estaria para ser encontrada. Decorridos mais de 25 anos e, em face do grande avanço que essa ciência conheceu entre nós, graças ao esforço, dedicação, abnegação e sobretudo descortino dos verdadeiros agebeanos –jovens e veteranos—pode-se acreditar que várias geografias são possíveis como defende Rodrigues, A M. inclusive a Geografia Brasileira o que significa enorme responsabilidade. Certamente a AGB, que enfrentou tempestades e furacões vencendo-os todos, saberá vencer os desafios futuros.

Por ocasião do I Congresso Brasileiro de Geógrafos em 1954, entusiasmado com as atividades dos participantes, sobretudo dos mais jovens, um jornalista local assim se manifestou em seu jornal: “Se a AGB está criando gente deste teor, moldando material humano deste feitio, que vão para ela, numa consagração, as bênçãos do País. Porque o de que o Brasil dilapidado de hoje precisa é disto mesmo: homens e mulheres trabalhadores e sérios, de abnegação honesta...” (Boletim Paulista de Geografia No, 18 1954)

Trata-se de palavras ditas quando a AGB completava vinte anos. Oxalá possam elas ser repetidas agora, nas comemorações dos 70 anos, e sempre.

Ao concluir seu artigo, este autor relembra: tudo o que se tem dito e escrito sobre a AGB não passa de algumas lembranças parciais, por vezes ácidas, por vezes apaixonadas e que tocam apenas em alguns tópicos, no momento considerados mais relevantes. Mas são sempre parciais. Poucos são lembrados os movimentos populares em que a AGB esteve presente como deve ser, mesmo, como integrante da sociedade. A verdadeira história desta que é uma das mais importantes associações científicas do país está por se fazer e se trata de uma tarefa de grande fôlego tal a riqueza de momentos memoráveis, felizes ou mesmo infelizes, que dão forma e fazem o corpo deste monstro sagrado que é a AGB. Quem se habilita?

Bibliografia citada e/ ou consultada

ALEGRE, Marcos. Cinquenta Anos de AGB. *Anais do II Encontro Regional de Geografia*. Londrina, 1984.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *Anais de Congressos e Encontros*. Vários.

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. *Noticiários*. (Vários números).

GONÇALVES, Carlos Walter P. A Geografia está em crise. Viva a Geografia! *Boletim Paulista de Geografia*. n. 55. S. Paulo, AGB, 1978.

MONTEIRO, C. A. F. *A Geografia no Brasil (1934 – 1977) Avaliação e Tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia/Universidade de São Paulo, 1980.

MÜLLER, Nice L. Aspectos da vida da Associação dos Geógrafos Brasileiros. *Boletim Paulista de Geografia* n. 38, São Paulo: AGB, 1961.

RODRIGUES, Arlete M. Contribuição da AGB na Construção da Geografia Brasileira. Uma Outra Geografia Sempre é Possível. *Terra Livre*. n. 22, São Paulo: AGB, 2004.

SPOSITO, Eliseu S. Breve Histórico da AGB. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 5. Presidente Prudente: AGB, 1983.

La búsqueda permanente del horizonte: la historia de la AGB-BH

The permanent searching for the horizon: AGB-BH history

William Rosa ALVES²

A presença da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local de Belo Horizonte – AGB-BH – na metrópole sediada pela capital mineira, bem como os contatos com outras searas que compõem a AGB como um todo, merece uma apresentação das motivações, convicções, perspectivas e mesmo o modo, ou seja, as práticas que por aí se envolveram nas lutas requeridas e para os desafios a estes apresentados. Este depoimento pessoal é uma tentativa de contribuição, que só se inicia, à história da AGB-BH.

Os primórdios da AGB-BH encontram-se no contexto rico e complexo da “Renovação” da Geografia – inserida na luta educacional – no final dos anos de 1980. Um primeiro traço a destacar daquele momento toca nos conflitos e disputas por concepções e práticas na universidade, que viveu intenso debate sobre a necessidade de mudanças a fim de contribuir para o avanço na resolução dos anseios cultivados pela maioria da sociedade brasileira. E foi no próprio Instituto de Geociências – IGC – da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG que aconteceu a primeira reunião efetiva “para rearticulação da AGB”, em maio de 1988, com nossa primeira participação.³ O grupo de pessoas vinculadas à Geografia como docentes dos então 1º e 2º. Graus, ativistas na União dos Trabalhadores do Ensino – UTE –, no ânimo dos Núcleos Pedagógico-Sindicais viram naquele ano os colegas de Língua Portuguesa realizarem o 1º. Encontro Mineiro de Professores daquela área. Logo em seguida, a Geografia foi tornada objeto de reflexão para intervenção política do movimento docente da educação básica, em razão de acúmulos intelectuais e políticos provocados na e pela eclosão da luta social contra a ditadura militar (1964-1984) e sua inserção na chamada “abertura política”, que desde 1978-1979, respectivamente, mudaram a relação sociedade-Estado no Brasil.

Tal inserção primordial da Geografia na escola de 1º. e 2º. Graus, com iniciativas em várias escolas, em especial as das redes oficiais de ensino, como da Estadual de Minas Gerais e a Municipal de Belo Horizonte, ganhou corpo via organização por duas entidades organizativas dos professores das redes públicas: a UTE e a Associação dos Professores Públicos – APP-MG. E foi

¹ Diretor AGB-BH no período 1996-1998.

² Para este depoimento pessoal, agradeço a colaboração escrita e verbal, e, principalmente, pelo zelo à história da AGB como um todo – pois sem ele este e outros registros para o entendimento da história da AGB não seriam possíveis: a Adriana Angélica Ferreira, Ana Corcini Pena, Ana Maria Simões Coelho, Antônio Márcio Ferreira de Moura, Fernando de Oliveira Mendonça, Idárci Esteves Lasmar, Luci Imaculada de Oliveira Alves, Magda Braga de Souza Marinho, Márcia Maria Spyer de Resende, Maria da Conceição Lemos, Maria Luísa Pestana Thomasi, Míriam Rezende Bueno, Mirian Figueiredo Reis Velloso, Rita Elizabeth Durso Pereira da Silva, Rosalina Batista Braga e Sérgio Martins. Fundamentais também foram as consultas ao *AGB Notícias*, o informativo periódico da AGB-BH. Este teve seu nome alterado para *AGBNotícias* a partir do número 11 [1º. sem. 1994].

³ Reunião que se encontra com duas datas de registro: 27/5/88 na letra similar a do cabeçalho, porém, há uma inscrição da data de 21/5/88 em outra letra e seguida de um ponto de interrogação. Na lista de presença nesta mesma folha, constam 45 nomes, quase todos de professores e estudantes da UFMG. Havia alguns professores das redes públicas de ensino atuantes em Belo Horizonte. Próximo a ela na pasta intitulada “Rascunho das atas das reuniões AGB – Seção BH”, encontra-se outra folha com indicações de nomes e locais – provavelmente para contatos – datada de 21/ /88 (sem a indicação do mês).

na sede desta, em Belo Horizonte, que para 18 de abril de 1989 foi convocada uma assembléia de professores de Geografia, "geógrafos técnicos" e estudantes de Geografia que elegeram uma "diretoria provisória".⁴ Dentre os vicejos pedagógicos da época – mesmo que dispersos e por vezes conflituosos – predominam a contraposição à chamada "Escola Tradicional", e assim implicaram em várias reflexões e até em mudanças práticas no modo do ensino das disciplinas, inclusive da Geografia. Desenvolveu-se assim uma educação gradativamente questionada e uma geografia cada vez mais exposta às críticas em eventos da AGB, que para tanto organiza elevados momentos. Assim, com a participação da AGB-BH, organizou-se o I Encontro Estadual de Professores de Geografia (de Minas Gerais), realizado de 25 a 29 de setembro de 1989 na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que contou com cerca de 300 inscritos.⁵ O evento "implantou o Núcleo (Permanente) de Professores de Geografia com assessoria da AGB"⁶ – com a presença de sócios da Seção Local de São Paulo que se radicavam em Belo Horizonte. Foi fundada então a "Pró-Seção Local AGB – Belo Horizonte" – com algumas proposições reveladoras do contexto de renovação da educação em Minas Gerais, quais sejam: a integração entre as dimensões sindical e pedagógica na ação e na organização dos professores, entendida a luta pela democratização da escola pública (defesa e empenho por eleições diretas para a direção das escolas, pela democratização da elaboração e da implementação da proposta curricular da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e pelo avanço teórico-metodológico a fim de desenvolver princípios modos de ensinar mais "conscientes" e compromissados com os filhos dos trabalhadores, maioria dos estudantes da escola pública, como a interdisciplinaridade e a consideração sobre as particularidades locais dos espaços habitados pelos mesmos). Observando o documento resultante do evento, percebe-se que o foco temático de inspiração e perspectiva da intervenção era notadamente o ambiental, com incursões na questão da ação do Estado e outros agentes da produção do espaço – sobretudo as empresas – em Minas Gerais.⁷ No transcurso da Pró-Seção para a Seção Local de Belo Horizonte no início de 1990, iniciou-se a organização de uma Comissão de Meio ambiente da AGB-BH. Outrossim, o Núcleo de Professores de Geografia organizou em 19 de maio de 1990 o 1º Seminário de Educação Ambiental – vinculado ao Projeto Cultural Meio Ambiente da própria UTE – com o apoio da AGB-BH.⁸ Tal temática foi tornada eixo central da atuação da entidade que se firmava, a ponto de compor o "Guia do Meio ambiente" de Minas Gerais, que informava "telefones e endereços das entidades civis e governamentais de Minas Gerais para você ajudar na preservação do nosso Meio Ambiente". Na perspectiva da construção da I Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – mais conhecida como "Rio 92" –, a sociedade civil em Belo Horizonte chegou à Câmara Municipal e a AGB participou do empenho em superar-se a questão ambiental como "setor" da atuação das frações da sociedade civil e do Estado. Nota-se então a participação, a partir de 1992, da entidade no conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte – COMMAM – em representação compartilhada com outras entidades que congregam profissionais que lidam com a chamada "questão ambiental".⁹

⁴ *Notícias*. Belo Horizonte, n. 1, dez. 1989, p.1. (Boletim da AGB-BH)

⁵ Uma avaliação do conclave pela diretoria provisória da AGB-BH se encontra no Boletim *Notícias* n. 1, de dez. de 1989, p.1.

⁶ *Espaço pedagógico-cultural* (Publicação do SIND-UTE), Belo Horizonte, n. 1, jul. 1991, tablóide 1 folha impressa na frente e no verso. Maria da Conceição Lemos, uma das fundadoras da AGB-BH, lembra-nos que ela própria ficou designada pela Superintendência de Ensino da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais para atuar no sindicato que se formava como alguém da Geografia na construção do Núcleo Pedagógico Cultural do SIND-UTE. Assim, "Conceição" ficou à disposição do sindicato por um ano após o Congresso de fundação do mesmo Como tal "liberação" ocorreu para outras áreas disciplinares do conhecimento científico na escola, além da AGB-BH, a Seção Minas Gerais da Associação Nacional de Professores de História – ANPUH-MG – também se beneficiou de tal expediente.

⁷ O referido documento consiste de uma "Apresentação" e do "Documento Síntese da Plenária do I Encontro de Professores de Geografia".

⁸ Segundo Maria da Conceição Lemos, os cartazes da divulgação do I Seminário foram afixados no espaço interno dos ônibus metropolitanos, o que denota algum reconhecimento por parte dos órgãos oficiais.

⁹ Lembra-se que destas, somente a AGB, como associação técnico-científico-cultural, congrega também estudantes ou quaisquer interessados na Geografia.

Nessa perspectiva de ampliação das referências geográficas para a intervenção mais qualitativa na metrópole, a partir dos contatos parlamentares e identitários da sociedade civil a AGB-BH participou da construção do Fórum Pró-Participação Popular no Plano Diretor de Belo Horizonte.¹⁰ Tal aglutinação da sociedade civil foi decisiva para a rejeição do projeto de Lei do Plano Diretor, cuja elaboração foi coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento¹¹. O mesmo só foi aprovado em 1995. Para uma escala mais ampla, nossa participação nos Fóruns Nacionais da Reforma Urbana – alguns deles ocorridos em Belo Horizonte – implicou na defesa de nosso nome, por parte da Seção Local, para Coordenador da Comissão Nacional de Assuntos Urbanos e Regionais da AGB na gestão 1992-1994.

Ao considerar o movimento escalar inverso – e complementar – da construção da AGB-BH, observa-se que em meio ao ativismo de alguns militantes, dois órgãos contribuíram para o alcance “regional”¹² da AGB-BH: os boletins informativos (*Notícias e AGBNotícias*) e os Encontros Estaduais de Geografia de Minas Gerais. O I foi Estadual de Professores de Geografia¹³ “Fruto do trabalho social ou local de dominação” II “O ensino de Geografia e os desafios atuais” III “As transformações no trabalho e no espaço e a Geografia Mineira” IV “A prática na geografia e a geografia na prática”.

O contato com membros da AGB em diversos estados e o recebimento de informações quanto às Reuniões de Gestão Coletiva (RGC), iniciado em 1988, animou os geógrafos radicados em Belo Horizonte a se envolverem nas RGC e nos eventos nacionais da AGB – neste caso, a partir do VIII Encontro Nacional de Geógrafos em Salvador (julho de 1990). Desenvolveu-se então a prática de eventos preparatórios para os conclaves – quase sempre seminários –, bem como avaliações dos eventos, em reuniões próprias e/ou no boletim *Notícias*. Desse modo, participamos da Comissão Organizadora do II Encontro Nacional de Ensino de Geografia – mais conhecido como “Fala Professor!” em São Paulo, em julho de 1991 pela AGB-BH. Desde então, dentre os eventos nacionais, apenas o III Fala Professor (Presidente Prudente, em julho de 1995) e o VI Congresso Brasileiro de Geógrafos (até o presente momento, pois acontecerá em julho de 2004) não tiveram nossa participação como membro da organização.

Uma questão merece realce para os propósitos deste depoimento, que se refere à contradição entre a positividade de propiciar a participação de geógrafos em eventos nacionais, ampliando sua percepção e entendimento da Geografia concebida e praticada no Brasil, com sua diversidade de temas, questões, vínculos institucionais, perfil dos atuantes etc., e as dificuldades em promover atividades e manter a aglutinação de sócios, considerando os que não foram aos eventos.¹⁴ A AGB-BH já apresentara em julho de 1991 (na RGC de São Paulo, “pré”-II *Fala Professor!*) seus incômodos quanto ao crescimento da quantidade de encontristas sem o adensamento da qualidade da participação. Os conclaves vinham se tornando massivos no sentido de uma relação de consumo, como uma “feira” de produtos a serem consumidos sem preocupações quanto ao projeto – ou a ausência dele – embutido em cada elaboração que compareceu ao evento, na forma dos trabalhos apresentados e, sobretudo, entre aqueles que foram convidados a serem guarnecidos pelo dinheiro público – em razão dos financiamentos pelas agências oficiais. Na primeira reunião da Seção Local após o 5º. Congresso Brasileiro de Geógrafos (Curitiba, julho de 1994), uma sócia afirmou que “temos colaborado e participado de eventos nacionais, mas estamos desorganizados”.

¹⁰ Que ainda em 1990 foi renomeado Fórum Permanente da Reforma Urbana de Belo Horizonte

¹¹ *Notícias*. Belo Horizonte, n. 7, abril de 1991, p.1.

¹² Em razão da existência de mais quatro seções locais da AGB em Minas Gerais, quais sejam Juiz de Fora e Montes Claros, estas com atividades intermitentes, e Uberaba e Uberlândia com atuação mais estável, a AGB-BH tem tido um alcance de grande magnitude, mas incompleto no âmbito do território de Minas Gerais. Por vezes, há sócios residentes nos municípios-sede de outra Seção Local, mas a posição histórica da AGB-BH quanto à territorialidade da AGB, tal como registrada em atas das Reuniões de gestão implica em contatar os diretores de tais Seções Locais. Há também vários casos de sócios residentes a mais de 500km de Belo Horizonte, sede e foro da AGB-BH, sobretudo nos contextos de inexistência de Seções Locais próximas.

¹³ Sendo que o I foi “Estadual de Professores de Geografia”.

¹⁴ Por questões materiais ou devidos às suas convicções intelectuais e políticas

Outra questão em que sempre participamos – quando postos em pauta – foi a dos estatutos, que longe de se restringir às formalidades burocráticas, se refere à dimensão política da organização dos geógrafos. Neste sentido, a Seção Local desenvolveu uma posição já para a perspectiva da reforma estatutária no IX ENG (Presidente Prudente, julho de 1992), em que defendeu o caráter presencial do envolvimento dos sócios, o que implica numa territorialidade fortemente localizada, ou seja, os dirigentes deveriam evitar e coibir as iniciativas de arregimentação de sócios cuja distância entre a residência e os locais de realização das atividades da seção local dificultasse a presença de qualquer membro, sobretudo nas assembleias da Seção Local. Portanto, a AGB-BH argumentou por manter a interpretação do Estatuto no espírito da “Renovação” expressa em 1978, questionando o oficialismo das antigas Seções Regionais em prol de uma espacialidade e uma territorialidade mais próxima da dinâmica concreta da sociedade brasileira, com a escala e alcance dos movimentos populares, sindicais e de outros matizes que se insurgiram a partir do final dos anos de 1970. Tal empenho expressa uma consciência das dificuldades práticas em relação aos próprios procedimentos administrativos mínimos à existência da entidade, como por exemplo a manutenção de uma secretaria que estabilize a informação e a interlocução com o sócio para que este se anime em participar da entidade.

Visto que a AGB-BH foi fundada no bojo do movimento de “Renovação” – da Geografia, do Ensino de Geografia e da Educação Brasileira como um todo –, permaneceram os questionamentos à Educação Brasileira tal como instituída pelos governos, vividas no nosso caso, como professor da RME/PBH em um momento de construção e mudança dos princípios político-pedagógicos – com as várias propostas de “renovação curricular” do Estado e dos municípios de Belo Horizonte, Betim e Contagem na Educação Básica, assim como as praticadas pelas instituições ofertantes do ensino desta disciplina no 3º. Grau. Neste caso, com a inserção de vários ativistas da AGB-BH como professores de Geografia nestas instituições, as questões atinentes à educação foram suscitadas de forma mais íntegra e completa na AGB-BH com o acréscimo do 3º. Grau como conteúdo de debate, tendo sido organizados vários eventos de apresentação de pesquisas, de debates ou com apresentação de trabalho por vários sócios, nominados “Comunicações”. À época, também a participação nas discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a LDB – significou a inserção efetiva da AGB-BH na questão educacional para além da escala municipal e estadual e mais amplamente do que as intervenções específicas sobre o conteúdo da Geografia na escola. Na seqüência, divulgou e debateu os conteúdos do I Congresso Nacional de Educação (CONEd), fato que significou uma inserção na fração da sociedade civil vinculada diretamente à “questão educacional”.¹⁵ Prosseguimos tal jornada como coordenadores da Comissão de Ensino da AGB-BH, e assim interlocutores da Comissão Nacional de Ensino da AGB, quando da presença de uma das sócias da Seção Local como Coordenadora Nacional de ensino da AGB na gestão 2000-2002. Desenvolveram-se então estudos e debates sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, documento com significativa força política nas definições sobre a Educação Básica no Brasil nos diversos níveis – Elementar, Fundamental e Médio – e modalidades – Educação Especial, de Jovens e Adultos, Indígena, etc. Assim, a AGB levou alguma contribuição da Seção Local para a presença em uma audiência pública do Conselho Nacional de Educação sobre a Campanha Nacional da Educação Básica, em que o referido documento curricular teria definição e encaminhamento como força de resolução legal a influir nos rumos da educação brasileira, bem como em outra sobre as diretrizes curriculares definidoras das licenciaturas – cursos de formação de professores das disciplinas da Educação Básica. No que tange o ensino de 3º. Grau, o evento mais significativo da AGB-BH foi o Seminário “A formação geográfica nos diferentes níveis de ensino: para onde vai a Geografia?”, de 31 de maio a 2 de junho de 1999.

¹⁵ Organizados por dezenas de entidades nacionais, regionais e municipais lideradas pelo Fórum Nacional em defesa da Escola Pública, os CONEd alcançaram a construção do “Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira” (PNE), que disputou os encaminhamentos e rumos da política educacional brasileira com o PNE governamental – este como consequência direta da LDB de 1996. A AGB-BH participou do processo coletando assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular do PNE da sociedade civil, construído nos CONEd.

Um balanço mais atento do período recente observa que a graduação em Geografia cresce intensamente a partir de meados da década de 1990, constituindo uma geração que adentra o 3º. Grau – em sua maioria em instituições particulares, algumas propriamente privadas, pois que totalmente mercantis – e por vezes busca se organizar como estudante em agremiações e eventos. Tiveram a presença da AGB-BH os ocorridos nas Faculdades Integradas Newton Paiva em Belo Horizonte e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sete Lagoas¹⁶, em 1998, a própria “Semana de Geografia” em várias instituições situadas na Grande BH, em 1999, assim como os dos campi de Barbacena e de Ubá da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC – e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), em maio de 2003. Em novembro de 2003 foi a vez da Fundação Educacional de Divinópolis (FUNED), unidade da UEMG naquela cidade. Outros ativistas da AGB-BH se envolveram ainda com as “comunidades” da Universidade Federal de Viçosa (UFV), naquela cidade, e enfim a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em Belo Horizonte (PUCMinas). Tais presenças demonstram, de um lado, um reconhecimento da importância da AGB e uma perspectiva de ampliação do acesso das contribuições na e da Geografia para além dos muros institucionais de cada curso de Graduação. Tem-se hoje a AGB como tema de debate e projeção para envolvimento intelectual ao lado de questionamentos da ordem

Desde a participação no Fórum Permanente pela Reforma Urbana de Belo Horizonte à organização dos debates sobre “Urbanização e Violência” em 2002 e 2003,¹⁷ também a “questão urbana” compareceu irregularmente na pauta da AGB-BH. Se o envolvimento na sociedade civil organizada propiciou, no início dos anos de 1990, algum protagonismo na definição geral da política urbana em Belo Horizonte – a exemplo do processo que passou da rejeição à mudança e aprovação do Plano Diretor de Belo Horizonte –, por vezes foi fundindo com a “questão ambiental” e/ou a “questão educacional” que as atividades da entidade exararam contribuições dos geógrafos.

A ampliação da escala dos fenômenos de privilegiada visada geográfica em Belo Horizonte chamou os geógrafos a fóruns e movimentos de debate e intervenção cada vez mais amplos. A participação no Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial – FSM – a partir de outubro de 2000, bem como a conseqüente presença de geógrafos em todas as versões do evento em Porto Alegre – até a terceira, respectivamente nos anos 2001, 2002 e 2003 – indica que a AGB-BH vislumbra uma atenção dos suas(seus) sócios à escala mundial.

Terminamos este momento da elaboração sobre a história da AGB-BH oferecendo a continuidade do empenho em ampliar o conhecimento de uma trajetória que nos parece mui significativa para os 70 anos da AGB, apesar da recente inserção da Seção Local em foco. Que a construção permanente de um horizonte cada mais emancipatório se renove a cada participação nas instâncias e fóruns da entidade, bem como no diálogo com as frações da sociedade civil brasileira, dignos de tal cumplicidade.

¹⁶ Ambas as instituições sofreram mudanças significativas no ano 2000. A localizada em Belo Horizonte passou a denominar-se “Centro Universitário Newton Paiva”, ou mais abreviadamente “Unicentro Newton Paiva”, e a de Sete Lagoas, a partir de 2000, instituiu-se como “Fundação Educacional Monsenhor Messias”.

¹⁷ O primeiro, organizado na Câmara Municipal de Belo Horizonte em 19 de novembro de 2002 e, com o apoio de um mandato parlamentar municipal, tratou do tema “Diálogo entre geografia, a literatura e o cinema a propósito do livro e do filme *cidade de Deus*”. O segundo ocorreu como oficina no I Fórum Social Brasileiro, intitulada “Violência e escola, escola e violência”, em 7 de novembro de 2003 e em parceria com o Núcleo de Psicanálise e Práticas Institucionais de Belo Horizonte.

Environmental Impact Studies and the profile of the geographer

Études d'impact environmental et le profil du géographe

Renata Medeiros de Araújo RODRIGUES

Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo

renatlas@yahoo.com.br

Resumo: O Estudo de Impacto Ambiental, EIA-RIMA, um dos instrumentos da chamada Política Nacional do Meio Ambiente se consolidou no Brasil por meio de legislação, sendo atualmente muito produzido. A realização destes estudos é um potencial mercado aberto à atuação de vários profissionais nas equipes multidisciplinares. Entre eles o geógrafo, que possui um perfil profissional interdisciplinar para interpretar a interface natureza/sociedade. Somada a capacitação e experiência, pode responder problemas implícitos ao espaço geográfico, natural e produzido.

Palavras-Chave: Estudo de Impacto Ambiental, profissional geógrafo, interdisciplinaridade.

Summary: The Environmental Impact Study, EIA-RIMA, one of the instruments of the National Environment Policy was consolidated in Brazil by a legislation, being very produced nowadays. The accomplishment of these studies is a potential market opened to the acting of many professionals on the multidisciplined teams. Among them the geographer, that owns a interdisciplined profile to interpret the nature/society interface. The capability added to the experience, can answer the implicits problems to the geographic, natural and produced space.

Key-words: Environmental Impact Study, Professional Geographer, Interdisciplinarity.

Resumen: El estudio del Impacto Ambiental, EIA-RIMA, uno de los instrumentos de la llamada Política Nacional del Medio Ambiente se ha consolidado en Brasil por medio de la legislación, siendo actualmente muy producido. La realización de estos estudios es un potencial mercado abierto a la actuación de varios profesionales en los equipos multidisciplinares. Entre ellos el geógrafo, que posee un perfil profesional interdisciplinar para la interfase naturaleza / sociedad. Añadida la capacitación y la experiencia, puede responder problemas implícitos en el espacio geográfico, natural y producido.

Palabras-clave: Estudio de Impacto Ambiental, geógrafo profesional, interdisciplinaridad.

Introdução

De fundamental importância no contexto econômico, político e social do nosso país, as exigências da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) é uma realidade. Os Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMAs), do Relatório Ambiental Preliminar (RAP), dos projetos de Estudo de Impactos Ambientais (EIAs) - como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, a proliferação de projetos de controles ambientais, o acompanhamento tempo-espaço de áreas degradadas, o gerenciamento costeiro, a gestão territorial da Amazônia brasileira, o os relatórios de impacto de vizinhança, são alguns exemplos que podem revelar o potencial de campo de atuação aberto a diferentes setores do conhecimento.

A fim de revelar um desenho da atuação do geógrafo desenvolvemos um levantamento de dados sobre a participação do profissional geógrafo em equipes multidisciplinares de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (RODRIGUES, 2003), relacionando sua presença nessas equipes e as respectivas atividades do empreendimento, bem como, comparamos a presença de outros profissionais com a do geógrafo, segundo dados de órgão ambiental.

Terra Livre	São Paulo	Ano 20, v.1, n. 22	p. 237-248	Jan-Jul/2004
-------------	-----------	--------------------	------------	--------------

¹ Artigo baseado no trabalho de conclusão de curso, Geografia e Ambiente: a prática do profissional geógrafo, defendido aos 17 de dezembro de 2003, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Primeiramente analisamos a legislação ambiental brasileira referente aos estudos de impacto ambientais. Legislação considerada inovadora, do final da década de 80 do século XX, que permitiu conceituar e implantar instrumentos de Política Nacional do Meio Ambiente, importantes para consolidar mudanças nos projetos econômicos, em especial os Estudos de Impacto Ambientais – EIA-RIMAs.

Em seguida trazemos um levantamento de dados da presença/participação do geógrafo em equipes multidisciplinares de Estudo de Impacto Ambiental, por meio de EIA-RIMAs analisados pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (DAIA), nos anos 1987, 1997 e 2000. Revelando a presença do geógrafo em comparação com outros profissionais da equipe, relacionando com as atividades de empreendimentos destes estudos de impacto ambientais. Índícios do reconhecimento social da profissão e ainda, uma análise sobre interdisciplinaridade dos estudos de impacto coerentes com o perfil do geógrafo.

O presente trabalho tem por objetivo central ampliar a discussão e análise sobre prática do geógrafo, em especial na área ambiental, já que vislumbramos um maior alcance social da profissão e, portanto, a necessidade de divulgar este alcance.

O Estudo de Impacto na Legislação Ambiental Brasileira

Década de 80 do século XX, momento de movimento ambientalista, nunca visto antes no Brasil, além do direito americano (National Environmental Policy Acto – NEPA de 1969) que influenciaram as leis federais 6803, de 22 de julho de 1980 e 6938, de 31 de agosto de 1981, onde o estudo de impacto foi introduzido na legislação brasileira.

Com a lei 6803/80 o Estudo de Impacto – EIA –RIMA só é exigível na aprovação de limites e autorizações de implantação de zonas de uso estritamente industrial, destinadas à localização de pólos petroquímicos, cloroquímicos, carboquímicos, bem como de instalação nucleares, conforme artigo 10, § 2 e § 3. Percebe-se que neste momento histórico, ainda imerso no regime autoritário não havia menção da participação da comunidade no processo decisório de escolha das alternativas ou mesmo na fiscalização do EIA, portanto sem informação, comunicação e integração do grupo social (RODRIGUES, 2003, p. 5).

A este respeito destaca BENJAMIN (1987:275):

“... o EIA, no Sistema da Lei 6.803/80, espremida pelas limitações impostas tanto pela taxatividade de suas hipóteses de ocorrência como pela aplicabilidade setorizada do diploma (para projetos industriais), tem estreita utilidade no processo diário de destruição da natureza”

A função do EIA foi ampliada com a Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, a qual instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente criando, para a sua execução, o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. A União reserva-se a edição de normas gerais e a ação supletiva quando da omissão das demais esferas de poder, mudando ainda, de enfoque as prioridades da ação governamental, antes adstrita ao desenvolvimento econômico (Art. 4º, I e II). Assim, respaldando expressamente a atuação dos estados e municípios.

Nesta Lei o meio ambiente é visto como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, privilegiando e enfatizando o aspecto *preventivo* do controle ambiental. A mesma apresenta uma listagem de instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, que inclui, entre outros:

- I- o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- II- o zoneamento ambiental;
- III- a avaliação de impactos ambientais;
- IV- o licenciamento e a revisão de atividades efetivas potencialmente poluidoras.

Avalia-se assim, que neste texto legal o EIA é elevado à categoria de instrumento da política nacional do meio ambiente (Art. 9, III), exigível tanto em projetos públicos como em particulares, industriais ou não-industriais, urbanos ou rurais, em áreas de poluição consideradas críticas ou não. O que apontamos como grande avanço em relação à Lei 6.803 de 02 de julho de 1980 (RODRIGUES, 2003, p.6).

Este avanço é notado também no registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas (Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme art. 17 da citada lei).

Ao regulamentar a lei 6983/81 o Decreto 88.351/83, de 1 de junho de 1983 vinculou a avaliação de impactos ambientais aos sistemas de licenciamento outorgando ao CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente competência para *“fixar os critérios básicos segundo os quais serão exigidos estudos de impacto ambiental para fins de licenciamento”*, conforme seu artigo 18 parágrafo 1º, com poderes para tal fim, e de baixar as resoluções que entender necessárias (Art. 48).

Três licenças são estabelecidas para os responsáveis por empreendimentos as requererem: a licença prévia (LP)- na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases da localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo; a licença de instalação (LI)- autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do projeto executivo aprovado; e a licença de operação (LO)- autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas licenças prévias e instalação. Apesar deste avanço, não houve estabelecimento de conteúdo mínimo do EIA, tampouco o momento de sua preparação. Portanto, a lei também não garantiu os meios para que a sociedade pudesse tomar conhecimento e, possivelmente, influenciar os caminhos da política ambiental (RODRIGUES, 2003, P. 8).

Com nova ordem constitucional (1988), os avanços alcançaram esta regulamentação e novo Decreto (99.274/90) entrou em vigor demonstrando um interessante alcance do EIA, além do licenciamento. Em seu título I, capítulo II, seção II, menciona a competência do CONAMA, dispondo regras as quais percebemos ser o EIA destinado não necessariamente a integrar processos de licenciamento, mas, também a integrar soluções nos planos, programas e projetos públicos ou privados, alcance maior para os estudos ambientais. O citado Decreto manteve a competência do CONAMA para editar normas e estabelecer critérios básicos para a realização de estudos de impacto ambiental com vistas ao licenciamento de obras ou atividades de significativa degradação ambiental.

A infração é considerada *“toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos nele estabelecidos ou na desobediência às determinações de caráter normativo dos órgãos ou autoridades administrativas competentes”*(art. 33). Para efetivar às punições são estabelecidas regras de imposição de multas para cada situação, sendo destacado no artigo 37 o valor destas multas segundo circunstâncias atenuantes e agravantes.

Avanços nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e na Constituição Federativa do Brasil de 1988

Por meio da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n. 001, de 23/01/1986 o EIA obteve diretrizes importantes para delimitar melhor sua obrigatoriedade, conceitos e alcance, já que esta resolução estabeleceu as *“definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente”*.

O conceito de impacto ambiental é expresso no seu artigo 1º, portanto *“...qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, II - a segurança e o bem-estar da população; III - as atividades sociais e econômicas; IV - a biota; V - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.”*

Sobre a abrangência do EIA, fazendo depender o licenciamento de várias atividades modificadoras do meio ambiente da elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o artigo 2º da citada resolução mostra a submissão ao órgão estadual competente (e a SEMA – no âmbito federal, art. 3º) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em caráter supletivo.

As diretrizes gerais e as atividades técnicas a serem desenvolvidas pelo EIA, a realização do mesmo por equipe multidisciplinar, independente do proponente do projeto, bem como o direcionamento de despesas e custos referentes à realização do estudo à responsabilidade do empreendedor, foram previstas na Lei, constantes do artigo 5º ao artigo 8º.

Acerca do conteúdo e procedimento do RIMA destacam-se os artigos 9º, 10º e 11º, os quais mencionam a acessibilidade ao público, avanço expressivo que potencializou o aumento do conhecimento pelo cidadão e assim, possivelmente, uma efetiva intervenção social.

Regras especiais sobre o licenciamento de obras de grande porte foram estabelecidas através da Resolução CONAMA n. 006, de 16/09/1987, seguindo normas gerais da Resolução 001/86. Ainda vinculada a Resolução 001/86, destacamos a Resolução n. 009, de 03/12/1987, a qual expõe em seu artigo 1º que a audiência pública "*tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e reconhecendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito*", abrindo importante canal para participação comunitária na aferição do conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental. Esta Resolução exemplifica o caráter inovador da legislação brasileira, visto que permite a participação da sociedade civil (RODRIGUES, 2003, p. 11).

A Resolução CONAMA n. 006/87 influenciou a decisão de implantação de estação Ecológica pela entidade ou empresa responsável pelo empreendimento causador de danos ambientais, além de fixar o valor da área a ser utilizada e das benfeitorias, que apareceu na Resolução CONAMA n. 010, de 03/12/1987 (artigos 1º e 2º)².

Visando o estabelecimento de critérios e procedimentos básicos para a implementação do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (previsto no artigo 17 da Lei 6.938/81) a Resolução CONAMA n. 001, de 16/03/1988, estabeleceu o registro obrigatório de pessoa física ou jurídica que se dedicarem à prestação de serviços e consultoria sobre problemas ecológicos ou ambientais, além da elaboração do projeto, fabricação, comercialização, instalação ou manutenção de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras. No seu artigo 2º fica condicionado a aceitação de projetos técnicos de controle de poluição ou estudo de impacto ambiental, por parte do IBAMA e os órgãos ambientais, cujos profissionais, empresas ou sociedades civis sejam cadastradas no Cadastro que trata o artigo 1º desta Lei.

A Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988, reconhecendo o direito à qualidade do meio ambiente como manifestação do direito à vida, produziu um texto considerado inédito em constituições em todo o mundo, e que poderia ser capaz de orientar uma política ambiental no país e de induzir, possivelmente, uma mentalidade preservacionista.

No artigo 225, *caput*, e parágrafo 1º. IV desta Constituição considera-se o meio ambiente como "*bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida*", impôs ao poder público, para assegurar a efetividade desse direito, a incumbência de "*exigir, na forma da lei, para instalação da obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade*".

O Conselho Nacional do Meio Ambiente, no seu exercício de normatização, tem colocado normas específicas para atividades a serem licenciadas, como Resoluções CONAMA n. 009 de 06/12/90 e 010 de 06/12/90 voltada a Extração Mineral. Assim como, tem imposto ressarcimento de danos ambientais, como os causados por obras de grande porte, conforme a Resolução CONAMA n. 002, de 18/04/1996:

"... Artigo 4º O EIA/RIMA, relativo ao empreendimento, apresentará proposta ou projeto ou indicará possíveis alternativas para o atendimento ao disposto nesta Resolução.

Artigo 5º O responsável pelo empreendimento, após a implantação da unidade, transferirá seu domínio à entidade do Poder Público responsável pela administração de unidades de conservação, realizando sua manutenção mediante convênio com órgão competente (...)."

² Esta resolução foi revogada pela Resolução CONAMA n. 2, de 18/04/1996.

A Resolução CONAMA mais inovadora, n. 237, de 19/12/1997 que determinou os *procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental*, vem disciplinar e rever a legislação anterior, segundo os considerandos iniciais que apresenta em seu *caput*.

Esta resolução definiu *estudos ambientais* como sendo "todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco". A definição torna-se fundamental para delimitar competências de vários órgãos licenciadores, seja nas esferas Federal, Estadual e Municipal, todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados é considerado *impacto regional*.

A municipalização do licenciamento, fruto desta resolução, inaugura uma intensa discussão entre os Estados e Municípios quanto à abrangência dos privilégios de cada um. Como também a questão das condições dos municípios em passar a ter essas responsabilidades. Considerando que a norma indica o sentido de motivar a qualidade na gestão ambiental.

Esta resolução introduziu um elemento novo, quando retirou a obrigatoriedade (antes existente na Resolução 001/86) da equipe consultora seja "independente do proponente do projeto" (RODRIGUES, 2003, p. 13-14).

Após esta revisão analisando os textos legais percebemos a consolidação do papel do EIA como instrumento da política nacional do meio ambiente, naquilo que se refere MACHADO (1991:126), *desde sua exigência à aprovação sempre está presente um órgão oficial de gestão ambiental, o que lhe confere inegável caráter público*.

O autor coloca algumas considerações acerca do EIA, como não é possível entender-se como tal um estudo privado, efetuado por uma equipe multidisciplinar sob encomenda do proponente do projeto, uma vez que é imprescindível a intervenção do órgão público ambiental desde o início do procedimento e licenças.

No entanto algumas críticas são apontadas como a realização do EIA sem o outro instrumento, o zoneamento ambiental. A este respeito RODRIGUES cita a opinião a geógrafa SILVEIRA³, que critica o fato do EIA resultar num trabalho enorme e que condiciona a empresa privada a definir o zoneamento dentro do EIA - RIMA, sendo que é função do poder público zonedar seu espaço. Portanto, segundo SILVEIRA, o EIA veio "meio de pé quebrado", por falta do zoneamento ambiental que deveria ser um instrumento implantado previamente ao estudo de impacto ambiental (2003, p. 14).

Ainda, segundo SILVEIRA, "seria muito mais simples uma indústria que vai se instalar no município de São Paulo ter um zoneamento ambiental já definido. O EIA seria mais simples, demonstrando inclusive a adequação do empreendimento à zona, o que não existe. E o EIA - RIMA passa a exercer as duas funções, o que é uma distorção" (RODRIGUES, 2003, p.15).

Outra crítica que apontou foi quanto à sistemática de Avaliação de Impacto Ambiental pelos órgãos ambientais. SILVEIRA considera grave a falta de estrutura dos órgãos ambientais na missão de avaliar, exigir as metodologias, as técnicas consistentes, principalmente, depois efetuar a fiscalização. Na sua visão a reestruturação dos órgãos ambientais é necessária para que o EIA seja um instrumento efetivo de planejamento ambiental (2003, p. 15).

Como reflexos desta Política Nacional Brasileira para o meio ambiente podemos destacar o âmbito dos Estados, como o Estado de São Paulo, onde se criou a chamada *Política Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo*, orientada pela Lei Estadual n. 9509/97, de 20 de março de 1997, cujo órgão central é a Secretaria do Meio Ambiente - SMA, a qual realiza o licenciamento e a CETESB (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental) é responsável pela fiscalização. Este possuindo uma Constituição que demonstra uma amplitude significativa,

³ Rosa Cristina de Itapema SILVEIRA é geógrafa com quase 30 anos de profissão, Diretora da CEMA Consultoria em Meio Ambiente S/C Ltda. Coordenadora e Supervisora de mais de 30 trabalhos, incluindo EIA-RIMAs, RAP, PRADS etc. Foi Gerente de Estudos de Impacto Ambientais e Superintendente de Pesquisas de Impacto Ambientais da CETESB. *Entrevista realizada em 26/11/2003, por RODRIGUES (2003).*

pois envolve o compromisso de todas as esferas do poder público e ações civis integradas, coerentes com uma concepção de meio ambiente, conforme Cap. IV da citada Constituição que prevê a providência do estado e municípios, juntamente com a participação da coletividade para *“a preservação, a conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidos as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico”*.

Presença de geógrafo em Equipes Técnicas de EIA - RIMA: anos 1987, 1997, 2002 no Estado de São Paulo.

Desenvolvemos pesquisa sobre a participação do profissional geógrafo em equipes multidisciplinares de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental objetivando, primeiramente, relacionar a presença deste nas equipes e as respectivas atividades do empreendimento, bem como, comparar a presença de outros profissionais com a do geógrafo, segundo dados de órgão ambiental do Estado de São Paulo⁴. Naquela pesquisa (RODRIGUES, 2003) selecionamos os EIA -RIMAS com entrada no órgão ambiental nos anos 1987, 1997 e 2002, no intuito de demonstrar uma evolução nas atividades de empreendimentos, durante estes 17 anos desde a primeira Resolução CONAMA 001/86, relacionadas com a participação de profissionais em equipes multidisciplinares.

Os estudos de impacto os quais serviram de indicadores foram 48, com as suas respectivas equipes técnicas, conforme Tabela 1.

Tabela 1. PARTICIPAÇÃO DO GEÓGRAFO NAS EQUIPES TÉCNICAS DE EIA/RIMA 1987, 1997, 2002

Nº	EMPREENHIMENTO	ATIVIDADE	MUNICIPIO	PRESEÇA DE GEÓGRAFO
01	Arenita Comércio e Transporte de Minérios –Rio Paraíba	Extração mineral	São José dos Campos	
02	Mineração Corniba Ltda	Extração mineral	Campos do Jordão	
03	Oleoduto Santos - Utinga	Oleoduto	Santos	sem dados
04	Oleoduto Repav/Utinga	Oleoduto	São José dos Santos	
05	Frederico Grassman e outros	Extração mineral	Itapeçerica da Serra	
06	Sotese – Comércio e Extração de Areia Ltda – rio Itapanhaú	Extração mineral	Bertiga	
07	Alto da Serra Extração de Areia – bairro rio acima	Extração mineral	S. Bernardo do Campo	
08	Retroporto de São Sebastião	Porto	São Sebastião	sem dados
09	Verona Extratora de Minério – rio Paraíba - 1	Extração mineral	Caçapava	
10	Cezar extração e Comércio de Areia Ltda	Extração mineral	São José dos Campos	
11	Porto de Areia Rayol Ltda – Fazenda Vila Franca	Extração mineral	São José dos Campos	
12	Gasoduto – Alemoa	Gasoduto	Santos	
13	Usina de Compostagem de Lixo – São Paulo	Sistema de Tratamento de resíduos sólidos urbanos	São Paulo	
14	Mineração Paulista Ltda	Extração mineral	Sete Barras (Registro)	
15	Usina de Compostagem - Itaquera	Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos	São Paulo	
16	Pedralix S/A Indústria e Comércio - Caieiras	Extração mineral	Caieiras	
17	Emissário Submarino de Guarujá	Sistema de Tratamento e disposição de esgoto sanitário	Guarujá	sem dados
18	Aterro Sanitário – Jardim Inamar	Aterro sanitário	Diadema	
19	Túnel Parque Ibirapuera	Obras - urbano	São Paulo	
20	Extração e Comércio de Areia São Cosme e Damião	Extração mineral	Paraibuna	
21	Boa sorte – extração, Comércio, transporte de areia Ltda.	Extração mineral	Caçapava	

⁴ Centralizado na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo –SMA, por meio do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA.

22	Gasoduto Rio -São Paulo: Gaspal	Gasoduto	Santos	
23	Iitororó –Transporte e Terraplanagem Ltda	Extração mineral	Cubatão	sem dados
24	Porto de Areia Ubatumirim Ltda	Extração mineral	Ubatuba	
25	Yacht Marina do Guarujá	Estrutura de apoio a Embarcações	Guarujá	
26	Extração de Areia Triângulo	Extração mineral	Registro	
27	Distribuição de combustível	Depósito – químicos – infl.	Cubatão	
28	Ana Carolina de Maria Santos - Itaguá	Extração mineral	Ubatuba	
29	Aterro Sanitário – São Bernardo do Campo	Aterro Sanitário	São Bernardo do Campo	sem dados
30	Centro de Desenvolvimento	Projeto Urbanístico	Assis	
31	Aterro industrial - Guaratinguetá	Aterro Industrial	Guaratinguetá	
32	Rodoanel Metropolitano Trecho Oeste	Rodovia	São Paulo	
33	Plano de Desenvolvimento urbano Fazenda Sete Quedas	Loteamento misto com uso industrial	Campinas	
34	UHE Ourinhos	Hidroelétrica MW	Ourinhos	sem dados
35	José Aleixo Machado Iperó Ltda	Extração mineral	Iperó	
36	Quinta do Barão (Loteamento residencial Baronesa)	Loteamento	Bragança Paulista	
37	Sibelco Mineração - Analândia	Extração mineral	Analândia	
38	Pedreira Itapira Ltda. – Chácara Boa Vista	Extração mineral	Piraju	
39	EMAE , Dessassoreamento do Canal do Pinheiros	Desassoreamento		
40	Santa Suzana Mineração Ltda - Bofete	Extração Mineral	Bofete	
41	Loteamento Residencial Fazenda Ouro Verde	Loteamento	Bofete	
42	Implantação de uma Unidade Produtora de Álcool em Monte Aprazível	Agroindústria - destilaria de álcool e Usina de açúcar	Monte Aprazível	
43	LT Tijuco Preto - Cachoeira Paulista 500 kV interligando à SE de Nova Iguaçu	Linha _Transmissão kV	Cachoeira Paulista	
44	Fábrica de Cimento e Lavra de Calcário/Complexo Mínero Industrial	Extração mineral	Ribeirão Grande	
45	Projeto de Cogeração Anhanguera	Termoelétrica _MW	Limeira	
46	Loteamento Villa Branca II	Loteamento	Jacareí	
47	Rodoanel - Trecho Norte - Leste - Sul	Rodovia	São Paulo	
48	Loteamento Granja Carolina	Loteamento	Cotia	
49	Aterro sanitário e usina de compostagem	Sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos	Mogi das Cruzes	
50	Sistema de Disposição Final de Resíduos Sólidos - novo aterro	Sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos	Franca	
51	PCH - Usina Pirajú II	Hidroelétrica _MW	Pirajú	
52	Termoelétrica Piratiniga - 2	Termoelétrica _MW	São Paulo	
53	UTE Ribeirão Moinho	Termoelétrica _MW	Andradina	
54	SP - 300 rodovia Marechal Rondon - duplicação Km 69 ao 103 e Km 113 ao 158 + 65	Rodovia	Jundiá	

FONTE: Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - SMA, 2003. Adaptado pela autora

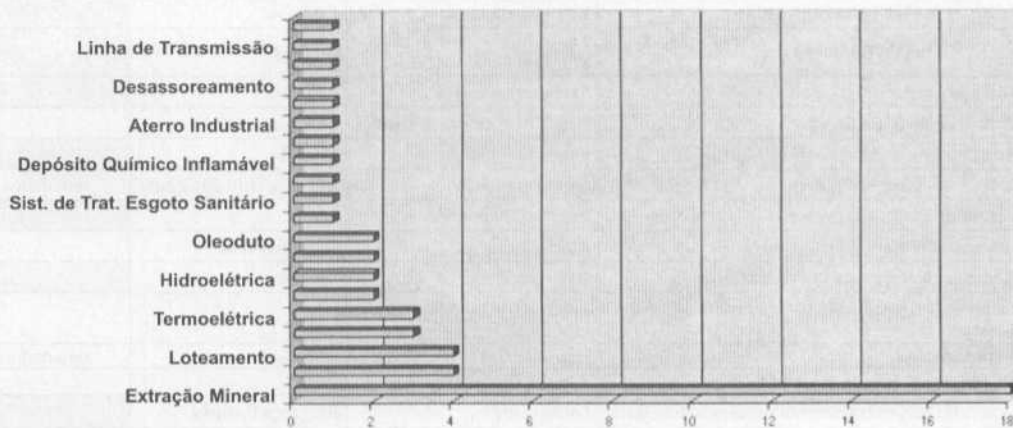
Inicialmente, aferimos como resultado da pesquisa citada às atividades dos empreendimentos encontradas, como explicita o gráfico 1.

O gráfico acima demonstrou a predominância da extração mineral, seguida dos loteamentos, e usinas termoelétrica e hidroelétrica, sendo que a extração mineral esteve presente em todos os anos pesquisados, que pôde ser explicada pela expressiva demanda social até a atualidade (construção civil, indústria etc.).

Ainda sobre as atividades de empreendimentos, o porto, o sistema de tratamento e disposição de esgoto sanitário, as obras urbanas – túnel, o depósito químico, o projeto urbanístico, o aterro industrial, o loteamento misto com uso industrial, a prática de desassoreamento, a agroindústria – usina de açúcar e destilaria, a linha de transmissão e a estrutura de apoio à embarcações apareceram uma única vez.

Gráfico 1

ATIVIDADES DOS EMPREENDIMENTOS NO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL



Fonte: Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – SMA, 2003. Organizado por Renata Rodrigues, 2003.

Os dados revelaram uma diversidade de profissionais que integraram as equipes, contudo apresentando um enorme contraste numérico na participação de cada categoria profissional, conforme o gráfico 2.

O gráfico citado mostrou-nos que os engenheiros em maior número, participando praticamente de todas equipes multidisciplinares, seguidos pelos biólogos, geólogos, geógrafos, arquitetos, sociólogos e outros. Segundo RODRIGUES (2003, p. 47), em termos de participação, o geógrafo obteve um bom indicador, das 48 equipes o mesmo não integrou apenas 18 equipes (tabela 1). Dado que revela a importância e algum reconhecimento da profissão quando analisado as atividades dos empreendimentos que participou: Oleoduto, Usina de compostagem de lixo (Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos), Aterro Sanitário, Gasoduto, Estrutura de apoio a embarcações, Projeto urbanístico, Rodovia (Rodoanel), Loteamento, Desassoreamento, Usinas Termoelétrica e Hidroelétrica e Extração mineral⁵.

Relativa a participação do geógrafo relacionada com a atividade de empreendimento a autora constatou que apesar da tradição no exercício de extração mineral desenvolvido pelo geólogo e, portanto uma concorrência possível, houve no caso do estudo de impacto n. 28 (tabela 1) o geógrafo como único responsável técnico, o que RODRIGUES apontou como um dado curioso. E ainda, o fato de ser a atividade em que o geógrafo mais participou se comparados com as demais, considerando que esta atividade teve maior número entre os estudos de impacto ambientais analisados (2003, p. 48).

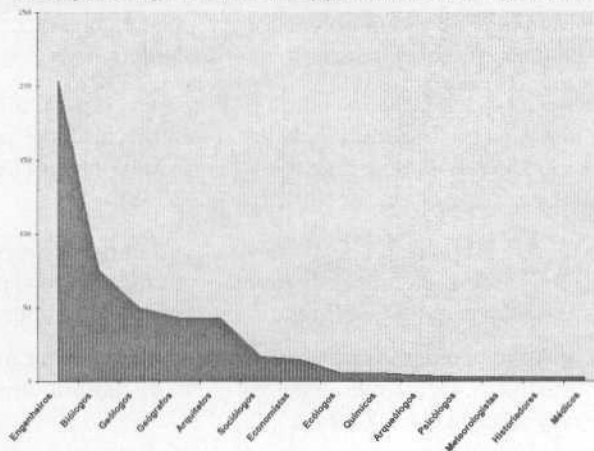
Outras constatações da autora foram a ausência do geógrafo nas atividades de Linha de transmissão, Usina de açúcar e destilaria, Depósito Químico, Túnel (obras urbanas), além de alguns loteamentos, extração mineral, aterro etc, assim como o geógrafo na função de coordenação da equipe técnica apenas em um único caso (n. 46), conforme RODRIGUES (2003, p. 48).

Foi constatada ainda a presença de geógrafo na bibliografia dos estudos, mesmo naqueles casos em que o geógrafo não participou das equipes técnicas. Rodrigues destacou (2003, p. 48) como exemplos a Linha de Transmissão (n. 43), o Loteamento Misto (n.32), além da Extração mineral (n. 01, 02, 09, 10 e 11), onde os geógrafos Aziz Ab'Saber, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Cristofolleti, Coltrinari, entre outros, fizeram parte da bibliografia dos estudos de impacto ambientais. A geografia, por meio destes geógrafos consultados e citados nos estudos de impacto tem sido referência mesmo quando o profissional geógrafo não participou da coordenação ou execução destes.

⁵ Nesta pesquisa da autora RODRIGUES não foi possível aferir a atividade exatamente desenvolvida pelo geógrafo devido a ausência desta informação na maior parte dos estudos de impacto consultados.

Gráfico 2

Participação das Categorias Profissionais nas Equipes Técnicas de EIA/RIMA - 1987, 1997 e 2000



Fonte: Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – SMA, 2003. Organizado por Renata Rodrigues, 2003.

A interdisciplinaridade no EIA –RIMA e o perfil do geógrafo

Na área de planejamento e meio ambiente há uma demanda voltada aos estudos diagnósticos e prognósticos para revelar e compreender de modo mais abrangente o mundo em que vivemos, segundo DEL PRETTE (1996, p. 105). Daí o aumento na proporção do incremento dos projetos, os quais demonstram uma grande ansiedade em captar algo que lhes parece fugir das mãos de tão incompreensível. Isto, a que chamamos de realidade e natureza, surge sempre como algo indomável, irredutível a qualquer esquema, por mais que a razão instrumental e os instrumentos da razão ostentem suas ferramentas.

Nestes estudos, técnicos e pesquisadores das mais diferentes áreas encaminham-se para projetos multidisciplinares, seja teórico e aplicados, cada qual contribuindo na sua especialidade para compor um perfil aproximado ou emitir um juízo sobre certos objetos (DEL PRETTE, 1996, p. 105). Objetos chamados “ambientais”, onde uma série de problemas e questões tem surgido, demandando um conhecimento mais detalhado, de diferentes pontos de vista e que a sociedade anseia respostas: falta d’ água, lixo urbano, trânsito, falta de energia etc.

Desta forma, os profissionais são chamados a participar, contribuindo sobre algo que se quer conhecer, por meio de suas disciplinas. Em especial, nas questões ambientais, que têm atraído a participação de profissionais, acostumados com técnicas e temas particulares a sua prática:

“... Em empresas públicas ou privadas, atividades antes setorizadas à técnicos específicos, cujo parecer torna-se a última palavra sobre o assunto, tais como grandes empreendimentos ou planejamento físico – territorial, passam a contabilizar, em maior volume, outros profissionais no desenvolvimento destes projetos: geógrafos, sociólogos, sanitaristas, pedagogos, economistas, biólogos etc. ...” (DEL PRETTE, 1996:105)

Considera RODRIGUES que o perfil do geógrafo, responsável pelas resoluções de problemas implícitos ao espaço geográfico, seja aspectos naturais ou produzidos, coincidem com um exercício de abordagem interdisciplinar. (2003, p. 51).

Acerca da interdisciplinaridade, citando MELLO (2002) apresentou algumas considerações que envolvem uma abordagem sob diferentes óticas profissionais e papéis sociais a serem desempenhados pela equipe técnicas constituídas por diversos profissionais da área ambiental, inclusive o geógrafo.

De um lado, como analista de uma instituição governamental em nível estadual, que tem como uma de suas funções avaliar o conteúdo dos estudos apresentados e julgar a viabilidade ambiental do empreendimento proposto; de outro, como responsável pela coleta e sistematização das informações sobre ambiente e o projeto do empreendimento, com objetivo de elaborar os Estudos de Impacto Ambiental que irão subsidiar os órgãos ambientais com as informações necessárias para sua manifestação (MELLO, 2002, p. 141-145).

Uma das funções da equipe técnica seria a de informar ao órgão ambiental licenciador as características do empreendimento proposto e suas conseqüências ambientais, positivas e negativas, bem como as medidas a serem adotadas para potencializar os efeitos benéficos do empreendimento e eliminar, ou ao menos, diminuir os efeitos adversos que não puderem ser evitados.

"Configura-se deste modo, a primeira função da equipe, ou seja, a de ser 'consultora do órgão licenciador', por meio do aporte de dados e informações que permita a ele julgar a viabilidade do empreendimento e tomar a decisão quanto à sua possibilidade de licenciamento e condições para implantação e operação" (MELLO, 2002:142).

Como segunda função da equipe se refere a prestar assessoramento ao empreendedor quanto aos aspectos ambientais da atividade pretendida, discutindo-o tecnicamente e propondo alternativas locais e tecnológicas, e soluções que visem tornar o empreendimento menos impactante.

"Este papel de 'consultora do empreendedor', em busca da viabilização do empreendimento segundo as normas e os princípios legais, técnicos e éticos, constitui uma segunda função da equipe técnica contratada" (MELLO, 2002:142).

A terceira atribuição da equipe aparece ao informar a sociedade sobre o projeto proposto, seus impactos positivos e negativos e as medidas a serem adotadas em relação a cada um.

"A elaboração do RIMA, instrumento cujo conteúdo prevê esta síntese, constitui, também, uma responsabilidade dessa equipe técnica, que, então, passa a ser 'consultora da sociedade', fornecendo as informações que lhe possibilita participar do processo de decisão quanto à implantação do empreendimento" (MELLO, 2002:142- 143).

Dentre as funções das equipes apresentadas existem outras apontadas pela autora como o assessoramento aos órgãos legisladores e fiscalizadores, monitoramento etc. O que demonstra o potencial e capacitação que devem possuir os profissionais para exercer vários papéis.

"Além disso, a crescente integração da vida social requer uma abordagem interdisciplinar, na qual cada profissional traz seus próprios esquemas conceituais, suas formas de definir os problemas e seus métodos de investigação" (apud DIEGUES, 1996)

O alcance da interdisciplinaridade na visão de Lorétti Mello (2002) está atrelado a própria constituição orgânica das equipes, onde reside os principais elementos referentes à possibilidade de interação entre as disciplinas. Segundo ela o que ultimamente tem-se verificado é que grandes empresas de consultoria, constituídas por uma diversificada gama de profissionais de diversas áreas do conhecimento, são cada vez mais raras, cedendo lugar a equipes reduzidas formadas por poucos técnicos, que recrutam, quando necessário, profissionais específicos para a abordagem de aspectos pontuais, sem que eles, necessariamente, participem da totalidade dos estudos.

Como resultados aparecem justaposições de informações, sem a fundamental conexão e integração que rompe com a fragmentação. Isto interfere no alcance que o EIA pode exercer quanto fornecer informações sobre a realidade, a fim de produzir a esperada proposta de alternativas que possibilitem tornar o empreendimento viável, sob o ponto de vista ambiental.

"Os profissionais envolvidos nesse processo são, por vezes, mantidos à margem do assunto em questão, cada qual fazendo a sua parte, seja na elaboração do diagnóstico ambiental, ou na discussão de alternativas tecnológicas, sem a necessária troca de informações e a proposição de soluções integradas, que considere o maior número possível de variáveis envolvidas" (MELLO, 2002:143).

A respeito do cuidado interdisciplinar na elaboração dos estudos de impacto ambientais a geógrafa SILVEIRA lembra a importância e dependência do órgão ambiental, se esse exigir no termo de referência e fiscalizar a ocorrência de um estudo integrado, portanto interdisciplinar. Assim, obter em termos de conteúdo um estudo com conhecimento científico e tecnológico mais consistente, de melhor qualidade do ponto de vista ambiental, o que inibiria a ocorrência do conteúdo a livre vontade do empreendedor, quase sem interferência do órgão ambiental como ocorre em alguns Estados brasileiros.

Ressaltou que o fato é externado na fala de empreendedores quando dizem que no Estado tal é muito mais fácil aprovar o EIA, já em outro Estado é mais difícil (RODRIGUES, 2003, p. 53).

O papel da coordenação dos estudos foi ressaltado por MELLO, quando referencia a postura nesta função. Postura que pode determinar a maior ou menor participação dos profissionais e, principalmente, a integração entre elas, fazendo com que os EIAs sejam simplesmente "colagens" de pareceres técnicos desarticulados ou, ao contrário, constituam um corpo único, em que a cada viés de análise seja dado o descrito e analisados integralmente, e que a cada viés de análise seja dado o destaque merecido, de acordo com as características do ambiente e o projeto em foco. A habilidade e a experiência do profissional que desempenha a função de coordenar as atividades dessa equipe são fundamentais para alcance da interdisciplinaridade na elaboração do EIA -RIMA (2002:145).

Pensamos no perfil do geógrafo e a necessária interdisciplinaridade. O geógrafo é um profissional com uma formação que o prepara para interpretar a interface natureza/sociedade. Somada a capacitação e experiência, pode responder problemas implícitos ao espaço geográfico, natural e produzido. Além disso, a formação permite uma visão ampla desta relação sociedade/natureza que pode se especializar mais profundamente realizando trabalhos geomorfológicos, pedológicos, sócio-econômicos, entre outros, ou ainda coordenar uma equipe técnica de estudos de impacto viabilizando uma maior integração (gerenciamento).

O geógrafo GOUVEIA⁶, citado na pesquisa de RODRIGUES (2003, p. 54-55), destacou sua experiência em empresas de consultoria, realizando trabalhos de análise de fragilidade potencial do meio físico para implantação de empreendimento imobiliário; laudo de caracterização de vegetação para fins de licenciamento; participação na equipe de elaboração de EIA - RIMA para construção da Hidrelétrica Batatal, vale do Ribeira - SP. Segundo ele a capacitação/atuação do geógrafo é desconhecida principalmente pelo leigo, porém no exercício profissional e os produtos geográficos que geramos quando apresentados ao leigo há um reconhecimento da importância da análise geográfica. Diz ter acontecido com ele no caso da Área de restinga no litoral sul do Estado de São Paulo quando o seu parecer colocava a viabilidade de uso apenas 2% da área para o empreendimento imobiliário. O que chamou a atenção para o empreendedor, que em mãos do parecer e mapas reconheceu e entendeu o seu trabalho. O resultado foi a inviabilidade do empreendimento e a indenização do Estado ao empreendedor.

Já a geógrafa SILVEIRA destaca a contribuição do geógrafo na função de coordenação de EIAs como peculiar e interessante. Seja na CETESB onde trabalhou ou própria empresa de consultoria o geógrafo se mostrou muito hábil nesta função por sua formação e capacidade de viabilizar um trabalho interdisciplinar, até mesmo pela própria característica multidisciplinar e interdisciplinar da geografia (relação dos aspectos físicos e humanos) que oferece visão ampla, trabalhando muito bem com planejamento e gerenciamento.

Evidenciamos naquele trabalho que os objetos designados ambientais os quais demandam um conhecimento de diferentes pontos de vista podem ter contribuição expressiva dos profissionais da ciência geográfica, porém o reconhecimento social, principalmente fora do meio técnico, é restrito. Uma vez que os indícios adquiridos na pesquisa direcionam que a profissão não teria pleno conhecimento do público leigo.

Considerações finais

O estudo de impacto ambiental, EIA - RIMA, um dos instrumentos da política nacional do meio ambiente brasileira se consolidou no Brasil por meio da legislação, sendo atualmente muito produzido. Ainda que tenhamos críticas com relação ao alcance efetivo dos trabalhos no planejamento ambiental, visto que existe uma tendência a fragmentação de saberes na análise, caso a equipe multidisciplinar não realize um trabalho interdisciplinar, além da precariedade de estruturas dos órgãos ambientais no Brasil. Ou ainda, confrontos dos interesses econômicos com o interesse ambiental na busca do desenvolvimento sustentado. A realização destes estudos é um potencial mercado aberto à atuação de vários profissionais, entre eles o geógrafo.

⁶ José Mariano Caccia GOUVEIA é geógrafo com 15 anos de profissão, Docente do Centro Universitário Fundação Santo André e Sócio- proprietário da Nativa Consultoria Ambiental S/C Ltda. Com experiência em estudos de impacto realizando laudos, análises, nas áreas geomorfológica, vegetação e sócio-econômica. *Entrevista realizada em 10/08/2003, por RODRIGUES (2003).*

Apesar de em termos numéricos comparados a outros profissionais como engenheiro, o geógrafo ter uma pequena inserção revelada pela pesquisa, o mesmo participou de atividades em que outros profissionais já têm atuação tradicional, como é o caso da extração mineral e rodovia, como exemplos.

O perfil do profissional geógrafo permite trabalhar plenamente com a variável ambiental, tratando do fenômeno geográfico relacionando os aspectos físicos e humanos. Destaca-se o fato dos dados revelarem o aparecimento de autores geógrafos na bibliografia, mesmo quando da ausência deste profissional na equipe técnica. O benefício da geografia não ter especializações (tal qual as diversas modalidades da engenharia, por exemplo) na formação básica contribui muito mais para alcance social da profissão, dada sua amplitude, crítica e interdisciplinar.

Notadamente no exercício profissional de estudos de impacto o geógrafo encontrará o enfrentamento num mercado competitivo de profissionais com atribuições sombreadas e até coincidentes com os engenheiros ambientais e ecólogos. Como também, as atuações específicas de intensa concorrência com engenheiros agrônomos (pedologia, loteamento em áreas rurais entre outros), sociólogos (demografia, população), arquitetos (planejamento urbano), turismólogos (turismo), engenheiros civis (trânsito, transportes), ecólogos e biólogos (revegetação, biogeografia), para citar algumas frentes. Avaliamos que isto nos revela uma variável importante, dado o número maior de muitos outros profissionais, somadas as habilidades convergentes para o mesmo exercício.

Constatou-se que há uma função pouco explorada e que está em conformidade com as equipes multidisciplinares para alcançar uma análise interdisciplinar, se trata da coordenação. A geografia por não restringir em profundidade o conhecimento na graduação (especialidades), proporciona ao geógrafo uma visão coerente com o gerenciamento dos estudos ambientais, além de poder trabalhar mais especificamente como técnico nas áreas de geomorfologia, climatologia, pedologia sem perder a visão ampla, crítica e reflexiva da ciência geográfica. A coordenação nos pareceu uma frente menos concorrida, configurando maior possibilidades.

Sem dúvida, a profissão tem perfil para expandir na área ambiental, aumentar seu alcance social, com a maior participação que divulgue seu potencial a revelia de embates políticos, corporativistas, ou de outras ordens. Assim, acreditamos que a organização de seus pares a fim de como ciência geográfica disseminar seu saber para e na sociedade é absolutamente necessário.

Bibliografia

- BENJAMIN, A. Herman V. Estudo de Impacto Ambiental e Ministério Público. 7. Congresso Nacional do Ministério Público, Belo Horizonte: AMMP, CONAMP, 1987.
- CMMAD –Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (1991). O desenvolvimento sustentável. In *Nosso Futuro Comum*, Rio de Janeiro: ONU/FGV, 1997.
- DEL PRETTE, Marcos Estevan. Diagnóstico para Planejamento e Estudos Interdisciplinares: a contribuição das disciplinas sócio-econômicas. *Revista do Departamento de Geografia*, USP, São Paulo, n. 5, p. 105-110.
- GOVERNO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil. artigo 225.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 3 ed. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1991, p. 126.
- MELLO, Loréti P. de. A interdisciplinaridade tem sido uma prática na elaboração do EIA –RIMA ? *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 1, v. 28, AGB – Seção Porto Alegre, 2002.
- MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita & AB'SABER, A.N. (Orgs.). *Previsão de Impactos. O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul: Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. São Paulo: Edusp, 1994.
- RODRIGUES, Renata M. de A. Geografia e Ambiente: a prática do profissional geógrafo. Trabalho de graduação Individual, 2003.
- VERDUM, Roberto & MEDEIROS, Rosa Maria V. *RIMA, Relatório de Impacto Ambiental: Legislação, elaboração e resultados*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 2002.